

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

IVÁN OMAR GODOY-FLORES

**Psicologia política da ação pública: uma perspectiva das
emoções**

Versão Corrigida

São Paulo

2024

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

IVÁN OMAR GODOY-FLORES

**Psicologia política da ação pública: uma perspectiva das
emoções**

Versão Corrigida

Tese apresentada no Programa de
Psicologia Social do Instituto de
Psicologia da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de
Doutor em Ciências.

**Orientador: Prof. Dr. Alessandro
Soares da Silva**

São Paulo

2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Godoy-Flores, Iván Omar

Psicologia política da ação pública: uma perspectiva das emoções / Iván Omar Godoy-Flores; orientador Alessandro Soares da Silva. -- São Paulo, 2024.
97 f.

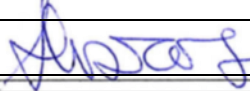
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. políticas públicas. 2. emoções. 3. psicologia política. 4. sentimentos. 5. consciência. I. Soares da Silva, Alessandro, orient. II. Título.

Godoy-Flores, I. O. Psicologia política da ação pública: uma perspectiva das emoções. 2024. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Aprovado em: 26/02/2024

Banca Examinadora

| | |
|-------------|---|
| Prof. Dr. | Alessandro Soares da Silva |
| Instituição | Universidade de São Paulo |
| Julgamento: |  Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva Universidade de São Paulo |
| Prof. Dr. | Martin Jayo |
| Instituição | Universidade de São Paulo |
| Julgamento: | |
| Prof. Dr. | Marcia Prezzoti Palassi |
| Instituição | Universidade Federal do Espírito Santo |
| Julgamento: | |
| Prof. Dr. | Renato Barbosa |
| Instituição | Instituto de Saúde da Secretaria do Estado de São Paulo |
| Julgamento: | |
| Prof. Dr. | Juan Carlos Romero Romero |
| Instituição | Universidade de Tarapacá |
| Julgamento: | |

Con cariño y emoción:

A Pauly, Diego, Martin y Camila

A mis padres Nilda y Ramón (*in memoriam*)

A mi prof. orientador Dr. Alessandro Soares da Silva

Y a todos los que me apoyaron en esta emprendida.

Bolsista da Capes/Programa PEC-PG/ Processo nº 88881 283993 2018-01

**"La raison crée la science.
Les sentiments mènent l'histoire"**

Gustave Le Bon (1910).

Godoy-Flores, I. O. Psicologia política da ação pública: uma perspectiva das emoções. 2024. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Resumo

Este trabalho de tese situa-se na Psicologia Política e na Ação Pública. Isto é, situa-se primeiramente num campo de estudos interdisciplinar das ciências sociais na relação de realidades e comportamento político, e em segundo lugar, no conjunto epistemológico de um espaço ampliado de participação social nas políticas públicas, isto é, numa relação, epistemicamente adequada para a análise de políticas públicas na ótica da ação pública (Silva, 2018ab, 2023; Godoy-Flores & Silva, 2023). A ação pública é uma expressão teleológica da ação da sociedade, onde o Estado -na concepção estruturalista da sociedade, segundo Bobbio (1989), é reposicionado para dar lugar a uma maior participação aos atores da sociedade civil. O abandono de uma lógica estadocentrista é, talvez, a principal característica da ação pública quando a diferenciamos das leituras hegemônicas sobre políticas públicas, estas consideradas aqui como instrumentos, meios, para as resolubilidades dos problemas definidos como públicos. Para tanto, esta tese baseia-se fundamentalmente no Modelo de Análise da Consciência Política (MACP) (Sandoval, 1994, 2001, 2015; Sandoval & Silva, 2016) que contém dimensões de análise provindas de variadas disciplinas das ciências sociais para entendimento sobre a participação em ações coletivas mediada pelas emoções e na analítica da sociologia do processo de objetivação/subjetivação da ação pública. O objetivo desta tese é propor um marco referencial que forneça uma abordagem que procure contribuir na compreensão do papel das emoções na interação com as dimensões cognitivas mediante a observação de um mecanismo causal explicativo (Elster, 1993, 2002). Nessa interação, os atores sociais e governamentais se encontram entre afetos e desafetos que geram estados de ânimo, sentimentos e emoções. Ao levar em conta as trocas entre os atores, os sentimentos e as emoções que eles transmitem, moldam as circunstâncias da gestão e da ação pública. As emoções tem um papel muito mais importante do que pensávamos no mecanismo de explicação de nossos juízos intuitivos e tomadas de decisão, principalmente ao pensar na relação bidirecional entre razão e emoção.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Emoções. Psicologia política. Sentimentos. Consciência.

Godoy-Flores, I. O. Political Psychology of Public Action: a perspective on emotions. 2024. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Abstract

This thesis work is situated in Political Psychology and Public Action. In other words, it is situated firstly in an interdisciplinary field of study in the social sciences in relation to realities and political behaviour, and secondly, in the epistemological context of an expanded space for social participation in public policies, in other words, in a relationship that is epistemically appropriate for the analysis of public policies from the perspective of public action (Silva, 2018ab, 2023; Godoy-Flores & Silva, 2023). Public action is a teleological expression of society's action, where the state - in the structuralist conception of society, according to Bobbio (1989) - is repositioned to give way to greater participation by civil society actors. The abandonment of a state-centred logic is perhaps the main characteristic of public action when we differentiate it from hegemonic readings of public policies, which are considered here as instruments, means, for solving problems defined as public. To this end, this thesis is fundamentally based on the Model for Analysing Political Consciousness (MACP) (Sandoval, 1994, 2001, 2015; Sandoval & Silva, 2016), which contains dimensions of analysis from various social science disciplines to understand participation in collective actions mediated by emotions, and on sociology's analysis of the process of objectification/subjectification of public action. The aim of this thesis is to propose a framework that provides an approach that seeks to contribute to understanding the role of emotions in interaction with cognitive dimensions through the observation of an explanatory causal mechanism (Elster, 1993, 2002). In this interaction, social and governmental actors find themselves between affections and disaffection that generate moods, feelings and emotions. By taking into account the exchanges between actors, the feelings and emotions they convey shape the circumstances of management and public action. Emotions play a much more important role than we thought in explaining our intuitive judgements and decision-making, especially when we consider the two-way relationship between reason and emotion.

Key words: Public policy. Emotions. Political psychology. Feelings. Consciousness.

Índice

| | |
|---|------------|
| Introdução | 13 |
| Capítulo 1 - A perspectiva da ação pública | 17 |
| 1.1. Da participação social nas políticas à governança política | 19 |
| 1.2. Instrumentos da ação pública | 23 |
| 1.3. Das políticas públicas à ação pública | 27 |
| 1.4. Da sociologia à psicologia política da ação pública | 37 |
| 1.5. O estudo das Emoções nas Ciências Sociais | 43 |
| 1.6. Uma psicologia política da ação pública | 46 |
| Capítulo 2 - Metodologia: explicação por mecanismos | 50 |
| 2.1. Mecanismos causais | 51 |
| 2.2. Mecanismos causais são sociais ou individuais? | 55 |
| 2.3. Mecanismos e o Modelo Analítico da Consciência Política e Ação Pública | 58 |
| 2.4. Algumas considerações e restrições metodológicas | 63 |
| 2.5. Pesquisa de campo | 66 |
| Capítulo 3 - O papel das emoções na ação coletiva | 68 |
| 3.1. As emoções no processo racional e cognitivo | 72 |
| 3.2. Noções elementares sobre a teoria das emoções humanas | 80 |
| 3.3. Estados de ânimo, sentimentos e emoções | 85 |
| 3.3.1. Estados de ânimo | 87 |
| 3.3.2. Sentimentos | 93 |
| 3.3.3. Emoção | 97 |
| 3.4. Propriedades das emoções | 118 |
| 3.5. Implicação das emoções nas dimensões sociocultural e política | 121 |
| 3.6. Mecanismos disparadores de emoções | 127 |
| Capítulo 4 - O mecanismo emocional na análise da ação pública | 130 |
| 4.1. O Modelo Analítico da Consciência Política mediada pelas emoções | 131 |
| 4.2. As dimensões do MACP mediadas pelas emoções | 138 |
| 4.2.1. Identidade Coletiva | 139 |

| | |
|---|------------|
| | 12 |
| 4.2.2. Crenças, valores e expectativas sobre a sociedade | 142 |
| 4.2.3. Sentimento com Respeito aos Adversários e Interesses Antagônicos | 144 |
| 4.2.4. Eficácia Política | 146 |
| 4.2.5. Sentimento de Justiça (Injustiça) | 148 |
| 4.2.6. Vontade de agir coletivamente | 150 |
| 4.2.7. Metas e Repertório de Ações | 151 |
| 4.2.8. Interesses Coletivos | 153 |
| 4.3. Uma proposta da dimensão emocional para o Modelo Analítico da Consciência Política | 154 |
| 4.3.1. Âmbito Emocional | 156 |
| 4.3.2. Estímulos Emocionais | 158 |
| 4.3.3. Âmbito Motivacional | 160 |
| 4.4. O Papel das emoções na Ação Pública | 166 |
| Capítulo 5 - Caso: Guañacagua III | 176 |
| Considerações Finais | 199 |
| Referências | 205 |

Índice de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 Mecanismo Causal na Relação entre o MACP e o Sociologia da Ação Pública | 61 |
| Quadro 2 Estados de Ânimo | 90 |
| Quadro 3 Emoções Primárias e Secundárias | 100 |
| Quadro 4 Equivalência das Dimensões e Variáveis Cognitivas MACP e Sociologia da Ação Pública | 168 |

Índice de Figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1 Transitividade Dinâmica da “Estrutura de Emoções” | 119 |
| Figura 2 Características da “Estrutura de Emoções” | 120 |
| Figura 3 Estrutura de Emoções - Estímulos Interno e Externo | 128 |
| Figura 4 Mecanismo das Disposições | 156 |
| Figura 5 MACP que Incorpora Mecanismos Emocional | 166 |
| Figura 6 Cinco Variáveis da Sociologia da Ação Pública | 167 |
| Figura 7 MACP e Sociologia da Ação Pública que Incorpora Mecanismos Emocional | 174 |

Introdução

Pensei por muito tempo como iniciar a introdução desta tese, até que lembrei de um caso acontecido muito perto do meu lugar de residência. Trata-se de um caso psicossociopolítico pouco documentado. Na cidade de Arica, no extremo norte do Chile, o Serviço de Moradia e Urbanização (Serviu), entregou 473 casas sociais num bairro conhecido como Guañacagua III (Godoy-Flores & Silva, 2023). A pouco tempo da entrega, os moradores perceberam rachaduras nas paredes que logo se transformaram em buracos no chão e casas ruidas. Isso se deu porque foram construídas num solo salino sem que fossem feitas as devidas análises de condições do solo e de estrutura da obra.

Chamou a atenção que durante 16 anos de luta os moradores não obtiveram nenhuma solução para as suas demandas. Era um caso em que o Estado tratava de maneira desapaixonada as demandas de uma população e, buscava se desresponsabilizar de uma situação que vulnerava inclusive os direitos fundamentais. Foi um caso de execução de políticas públicas de moradia sem nenhum compromisso afetivo e social com as pessoas.

Distintas emoções afloravam na cidade de Arica contra um Estado que não mostrava compaixão com os cidadãos na exigência de seus direitos ante tamanha evidência de descaso. Em momentos em que os sentimentos dos atores envolvidos estavam no auge da situação, num 1º de abril de 2014, um terremoto de 8,4º na escala de Richter sacudiu a cidade, deixando a descoberto a vulnerabilidade e a precariedade vividas pelas 473 famílias. Frente ao desastre natural, de um dia para outro, o Governo liberou uma vultosa verba para a construção imediata de um novo bairro, com novas casa e serviços para todas as famílias afetadas.

Esse caso despertou em várias perguntas: Que emoções, que sentimentos foram esses que dispararam uma política pública para dar solução imediata a esta situação? Qual o papel das emoções numa ação pública que promoveu o direito à moradia? Que papel emocional cumpriu o terremoto para desencadear uma série de ações de resolução? Que emoções impediram uma

ação mais antecipada ao conflito? Então, qual foi a relação das emoções com a ação pública que promoveu uma solução antes rejeitada? Como são os mecanismos que desencadeiam outras emoções e implicam em ações?

Este trabalho de tese situa-se na Psicologia Política da Ação Pública. Isto é, situa-se num campo de estudos interdisciplinar das ciências sociais na relação de realidades e comportamento político, epistemicamente adequado para a análise de políticas públicas na ótica da ação pública (Silva, 2018ab, 2023; Godoy-Flores & Silva, 2023). Por sua vez, a ação pública é uma expressão teleológica da ação da sociedade, onde o Estado -na concepção estruturalista da sociedade, segundo Bobbio (1989), é reposicionado para dar lugar a uma maior participação aos atores da sociedade civil. O abandono de uma lógica estadocentrista é, talvez, a principal característica da ação pública quando a diferenciamos das leituras hegemônicas sobre políticas públicas, estas consideradas aqui como instrumentos, meios, para as resolubilidades dos problemas definidos como públicos.

Em linha com a perspectiva francesa da Sociologia da Ação Pública (Thoenig, 1998, 2005; Massadier, 2005; Lascoumes & Le Galès, 2014), procuraremos desenvolver aqui um olhar no qual as emoções sejam efetivamente consideradas e incorporadas como parte das análises sobre as questões para as quais a ação pública se debruça. Para tanto, esta tese baseia-se fundamentalmente no Modelo de Análise da Consciência Política (MACP) (Sandoval, 1994, 2001, 2015; Sandoval & Silva, 2016) que contém dimensões de análise provindas de variadas disciplinas das ciências sociais para entendimento sobre a participação em ações coletivas.

Importa recordar que este modelo também contém um fator inerente ao ser humano: as emoções. Se bem as emoções conjugam-se com as dimensões constitutivas do MACP, o mecanismo de explicação emocional não tinha sido explorado com detalhe (Sandoval & Silva, 2016). Portanto, esta tese propõe um modelo teórico-explicativo que fornece uma abordagem desde as emoções para a compreensão dos processos de participação na ação pública por meio do auxílio epistemológico da psicologia política como um campo interdisciplinar das ciências sociais mediado por mecanismos explicativos (Elster, 1993, 2002). Os mecanismos explicativos apresentados aqui não

pretendem entender os processos psíquico-cerebrais, mas explicar o comportamento-ação dos indivíduos e coletivos (Elster, 1994, 2010).

Nas próximas páginas observaremos o lugar das emoções no cotidiano, o papel das emoções na análise de ações individuais e coletivas e em definitiva, na ação pública. A ação pública pretende a colocar o ser humano no centro das políticas públicas, apesar das descontinuidades ideológicas e políticas que elas possam sofrer.

A complexidade do tema desta tese obriga a definir os âmbitos do estudo teórico aqui apresentado. No que se refere às emoções, não se pretende ser exaustivo nem mencionar ou descrever um número amplo de sentimentos, estados de ânimo e (teorias das) emoções. O que farei aqui é, com base nas considerações de Sandoval e de Elster, centrar-me nos aspectos emocionais presentes nos processos psicopolíticos da ação pública e que são inerentes à geração de vínculos necessários para a boa consecução dos resultados de interações entre os múltiplos atores envolvidos. Aqui o papel das emoções no processo de interação da ação pública ganha relevância e permite maior complexidade analítica.

Esta tese divide-se em cinco capítulos: Capítulo 1 - A perspectiva da ação pública, descreve o processo da participação social nas políticas à governança política, revisa os instrumentos da ação pública, analisa o processo das políticas públicas à ação pública e da sociologia à psicologia política da ação pública, revisa a presença das emoções no estudo nas Ciências Sociais e observa o que poderia ser uma psicologia política da ação pública. O Capítulo 2 - Metodologia: explicação por mecanismos, descreve os mecanismos causais observando se eles podem ser sociais ou individuais. Revisa as possibilidades dos mecanismos no Modelo Analítico da Consciência Política e Ação Pública e considera as suas restrições metodológicas. O Capítulo 3 - O papel das emoções na ação coletiva, conjectura as emoções no processo racional e cognitivo, as noções elementais sobre a teoria das emoções humanas. Esboça os estados de ânimo, sentimentos e emoções como uma estrutura para facilitar a análise, assim como as propriedades das emoções, implicação das emoções nas dimensões sociocultural e política e os mecanismos disparadores de emoções. O Capítulo 4 - O mecanismo emocional na análise da ação pública

revisa o Modelo Analítico da Consciência Política mediado pelas emoções. Contém uma proposta a partir do Modelo Analítico da Consciência Política e o papel das emoções na Ação Pública. Finalmente, o Capítulo 5 traz uma descrição aplicada no Caso: Guañacagua III.

Capítulo 1

A perspectiva da ação pública

L'approche standard par les politiques publiques postule un monde étaticoentrique.

Jean-Claude Thoenig (2005).

Emotions matter. They impact the attitudes of peoples, the relationships between cultures, and the behavior nations. Neither political leaders nor students of history nor ordinary concerned citizens can afford to ignore them.

Dominique Möisi (2010)

A questão da participação dos atores na elaboração, análise e avaliação de políticas públicas segue sendo crucial na gestão pública. Participação social, participação cidadã, participação da sociedade civil, validação social, parecem não ter sentido quando obvias a questão gravitacional do Estado em ação. A prominência do Estado na questão das políticas públicas vem corroborar o seu papel regulador, coactivo e estruturante da sociedade (Bobbio, 1989). Porém, a dicotomia “o governo é para os indivíduos” e “não os indivíduos para o governo” vem ganhando força desde a Europa - especialmente na França - pelo lado da ação individual e coletiva. A ideia de atores vem não só pela ideia de atuar representativamente, se não pela ideia da ação sobre as questões públicas. Os atores desejam ser os protagonistas com capacidades na resolução dos problemas públicos (Silva, 2018a, 2023; Babo 2018; Massadier, 2006). Porém, isto implica deslocar o Estado do seu protagonismo central na questão da resolução de problemas públicos. Este estadocentrismo observado desde a tradição hobbesiana tem sido o paradigma político de governo desde então para entender a relação entre o Estado e a sociedade civil, na concepção bobbiana. Significa pensar no valor da democracia na participação da sociedade civil no governo, isto é, a governança para a resolução dos problemas definidos como públicos. Nessa perspectiva,

diz Alessandro Silva, (2018a), as políticas públicas deixam de ter um fim em si mesmas e passam a ser pontes para a resolução das questões coletivas, tornam-se instrumentos da ação pública no processo de transformar a realidade social e a própria democracia. Para ele,

A democracia, inclusive, é o fundamento da ação pública e o pressuposto de mudanças sociais profícuas que resolubilizam problemas a partir do reconhecimento das capacidades e competências de múltiplos atores que estão envolvidos e implicados neles. (Silva, 2018, p. 196).

Na concepção de Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2014), as políticas públicas são também um meio para analisar a distribuição dirigida pelo Estado e os conflitos dos atores que se associam a ele, ou, um meio para compreender os projetos da mudança da sociedade por um “voluntarismo político” em nome dos valores e das metas.

Para interpretar as transformações das sociedades contemporâneas os franceses recuperam de Harold Lasswell (1936, 1958) o termo *public action* (*action publique*, ação pública) para designar um espaço de disputa sociopolítica construída, por um lado, com uma governança composta de diversos atores do Estado e da sociedade civil (Ruano De la Fuente, 2013; Rosas-Ferrusca, Calderón-Maya, & Campos-Alanís, 2012; Silva, 2018ab, 2023; Massadier, 2005; Lascoumes & Le Galès, 2014); por outro, construído tanto com técnicas e instrumentos, como por objetivos ou conteúdos (Halpern, Lascomes & Le Galès, 2021).

A maioria dos trabalhos contemporâneos sobre a ação pública consideram os atores, suas interações e o sentido que eles dão a estes intercâmbios, mas também às instituições, as normas, os procedimentos que governam o conjunto de interações, assim com as representações coletivas (Lascoumes & Le Galès, 2014). Trata-se de uma tradição das ciências sociais francesa (Massadier, 2005), apesar que o estudo e análise das políticas públicas iniciou posteriormente à dos Estados Unidos (Leca & Muller, 2008; Muller, 2021). Assim, surge na França a sociologia da ação pública que recorre a um conjunto de disciplinas para compreender as articulações das regulações sociais e políticas (Lascoumes & Le Galès, 2014).

1.1. Da participação social nas políticas à governança política

A participação é uma das questões mais discutidas na elaboração de políticas públicas, dada a complexidade de seu exercício e a incerteza de seus resultados. A participação social nas políticas é uma instância de intervenção nas decisões públicas na tensa relação entre o Estado e a sociedade civil. Essa participação social é também cidadania na concepção de Habermas, pois pressupõe uma referência ao conceito de direitos (e deveres), compreendido na visão republicana e liberal (Dominguez, 2016). Miguel González Madrid (2016), em relação à instalação da noção de cidadania, diz que este reaparecimento cabe dentro de outros momentos históricos que possuem como comum denominador a crise da democracia republicana expressada como sintoma de um questionamento da representação política, isto é, a crise da representação política, a exclusão social, a desigualdade econômica e a fragmentação da vida social. Dito de outra forma, o estado de assimetrias e desigualdades tem produzido as condicionantes para emergência de uma cidadania insurgente desejosa de participar (Holston, 2013).

Assim, Elenaldo Celso Teixeira (2002) diz que toda ação participativa é política, pois é feita com o desejo de fazer parte ou tomar parte de um grupo, de um nicho associativo ou de uma esfera social orientada por algum tipo de poder. Autores como André-Nöel Roth (2017) referem-se à democracia participativa como um complemento da democracia representativa. A participação democratiza o processo de elaboração de políticas públicas. Uma política pública feita de forma mais participativa, acrescenta Leonardo Secchi (2015), agrega uma maior qualidade e quantidade de informações disponíveis para as decisões públicas, bem como uma maior heterogeneidade de esquemas cognitivos: "A participação também traz a possibilidade de consolidação de um senso de pertencimento e de responsabilidade coletiva" (p. 142).

Secchi (2015) nos lembra que a participação afeta diretamente a legitimidade, a justiça e a eficácia das políticas públicas. E nessa relação de poder entre o Estado e a sociedade civil, a participação efetiva dos cidadãos na elaboração de políticas públicas representa uma forma de legitimação por meio do consentimento expresso (e explícito) no modelo de David Beethan (1991).

As ações do Estado, nesse sentido, devem fornecer evidências desse consentimento. Esse consentimento deve ser explícito no momento em que as políticas públicas são legitimadas socialmente. Isso implica não apenas a validação do diagnóstico compartilhado pelos formuladores de políticas, mas também a legitimação do documento final. Na estrutura do neomarxismo para a análise de políticas públicas, Joan Subirats et al. (2012) se referem à legitimação secundária quando essas políticas têm a aprovação de atores relevantes. Wilson Cano (2008) argumenta que, quando a legitimidade e o apoio à política pública estão em jogo, é inegável a necessidade da participação do cidadão de alguma forma.

Em outra perspectiva, Carlos Guerra Rodriguez (1996) observa que "a participação cidadã constitui uma das condições macroestimulantes do sentido vinculante das políticas públicas, independentemente do grau de autonomia que os cidadãos ou suas organizações possam ter, bem como das restrições que enfrenta endógena ou exogenamente" (2016, p. 35).

No campo da interação global entre o governamental e o não governamental, é evidente que a formação de um sistema político requer a participação de atores e instituições relevantes e representativos, no âmbito de regras e mecanismos de negociação reconhecidos bilateral ou multilateralmente (Madrid, 2016). Entretanto, para (Madrid, 2016), é pouco relevante tratar a participação cidadã como uma área separada da participação social, da participação comunitária e da participação política. "O cidadão é um ator cuja existência está circunscrita a um Estado específico, (...) é um ator multidimensional que tende a compatibilizar a organização dos interesses da comunidade a que pertence (...)" (Madrid, 2016).

Neste sentido Marcia Palassi (2011) propõe significados para esta participação social como ação coletiva. Primeiro estabelece a categoria de meios pela qual a ação coletiva faz possível a mobilização: reuniões, debates, listas de discussões por Internet, criação de observatórios, manifestações e outras ações coletivas. Segundo, estabelece graus de participação como medida de compromissos; a) nível máximo, b) participação frequente, c) participação pontual, d) participação esporádica e incipiente, e) participação tangencial e f) curiosidade não obstaculizadora. E, terceiro, o resultado. Se

bem estes podem ser dos mais variados, Prezotti (2011) dá algumas pistas sobre o resultado da participação social: a) os coletivos organizam-se em função da participação, b) os coletivos tentam mobilizar a sociedade para participar na resolução dos problemas, c) podem estar considerados na tomada de decisões políticas, d) mobilizam pessoas de fora do coletivo para sensibilizar sobre os alcances dos problemas nas suas vidas e atuar na gestão. Guilherme Costa e Alessandro Silva (2012), lembram que a participação política no Brasil ganhou força após a promulgação da constituição cidadã de 1988. Contudo, esta participação foi sistematicamente desprotegida legalmente tornando- débil no contexto decisório governamental.

Por sua vez, Luciana Tatagiba (2002, 2005) propõe que a participação dos cidadãos, ao provocar tensão nas agências estatais, torna a formulação de políticas públicas mais transparente, mais responsável e mais suscetível ao escrutínio público. No Brasil, no âmbito da saúde a participação social, também denominada “participação comunitária”, é o caso do SUS -como exemplo de ação pública- que foi estabelecido e regulado primeiro pela Lei 8.080 e posteriormente pela Lei nº 8.142/90, que instruiu a criação de Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde, nas três esferas de governo, bem como de colegiados de gestão nos serviços de saúde. Com sua efetiva participação Política, os atores sociais -historicamente excluídos nos processos decisórios do país- influenciam na definição e a execução da política de saúde. Estes Conselhos de Saúde são órgãos de caráter deliberativo atuando como espaços participativos estratégicos na reivindicação, formulação, controle e avaliação da execução das políticas públicas de saúde.

A cada quatro anos realizam-se as Conferências de Saúde que consistem em fóruns públicos que por meio de discussões realizadas em etapas locais, estaduais e nacional, com a participação de segmentos sociais representativos do SUS (prestadores, gestores, trabalhadores e usuários), avaliam e propõem diretrizes para a formulação da política de saúde. Juntamente com a gestão destas instâncias e de outras redes de articulação como garantia da participação social, o cidadão perceber-se como ator fundamental na reivindicação pelo direito à saúde (SUS, 2023).

Infelizmente, o nível protetivo da participação, bem como o alcance de sua incidência nas decisões governamentais é muito baixa em outras áreas da vida e da ação governamental.

A participação cidadã e social tem a virtude de constituir uma forma cooperativa de interação social, na qual tanto o sistema político quanto a esfera política perdem sua razão de ser (Madrid, 2016). Porém, Giseli Costa (2008) adverte que pese que as políticas públicas incidem na vida dos indivíduos -eles interagem e se beneficiam das políticas de forma individual ou coletiva- a participação poder ser observável desde diferentes níveis desde o mais instrumental como “participar por participar”, pela “obrigação”, pela troca de benefícios e vantagens, até a participação mais engajada, seja pela identidade, crenças e convicções com a finalidade de garantir melhoras para si mesmo e para a coletividade.

De nossa parte, preferimos pensar como Mirta González Suárez (2012a, 2012b), principalmente na obra *Psicologia Política*, quando propõe que os processos participativos são parte das políticas públicas, pois é preciso ouvir a voz de diversos grupos e respeitar sua autonomia para construir conjuntamente a mudança social para o pleno desenvolvimento humano. A democracia implica a interrelação permanente entre as pessoas em posições de poder com o resto da cidadania o que a autora denominou incidência. A incidência é um método de ação política que propicia a participação cidadã na tomada de decisões. Nesse sentido, González (2012a) antevê a ação política como parte da ação pública multi centrada, na qual o poder é distribuído entre os atores envolvidos na ação.

Silva (2018b) apoia esta premissa dizendo:

O lugar das políticas públicas na ação pública está estreitamente associado ao de governança, pois são instrumentos de promoção de mudança social. Esse esquema de pensamento rompe com a perspectiva estadocêntrica convencional e unipolar (mesmo quando novos atores são incorporados como auxiliares no chamado ciclo das políticas públicas) e inaugura um modo de agir multipolar no qual o estado é um ator, destacado, mas um ator que necessita integrar-se a uma rede de atores diversos. (p. 196).

A incidência na política pública manifestada na ação individual ou coletiva constitui não só uma expressão da democracia na tomada de

decisões, senão também favorece o desenvolvimento humano no âmbito social econômico cultural e ambiental. Na lógica da ação pública, a participação ocupa um lugar privilegiado, uma vez que ela se potencializa à medida que os múltiplos atores se reconhecem mutuamente, geram vínculos de confiança, os quais são emocionais, e se comissionam para atuarem como atores-rede para enfrentar o problema público que lhes une.

1.2. Instrumentos da ação pública

A abordagem a partir dos instrumentos é também uma forma de conhecer de perto o processo da ação pública. Aqui devemos observar a apropriação dos instrumentos da ação pública pela ação social e coletiva da sociedade civil.

De fato, dizem Lascoumes & Le Galès (2004), os instrumentos e a instrumentação da ação pública forma excelentes indicadores de mudanças das políticas públicas, e de forma mais geral, uma variável explicativa para a recomposição da ação pública. Como instrumentos governamentais, os instrumentos podem incluir medidas de caráter legislativo e regulador, econômico e fiscal, informativo e de comunicação, convenções e incentivos (Pires, 2016)

Na questão analítica, quando considerados, os instrumentos ou ferramentas das políticas públicas (*policy tools*) raramente são colocados no centro da análise e são considerados como uma variável secundária e marginal no processo de políticas públicas (Hall, 1996; Sabatier, 2000). Além disso, a opção pelos instrumentos de ação pública, do seu *modus operandi*, é geralmente apresentada de forma funcionalista, como uma questão se simples escolha técnica (Halpern, Lascoumes, Le Galès, 2021). A abordagem a partir dos instrumentos propõem, pelo contrário, dizem Halpern, Lascoumes, Le Galès (2021), romper com a abordagem funcionalista e colocar os instrumentos e a questão da escolha e das modalidades de combinação dos instrumentos de ação pública no centro da análise. A ação pública é concebida como um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos, como também por objetivos ou conteúdos. Além de “determinar em parte os

comportamentos dos atores e as representações dos problemas públicos” (p. 37). Para eles,

As abordagens por instrumentos contribuem para pelo menos três grandes debates sobre a ação pública: a mudança nas políticas públicas, o papel do Estado e os meios da ação coletiva (Halpern, Lascoumes, Le Galès, 2021, p. 32).

Segundo Lascoumes & Le Galès, 2007), aplicado ao campo político e à ação pública,

um instrumento de ação pública pode ser definido como um dispositivo ao mesmo tempo teórico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários de acordo com as representações e os significados dos quais é portador (Halpern, Lascoumes, Le Galès, 2021, p. 34).

Para Silva (2018b) os instrumentos possuem um caráter social e político para imprimir a impossibilidade de uma análise revestida de neutralidade. Pois são portadores de valores, “alimentam-se de uma interpretação do social e de concepções precisas do modo de regulação esperado” (p. 200). Enquanto para Salamon (2002), os instrumentos são o método identificável por meio do qual a ação coletiva é estruturada para lidar com um problema público.

Frente a isso, fica claro que a componente comportamental dos atores é decisiva e, por tal razão, as emoções não podem ser negligenciadas e postas em um segundo plano. Deixar as emoções em uma posição secundária ou inexistente implica na adesão de uma lógica binária e maniqueísta que compreendem razão e emoção como forças antagônicas, sendo a razão representante da ordem e do que é bom e as emoções a representação do caos e do desgoverno. Este tipo de simplismo embota a capacidade de compressão de realidades complexas próprias do humano e que estão presente de forma simbiótica e sinérgica nas relações humanas e nos processos de cognição, de tomadas de decisão e de agir humano (Silva, 2012; 2023).

As abordagens, a partir dos instrumentos públicos, possibilitam considerar a ação pública a partir dos instrumentos que estruturam as políticas públicas. Os instrumentos constituem um tipo particular de instituição, no sentido neoinstitucionalista, nas suas dimensões mais informais, simbólicas e cognitivas. As instituições proporcionam um quadro estável de expectativas que

reduz a incerteza e estrutura a ação coletiva (Halpern, Lascoumes, Le Galès, 2021). Segundo North (1990), as instituições constituem um conjunto moderadamente coordenado de regras e procedimentos que regem as interações e comportamento de atores e organizações. E, desta forma, incidem sobre as emoções, sentimentos e afetos que estruturam identidades, crenças e valores de cada ator individual e coletivo.

A abordagem de instrumentos é uma excelente maneira, dizem Lascoumes & Simard (2011), de rastrear a mudança além do voluntarismo dos atores e da retórica política. Nesse sentido, ela representa uma nova perspectiva metodológica para o estudo da ação pública, favorecendo uma abordagem baseada na observação e análise de dimensões que são tão discretas quanto significativas. Ela nos incentiva a compreender a ação pública em sua materialidade. Entre os fatores que possibilitam a caracterização da ação pública, os instrumentos são uma variável relativamente independente (mesmo que sejam o produto da história e da mobilização) e explicam a ação pública. A escolha dessa abordagem analítica também incentiva uma releitura, ou mesmo uma interpretação alternativa, das decisões de política pública, uma vez que ela reaproxima as políticas públicas de sua dimensão humana (Gonzalez Suárez, 2008; Silva, 2012).

A instrumentação da ação pública é reveladora de uma teorização (mais ou menos implícita) da relação governante/governado, admitindo que cada instrumento constitui uma forma condensada e acabada de saber sobre o poder social e os modos de exercê-lo. E se a instrumentação constitui uma pista de reflexão interessante, é antes de tudo porque ela produz efeitos próprios, pois os instrumentos de ação pública não são inertes, simplesmente disponíveis para mobilizações sociopolíticas, elas detêm uma força de ação própria para produzir efeitos originais, e as vezes inesperados (Lascoumes & Le Galès, 2012). A nosso ver, ela possui uma potência psicopolítica ao agir sobre o poder em suas dimensões institucionais, coletivas e individuais por meio do desvelar do lugar que as emoções ocupam no ordenamento da vida cotidiana (Han, 2020; Fernández Christlieb, 2004).

Enquanto a sociologia política estuda a relação entre instituições por meio de uma matriz cognitiva e normativa, conjunto coordenado de valores,

crenças e princípios de ação (March & Olsen, 1989), a perspectiva da psicologia política estuda estas relações por meio de uma matriz cognitiva e emocional presentes nestas mesmas atitudes, crenças e valores que organizam a vida e a cultura política de pessoas, grupos e instituições.

Podemos destacar duas contribuições significativas sobre os instrumentos de ação pública. Em primeiro lugar, em termos sócio-psicopolíticos, a abordagem de instrumentos nos permite compreender a transformação da relação entre governantes e governados com base em um marcador concreto de ação pública. A questão de como o comportamento individual e coletivo é orientado e legitimado é mais atual do que nunca. Entender a instrumentação é uma maneira de compreender as transformações do Estado, observando suas práticas e as mudanças pelas quais elas estão passando, especialmente na tensão contínua entre restrição e incentivo. Além disso, a instrumentação também oferece elementos para reflexão sobre regimes políticos e estilos de política de uma forma que ultrapassa as divisões setoriais tradicionais. Em segundo lugar, de uma perspectiva internacional, a questão da transferência de instrumentos oferece uma oportunidade constantemente renovada de entender a circulação de ideias e modelos, bem como a dinâmica de apropriação e reinterpretação (Lascoumes & Simard, 2011).

Os instrumentos de ação pública, dizem Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021), não são ferramentas com perfeita neutralidade axiológica e não estão disponíveis de forma igual para todos. Não são puramente técnicos, pois produzem efeitos específicos independentes dos objetivos declarados (as metas que lhe são atribuídas) e estruturam a ação pública de acordo com a sua própria lógica. “Cada instrumento é uma forma condensada de saber sobre o poder social e os modos de o exercer” (p. 36). Assim,

A análise da ação pública fundamentada na sua instrumentação permite apresentar a evolução das práticas do exercício do poder e das reconfigurações dos modos e escalas da regulação política. Assim, os problemas de coordenação, que são observados, não provêm dos instrumentos e nem as limitações associadas à sua integração em sistemas políticos e sociais complexos, mais ou menos institucionalizados (p. 48).

Observa-se que os instrumentos de política pública, na concepção da ação pública, passam a ser meios de resolução de problemas públicos, ou um sistema de ponte de resolução para um conjunto imbricado de problemas que afetam a governança da sociedade (Silva, 2023). Neste contexto, a ação pública passa a ser o fim na concepção do problema a ser resolvido. Em consequência, o conceito de políticas públicas passa a ser o meio, não tendo um fim em si mesmo. A ação pública faz das políticas públicas seu instrumento de gestão e materializa as intenções, as quais são emocionalmente atravessadas. Isto possibilita, de certa forma, a apropriação não só dos instrumentos como também da própria política pública como instrumento da ação pública.

1.3. Das políticas públicas à ação pública

O termo políticas públicas iniciou - como ciência - nos Estados Unidos com dois trabalhos publicados em 1951, que contribuíram para a teoria da análise racional das políticas (rational policy analysis): The governmental process de David Truman (Secchi, 2015), o trabalho de Harold Lasswell intitulado The policy orientation e publicado como um capítulo no livro The policy sciences: Recent developments in scopes, editado por ele e David Lerner (Heidemann, 2014; Franco, 2016; Roth, 2017; Secchi, 2015; Deleon & Martell, 2006). O trabalho de Truman foi pioneiro no estudo da relação entre as políticas públicas e grupos de interesses, suas estruturas e as técnicas de influência sobre os processos de decisão no Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e no corpo burocrático da administração pública da sua época (Secchi, 2015). Mais cedo, Laswell (1936) introduzira a expressão policy analysis (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de fundar o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (Souza, 2006).

No entanto, o trabalho de Lasswell, também considerado o pioneiro da psicologia política nos Estados Unidos (Houghton, 2009; Dorna, 2016; Sabucedo, 1996; Galindo, 2016), procurou discutir o, cada vez mais crescente,

interesse de pesquisadores sobre o processo de formulação e avaliação de impacto das políticas públicas orientado para a resolução de problemas definidos como públicos, delimitando ao mesmo tempo um espaço de conhecimento multidisciplinar (Secchi, 2015), interdisciplinar (Torgeson, 2007).

A Policy Sciences definida por Lasswell (1992) como o “conjunto de disciplinas que se ocupam de explicar os processos de elaboração e de execução das políticas, e apoiados na localização de dados e elaborar interpretações relevantes para os problemas de um período determinado” (p. 13), imaginado por Lasswell como uma ciência “democraticamente orientada” sob um governo liberal y humanista” (Roth, 2014, p.13). O contexto então era a Guerra Fria e o esforço dos Estados Unidos pela supremacia mundial da sua cultura, ciência, política e economia.

Segundo Ortegón (2015) a publicação do trabalho de Lasswell teve uma singular transcendência, pois deu o início a um vigoroso movimento apoiado no conhecimento acumulada das ciências (exatas, naturais, políticas, humanas e sociais), instou a se concentrar no estudo ou a análise dos problemas públicos. Laswell identificou a dificuldade inerente ao processo de tomada de decisão ao observar o interesse comum pelas políticas públicas, em muitas disciplinas e muitos setores da sociedade nos Estados Unidos (Fontaine, 2015). Lasswell também foi capaz de refletir sobre o caráter da pesquisa das políticas públicas além da visão pragmática baseada em duas figuras influentes, Freud e Marx (Torgeson, 2007):

In Freudian psychoanalysis and the Marxian critique of ideology, Lasswell saw a point of methodological convergence necessary in mapping the context of inquiry. Insight provided a means for breaking through both psychopathological and ideological constrains on inquiry. (p. 17).

Essas percepções orientaram a Lasswell no desenvolvimento de duas disciplinas: as políticas públicas como ciência e a psicologia política para compreender as políticas a partir da conduta. Desta forma, proporcionou-se um meio para romper as restrições psíquicas e ideológicas da pesquisa.

No caso das políticas públicas a orientação de Laswell implicava três características fundamentais. Primeiro, devia ser uma atividade investigativa orientada à resolução dos problemas mais importantes da nação. Segundo,

deve ser multi ou interdisciplinar e, terceiro, ser claramente normativa ou orientada por valores democráticos. O desenvolvimento desta atividade, que deveria se traduzir num aumento da racionalidade e eficiência das decisões políticas e na consolidação dos valores e sistemas políticos democráticos, necessitava o uso de uma “maneira mais eficiente da força de trabalho, das instalações e outros recursos do povo estadunidense” (Roth, 2014).

Desde então, as decisões dos governos, as suas ações passaram de ser objeto não só do estudo da ciência política, mas também das ciências sociais para se tornar a disciplina da ação do governo (policy sciences), sem perder o caráter interdisciplinar (Garson, 1992; Aguilar, 2013), transdisciplinar (Valencia & Álvarez, 2008). Lasswell (1992 [1951]) definiu as ciências das políticas públicas (policy sciences) como “o conjunto de disciplinas que se ocupam de explicar os processos de elaboração e de execução das políticas, e encarregam-se de localizar dados e elaborar interpretações relevantes para os problemas de um período determinado” (p. 102). Note-se nesta definição a intenção de fazer desta nascente disciplina um esforço ao mesmo tempo interdisciplinar para explicar não só processos, mas também os fenômenos decorrentes da elaboração e execução das políticas com um caráter qualitativo e quantitativo, metodologicamente, quando também se refere à localização de dados. As interpretações - hoje cada vez mais vinculadas no âmbito qualitativo das ciências sociais, do que quantitativo dos dados - estão presentes nessa definição. E, de maneira teleológica nesta definição de Lasswell (1992), a questão dos problemas, é um eixo fundamental na concepção do ser humano inserido na sociedade quando propõe que a “meta última” das ciências das políticas na democracia é “a realização da dignidade humana na teoria e nos fatos” (1992 [1951], p. 103). Então, encontramos em Lasswell (1992) uma definição orientadora das políticas públicas: como ciência que almeja atender as aspirações humanas é decisivo um enfoque nos direitos uma vez que ele foca na dignidade humana.

Sin embargo, esta perspectiva racionalista de análisis de política será duramente atacada desde el pluralismo de Dahl, el incrementalismo de Lindblom y el “satisfaccionismo” y la racionalidad limitada de Simon. Luego, Simon y March sostuvieron convincentemente que la irracionalidad, o por lo menos elementos extrarracionales, jugaba un papel importante en la decisión política (Garson, 1992). Mostraron

empíricamente que las decisiones políticas no correspondían, y sostenían que no podían corresponder, a la aplicación de un esquema absolutamente racional ya que las emociones, los valores, la psicología de los decisores, el tiempo y los recursos disponibles implicaban limitaciones a la racionalidad de las decisiones y de las conductas humanas. (Roth, 2014, p. 14)

Mas, segundo Fontaine (2015), o projeto de Lasswell frustrou-se pela convergência de três fenômenos a partir dos anos 60. Em primeiro lugar, a emergência dos movimentos sociais pacifistas, feministas, anticolonialistas e pró-direitos civis nos Estados Unidos e na Europa ocidental pôs em dúvida a legitimidade do saber especializado e da visão tecnocrática dos problemas da sociedade. Em segundo lugar, a crescente limitação das capacidades redistributivas do Estado, especialmente nos países da OCDE afetados pela crise petroléira e as sucessivas recessões económicas. E, finalmente, a importância numérica e financeira e da burocracia nestes países acabou por gerar disfunções tanto da administração pública como pela coordenação entre governo nacional e governos locais, o que comprometeu os resultados das políticas.

Mesmo assim, destacamos dois elementos relevantes na concepção de políticas em Lasswell para a orientação no início desta pesquisa em questão: Lasswell (1992 [1951]) chamou a este novo campo de estudo como as “ciências das políticas da democracia” (policy sciences of democracy) (p. 93), pois para ele, as políticas deviam ter como finalidade o desenho de políticas democraticamente orientadas ao “aperfeiçoamento da democracia” (Roth, 2017, p. 48; Aguilar, 2013, p. 39). E a confiança de Lasswell no desenvolvimento de métodos de pesquisa empírica envolveu a aproximação multimetodológica de disciplinas como a economia e a psicologia, para que contribuíssem de forma efetiva aos governos para que tomassem melhores decisões políticas reforçando uma perspectiva interdisciplinar (Aguilar, 2013). Nas palavras de Roth (2017): “era pouco comum na época, mas que permitiria uma interação criativa entre os físicos, os cientistas e os homens de ação” (p. 51). Além do mais, seu processo de elaboração (policy process) deveria integrar “os objetivos e os métodos da ação pública e privada com a esperança de aumentar a racionalidade das decisões dos governos” (Roth, 2017, p. 71).

Deve-se distinguir o conceito de política (*polity*), concebida como o âmbito do governo das sociedades humanas e suas estruturas, de política (*politics*) como atividade de organização e luta pelo controle do poder. A palavra política (*policy*) refere-se à designação dos propósitos e programas das autoridades públicas e aos princípios que governam essa atuação política dirigida a uns determinados fins públicos. O conceito expressa uma ação sobre meios e fins, muitas vezes a partir da definição de um problema definido como público que contém no seu diagnóstico causas e consequentes efeitos. Por tanto, para a sociedade implica mudanças: modificação de situações, sistemas, práticas e condutas individuais e coletivas, mas também uma finalidade: melhorar uma condição social, económica ou política, que gere um benefício reconhecido pela sociedade. Não se pode perder de vista o fato que essas mudanças impactam na produção da subjetividade humana e, destarte, elas não podem ser resultantes de uma racionalidade desprovida de uma emocionalidade.

Desde que as políticas públicas e suas múltiplas conceptualizações inseriram-se na administração pública como ferramentas do “fazer cotidiano” dos governos houve um processo de tecnificação da mesma, sendo urgente retomar a dimensão da dignidade humana presente em sua gênese (Lasswell, 1951; González Suárez, 2008; Silva, 2012; Roth, 2017). No âmbito da política, elas emergem como espaços e territórios simbólicos (ou não) nos quais as relações sociopolíticas e de disputas de poder; de segregações que se materializam provocadas pela pobreza e pela degradação ambiental (Sassen, 2015; Mello-Théry, 2011; Mello-Théry et al. 2022; Oliveira & Moreira, 2017), bem com via implantação de modelos socioeconômicos (Cecchini, 2012) que tem favorecido os interesses de grupos oligárquicos (Mayol, 2012, 2019) e promovido a plutocracia (Brown, 2019). Essa face das políticas públicas contemporâneas afetam a qualidade da democracia especialmente na América Latina e em outras regiões marcadas pela pobreza.

Lascoumes & Le Galès (2014) são enfáticos em argumentar que as políticas públicas geralmente experimentam fracassos, raramente alcançam as metas fixadas. Alguns autores conjecturam que as falhas das políticas públicas se explicam pela capacidade de resistência de grupos de interesse e de

coalisões poderosas. O Estado também não está isento de interesses particulares, tem clientelas. As políticas estão influenciadas por associações que protegem suas vantagens (materiais ou simbólicas). Há autores que vão além e propõe que no lugar de grupos de interesse há grupos de pressão (Cavalcanti, 1958; Taglialegna, 2006; Esparcia, 2011).

Outra forma de ver os fracassos das políticas públicas é mediante as perspectivas da inefetividade como defeito na implementação; a ineficácia sobre a debilidade dos resultados obtidos e; a ineficiência vista desde a perspectiva económica (Lascoumes & Le Galès, 2014). Mas certo é, também que há vezes que essas políticas naufragam, mesmo com o apoio desses grupos, porque a sociedade decide mobilizar-se, resistir face as injustiças que tais políticas lhe infligem. A injustiça é, com certeza, uma emoção que gera uma força motriz para a mudança social (Silva et al. 2018; Sandoval, 2001; Moore Jr, 1987).

John Dewey (1915) foi um dos primeiros em apresentar a ação pública como “uma proposição experimental” de transformação do social e não como um mandato (Lascoumes & Le Galès, 2014). Segundo Silva (2018a), a Ação Pública é uma outra maneira de ver e lidar com os problemas sociais entendidos como públicos, objeto do que tradicionalmente se conhece como políticas públicas produzindo um giro ontológico na compreensão da dinâmica social e política das relações humanas. Na realidade, a ação pública tem a virtude de ver e lidar de outra maneira, uma série de fenómenos que ocorrem ao redor da coisa pública (*res pública*), como a participação, os instrumentos e a governança entre outros, inclusive a governança-de-si, uma vez que esta implica no outro e na coletividade.

O conceito de ação pública, pelo menos na França, foi substituindo rapidamente o próprio conceito de política pública dadas as suas utilizações, muitas vezes, insatisfatórias e retóricas. Ação pública é, de fato, um conceito genérico e, como tal, a sua expressão empírica ultrapassa largamente a noção de política pública. A ação pública pode assim ser definida como o conjunto dos processos sociais por meio dos quais são tratados os problemas considerados

da competência dos poderes públicos e cuja resolução determina, em parte, a sua legitimidade e responsabilidade.

É evidente que nem toda a ação pública tem necessariamente as características de uma política pública e, a menos que a própria expressão seja esvaziada de qualquer significado real, não podemos fazer de um amontoado de medidas díspares e de gestos diversos a manifestação de uma ação controlada. Como sabemos, o poder político é visível, o que explica a importância das dimensões simbólicas na comunicação política e o fato de ser, muitas vezes, mais fácil chamar a atenção para as "palavras de sucesso" do que para as "políticas de sucesso" (Duran, 2018).

A ação pública supõe, então, o reconhecimento de práticas comuns/sociais e o reconhecimento de vários interlocutores num papel cada vez mais relevante. Ação pública supõe o reconhecimento do outro no processo de mudar realidades insatisfatórias no seio social. Silva (2018a) entende o reconhecimento como uma ampliação pluralista de atores que, ao mesmo tempo, amplia as capacidades estatais na resolução dos problemas mais complexos. Desta forma, diz Vinícius Furlan (2020), caberia, ao pensar as problemáticas que envolvem a política, engajá-las às questões do reconhecimento e da identidade. A questão do reconhecimento tornou-se a principal gramática das reivindicações feministas como aponta Nancy Fraser (2007). A competição e o conflito, o dissenso e a falta de reconhecimento do outro podem ser a base que mantêm acionadas as barreiras que dificultam a ação pública transformadora: a agência dos interesses de cada grupo precisa, como desafio, ser superada. Como pontua Silva (2018a),

Quem sabe, nesse sentido a emergência de uma Psicologia Política da Ação Pública, sobre tudo para aprofundar os elementos relativos à geração de vínculos e às emoções que incidem no processo vivido pelos atores à hora de “nomear, culpar e reivindicar” os direitos que julgam legítimos e são fonte ora de conflitos e dissensos ora de aproximações consensos. (p. 199).

Na ação pública, Estado, sociedade civil e movimentos sociais se articulam, interagem e até mesmo integram com vistas a superar problemas definidos como públicos e realizar um “fazer ético” em torno a um bem comum e reconfigurar, ao mesmo tempo, as relações de poder (Silva, 2018a).

Na ótica da ação pública, o Estado não só perde poder, mas este passa a ser compartilhado com os atores imbricados dos problemas públicos a serem superados. Verifica-se que a ação pública é uma forma de compreensão de dinâmicas sociais até então cindidas e que passam a ser integradas: passa-se de um olhar binário – Estado e sociedade –, para um olhar integrativo e multidimensional – Estado-Sociedade (Silva, 2018a, p. 196).

A ação pública contribui com a mudança social, a resolução de conflitos, aos ajustes entre diferentes grupos e interesses; dirige-se igualmente a partilhar recursos, a criar e compensar desigualdades (Lascoumes e Le Galès, 2014).

Para Zittoun (2017), propor uma ação pública não é somente formular uma proposta de solução a um problema público, senão propor uma redefinição do problema público a tratar e do público a ajudar. Significa também redefinir a distribuição dos recursos e os poderes entre os atores concernidos, designar o decisor e os atores influentes, e mais amplamente, definir uma maneira de governar e de produzir uma ordem pública. Portanto, o processo de fabricação de uma política pública é indissociável da capacidade dos atores para impor sentido no seio das lutas de definição e de identidade que integram estas dimensões.

A extensão do sistema político a novos atores, como ocorre na Europa, por um lado, e as autoridades locais, por outro, marca irremediavelmente o fim de uma concepção da política identificada unicamente com o Estado. Assim, o presente da ação pública nos lembra as lições de uma sociologia histórica, segundo a qual o Estado é só uma das possíveis realizações da política. De volta à história, o Estado já não pode ser figura universal, hierárquica e integrada da ordem política (Duran, 2001), da mesma maneira que a concepção de um sujeito unificado perdeu sentido na contemporaneidade marcada pela fragmentação que gera múltiplas identidades coletivas (Prado, 2001; Melucci, 1996).

Assim, com a inclusão de novos atores, a resolução dos problemas não só se dá na ação do governo senão numa governança participativa e democrática (Mello-Théry et al., 2022; Silva, 2022). Neste sentido, a ação pública se configura como um modelo botton-up na intervenção de problemas públicos. Trata-se de uma característica endógena no sentido de contar com as

capacidades próprias de um território e seus atores. Ao mesmo tempo, implica numa gestão mais participativa que envolva os distintos níveis da governança: local, estadual/provincial, regional e nacional (e até supranacional). Além do mais, a ação pública permite observar melhor os graus de coesão e compreensão da natureza do poder, a mudança social centrada nas interações dos atores e a dinâmica do reconhecimento do Estado da identidade desses atores, de seu programa e de seu poder.

O que torna relevante o estudo da ação pública é o seu caráter não necessariamente linear. O problema social pode mudar no tempo passando por diferentes momentos, pode se perder, pode se transformar mediante um processo político intra ou interorganizacional. Ao mesmo tempo, este enfoque, nos lembra que as definições dos problemas são socialmente construídas e que pela produção de categorias podem ser processados no tempo (Bonilla & Rojas, 2017).

Na perspectiva de Le Galès (1998), a governança é um processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições para lograr metas definidas coletivamente em entornos fragmentados e caracterizados pela incerteza. Uma nova forma de interação entre atores em torno às políticas públicas com ideias de direção de governo sem outorgar primazia ao Estado. A governança aparece como uma forma de governo (em seu sentido mais amplo, onde a coerência da ação pública (a definição de problema, a tomada de decisões e sua implementação não passa por uma ação isolada de uma elite político-administrativa, homogênea e centralizada, senão pela adoção de formas de coordenação em diferente níveis e de muitos atores, cujo resultado, sempre incerto, depende da capacidade dos atores públicos e privados para definir um espaço comum, de sua capacidade de mobilizar especialistas de diversas origens e implementar modos de responsabilização e de legitimação das decisões, muitas vezes em tempos de políticas eleitorais e tempos de políticas dos problemas (Espinoza, 2002).

A produção de significados não está restrita somente aos intelectuais profissionais, senão provem daqueles que definirão a relação com o mundo. É por isso que na construção de um referente, quase sempre encontramos um componente de identidade extremamente forte definido pelo lugar e seu papel

na sociedade. A elaboração de uma política pública é, por sua vez, um processo de construção de uma nova forma de ação pública, um processo pela qual o ator coletivo trabalha sobre sua identidade coletiva (Muller, 2010). É o que acontece por exemplo com a *Confederación de Trabajadores de la Salud* (Confederación Fenats) no Chile. Mediante o fortalecimento de uma identidade coletiva -dos trabalhadores da saúde pública- defendem ações públicas em torno ao orçamento nacional para a saúde, as condições de trabalho pós pandemia, o reconhecimento profissional de cursos vinculado à saúde, das relações com pacientes, da estrutura de convivência profissional, participação na gestão pública, entre outras diretrizes de trabalho com o Estado.

A teoria da governança distingue-se de outras teorias em que não situa as demandas (necessidades) na sociedade, e as capacidades nos governos. Pelo contrário, necessidades e capacidades, em suas tensões (dinâmica de interações), pautas (complexidade e interdependências) e atores (diversidade de significados e interpretações) podem ser contempladas ao mesmo tempo como elementos sociais e políticos, públicos e privados, sociais e estatais em suas mutuas interdependências e interrelações (Ruano de la Fuente, 2002).

A ação pública tornou-se um método institucionalizado de incidência na tomada de decisões da gestão pública, propiciado pela participação multinível e permanente de cidadania na sua capacidade de participação, gestão e fiscalização. Hoje a ação pública está institucionalizada no governo da França, onde estão priorizadas 26 políticas que cobrem dez dimensões essenciais na vida cotidiana de seus cidadãos (Gouvernement de France, 2021, 2023).

Além de pensar numa “escola francesa de políticas públicas” que poderia sugerir uma maneira de pensar um “*french touch*” da análise das políticas públicas, isto é, de um espírito, de um estilo, de um tom, certamente influenciado por certa realidade local da ação pública e da ciência política, caracterizado por uma abertura teórica e metodológica, tem a vocação de ser adaptado e enriquecido ao confrontar-se com outros campos de pesquisa e outras tradições intelectuais (Boussaguet, Jacquot, Ravinet, 2016). Desta forma, a psicologia política insere-se no estudo da ação pública contribuindo epistemologicamente à compreensão de seus fenômenos.

No entanto, a ação pública representa o contexto ideal para observar os mecanismos emocionais para a resolução de problemas definidos como públicos, enquanto a centralidade do Estado é relativizada para dar lugar a uma ampla participação social.

1.4. Da sociologia à psicologia política da ação pública

A utilidade de uma abordagem é melhorar nossa compreensão dos fenômenos sociais e eventualmente ser uma ferramenta para a ação. A racionalidade epistêmica como uma racionalidade da descrição e explicação e a racionalidade prática como uma racionalidade de ação são de natureza e alcances diferentes, porém revelam-se hoje cada vez mais interdependentes. O âmbito explicativo das ciências sociais deve, de fato, distinguir-se de seus usos, mas os usos não podem permanecer estranhos às possibilidades oferecidas sobre os avanços das ciências (Duran, 2018). Entretanto, Jean-Claude Thoenig (2005) tem uma visão mais crítica ao dizer que as ciências sociais por vezes também apresentam outra tendência infeliz. “Ao descobrirem fenômenos até então pouco tratados por elas, pagam um tanto precipitadamente a possibilidade de sua existência concreta em épocas passadas” (p. 7).

Por outra parte, os sociólogos, dizem Lascoumes e Le Galès (2014), e especialmente Talcott Parsons, insistem mais sobre a definição do político em termos de capacidade de mobilização e de coordenação de atores sociais em torno a objetivos debatidos coletivamente. De fato, a sociologia das organizações contribuiu fortemente para o desenvolvimento das pesquisas empíricas sobre políticas públicas, por meio de uma abordagem em termos de ação organizada (Musselin, 2005) baseada em quatro elementos:

“a) uma abordagem pelas organizações administrativas (e não pelas decisões) e pelos atores em interação (aos níveis micro e meso mais do que macro); b) uma abordagem indutiva baseada em estudos de casos aprofundados utilizando métodos qualitativos (entrevistas em primeiro lugar, mas também observação); c) uma visão fragmentada da ação pública baseada na racionalidade limitada dos atores, questionando a coerência implícita da noção de política pública; d) uma ênfase nos limites da mudança e no lugar da política (com ênfase no

papel de liderança dos atores administrativos)” (Hassenteufel e Porto de Oliveira, 2021, p. 20).

Sobre a proposta de Musselin (2005), é importante destacar o seguinte: encontramos pontos em comum com outros marcos teóricos, campos e disciplinas das ciências sociais. A perspectiva da sociologia para o estudo das organizações administrativas; a interação dos atores, próprio dos estudos sociológicos a nível micro e meso, Mead estudaria a interação simbólica a entre os atores a nível micro, considerada hoje uma das mais importantes teorias sociológicas; a necessidade de contar com estudos de casos aprofundados para explicar do particular a uma teoria mais geral de médio alcance. Logo, dada a complexidades, particularidades e singularidades dos casos – ainda mais em políticas públicas- são preferíveis os mecanismos de explicação causal referidos por Elster (2002). Além do mais, se deve á natureza de meio alcance do mecanismo explicativo para a compressão de fenómenos mais complexos e singulares.

No âmbito da ação pública, Patrick Hassenteufel e Osmany Porto de Oliveira (2021) propõem que dois fatores chaves na França na década de 1980 contribuíram para a perspectiva sociológica da análise de políticas públicas: a descentralização e a crescente europeização e essas duas evoluções correspondem a uma multiplicação dos atores das políticas públicas.

Desta forma se observam interpretações em distintos níveis de ação. As subnacionais compreendidas pelas províncias, o que equivale aos Estados federados no Brasil, as Regiões no Chile e as Províncias e seus governadores na Argentina. A erosão das fronteiras público-privadas provocadas certamente pela implementação da doutrina neoliberal na época; exemplo disso são a diminuição do Estado para dar lugar às empresas, no fornecimento de bens e serviços, o surgimento do Estado subsidiário, a alteração dos métodos de intervenção.

Na reestruturação do Estado contemporâneo, diz Lascoumes e Le Galès, (2014), com o advento das pressões neoliberais, a perspectiva mais *Estadocentrista* das políticas públicas perdeu força o que favoreceu o aparecimento de uma pesquisa denominada Sociologia da Ação Pública que considera a grande diversidade de atores e de formas de mobilização, que

reconhece esta nova configuração política e interroga a recomposição do Estado, “um ponto a miúdes cego da sociologia” (King & Le Galés, 2011).

De fato, Porto de Oliveira (2022) aponta algumas categorias de análise da sociologia das políticas públicas que servem de referência para o estudo da ação pública, considerando os diferentes momentos dos processos de produção e resultados:

The observation of the practices of agents, their discourse and strategies, the power relations they are involve I, the challenges they face and their networks is also a key tool for proving a sociology of global public policy making. Investigating agents in their “natural global public policy making habitat” can be of great heuristic value (2022, p. 63).

Porém, note-se que todas essas categorias apontadas refletem o talante macro e meso da pesquisa sociológica das políticas públicas. Deixando de lado o que acontece com o indivíduo imbuído no processo, ou seja, a dimensão microssocial da realidade (Sandoval, 1989). Porto de Oliveira (2022) definem, posteriormente, alguns desafios e oportunidades para a pesquisa de políticas públicas no âmbito global relacionados com os problemas específicos analíticos: o papel dos agentes, os espaços onde eles operam, suas estratégias de trabalho, suas ideias e interesses e setores de pesquisa tais como a proteção social, saúde, educação, finanças, urbanismo, assim como contextos e objetos empíricos que não têm sido explorados em profundidade até o momento.

A Sociologia da Ação Pública é, antes de tudo, uma forma de refletir sobre as novas configurações entre o Estado e a sociedade civil, entre uma ou várias autoridades públicas democraticamente legítimas e as múltiplas formas de mobilização dos atores sociais que tratam de organizar e promover seus interesses tanto simbólicos como materiais (Lascoumes & Le Galès (2014). A sociologia da ação pública não é uma teoria ou corrente de pensamento fechada. Ao contrário, diz Hassenteufel e Porto de Oliveira (2021), trata-se de um campo em permanente revisão e crítica, com disputas e clivagens, mas que compartilha elementos comuns, que são próprios da forma como a análise das políticas se constituiu na França e da sua relação com a produção no campo intelectual -principalmente com o mundo anglo-saxão.

A sociologia da ação pública rompeu com as visões hierárquicas, racionais e estáticas, porém não deixou de lado a dimensão política e trabalha sobre as relações entre regulação social e regulação política, entre o que é governado pelas políticas e o que não é governado (Lascoumes & Le Galès, 2014). São frequentes as referências a autores como Bruno Latour, Michel Foucault, Pierre Bourdieu na sociologia da ação pública na França (Hassenteufel e Porto de Oliveira, 2021). Embora já foram frequentes na análise das políticas públicas (Roth, 2012). “Analisar as políticas públicas também significa tentar compreender a realidade para além dessa política”, diz Muller (2021; p. 14), pois vai muito além da compreensão dos mecanismos de construção e implementação de políticas públicas.

É no contexto de ampliação e de pluralização do campo de pesquisa no Brasil que a sociologia da ação pública pode ser introduzida como uma alternativa adicional no mosaico disponível de instrumentos analíticos. A oportunidade que oferece esta abordagem pode contribuir significativamente com novas perspectivas, teorias e conceitos para complementar, estimular e ampliar, não só a produção de conhecimento no campo da análise de políticas públicas, mas também a interdisciplinaridade das pesquisas (Hassenteufel e Porto de Oliveira, 2021).

Porém, a nosso ver, a sociologia da ação pública não enxerga de perto os atores em questão, o sujeito da política pública e sua estrutura de emoções muitas vezes não observáveis, não latentes, não é objeto de sua observação. A análise empírico-teórica mostra como situações e condições internas e externas constituem mecanismos de desencadeamento de sentimentos e emoções que por vezes aceleram ou retardam certas decisões ou que também podem conduzir a certas decisões de política pública equivocadas ou assertivas. O fato é que elas podem não ser fruto de uma expectativa de racionalidade livre dos afetos. Por isso importa averiguarmos quais são os mecanismos que conduzem os processos decisórios levando em consideração emoções, sentimentos e afetos. Como influenciam as relações de poder entre os atores e as condições externas conducentes à ação pública? Em suma, que papel desempenham as emoções na elaboração e implementação de políticas, programas, planos e projetos no domínio da ação pública?

E as críticas provêm da mesma sociologia quando nos provê a imagem de um governo e uma função pública cuja tranquilidade e determinação cobriam, na realidade, a incerteza de suas escolhas e o caráter limitado da racionalidade da ação. Laurie Boussaguet, Sophie Jacquot e Pauline Ravinet (2016) escrevem:

Apoyándose em trabajos de sociología de las organizaciones, mostraba también que la puesta en marcha de los programas públicos, lejos de ser el largo río tranquilo de la ejecución *sine ira ac studio* del modelo weberiano, podría sorprender con creces a nuestros gobernantes (p. 37).

Para complementar estas questões Claudio Figueroa e Pablo Arias (2016) nos lembram de um ponto de inserção da psicologia política quando pensamos na superação ou a manutenção de determinadas relações de produção em contradição com o desenvolvimento das forças humanas que dependem também de forças e disposições psíquicas, o caráter e a capacidade de transformação dos grupos sociais. Nesse sentido, Max Horkheimer (1981) afirma que

esta psicología tendrá que investigar hasta donde la función del individuo en el proceso productivo es determinante de la configuración de sus formas de carácter y de conciencia, y ello por obra de su destino en una familia organizada de tal o cual manera, por la acción de las fuerzas sociales formativas en este lugar del espacio social y también por la forma que tenga su propio trabajo en la vida económica. Habrá que investigar como llegan a crearse mecanismos psíquicos por cuyo intermedio pueden permanecer latentes aquellas tensiones entre las clases sociales que, sobre la base de la situación económica, tienden a generar conflictos (p. 33).

Costa (2007) constata que, normalmente na formulação de políticas públicas para populações vulneráveis, não se leva em conta os aspectos psicopolíticos que repercutirão nas ações e nos engajamentos dos indivíduos nessas políticas, assim como também não se considera o repertório de significados desses indivíduos sobre a realidade social.

Descobertas recentes mostram que elementos externos, tais como catástrofes sociais e naturais (Godoy-Flores & Silva, 2023) e acidentes, entre outros, desencadeiam emoções que por sua vez aceleram certas formas de ação. O ambiente organizacional, os sentimentos adversos, certos estados de

espírito e outras emoções coletivas desencadeiam ações individuais e coletivas (Zanon & Palassi, 2011).

A popularidade da ação pública na França sugere algo mais fundamental e mais implícito ao mesmo tempo. Em poucos anos e sem que sejamos sempre conscientes dos avanços logrados, as ciências sociais acabaram mudando a perspectiva, adotando um novo referencial tanto teórico como metodológico (Thoenig, 2005). Nesta perspectiva, insere-se a psicologia política contribuindo com uma bagagem epistemológica e metodológica para abordar os temas das políticas públicas e da ação pública (Lasswell, 1936, 1951; Costa, 2005; González Suárez, 2008; Souza, 2015; Furlan & Silva, 2022; Silva, 2023). Como diz Telma Souza (2015), para um papel analítico das políticas públicas como de intervenção para a construção, afirmação (legitimação) ou negação (antagonismo) dessas políticas, comprometida com as objetivações. A Psicologia política pode contribuir para “desnaturalizar a ideologia conservadora e, com isso, contribuir para a efetivação de uma gestão democrática das políticas sociais, que favoreça uma cultura participativa” (2015, p. 224). A partir de diversos trabalhos, autores como Maria Lara, Henrique Aragusuku, & José Costa (2021), destacam a fértil proximidade da psicologia política com as políticas públicas no contexto latino-americano.

Phillip Hammack & Andrew Pilecki (2012), com base na declaração clássica do psicólogo social Ted Sarbin (1986a), argumentam, por exemplo, que a narrativa representa uma metáfora raiz ideal para a psicologia política em sua capacidade de resolver o problema analítico de vincular a mente e a sociedade.

We suggest that Sarbin's (1986a) notion of a narratory principle—“that human beings think, perceive, imagine, and make moral choices according to narrative structures” (p. 8)—can be applied to an understanding of psychological phenomena of interest to political psychologists, including political cognition, decision making, ideological identification, collective beliefs and emotions, and motivation to engage in various forms of political behavior, including political violence (p.76).

Partir da sociologia à psicologia política da ação pública é uma mudança de perspectiva de análise que permite incorporar novos elementos para uma melhor compreensão do fenômenos políticos, que envolva questões próprias dos seres humanos como o interacionismo emocional e simbólico, que

inclui também dimensões cognitivas. Trata-se de uma perspectiva interdisciplinar das ciências sociais que compreende aspectos subjetivos para investigar a construção social e política da realidade e nela intervir (Silva, 2023).

1.5. O Estudo das Emoções nas Ciências Sociais

Uma perspectiva de pesquisa propões analisar o resultado de uma política pública como uma agregação de interações e de decisões individuais. Segundo a sociologia da ação (Boudon, 1992), entender as decisões requer voltar a atenção nos atores decisores e seus critérios, a racionalidade de suas eleições e suas crenças. Os trabalhos mais analíticos sobre a racionalidade insistem sobre as dimensões cognitivas e as tensões psicológicas das decisões (Lascoumes & Le Galès, 2014). Mas, não resta dúvida então, que ainda há um *mainstream* internacional que apoia a escolha racional como domínio na interpretação dos fenômenos sociais.

Nesta linha, não são poucas as referências emocionais que hoje -depois de muita resistência- se elaboram nos estudos das disciplinas das ciências sociais. Com efeito, diversos autores vinculam as disciplinas das ciências sociais com as emoções para explicar diversos fenômenos, principalmente sociais. Começamos com o trabalho de Regina Giora, Fernando González-Rey, Ana Maria Lenzoni, Silvia Lane, & Yara Araujo (2000) intitulada Arqueologia das emoções. Lane explica, num contexto psicossocial que arqueológico -no estrito sentido da disciplina-, os motivos de sua opção por estudar, principalmente a linguagem e as emoções. Nesta obra, Lane afirma a importância dos temas para a compreensão da constituição individual, bem como dos princípios intrínsecos a ela que permitem a comunicação com o outro, pois ambas estão na base da construção do saber, manifestado por meio das representações sociais, da imaginação e mesmo da fantasia, mas também das ações, de projetos e de suas revisões, enfatizando a importância do grupo e das relações dentro dele na produção de significados de uma sociedade, descrevendo as relações entre linguagem e ideologia (Lane, 1999; Calderazzo, 2015).

Na obra *The Geopolitic of Emotion*, Dominique Moïsi (2010) defende a ideia de que as emoções são essencialmente subjetivas e não puramente irracionais. Baseado nas convicções que o mundo em que vivemos não pode ser entendido sem tratar de integrar e compreender as emoções que ajudam a moldá-lo. E que as emoções podem ser boas ou más. O problema é encontrar o correto equilíbrio entre ambas. Sem reconhecermos a influência crucial das emoções que parecem controlar-nos, muito mais do que nós as controlamos, é simplesmente impossível entender o curso da história.

A geografia convida-nos a mapear as emoções na busca de padrões de entendimento. Se não integramos as emoções na nossa análise no mundo, corremos o risco de ignorar um aspecto fundamental da vida política. Não podemos começar a compreender o conflito Israel e Palestina sem a perspectiva emocional. “This is of course a conflict about land, security, prosperity, and sovereignty, but it is also charged with emotions” (p. 17). E argumenta que as emoções refletem o grau de confiança que a sociedade tem em si mesma. E é esse grau de confiança que determina a habilidade da sociedade para se recuperar após uma crise, responder a um desafio e ajustar-se para enfrentar novas circunstâncias.

Por sua vez, a sociologia das emoções, dizem Blanca Urrutia e Daniel Fuster (2019), sem ignorar os componentes biológicos e psicológicos da emoção, põem ênfase no marco social, no interior da qual se desenvolvem os processos afetivos. Estudar as emoções desde o social implica reconhecer que será em relação a contextos estruturalmente estabelecidos que surgem as emoções. A partir desta constatação se desenvolveram diversos enfoque sociológicos para estudar o fenómeno emocional (Turner & Stets, 2006). Para Manuel Maldonado (2016), a sociologia das emoções parte da premissa de que a conduta individual e as interações humanas estão constringidas por estruturas sociais reguladas por sistemas simbólicos, de forma que tanto a avaliação cognitiva como a ativação das emoções estão, até certo ponto, influenciadas pela relação entre cultura e estrutura social: o indivíduo próspero pode sentir nojo por formas de vida marginais, enquanto o excluído pode experimentar ódio sobre aquele. As emoções não são indiferentes ao contexto.

Segundo Elster (2002), a análise psicológica das emoções tem pouco mais de 100 anos de história. “*The expression of the emotions in man and animals*”, de Darwin (1872), e “*What is an emotion?*”, de William James (1884) são os primeiros estudos das emoções que utilizaram metodologias científicas. Y que podemos aprender mais dos moralistas, dos romancistas e dramaturgos sobre um importante subconjunto de emoções, do que os descobrimentos acumulativos da psicologia científica. Tais emoções podem incluir o remorso. O alívio, a esperança, a cólera (ira), o desespero, a alegria, a pena profunda e o amor romântico. Em conta, o estudo científico das emoções pode nos ensinar muito sobre a ira, o medo, o nojo, o amor paternal e maternal, a surpresa e o desejo sexual (se consideramos estas duas últimas como emoções). E que resulta difícil o estudo das emoções mais complexas por uma série de restrições de caráter ético, financeiro, capacidade de observação, método, entre outros. E coloca como exemplo eventual, uma experimentação para determinar a força relativa do interesse próprio e da emoção, onde tenha que se criar uma situação complexa antiética e inviável economicamente.

Entretanto, na psicologia Política há várias menções sobre o papel das emoções no estudo político e social. De acordo com Salvador Sandoval (2001), a Psicologia Política é um campo emergente na psicologia brasileira que busca investigar a participação e o comportamento político na intersecção entre psicologia e política, pretendendo, assim, examinar o papel do pensamento humano, as emoções e os fatores sociais como determinantes do comportamento político. Para o autor, a Psicologia Política é um campo interdisciplinar que utiliza teorias psicossociais e sociais para analisar o mundo da política e o comportamento das pessoas numa sociedade referenciada pelo Estado (Sandoval, Hur, & do Amaral Dantas, 2014). Diversos autores (Rosa, 2015; Tavares, 2018) destacam a renovada relevância do papel das emoções principalmente no MACP -modelo insigne da psicologia política- para o estudo do comportamento político.

1.6. Uma psicologia política da ação pública

A sociedade moderna exige cada vez mais explicações e resoluções que procurem a paz, o bom governo e uma melhor qualidade de vida para as pessoas que a ela pertencem. E a complexidade social coloca a necessidade de entender os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva de estudo interdisciplinar no cenário de uma era de maior incerteza. Por esta razão, desde os anos 70, na Europa, Estados Unidos e América Latina, um campo de estudos interdisciplinares nas ciências sociais, denominado psicologia política, tem sido resolutamente desenvolvido.

A psicologia política dos anos 80 resgatou a ideia do campo interdisciplinar de estudos das ciências sociais orientada para ação. No mesmo período em que Ignacio Martin-Baró reclamou por uma psicologia comprometida, engajada com as transformações da sociedade principalmente onde ele observara a pobreza, a violência e a dominação das elites, entre outros flagelos da sociedade (Martín Baró, 1991).

Para muitos autores, este campo de estudos é derivado da psicologia e é dedicado à análise de fenômenos políticos em termos de seus aspectos psicológicos, intervenção em fenômenos de incidência política em termos de princípios psicológicos, análise crítica na interpretação de fenômenos políticos e análise de temas selecionados, tais como poder, liderança, corrupção, etc. (Oblitas, 1999).

Segundo José Manuel Sabucedo (1996), no livro *Psicologia Política*, foi nos anos 70 que se tornou evidente a necessidade de formalizar em uma nova disciplina a enorme variedade de obras que relacionam diferentes processos psicológicos com diferentes temas políticos. No entanto, no âmbito dos temas de investigação atuais e da sua aplicação metodológica, a psicologia política permitiu alargá-la a quase todos os campos das ciências sociais, que em vez de ser dispensada, conseguiu interrelacioná-los. Tanto assim, que nos diferentes núcleos de estudo ou pesquisa da psicologia política da América e Europa, é comum encontrar profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Psicologia política, tal como definida por Silva (2015): "tem-se distinguido no campo da interdisciplinaridade das ciências sociais, que se faz na

"encruzilhada" do conhecimento, nos interstícios disciplinares (p. 34)". É precisamente esse encontro, no tempo e no espaço, em que a psicologia política transcende como alternativa original de investigação de fenômenos sociais e políticos onde uma disciplina das ciências sociais, isolada na sua abordagem, não é suficiente para sustentar uma teoria que adverte tais fenômenos.

Nesta mesma linha, Sabucedo (1996), já levantou inclusive que a vocação interdisciplinar colaborativa da psicologia política garante a pluralidade de enfoques, perspectivas e sensibilidades necessárias para abordar questões tão relevantes e de tal transcendência social. É também essencial considerar a definição de Maritza Montero (2009) de uma psicologia política multidisciplinar que, com métodos científicos, procura explicar os fenômenos sociais e os mecanismos de poder que os influenciam:

La psicología política es un espacio multidisciplinario que se ocupa de describir, analizar y explicar los fenómenos que atañen a la vida pública en función de las prescripciones sociales generadas para organizar esa vida, y de los mecanismos de poder que operan en ella, poniendo de manifiesto los recursos comunicativos, persuasivos y de fuerza empleados en ese espacio (2009, p. 204).

Alexandre Dorna (2016), na Introdução do livro *Contribuições à Psicologia Política na América Latina, contextos e cenários atuais*, enfatiza esta noção diante das prioridades e emergências sociais, argumentando a necessidade multidisciplinar de explicar os comportamentos políticos e sociais. Este mesmo autor esboça, para a psicologia política, a tarefa de estudar os distúrbios psicológicos da ordem social, pois deve responder aos problemas excepcionais do comportamento coletivo: "crises, revoltas, revoluções e os grandes fenômenos da psicopatologia coletiva" (p. 16).

Esta definição é uma clara alusão a uma perspectiva, cujo processo de investigação vai desde a psicologia até aos fenômenos políticos ou de intervenção política. Porque hoje, como se têm observado, fenômenos políticos complexos vão de um processo investigativo a um campo de estudo muito mais amplo para sua compreensão.

Esta perspectiva também é reforçada por Knutson e Stone (citado em Dávila, Fouce, Gutiérrez, Lillo de la Cruz, & Martín, 1998) definindo a psicologia

política como: "O estudo científico dos fatores psicológicos que determinam o comportamento político e o efeito dos sistemas políticos sobre os processos psicológicos" (p. 25). Isto também reforça que cada vez que a psicologia política se aproxima do mundo anglo-saxónico, aproxima-se da influência psicológica da política como campo de estudo e compreensão dos fenómenos sócio-políticos.

Maldonado (2016), considera que a inclinação natural dos seres humanos em estruturar a realidade mediante narrativas ou histórias permite vincular-se afetivamente com os acontecimentos, fundamentos para a psicologia política, isto é, como ferramenta para a compreensão de fenómenos psicológicos como a cognição política, a tomada de decisões, a identificação ideológica ou as emoções coletivas.

Las ideologías también poseen una fuerte dimensión emocional. Hay una necesidad humana de sentido que ellas bien pueden satisfacer; razón por la cual, dicho sea de paso, los tiempos de crisis hacen florecer sistemas de creencias más extremistas (p. 99).

A contribuição de Sigmund Freud para a configuração política da psicologia política é também relevante para a compreensão destes fenómenos. Neste sentido, García (2013) expõe também a contribuição freudiana mais próxima aos campos da psicologia social e da psicologia política, tanto para o tema geral como para a abordagem foi a Psicologia das massas e análise do eu, trabalho que Sigmund Freud (1856-1939) tornou conhecido em 1921 (Freud, 1921/1981) e onde podemos perceber claras influências do pensamento de Le Bon.

Entretanto, a psicologia política é apresentada como uma disciplina de longa data, de origem remota, que teve como tema central em sua gênese, os fenómenos políticos que afligiram a sociedade de seu tempo, pela mão de pensadores que não eram psicólogos, mas que encontraram nesta disciplina emergente, vertida da filosofia política, da sociologia, da psicologia das massas e da ciência política, uma ferramenta para entender seu tempo. Hoje em dia, a psicologia política tem definições diferentes dependendo da ênfase que cada autor imprime, de acordo com o assunto abordado, e da latitude geográfica de onde se encontra; contribuindo para a reflexão crítica dos fenómenos sociais e políticos, próprios de um campo de pesquisa como uma possibilidade de

desdobramento das ciências sociais com a intensão de transformar a sociedade.

No final da década dos 80, Salvador Sandoval apresenta um Modelo Analítico da Consciência Política (MACP) que, com o passar do tempo, tornou-se uma referência notável nos estudos da Psicologia Política brasileira, mas que lentamente pesquisadores de outros países latino-americanos começam a adotar o MACP como marco de referência teórico para suas pesquisas sociopolíticas. A perspectiva psicopolítica do MACP propõe, mediante uma série de dimensões cognitivas provindos de diferentes disciplinas das ciências sociais, um marco de referência teórico próprio do interacionismo simbólico da sociologia para compreender as formas de ação individual e coletiva. Porém estas dimensões estão mediadas pela “estrutura das emoções” onde os sentimentos possuem um papel importante pois “dialogam” com cada uma destas dimensões para determinar as formas de engajamento na ação, seja individual ou coletiva. Este marco teórico possui um potencial nada desprezível ao combinar de forma interdisciplinar elementos provindos das ciências sociais para o estudo de fenômenos socio políticos complexos. Na proposta deste trabalho, a ação individual e coletiva dá espaço para ação pública num esforço de caracterizar o papel das emoções.

Em suma, a psicologia política já não é apenas um campo de estudo das ciências sociais, mas uma disciplina importante e original de carácter interdisciplinar, multidisciplinar e pluridisciplinar que lida com a investigação filosófica, antropológica, historiográfica, sociológica, económica, geográfica e psicológica - em todas as suas sub-disciplinas - sobre os fenômenos políticos e sociais do nosso tempo. Neste sentido, a Psicologia Política possui condições epistemológicas e metodológicas favoráveis para descrever, explicar, analisar e fazer refletir criticamente sobre as intervenções do Estado principalmente sobre as políticas públicas. Esta é a fonte inicial para o estudo da ação pública. Configurando desta forma uma pesquisa teórica de uma psicologia política da ação pública.

Capítulo 2

Metodologia: explicação por mecanismos

"No creo que se pueda encontrar alguna vez una elucidación para la expresión "proceso causal", a no ser que la encontremos como concepto psicológico, pero no como algo referido al mundo físico, simplemente porque talvez no haya material en el mundo sobre el cual desarrollarla".

Eduardo H. Flichman, 1995.

"Felix qui potuit rererum cognoscere causas".

Lucrecio.

As explicações de sucessos ou fenômenos sociais ou políticos utilizam teorias e formulam-se como teorias. Uma boa teoria, diz Stephen Van Evera (2002), tem um grande poder explicativo. Sua variável independente tem um grande efeito sobre uma ampla variedade de fenômenos. Uma teoria importante assinala uma causa que tem um grande impacto, uma que gera uma grande variação numa variável dependente. A maior parte das teorias, nas ciências sociais, possuem um alcance reduzido, porém umas poucas relevantes teorias explicam muitos fenômenos diversos.

Uma boa explicação nos diz que causas específicas produziram um fenômeno específico e identifica o fenômeno geral de qual essa causa específica é exemplo (Van Evera, 2002). Stephen Van Evera (2002) define que uma explicação específica é uma explicação formulada em termos específicos que dá conta de um sucesso determinado. Da mesma forma que uma teoria, descreve e explica causas e efeitos, porém são formulados em termos singulares. Por isso as explicações específicas são também denominadas "explicações particulares" (em oposição a explicações gerais). É preciso lembrar que as explicações específicas também estão compostas por fenômenos causais, causados, intervenientes e antecedentes.

Agora, para chegar às explicações precisamos de um procedimento. Escolhemos, por conveniência, um procedimento conhecido como “mecanismo de explicações causais” ou simplesmente “mecanismos causais”.

O pesquisador Felipe González (2016) resume bem o surgimento dos mecanismos causais:

La literatura sobre mecanismos sociales surge de una reflexión en la filosofía de ciencia sobre el poder explicativo de las ciencias sociales y naturales. En el caso de la primera, como han indicado una multiplicidad de autores, el estudio de los mecanismos sociales busca resolver preocupaciones de distinta índole. Por un lado, surge como respuesta a la pregunta acerca de qué es y cómo proveer una “buena explicación” de los fenómenos sociales. Y por otro, busca entender la relación entre la investigación de relaciones causales y la construcción de teoría (p. 16).

A proposta de mecanismos causais busca propor a construção de teorias que possam fornecer explicações causais e ao mesmo tempo evitar a abordagem positivista tradicional de elaboração de leis universais (Kirschbaum, 2013). Defensores desse ponto de vista argumentam que os mecanismos causais podem incluir na explicação elementos interpretacionistas (Gross, 2009).

2.1. Mecanismos causais

Na filosofia encontramos as primeiras epistemes da noção de causalidade no estudo dos fenómenos. Para Aristóteles, “o verdadeiro saber é o saber pelas causas”. Na compreensão dos fenómenos é mister ocupar-se do vínculo ou nexa lógico existente entre a causa e o efeito (como resultado). Quer dizer, a relação estabelecida entre o antecedente e o conseqüente, o princípio e o fim. “Há sempre uma afinidade entre o que sucede e o que precede”, disse Marco Aurélio. A causalidade assinala a interdependência (vínculos causais) dos fenómenos do mundo, pois não há efeito sem causa (Torres, 1982).

Rolando Nuñez (2014) refere-se às causas como um fator determinante para uma situação, onde “situação” refere-se a um estado, mudança, processo ou ação (ver figura nº 1). De outra forma, se a causa estivesse ausente e não

soubéssemos nada mais, não podemos concluir que existia a mencionada situação.

Elster (2002) propõe a ideia de mecanismo de explicação causal como ponto intermédio entre leis e descrições. Dada a variedade de autores que se referem ao mecanismo, para efeitos desta tese vamos nos referir a eles como mecanismos causais, mecanismos explicativos, mecanismos sociais ou ainda como mecanismos de explicação social. Para os mesmos efeitos transferiremos este conceito para mecanismos psicopolíticos, como uma forma de referenciar-nos no âmbito das relações entre as emoções e as decisões políticas, políticas públicas e ação pública.

De forma preliminar, os mecanismos são pautas causais de ocorrência frequente e facilmente reconhecíveis que são desencadeados em condições geralmente desconhecidas ou com consequências indeterminadas. Eles permitem-nos explicar, mas não prever. O mecanismo oferece uma explicação por que é mais geral do que o fenómeno que nele se insere.

O desafio das explicações baseadas em mecanismos sociais aponta González (2016), é ir além da mera correlação de variáveis e “acurtar” a distância que separa o *explanans* do *explanandum*, ou seja, aquilo que se quer explicar e dos fatores que explicam o fenómeno.

De um grupo de 24 definições de mecanismos sociais, James Mahoney (2001) agrupou e organizou-as em três grupos: No primeiro grupo, os mecanismos consistiriam em variáveis intervenientes que explicam por que existe uma correlação entre variáveis dependentes e independentes, na qual é explicada apelando a outra correlação entre variáveis. No segundo grupo trata dos mecanismos como teorias ou variáveis que podem ser utilizadas para explicar uma ampla categoria de fenómenos. E um terceiro grupo concebe que os mecanismos como entidades não observáveis, que no momento de ser ativadas, desencadeiam efeitos que são de interesse para o pesquisador. Neste caso transcenderia a análise correlacional como um estado a ser medido, seria uma abordagem qualitativa aos fenómenos a serem explicados ergue-se como a principal forma de que o conceito de mecanismos sociais

pode ser entendido e utilizado pelos cientistas sociais (González, 2016) – e políticos.

Da perspectiva que uso aqui, no entanto, os mecanismos são adequados porque o seu maior detalhe permite-nos dar melhores explicações. A compreensão dos detalhes da história causal reduz o risco de explicações espúrias, ou seja, de confundir causa com correlação. Além disso, conhecer melhor os detalhes são intrinsecamente mais satisfatórios para a mente (Elster, 2002). Ainda mais quando, no caso desta tese, contamos com várias dimensões num só modelo analítico psicopolítico como é caso do Modelo Analítico da Consciência Política.

Do ponto de vista da epistemologia das ciências sociais, os mecanismos constituem uma ferramenta de curto e meio alcance, pois não pretende alcançar uma ampla explicação para um amplo número de fenómenos. O que pretende, para determinados fenómenos, é formular uma explicação particular que “sirva” (*faute de mieux*). Em outras palavras, pretende que um mecanismo em particular possa satisfazer a explicação de um determinado fenómeno (Elster, 2002). Assim, no Modelo Analítico da Consciência Política, as dimensões serão contrastadas com os elementos emocionais, ora como variáveis intervenientes, ora como elementos causais.

Visto assim, as explicações baseadas em mecanismos sociais reducionistas, isto é, a nível de ações, constituem uma forma mais de fornecer explicações causais González (2016). Deste ponto de vista, os mecanismos só são bons porque nos permitem explicar quando as generalizações se desfazem, diz Elster (2002).

Elster (2002) ainda faz uma distinção entre tipos de mecanismos. Em efeito existiriam os mecanismos de tipo A que surgem quando uma indeterminação afeta o conhecimento de qual (se houver) de várias cadeias causais possíveis serão postas em marcha. E as do tipo B que surgem quando podemos prever o início de duas cadeias causais que afetam uma variável independente em direções opostas, de modo a que o efeito líquido resulta indeterminado.

O autor menciona a ideia de uma “caixa preta” de regularidades, isto é, a observação de fenômenos que resultam em determinadas regularidades – que é o que se busca nas ciências sociais do pospositivismo- como explicações casuísticas, mas que no fundo se desconhecem os pormenores ou detalhes de uma ou outra explicação. Para Elster (2002), uma teoria é a mesma distância da declaração de se “A, depois sempre B” a se “A, depois sempre C, D e B”. De acordo com a perspectiva apresentada, a passagem de uma teoria para um mecanismo é a passagem de se “A, sempre B” para “se A, às vezes B”. Dado que os pormenores são desejáveis em si mesmos, Elster (2002) insiste também no passo adicional para declarações do tipo “se A, depois por vezes C, D e B”.

Teoria: $A \rightarrow B; A \rightarrow C; A \rightarrow D$ (1)

Mecanismo: $A \approx B$ ou $A \rightarrow C$ ou $A \approx D$ (2)

Neste diagrama de flechas A é a variável independente da teoria. Em quanto B é a variável dependente. Na teoria (1), existe por tanto uma certa regularidade causal no fenômeno observável que permite contar com uma determinada certeza para sua explicação. Pois segundo Stephen van Evera (2002), uma teoria nada mais é do que um conjunto conectado de leis ou hipóteses causais. Logo no caso do mecanismo (2), A não sempre implica B, embora possa explicar C e não explicar D, inclusive ao mesmo tempo. Segundo Elster (2002) os mecanismos “são bons somente porque nos permitem explicar quando as generalizações colapsam” (p. 23) (tradução nossa).

Porém, Elster (2002) adverte que:

Los mecanismos suelen aparecer en pares. Por ejemplo, cuando las personas quieren que el mundo sea diferente de lo que es, el pensamiento desiderativo no es el único mecanismo de ajuste. A veces, como en el caso del cuento de la zorra y las uvas amargas, las personas se ajustan cambiando sus deseos en vez de sus creencias. Pero no podemos construir una afirmación legaliforme que diga que “cuando las personas están en una situación en la que los principios racionales de la formación de creencias inducirían una creencia o expectativa que quisieran que fuese falsa, caerán víctimas o bien de un pensamiento desiderativo o bien de un proceso de formación adaptativa de preferencias” (p. 23, as aspas são do autor).

Por conta disso, Elster (2002) não propõe a explicação por mecanismos como um ideal ou norma. A explicação por meio de leis é melhor, mas também mais difícil (demasiado difícil em muitas ocasiões).

Devemos evidentemente traduzir o que Elster menciona como leis, que nas ciências sociais também fazemos uso das teorias e teorias de meio alcance, como anteriormente mencionamos, mas também de marcos teóricos, marcos referenciais e marcos analíticos que servem para o mesmo propósito dependendo da disposição epistemológica que tenhamos deles: a explicação dos fenômenos sociais e políticos. Além disso, Elster (2002), não sugere que os mecanismos possam ser identificados por condições formais análogas às dos envolvidos na formulação de leis (e teorias). “Se p, por vezes q” é uma revelação quase inútil. A explicação por mecanismos funciona quando, e por que, somos capazes de identificar um padrão causal particular que podemos reconhecer em diferentes situações e que dá uma resposta inteligível à pergunta por que razão ele/ela fez isso? Marcos referenciais como o apresentado nesta tese são considerados de alcance médio e muitas vezes de alcance específico para compreender ou analisar um fenômeno particular.

2.2. Mecanismos causais são sociais ou individuais?

A forte influência do individualismo metodológico da sociologia nota-se em diversos textos sobre os mecanismos causais. Elster (2010) por exemplo, em *La explicación del comportamiento social*, enfatiza o caráter individual do mecanismo causal. Cita, entre outras, a lei da procura, onde a economia ensina que se trata de uma somatória de várias demandas individuais:

La palabra clave es “individual”. En las ciencias sociales, una explicación satisfactoria debe basarse en última instancia en hipótesis sobre el comportamiento individual. Este principio conocido como “individualismo metodológico”, es la premisa de todo este libro (p. 52, as aspas são do autor citado).

Nas ciências sociais e, principalmente na sociologia, esta procura de mecanismos (ou "microfundamentos") está intimamente relacionada com o programa de individualismo metodológico, a ideia de que todos os fenômenos sociais podem ser explicados em termos de indivíduos e do seu

comportamento (Elster, 2002). Porém, ele também diz nem todas as explicações que utilizam a noção de mecanismos sociais requerem fornecer fundamentos micro sociais. No caso desta tese, falaremos em termos dos indivíduos e de suas emoções, mas também de emoções sociais (ou coletivas).

Como mostram Tulia Falletti e Julia Lynch (2009), são vários os trabalhos com mecanismos causais que se caracterizam como agentes causais coletivos ou sistemas sociais. Os mecanismos são tanto individuais como coletivos. É preciso considerar que, diz González (2016), embora agentes causais que desenvolvem as ações possam ser indivíduos, eles estão socialmente orientados.

A ideia do individualismo, fortemente defendida pela sociologia analítica e criticada por diversos autores que defendem, desde posições ontológicas e tradições acadêmicas, aponta González (2016), que nem todos os fenômenos sociais são reduzíveis a ações individuais, muitos desde mediados por entidades emergentes ou supraindividuais que exercem poderes causais, tais como organizações, instituições e estruturas sociais.

Assim, é interessante mencionar a Coleman (1990), quem propõe que as explicações gerais implicam a interação de vários mecanismos. O argumento básico indica que os fenômenos sociais (definidos pelo autor como macro-fenômenos) afetam: a) o nível individual (macro-micro ou mecanismos situacionais), sendo mecanismos deste tipo os grupos de referência, a formação de preferências, a formação de crenças, valores societais, desejos e oportunidades; b) a assimilação destes impactos a nível individual (micro-micro) ou mecanismos de formação de ações), os quais implicam mecanismos psicológicos (tais como os heurísticos utilizados na “economia condutual”; e c) os resultados macro de ações intencionadas e não intencionadas, assim como as interações (micro-macro) (González, 2016).

Para efeitos desta tese, não nos referiremos aos conceitos macro ou micro, senão individual ou coletivo (social). Na psicologia política, as ideias individual e coletivo são de domínio geral e remetem a aspectos macro e micro, ainda coletivos possam estar relacionados a aspectos micro e indivíduos a aspectos macro. Por outro lado, entendemos também que a ideia de macro,

micro, inclusive meso, limitam a noção que existem capas supraindividuais até formar um coletivo onde a definição entre cada capa não é ao todo absoluto.

Analogamente, o Modelo Analítico da Consciência Política (MACP), atravessado pelas emoções, implica na utilização de um mecanismo psicológico (emoções) em tanto mecanismo de formação de ações (individuais e coletivas) para explicar o impacto não só a nível individual, mas também coletivo. Em consequência, vale a pena mencionar a perspectiva teórica de Neil Gross (2009) que desenvolveu um marco analítico pragmatista para a análise de mecanismos sociais a nível individual que se distancia da perspectiva da “ação racional” (González, 2016). Este ponto é essencial, pois devemos estar atentos ao fato de que os resultados do Modelo Analítico da Consciência Política convergem em formas de ação individual e coletiva, e constatar que os mecanismos explicativos podem ser descritos como mecanismos sociais é um adequado apoio para este estudo.

Para concluir este ponto, González (2016) recolhe o trabalho de Daniel Little (2012) ao explicar que um fenómeno social não significa necessariamente descompô-lo ao nível individual. Ontologicamente falando, os fenómenos sociais (e muito mais os fenómenos políticos) possuem um requerimento no nível da ação de indivíduos segundo o qual as afirmações causais “... devem ir acompanhadas por um rastreamento dos mecanismos ao nível de indivíduos que sustentam os fatos causais e estruturais” (Little, 2012, p. 3). Isto é, se os atores representam os fundamentos de todo processo e estrutura social, resulta plausível conectar construtos sociais hipotéticos com as ações de indivíduos concretos, embora isso não signifique que cada explicação deve ser reduzida a nível da ação para fornecer uma explicação satisfatória, como argumenta o individualismo metodológico. A existência de indivíduos é um fato ontológico, mas não uma prescrição das explicações (González, 2016).

Entendemos, para efeitos desta tese, que o rastreamento dos mecanismos a nível individual se reflete no caminho que se percorre desde as condições antecedentes, passando pelas dimensões do MACP, estados de ânimo, sentimentos, emoções e ação (individual e coletiva). Coletivo, pois lembremos que determinadas condições -explicadas pelos mecanismos-

poderiam empurrar a outras pessoas, a partir de um determinado processo, participar (ser parte) de uma determinada ação.

2.3. Mecanismos no MACP e na Ação Pública

Para Bert Leuridan (2012), os mecanismos funcionam como mediadores que podem ajudar a compreender como os componentes de ordens inferiores se concatenam para derivar em fenómenos emergentes (sistemas complexos), ou em fenómenos que refletem agregação de ações individuais –e também coletivas– tais como os resultados que derivam do Modelo Analítico da Consciência Política (MACP). Leuridan (2012) ainda propõe que estes mecanismos podem ser constructos analíticos não observáveis ou blocos de teorias sem conteúdo empírico. Como mediadores de ordem mais prático, aproxima-se mais ao uso dos cientistas sociais permitindo clarificar em que medida os mecanismos sociais constituem-se em componentes de sistemas complexos e contribuem na geração de teorias (Gonzalez, 2016).

Para efeitos de esta tese teórica, uma resposta inteligível é um bom começo para identificar padrões causais particulares que se acometem na ação pública (Silva, 2012, 2013, 2014, 2018ab; 2023) em diferentes situações com diferentes dimensões do Modelo Analítico da Consciência Política (Sandoval, 2001; Silva, 2001, 2003, 2006). Pois esses padrões configuram sentimentos e emoções como elemento transversal do Modelo Analítico da Consciência Política.

Lembrando que o objetivo desta tese é compreender o papel das emoções explicando como ocorre a passagem da problemática ao resultado da ação pública. Não podemos presumir que esta passagem seja automática, pois dependerá das variáveis que intervêm no processo de decisão política.

Segundo González (2016), a definição de mecanismos sociais como mediadores, proposta por Falleti e Lynch (2009), sugere “conceitos portáteis que explicam como e porque, em um determinado contexto, uma causa hipotética contribui a gerar um resultado particular” (p. 1143). Da mesma forma que os mecanismo sociais contribuem a realizar explicações causais na

medida em que estes se relacionam com contextos específicos, ou seja, com aspectos relevantes de um conjunto de arranjos e condições iniciais que derivam em um resultado delimitado González (2016). Isto, para efeitos desta tese, é muito importante considerá-la, pois o que se expõe no seguinte capítulo propõe um mecanismo de explicação para um determinado contexto, num arranjo determinado por um marco analítico-teórico e com condições iniciais determinadas por fatores internos (individual) e externos (políticos). As condições iniciais geralmente são fatores detonantes ou causas, enquanto os resultados são aqueles fenómenos que requerem explicação.

Isto cobra relevância para a temática das emoções quando Elster (2010), na premissa do individualismo metodológico, propõe:

Los mecanismos son patrones causales de aparición frecuente y fáciles de reconocer que se ponen en funcionamiento en condiciones generalmente desconocidas o con consecuencias indeterminadas. Nos permiten explicar, pero no predecir (p. 52).

Assim, os mecanismos propendem a explicitar os processos mediante os quais determinados fatores explicativos se associam com a ocorrência de certos fenómenos (González, 2016). Neste ponto é preciso salientar, portanto, que estas dimensões do MACP serão o estudo central da tese, a qual propõe um processo de mecanismo sócio-psicopolítico no interior destas dimensões que vinculam as emoções com os elementos do interacionismo simbólico do Modelo Analítico da Consciência Política (Silva, 2001) aplicada à ação pública para conhecer o papel das emoções.

Entendemos que a análise da emocionalidade na consciência política só pode ser possível sob a condição de um modelo de ação pública, onde a participação social se explicita no comportamento dos atores. Na definição de ação pública Lascoumes e Le Galés (2014) propõem que esta pode ser analisada a partir da interação de cinco variáveis relacionadas entre si:

Atores. Podem ser indivíduos ou coletivos dotados de interesse e recursos, com capacidades para desenvolver estratégias e eleições, e guiados por interesses materiais e simbólicos. **Representações.** São marcos cognitivos e formativos que dão sentido às ações. Ao mesmo tempo às condicionam, mas também as refletem. Qualificam os temas e

relaciona-os com valores e símbolos. **Instituições.** São os marcos de ação, isto é, as normas, regras, rotinas e procedimentos que orientam as interações. **Processos.** Trata-se da combinação das variáveis já mencionadas (atores representações e instituições) que determinam a mobilização dos atores e suas dinâmicas de intercâmbio e evolução no tempo. **Resultados.** São os efeitos produzidos sobre as organizações e comportamentos (*outputs*) por um lado, e por outro, as consequências da ação pública, os impactos sobre o problema que se quer resolver (*outcomes*) (Lascoumes e Le Galés, 2014).

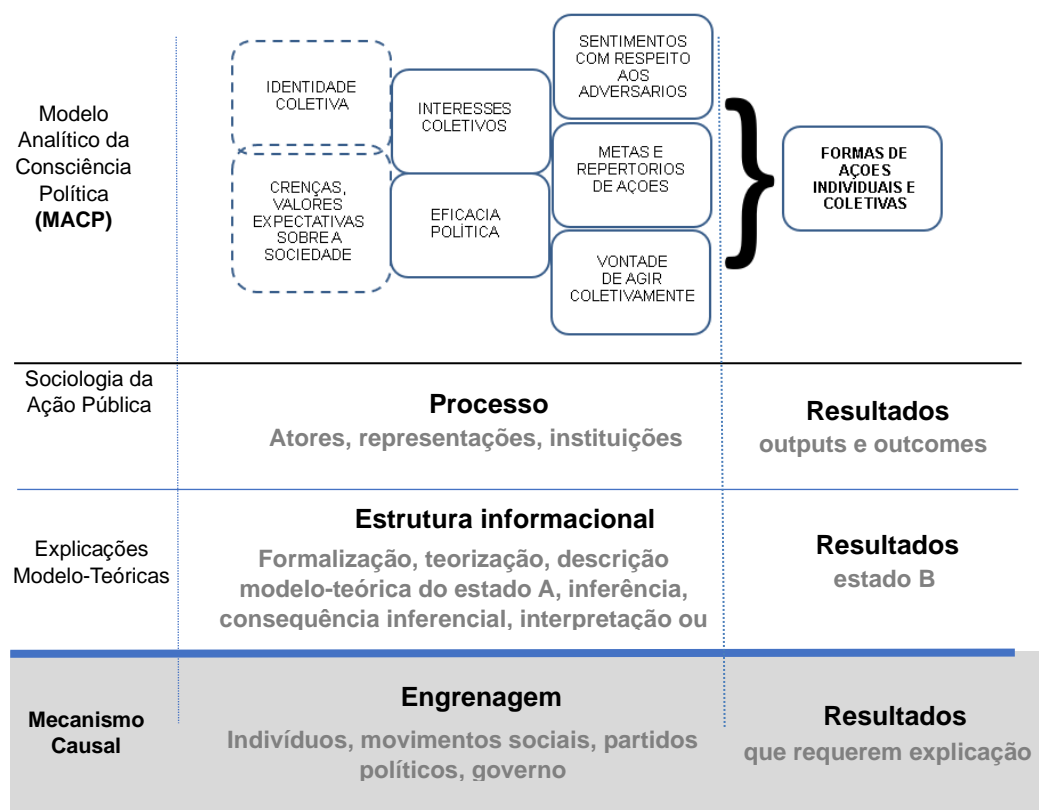
Note-se como a sociologia da ação pública, apontada por Lascoumes e Le Galés, apesar de se referir ao comportamento dos atores, apresenta um modelo racional, ignorando na análise da interação os aspectos emocionais que dão sentido e significado à ação -individual e coletiva-, aspectos que serão tratados no próximo capítulo.

Nesse sentido, vemos como potente a aproximação metodológica da sociologia da ação pública com o modelo de Sandoval, uma vez que as propostas de análise da sociologia da ação pública integram-se adequadamente ao Modelo de Análise da Consciência Política (Sandoval & Silva, 2016). A partir deste encontro potente pretendemos alicerçar possibilidades de análise da realidade social desde uma psicologia política da ação pública.

As dimensões descritas no Modelo de Análise da Consciência Política (Sandoval e Silva, 2016), dão sentido aos processos em que interatuam os atores, as representações e as instituições no modelo da ação pública. Não somente resulta em efeitos funcionalistas produzidos sobre as organizações e comportamentos (*outputs*) e impactos sobre o problema a resolver (*outcomes*), mas também, e principalmente, nas formas de ação individual e coletiva.

Observe-se a relação das dimensões do MACP e as variáveis analíticas da ação pública no quadro nº 1.

Quadro 1 Mecanismo Causal na Relação entre o MACP e a Sociologia da Ação Pública



Fonte: Elaboração própria baseada no Modelo de Análise da Consciência Política (Sandoval & Silva, 2016), modelo Pentágono da Ação Pública (Lascombes e Le Galès, 2014), Explicações Modelo Teóricas (Casanueva e González, 2014), Mecanismos Causais (Elster, 1994, 2002, 2010).

Para González (2016), o conceito de mecanismos sociais, dada a sua generalidade, resulta atrativo para diversas escolas de pensamento nas ciências sociais. Embora na prática os mecanismos sociais tendem a ser reduzidos a programas de investigação da sociologia analítica na medida em que são entendidos como construtos analíticos não-observáveis que subjazem a um amplo espectro de fenómenos. Diversos autores como Charles Tilly, Jon Elster, Renate Mayntz ou Peter Hedström concordariam, diz González (2016), em que o poder explicativo dos mecanismos sociais radica na sua generalidade e na robustez das explicações baseadas em processos. É importante salientar que componentes tratados nesta tese tais como os estados de ânimo e os sentimentos, seguindo a definição aqui feita, serão tratados como componentes não observáveis seguindo as definições de (Curado, Teles, & Marôco, 2014;

Pinho, 2016). Os componentes não observáveis são também chamados de variáveis latentes (Fernández Heredia, 2012) em trabalhos de corte mais quantitativo.

González (2016) exemplifica esta observação dos mecanismos sociais nas palavras de Daniel Little (2014):

[...] psicólogos sociales identifican como los individuos adquieren creencias normativas y las transmiten a otros individuos. [...] a nivel de individuos encontramos procesos tales como la “profecía autocumplida” formulada por Merton y la teoría del “umbral” en la conducta colectiva de Granovetter, los cuales comparten el supuesto de que la orientación por los objetivos de los individuos depende de la medida en que estos consideran valioso alcanzarlos, lo cual es a su vez determinado por el número de individuos que realizan dicha acción en un determinado momento. De este modo, em ambos fenómenos podemos reconocer un mismo proceso organizado, al que llamamos *mecanismo social* de formación de creencias (p. 21).

Outro exemplo está contido na obra *La Desigualdad Persistente* de Charles Tilly (2014). Nela, o autor faz uso dos mecanismos sociais como sequências causais recorrentes de alcance geral que “fijan en su lugar la desigualdad categorial” (p. 21). O autor procura os mecanismos causais que geram desigualdade, a respeito de uma ampla gama de benefícios similares. Além do mais, Tilly opta pelo modelo relacional, ou seja, vínculos da vida social que iniciam com transações ou laços interpessoais seguindo a proposta de George Mead na representação dos efeitos da interação social sobre a consciência e a ação.

Por isso, conclui González (2016), apesar dos mecanismos sociais não necessariamente terem um conteúdo empírico, podem utilizar-se para derivar hipóteses empíricas. Os mecanismos sociais como processos sociais não observáveis diretamente, mediam causas com efeitos, os quais servem tanto para explicar associações empíricas, gerar hipóteses de pesquisa e indicar as condições sociais sob as quais ocorrem eventos concretos. Enquanto intermediários, os mecanismos sociais -como estratégia analítica- seriam abstratos, vazios de conteúdo empírico e, portanto, transportáveis entre diferentes campos de pesquisa. E alcançam seu poder explicativo quando se combinam com outros mecanismos sociais explicativos. Daí que os mecanismos sociais vão além das variáveis intervenientes da ciência política.

A característica “transportável” já mencionada se relaciona com os fatos dos mecanismos sociais, enquanto processos, careceriam, segundo González (2016), de conteúdo empírico. Trata-se da condição de reconstrução causal de um fenómeno que pode ser encontrado em outros diversos casos, o que pode ser útil na análise de decisões de políticas públicas e processos de ação pública neste estudo teórico.

2.4. Algumas considerações e restrições metodológicas

Para efeitos desta tese, e por razões de tempo e espaço, prescindiremos no uso metodológico das teorias localistas, muito ligadas à tradição das explicações causais, assim como das causais por omissão ou de alternativas contrafactuais (Miguel, 2014; Dowe, 2014).

No caso dos mecanismos contrafactuais, Miguel (2014), adverte que os estados mentais -como as emoções por exemplo- parecem ser causa dos cursos de ação escolhidos. Não obstante, os estados mentais ocorrem sempre associados a estados físicos (estados cerebrais). Portanto, os estados mentais poderiam não ser as causas genuínas senão seu substrato físico.

Considerar também que um leque mais amplo de elementos metodológicos distorceria o objetivo central da tese de apresentar o papel das emoções na ação pública mediante a inter-relação causal de mecanismo explicativos. Isto é, entre o MACP, mediado por uma proposta de emocionalidade e o resultado da ação pública.

Mario Casanueva e Ximena González (2014) distinguem dois tipos de explicações: a) as explicações históricas, baseadas em processos narrativos e b) as explicações por inferência, baseadas em modelos, mas que eventualmente poderiam basear-se em princípios gerais. Este último tipo adequa-se bem à nossa tese, pois considera modelos como o MACP, mediado pelas teorias da psicologia das emoções e os elementos da sociologia da ação pública. Particularmente supomos a validação dos modelos aqui apresentados, como decorrência, nos aproximamos a uma semântica fechada, portanto, não empírica (Casanueva & González, 2014).

Rolando Nuñez (2014) também nos lembra de alguns tipos de causas presentes em fenômenos mais complexos: a) causas por omissão, causas por transitividade, causas mentais, causas físicas e causas teleológicas, entre outras. George Lakoff e Mark Johnson (1999) entre vários outros autores, já haviam ampliado anteriormente a referência das causas. Para eles, as causas são substância material, formas, propósitos, aplicação de força ou poder, condições necessárias, temporalmente anteriores aos efeitos, leis da natureza (ou teorias sociais), uniformidades da natureza (ou regularidades) (Elster, 1994, 2010), correlações ou conjunções constantes.

Por sua vez, Miguel (2014) reconhece os seguintes critérios de classificação de causação: a respeito da ocorrência ou não ocorrência, ao marco de fundo escolhido no mundo, caráter facilitador do efeito, quantidade e tipo de elos considerados, localização no tempo, categorias aristotélicas (causa eficiente, causa material, causa formal, causa final), localização no espaço, status epistemológico da conexão, relação nomológica com o efeito, contiguidade espaço temporal, inclusão de agentes intencionais, eficiência na aparição do efeito, atribuição de responsabilidade, conexão modal, atribuição de intencionalidade, informação, finalidade, seu aspecto de especificação, aspecto psicológico-cognitivo, capacidade causal, propriedades formais da causação (critério de nível metateórico) (Nuñez, 2014). Torres (1982), nos lembra que Bacon advertia que não se deve retirar as causas intermediárias, entre as finais e as primeiras: causa instrumental e causa exemplar. Estas tipologias e classificações serão úteis no momento de construir os mecanismos de causação, para brindar de categorias de análises, distinções, identificação de fatos e eventos causais.

Lakoff e Johnson (1999) apesar da sua base metodológica empírica, contribuem com uma estrutura inferencial muito básica, porém comum para todos os tipos de causação. O chamado Esqueleto Literal dos conceitos evento-estruturados é um “mínimo requerido” para a conceptualização do que chamamos “causa” (Nuñez, 2014, p. 71). Esta estrutura contém: estado inicial, início, fim do início, processo principal, possíveis interrupções, possíveis continuações ou iterações, estado resultante (Nuñez, 2014). Por isso, não é o

objeto deste trabalho demonstrar todas as combinações causais entre as dimensões cognitivas e a estrutura emocional a apresentada.

Finalmente, outra forma de compreender o trabalho teórico, de corte qualitativo, a ser desenvolvido nesta tese está baseada na proposta realizada por Casanueva e González (2014): as explicações modelo-teóricas. Uma das principais funções dos modelos e teorias científicas é a obtenção de explicações acerca dos processos ou fenômenos de uma determinada porção do mundo, aquela que constitui seu âmbito de aplicação que destaca a função epistêmica de diferentes aspectos do modelo. A formalização ou teorização representa o momento de introdução dos termos modelo-teórico; são os que o modelo ou teoria (ou marco teórico ou modelo analítico) introduz a fim de explicar ou dar conta do fenômeno contido na formulação da questão permitindo a obtenção de uma descrição modelo-teórica do ponto de início do fluxo informativo. Posteriormente aplicam-se contrições, teorias ou regras (epistemes) propostas pelo modelo à descrição obtida no passo anterior; a última etapa representa a aplicação ou interpretação dos resultados obtidos no passo prévio (Casanueva e González, 2014). Portanto, os componentes nomológicos ou formais da teoria ou modelo brindam um papel importante no apoio ao mecanismo causal aqui apresentado.

González (2016) situa o lugar dos mecanismos sociais na epistemologia das ciências sociais, indicando que eles surgem como resultado da insatisfação com o paradigma da análise multivariada e, portanto, como uma ferramenta destinada a fechar a histerese entre *explanans* e *explanandum*. Dessa forma, o autor argumenta que os mecanismos sociais seriam uma estratégia analítica destinada a fornecer explicações causais nas ciências sociais. Nessa linha de raciocínio, define os mecanismos sociais como processos sociais não diretamente observáveis que mediam causas com efeitos, que servem tanto para explicar associações empíricas quanto para gerar hipóteses de pesquisa e indicar as condições sociais sob as quais determinados eventos ocorrem. Como intermediários, os mecanismos sociais seriam abstratos, esvaziados de conteúdo empírico e, portanto, transportáveis entre diferentes campos de pesquisa.

Assim, é possível distinguir os mecanismos sociais da noção de "variáveis intervenientes" e ressaltar que eles alcançam seu poder explicativo por meio da coordenação com outros mecanismos sociais. Dessa forma, eles servem como um repertório de padrões de comportamento a partir do qual os fenômenos sociais podem ser problematizados e explorações alternativas para fenômenos empíricos podem ser feitas (p. 28) (tradução nossa).

Importa recordar aqui que, conforme Simeon (1976), "Ainda que o modelo de causalidades múltiplas de políticas públicas trate as variáveis como concorrentes, elas podem ser consideradas como complementares" (p. 578-579). O mecanismo de causalidades pode contribuir a compreender melhor a "caixa preta" do processo de política incorporando ainda a estrutura de emoções.

2.5. Pesquisa de campo

O método empregado na descrição do caso Guañacagua é de natureza qualitativa, pois entendemos que ele permite a compreensão e interpretação dos processos diversos existentes nos fenômenos políticos e não apenas a explicação causal ou a correlação que possibilita uma pesquisa de caráter quantitativo (Martín-Baró, 2013[1991]; Montero, 1999; Minayo, 2020). Assim, nos valem de recopilação e análise documental, entrevistas semiestruturadas realizadas a dez dirigentes sociais e duas entrevistas em profundidade, as quais foram trianguladas com a observação participante realizada entre 2014 e 2016. Acompanhamos neste momento reuniões do movimento, com o governo e os diversos protestos realizados, sendo tudo isso documentado em um diário de campo. Porém, o caso não tinha sido relatado até o início do presente doutorado.

O material coletado foi tratado a partir da análise de conteúdo com base no modelo analítico da consciência política. Descreve-se e analisa-se uma ação coletiva mediada pela identidade coletiva, crenças e valores societais, a identificação do governo como adversário, a convicção da eficácia política da ação coletiva, as metas de ação, a liderança de mulheres que fomentou a vontade de agir coletivamente e a análise das emoções como elemento transversal como limite da racionalidade nas decisões políticas tanto dos afetados e dos funcionários do governo.

Para compreender o papel da consciência política na reivindicação social para uma solução governamental e o papel das emoções depois de um terremoto, a observação participante foi fundamental, pois como estivemos acompanhando, de modo sistemático, os acontecimentos durante dois anos pudemos articular diferentes olhares sobre o fenômeno. Acompanhamos todo o processo de vivência do terremoto, de ajuda imediata, negociações entre atingidos e governos local, regional e nacional e observamos como esses acontecimentos impactaram nos âmbitos subjetivos e objetivos da vida e das decisões de atingidos e instituições governamentais. Portanto, a pesquisa, produziu um conjunto de procedimentos metodológicos para pensar como emoções e processos participativos afetam processos de elaboração e implementação de políticas públicas e a própria participação na perspectiva da Psicologia Política da Ação Pública (Silva, 2018; Lascoumes & le Galés, 2007).

Capítulo 3

O papel das emoções na ação coletiva

***"Já não dá mais pra viver
um sentimento sem sentido.
Eu preciso descobrir a emoção
de estar contigo".***

(Michael Sullivan & Paulo Massadas –
© Sony/ ATV Music Publishing LLC)

***- Me está molestando.
- O te está haciendo mejor. Se llaman emociones.
- Sea lo que sea, no me sirve.
- Sin ellas, no mucho en la vida tiene sentido.***

Filme: *Mente implacable*
Diálogo entre los actores Kevin Costner y Tomy Lee Jones.

As ciências sociais -em certa filiação positivista- puderam fazer crer que se devia manter as emoções a distância. Com o tempo, as ciências sociais colocaram o pesquisador dentro da pesquisa, pois a emoção forma parte da pesquisa em ciências humanas e sociais (Boucheron & Robin, 2019). Iván Pincheira (2019) afirma que será num contexto de uma modernidade em crise que podemos perguntar-nos como e por que a ciência das lógicas da ação e das estruturas sociais prescindiram durante quase duzentos anos de uma dimensão humana tão intimamente vinculada à sociabilidade como a construída pelos afetos, as paixões, os sentimentos e as emoções. Martha Nussbaum (2021) nos lembra que o ponto de vista que propõe que as emoções são “movimentos irracionais” exerceu uma grande influência até pouco tempo, tanto na filosofia de corte empirista como na psicologia cognitiva e, por meio delas, em campos como o direito e as políticas públicas.

Para Navas e Cantero (2004), emoção é também uma forma específica do conjunto de processos afetivos, da qual se relacionam os sentimentos.

Se corresponde con una respuesta multidimensional, con connotaciones adaptativas, que suele ser muy breve, muy intensa y temporalmente asociada con un estímulo desencadenante actual, tanto externo como interno; esto es: hace referencia a una relación concreta del sujeto con su ambiente en el momento presente. Los procesos emocionales, como parte de los procesos afectivos, puede que no se encuentren presentes en todas las formas de vida, pero tampoco son patrimonio exclusivo del ser humano, pudiendo ser localizadas en

diversas especies. Sin embargo, la conexión entre emociones y procesos cognitivos en el ser humano nos lleva a sugerir la relevancia que adquiere la dimensión subjetiva de la emoción: el sentimiento (p. 223)

Por isso, todo pensamento, todo sentir, toda ação têm seu sustento no mundo emocional. Tudo começa e tudo termina em alguma emoção (Casassus, 2022). Socialmente, as emoções são interfaces entre nós e os outros; entre nossas crenças, valores, convicções etc. (cognitivas) e a forma que damos à ação política.

É recorrente a censura à ‘intrusão das emoções’ no julgamento e na ação política, mas isso não elimina a presença ativa das emoções na análise dos acontecimentos (Godoy-Flores & Silva, 2023). Neste clima emocional das sociedades globalizadas, diz Sara Ahmed (2014), “hay que situar, a su vez, una importante discusión epistemológica alrededor de algunos de los impasses del impacto que el pensamiento postestructuralista ha tenido en nuestras (inter) disciplinas” (Ahmed, 2014, p. 10).

Essa visão enviesada e negativa das emoções tem impedido uma análise mais primorosa da ação política. Um suposto racional seria o determinante do melhor agir político, mas, dessa maneira, se reduziria o sentido da condição humana: não é possível pensar o humano destituído do elemento emocional. Portanto, em toda lógica racional há uma emocionalidade, assim como em toda emocionalidade há uma racionalidade, pois racional e emocional são aspectos imbricados que nos fazem humanos (Safarcada, 2006; Silva, 2018ab). Silva e Cortés-Millán (2019) destacam:

Se puede decir que la racionalidad de las emociones humanas se hace visible a la hora de la toma de decisiones, en el instante en que uno quiere redefinir un rumbo, estrategia, o establecer un objetivo. De hecho, aunque no fuera tan visible, existe un ‘mundo emocional’ que está presente en las ciencias sociales, siendo la Psicología Política la mejor expresión cuando el foco son los fenómenos políticos. Estudiar y actuar los conflictos y la cultura de paz es entender cómo una racionalidad emocional se desarrolla en un mundo eminentemente político (p. 249-250).

É cada vez mais evidente, diz Safatle et al. (2021), que as lutas políticas tendem a ser descritas não mais em termos iminentemente políticos como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas em termos evidentemente

emocionais como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança.

Por outra parte, a paixão, desde Aristóteles, é a associação primordial das emoções. Assim também foi considerada por Descartes y depois por Hume. Inclusive Hume (2014 [1739-40]) argumentava que o pensamento não pode fazer com que uma emoção mude para o sentido da vontade e que nada pode retardar o impulso de uma emoção a não ser outra emoção.

“Nada importante realiza-se na história sem paixão”, segundo Hegel, e Balsac coincide dizendo: “A paixão é universal. Sem ela, a religião, a história, a arte, a novela não existiriam” (Bordelois, 2017). Porém, a associação entre paixão e passividade (sofrimento) é ilustrativa, diz Ahmed (2014):

Funciona como un recordatorio de cómo la "emoción" ha sido considerada "inferior" a las facultades del pensamiento y la razón. Ser emotiva quiere decir que el propio juicio se ve afectado: significa ser reactiva y no activa, dependiente en vez de autónoma (p. 22).

Na perspectiva da ação pública, políticas públicas são instrumentos que permitem a resolubilização de um problema que é público. A resolubilização é entendida aqui como a capacidade endógena de produzir soluções a problemas definidos como públicos. Para tanto, não basta a ação do Estado e é necessário o reconhecimento da capacidade e competência de outros atores para a superação do problema (Lascoumes & Le Galès, 2007). Nesse processo, é fundamental uma reconfiguração das relações de poder, o que faz com que o Estado necessariamente deixe de ser o ator que centraliza o poder. O poder precisa ser redistribuído exatamente porque, na lógica da ação pública, a ação é multicêntrica e a participação é fundamental.

Como consequência disto, os sujeitos que ocupam posições de poder, bem como aqueles que passam a exercer poder vivenciam processos emocionais que muitas vezes são conflitivos. Não há como administrar os conflitos decorrentes de uma nova lógica de relações sem entender as dinâmicas emocionais dessas mudanças. As tomadas de decisão, ainda que possam pautar-se em uma orientação lógica, dependem das experiências, crenças, valores, e expectativas sociais sobre si e sobre o outro e estas sempre estão ancoradas, de algum modo, nas emoções e nos sentimentos

emotivos relativos àquilo que deve ser decidido. Dito de outra forma, as emoções decorrentes de experiências negativas, positivas ou neutras geram sentimentos emotivos que perpassam cada uma das dimensões da consciência, de modo a transformar cada uma delas e seu conjunto, orientando as formas de participar, ou não, em processos coletivos (Sandoval e Silva, 2016). Pesquisas como esta poderiam contribuir para interpretar emocionalmente o coletivo para o desenvolvimento de melhores políticas públicas.

As emoções constituem, então, uma parte importante da vida humana na qual funciona como uma estrutura mental de significados e interpretações pessoais. Nada mais próximo a uma abordagem cognitiva das emoções (Arriaza, 2019).

Denominaremos aqui “Estrutura de emoções”, a um conjunto de emoções composta pelos estados de ânimo, os sentimentos e a emoção (em singular para diferenciar das emoções em geral). Propomos, por conveniência, uma ideia de estrutura emocional pois cada emoção tem uma posição e um papel diferente que cumprir na mente do indivíduo. Veremos como cada uma delas possui características distintas, porém, multidirecional. A estrutura emocional é só um conveniente “arranjo” que permite compreender, com melhor precisão, as relações entre dimensões cognitivas e emocionais.

A discussão emocional proposta nesta pesquisa teórica situa-se no terreno da interação social e simbólica, especificamente no complexo emocional que interage com o indivíduo. Nesse caso, é lícito examinar seus modos de inserção em um universo emocional singular, e a gestão das paixões que lhe é própria. Ao ser uma interação social e simbólica possui um caráter dinâmico, onde as dimensões emocionais e cognitivos estão sempre presentes de maneira dinâmica, influenciam e são influídos mutuamente. Por esse motivo, elementos estruturantes e processuais dão sentidos polissêmicos à dinâmica emocional e estão em constante metamorfose (Sarbin, 1986; Ciampa, 1987).

Como apontamos noutro texto, entender como as emoções influem, determinam, alteram ações em política é parte do desafio analítico relativo ao

campo dos estudos das relações de poder. E estas relações permeiam tanto movimentos sociais quanto o Estado. Ao entendermos políticas públicas como parte da ação pública (Silva, 2018) a dimensão emocional passa a ocupar um lugar relevante para a compreensão de fenômenos complexos no campo do comportamento político. (Godoy-Flores & Silva, 2023, p. 161). (tradução nossa).

3.1. As emoções no processo racional e cognitivo

"Ni la ciencia ni los políticos en el poder [...] son capaces de definir o controlar los riesgos de manera racional."

El libro de la Sociología (2010, p. 159).

Aristóteles em sua Ética a Nicómaco, observou que a racionalidade de uma ação residia na conclusão oriundo de intenções ou normas [...]

Outhwaite & Bottomore (1996, p. 3).

"Los seres humanos nos consideramos muy racionales. [pero] A veces parece que las tripas decidieron y después la razón encuentra la justificación"

(José Mujica, 2017)

Entrevista com Pedro Bial.

Durante centenas de anos se colocou em oposição a razão e emoção, considerando que as emoções são um obstáculo para a razão. Em quase todas as épocas associou-se as emoções com o irracional. E na maior parte da história tanto a doxa como a ortodoxia científica trataram as emoções humanas como essencialmente irracionais, senão por definição, então pelos efeitos distorcivos sobre os julgamentos e resultados na maioria das vezes desastrosas (Solomon, 2015).

Nesta mesma linha, Maldonado (2017) aponta que além do mais haveria duas razões para entender o papel marginal das emoções nas ciências sociais

até o fim do século passado. De um lado, o fato de que as emoções sejam incômodas de um ponto de vista epistemológico: são elusivas, são difíceis de observar e ainda mais difíceis de quantificar. De outro a perversa influência do otimismo ilustrado: que a expansão da educação pública diminuiria a força dos sentimentos para dar espaço à razão como papel protagonista. Curiosamente, Gustave Le Bon (1910[1921]) coloca na abertura de seu livro *Psychologia Política e Defesa Social* a seguinte frase: “A razão crea a sciencia, os sentimentos conduzem a história”. Isso deixa antever o papel proativo, acional, de afeto, emoção e sentimento podem ter -e tem- na totalidade da vida humana.

Antonio Damasio (2018), esgrime sobre o importante papel das emoções na geração de padrões de juízo moral como processo duplo onde competem sistemas afetivos e racionais. Na Hipótese do Marcador Somático, Damasio (2018) propõe que as emoções entrariam na espiral da razão, e podiam ajudar no processo de razoamento em lugar de perturbá-lo, sem exceção, que era a crença comum. Onde o sistema de razoamento desenvolveu-se como uma extensão do sistema emocional automático, onde as emoções cumpriam distintas funções no processo de racionalização ajudando no processo de ter em mente os múltiplos fatores que se devem ter em consideração para chegar a uma decisão.

São recorrentes ideias que associam a tristeza, os ciúmes ou a ira como fontes explicativas do porquê, as vezes, as pessoas comportam-se de maneira não racional. E isto reforçou a ideia de oposição entre emoção e razão (Casassus, 2022). Nos últimos trinta anos as pesquisas têm evidenciado uma revalorização do papel das emoções, em particular com a sua relação com a racionalidade.

A razão não escapa às influências das paixões (Echeverría, 2009). A atividade política é uma atividade humana e, como tal, ela não está desprovida de sentimentos e emociones (Le Bon, 1910; Silva, 2019, notas de aula).

Sobre a razão, Cabezas (2014) nos lembra:

De hecho, para los estoicos antiguos, las pasiones no serían el acto de una parte del alma irracional, pues el alma sería unitaria sino la perversión total de la mente, lo que imposibilita de todo punto

otorgarles ningún tipo de autoridad o papel justificativo. La pasión es un impulso excesivo o que sobrepasa los límites de la razón; o un impulso incontrolado y que no obedece a la razón". Las pasiones son, por tanto, movimientos del alma contrarios a la naturaleza, en tanto que no obedece a la razón" (Clemente de Alejandría, Strom., II, 460, en Crisipo, 1999: 371) (p. 96).

Depois de tudo, diz Oksenberg (1992), as "emoções não podem nos proporcionar uma rota independente para identificar um sistema válido" (p. 382). Para este autor, as emoções de uma pessoa são tão boas como suas percepções, e não só tão merecedoras de confiança como a sua capacidade para determinar a suas causas reais. Embora, acrescenta, as emoções são necessárias para a manutenção, suas mensagens como guias da conduta são, a miúdes, difíceis de decifrar.

A mobilização libidinal e afetiva sedimenta os vínculos sociais em suas múltiplas formas. Porém, para muitos trata-se de uma regressão a ser criticada, como se a dimensão dos afetos devesse ser purificada para que a racionalidade desencantada e resignada da vida democrática pudesse se impor esfriando o entusiasmo e calando o medo (Safatle, 2019). Neste sentido, podemos observar que os afetos, em tanto estímulo ou motivo, são o substrato ativo para a manifestação de uma estrutura que possa manter a dinâmica emocional tanto individual como social/coletiva, ou seja, uma estrutura emocional. Desta forma, os indivíduos afetados percebem esta estrutura emocional de diferentes formas e intensidades e acionam (e reacionam) de formas distintas.

Por isso, as emoções ocupam um lugar privilegiado na subjetividade, na explicação e análise de determinadas realidades alicerçadas na racionalidade social e política. O dito popular já salientava este fato: "Não há erro no que se sente". Esse talante indecifrável das emoções é o que dá o aspecto irracional de determinadas condutas. Entretanto, Thomas Hobbes (2014) no *Leviatã* não estava tão convencido da irracionalidade da emoção. Para ele, as emoções não são necessariamente irracionais, no sentido de ser amplamente carentes de toda lógica ou razão; se assim fosse, a vontade não erraria jamais. O defeito da razão (refletida na ação) residiria, segundo o filósofo, nas emoções. Não são os erros de cálculo racional, senão, uma anulação da razão pela emoção (paixões) (Cabezas, 2014).

A razão permite ser concebida como um particular “jogo de linguagem”, utilizando o termo denominado por Ludwig Wittgenstein. Desta mesma forma, não é possível separar a razão da emocionalidade. É o que propõe Drew Westen que situa o debate sobre a linguagem no centro das preocupações estratégicas dos dirigentes das formações políticas (Gutiérrez-Rubí, 2019). Ele aborda o papel das emoções e das percepções na linguagem política e da sua repercussão política e eleitoral.

López (2018) também destaca a diferença entre razão e emoção com a intenção de ver em perspectiva as suas diferenças e seus pontos de contato. López (2018) e Juan Casassus (2022) acreditam na influência das emoções não só para chegar ao conhecimento senão também para a tomada de decisões e, principalmente, para o resultado da ação. A emoção, portanto, seria parte do processo racional.

Na noção de Rafael Echeverría (2009), a proposta ontológica não despreza a razão. Pelo contrário, concebe-se a si mesma como o resultado de uma reflexão racional, sem a qual ela mesma não seria concebível. Inclusive reivindica para si os mais altos estândares de racionalidade. A razão é um fenômeno que não pode ser separado dos domínios fenomênicos desde os quais emerge e se desenvolve: a linguagem, a emocionalidade e o corpo, domínios nos quais se sustenta todo o humano.

Na avaliação de Phillippe Zittoun (2016), Charles Lindblom e Bryan Jones sublinharam a necessidade de se levar a sério a racionalidade limitada dos atores na sua capacidade e incapacidade para resolver problemas públicos. E a importância do trabalho analítico realizado pelos atores para definir o que é problemático e transformar uma situação em problema público que exige a intervenção do Estado (Rochefort & Cobb, 1994). Mas poucos tem se interessado nas capacidades de definição, de argumentação e de análise dos atores para resolver os problemas públicos e para tratar de captar sua importância no processo de fabricação das políticas públicas (Zittoun, 2017).

Na teoria do campo de Bourdieu argumenta-se que, ao contrário à teoria da ação racional, os seres humanos sempre estão apenas dispostos a atuar de um certo modo, dependendo das condições do campo onde eles se encontram

(Grefell, 2018). Roth (2017) defende a ideia de que a análise de políticas públicas deve ser entendida como um método de produção e uso do conhecimento “em ação” para resolver problemas considerados públicos; são conhecimentos propositivos e práticos, especialistas e profanos, que constituem não só um desafio para os Governos, senão também, um excelente revelador do funcionamento concreto do regime de poder e do Estado (Zittoun, 2014).

Jorge Larraín (2009) em *El Concepto de Ideología Vol. 3* distingue os irracionalismos políticos e psicológicos, e desenvolve um argumento sobre as ações e artefatos não-lógicos. Os irracionalismos políticos parecem obedecer a lógica dos interesses por sobre interesses comuns, estão fora do sentido comum por perseguirem resultados orientados pelo utilitarismo moral. Já os irracionalismos psicológicos provem de uma variedade de condições e circunstâncias. Exemplo delas é a dissonância cognitiva apontada por Elster (2002) como uma incoerência entre duas ou mais cognições de uma pessoa. Elster (2002) propões que até as emoções podem ser cognições acaso tenha se desenvolvido além do estágio das protoemoções. Ele ainda assinala que a noção de incoerência não é necessariamente uma contradição lógica, senão uma ideia não tão precisa a respeito de uma ou mais opções.

Por sua vez, o interesse de Pareto (1848-1923) na sociologia surgiu ao constatar que as ações lógicas consideradas pela economia eram insuficientes para dar conta da conduta humana. A sociologia de Pareto começa assim, de base fundamental, de influência nietzscheana, de que ações e crenças não racionais constituem -em muito- a parte mais importante da sociedade e que a razão joga um papel muito menor na constituição das instituições sociais. Para Pareto, as ações não lógicas são mais importantes na sociedade que a conduta racional, e este fato havia sido ignorado pelos economistas. Não se trata de um suposto somente teórico senão empírico, pois à primeira vista, as ações não lógicas predominam na sociedade (Larraín, 2009; Silva, 2012, 2016).

Muitas políticas públicas observadas contêm estes ingredientes ilógicos ou dissonantes, muitas vezes, incompreendidos. Parece ser mais a regra que a exceção que as políticas públicas. Por exemplo, possuem muito mais

características utilitaristas do que se crê, ou que muitas políticas públicas adoecem de dissonâncias cognitivas pelo fato de terem sido influídas fortemente por determinados interesses, crenças e convicções. Além, claro, de determinados estados de ânimo, sentimentos e emoções deflagradas por estímulos internos e externos no sujeito, isto é, no *policy maker*.

Quanto ao argumento segundo o qual a literatura, por exemplo, suscita emoções que nos impedem pensar com clareza, Nussbaum (1990) afirma que, muito pelo contrário, as emoções são essenciais para o bom juízo. Segundo a autora,

não se trata simplesmente do ímpeto cego dos afetos... senão de respostas sagazes e estreitamente relacionadas com um ponto de vista sobre as coisas e sobre aquilo que se considera importante (p. 41, tradução nossa).

Falar a respeito da inteligência das emoções é apontar que há bons argumentos que defendem a tese de que sem nossas emoções não seríamos capazes de tomar nenhuma decisão racional (Solomon, 2015, p. 18).

Existe, também, a seria questão se nossas emoções distorcem nossos julgamentos a respeito do mundo ou, pelo contrário, os tornam significativos [...]. Elas nos orientam para o mundo e nos fornecem *insights*, e até conhecimento, sobre o nosso lugar no mundo.

Então, diz Ángel Arrizabalaga (2015), a conduta humana é o resultado da ação conjunta de suas capacidades cognitivas racionais e emocionais. Este modelo dual de processamento das decisões confirma que é incongruente estabelecer uma separação artificial entre a razão e a emoção (Kahneman, 2012). Baseado em Daniel Kahneman, Maldonado (2016, p.60) afirma que:

La cuestión no es otorgar a la emoción el mando de nuestra cabina decisoria, sino sugerir que razón y emoción son dos sistemas complementarios que se alternan en nuestro cerebro para la toma de decisiones complejas: uno es lento pero preciso, el otro es rápido e impreciso.

Também concorda com esta visão a pesquisadora Victoria Camps (2011), dizendo das diferentes teorias estabelecidas para entender e explicar as emoções, a que prevalece e se impõe é a chamada “teoria cognitivista”, segundo a qual as emoções têm um substrato cognitivo e não meramente sensitivo.

La teoría no es en absoluto nueva, pues fue Aristóteles el primero que vinculó las emociones al conocimiento. En la *Retórica* se refiere a las emociones como “aquellos sentimientos que cambian a las personas a punto de afectar a sus juicios. Pero también dirá que los juicios o cogniciones afectan a las emociones y son la causa de que éstas tengan lugar (p. 26).

O componente cognitivo refere-se às crenças da pessoa; o componente afetivo implica os sentimentos; e o componente condutual consiste em formas de atuar ou intenções de atuar. Damasio (2018) considera que as emoções aportam informação cognitiva, diretamente e mediante os sentimentos. Conjeturamos que as atitudes se baseiam nas cognições ou nos afetos. Esta natureza de processamento dual da mente humana que, a miúdo, subjaz ao conceito de atitude, é empregado comumente nas ciências políticas também (Lewis, 2010; Redlawsk, 2002). Isto foi etiquetado de diferentes formas: sistema quente *versus* frio (Metcalfe & Mischel, 1999), sistema afetivo *versus* cognitivo (Zajonc, 1980), Sistema 1 *versus* Sistema 2 ou o pensamento rápido *versus* lento (Kahneman, 2012).

Esta é a base fundamental para compreender a proposta que aqui se apresenta. Um mecanismo explicativo da ação individual e coletiva, da ação pública que considera os aspectos cognitivos e emocionais num mesmo plano de forma simultânea, para conhecer o mecanismo explicativo da incidência das emoções nas políticas públicas, especificamente na ação pública.

Podemos, então, estabelecer uma relação quase permanente entre as emoções e a racionalidade, uma dialética que produz como síntese a ação humana, seja esta individual ou coletiva, nas circunstâncias mais variadas do cotidiano. Hoje podemos dizer que as emoções são parte do processo racional, pois facilitam o acesso à racionalidade, à ação adequada, e apresentam uma lógica e racionalidade particular que nos enriquece. Mas onde também devemos considerar a conduta do sujeito como predisposição ou intenção de atuar.

Quanto ao conhecimento usado no razoamento, também pode ser bastante explícito, ou parcialmente oculto como quando intuimos uma solução. E isto pode ser especialmente importante quando se busca resolver problemas definidos como públicos. A emoção possui um papel importante na intuição,

esse rápido processo cognitivo, quando chegamos a uma conclusão concreta sem ser conscientes de todos os passos lógicos intermédios. As emoções são capazes de proporcionar conclusões de forma muito rápida e direta o que faz com que não seja necessário a chegada de muito conhecimento na mente do indivíduo (Damasio, 2018).

Na perspectiva psicopolítica, o lugar que ocupa, o papel que desempenha, a função que cumpre ou o trabalho que efetuam os processos subjetivos categorizados sob o rótulo de emoções, afetos, sentimentos ou paixões, na conformação tanto da conduta (política), na interação social (e política) ou na estrutura institucional (Pincheira, 2019) amplia a compreensão dos fenómenos sociais e políticos.

A respeito da racionalidade da tomada de decisões, Renaud Payre e Gilles Pollet (2021) apontam que:

Os três (Simon, Dahl e Lindblom) partem de uma crítica bastante radical aos estudos tradicionais de tomada de decisão e de *administração pública*, que consideram demasiado teóricos e normativos, longe das realidades empíricas observadas e do comportamento humano, tal como evidenciado por várias observações e experiências sociopsicológicas ou cognitivas. [...] tanto o gradualismo com a corrente poliárquica acabam por romper com a ideia de que se trata de uma questão centrada na racionalidade da ação dos tomadores de decisão para propor um quadro analítico mais amplo, e muito mais sociológico destinado a captar a lógica da ação plural dos atores envolvidos nas políticas públicas estudadas (Dahl, 1947; Lindblom, 1959, 1968, 1979) (p. 62).

Ou seja, centrado nas normas, entidades e relações sociais de poder, o que poderia não ser suficiente para romper com a questão da racionalidade na análise da ação pública. A psicologia política, neste sentido, propõe ampliar o entendimento com o Modelo Analítico da Consciência Política ao incorporar os sentimentos que se relacionam com cada fator cognitivo provindos de distintos campos e disciplinas das ciências sociais.

3.2. Noções elementares sobre a teoria das emoções humanas

***Y los humanos creen en cosas tan...
estupideces. ¿Por qué? ¿Qué válida y hacen
reales sus ficciones?: las emociones.***

Matrix Resurrecciones, 2021.

Warner Bros. Pictures

***Ese es el problema con las emociones: son
más fáciles de manipular que los hechos.***

Matrix Resurrecciones, 2021.

Warner Bros. Pictures.

Uma das características mais destacadas da filosofia de Baruch Spinoza é o papel que ele confere às emoções – as paixões – em suas próprias palavras. As paixões que Spinoza chama alegres, são aquelas que acompanham as experiências que garantem a preservação do ser e nossa superação. As paixões que ele chama tristes, são aquelas que, pelo contrário, acompanham as experiências nas que sentimos que nosso ser se restringe, onde fecham-se nos limiares prévios de possibilidades. Tudo aquilo que fazemos, segundo Spinoza, está regido e acompanhado por estas paixões. Nelas apoiam-se os seres humanos para conceber a vida como o âmbito onde se comprometem as possibilidades de superação.

Segundo Tiffany Smith (2022), ninguém sentiu emoções até, aproximadamente 1830. Em seu lugar, as pessoas sentiam outras coisas – “paixões”, “acidentes da alma”, “sentimentos morais”- e eram explicadas de uma forma muito diferente de hoje. Em Edimburgo, na Escócia, nos inícios do século XIX, o filósofo Thomas Brown propôs que uma nova maneira de entender o corpo requeria um novo vocabulário, e propôs a palavra “*emotion*” (do francês *émotion*). Embora já se usasse na língua inglesa, o termo era impreciso, pois descrevia praticamente qualquer movimento do corpo.

A proposta de Brown representava uma nova maneira e aproximar-se à vida dos sentimentos, uma que usara experimentos e investigações anatómica para centrar-se nos fenômenos observáveis: dentes apertados, lágrima nos olhos, calafrios, olhos bem abertos (p. 13).

Na década de 1830, Charles Darwin tratava as emoções como um tema merecedor de uma séria atenção científica (Smith, 2022). Em 1872, um ano depois de *A origem do Homem*, Darwin publicou outro livro: *A expressão nos animais e no homem*, uma clara contribuição à psicologia evolutiva, onde conclui em suas análises que a expressão de certas emoções é inata e universal nos humanos (López, 2018). Tese apoiada pelos estudos de Paul Ekman, mas contestados por diversos autores que argumentam que as expressões podem ser passivas da intersubjetividade e dos vieses ocidentais. “Desconfiar da teoria das emoções universais não implica que não expressemos e sintamos algumas emoções de forma muito parecida, ou que não possamos entender emoções de outras culturas” (Smith, 2022, p. 18).

Embora existam vários precedentes nas ciências sociais sobre estudos ligados às emoções durante o século XX (Weber, 1992 [1922]; Kemper, 1987; Bericat, 2012; Castells, 2013), as suas abordagens estão longe de ter formado um extenso corpus. O que é certo é que estudar as emoções, o seu uso e efeito a partir das ciências sociais se refere a concebê-las como inseparáveis da "dimensão social do sujeito, uma vez que geralmente é outro indivíduo que as provoca e é ele próprio quem as constrói" (Martínez, Sala e Sandoval, 2017, p. 22). “Não é fácil trabalhar as emoções de maneira científica”, assim se referia Sigmund Freud que, embora nunca tenha elaborado uma teoria completa do que ele considerava que eram as emoções, se referia a elas como “tons sentimentais”. O trabalho de Freud contribuiu com profundidade e complexidade na hora de entender as emoções como sacudidas e mexidas (Smith, 2022).

Patrick Boucheron e Corey Robin (2019), acreditam que as ciências sociais, numa certa filiação positivista, podem ter levado as pessoas a acreditar que as emoções devem ser mantidas à distância, porém as ciências sociais contemporâneas colocaram os investigadores dentro da investigação, tal como se pode dizer que o pintor faz parte da pintura. É, portanto, apropriado detectar o medo, a alegria, o descontentamento do investigador em continuar e estender um debate aberto sobre a neutralidade axiológica e a importância da relação com os valores. “Qual lugar ocupam as emoções neste sutil equilíbrio

entre familiaridade e estranheza? Devemos reter sobretudo que a emoção forma parte da pesquisa em ciências humanas e sociais” (p. 23).

Inclusive, no âmbito da justiça, Nussbaum (2014), faz referência da obra de Jonh Rawls (1979), *Teoría de la Justicia* sobre as emoções:

Rawls imaginou então como certas emoções que surgem inicialmente no seio da família podem acabar por evoluir para emoções dirigidas aos próprios princípios da sociedade justa. A sua tese convincente e inspiradora a este respeito, à frente do seu tempo neste aspecto particular, baseia-se numa concepção sofisticada de emoções semelhante à que eu utilizaria aqui, segundo a qual as emoções envolvem avaliações cognitivas” (p.23).

A partir da análise das suas múltiplas definições, é possível identificar características com as quais um número considerável de investigadores concorda. O consenso é que as emoções são constituídas por três componentes fundamentais (Gutiérrez e Plantin, 2010):

- A componente psíquica, ou seja, a tradução de uma reação externa ou interna em emoções (Gayral, 1975).
- A componente física, ou seja, a manifestação de emoções corporais, faciais etc. (Ekman, 1994).
- A componente da expressão motora, ou seja, a reação que resulta no comportamento ou ação que provoca cada emoção (Damasio, 2001a).

A teoria da emoção de James-Lange, embora tenha sido proposta de maneira independente pelo fisiólogo Carl Lange e pelo psicólogo William James na década de 1920, é uma das teorias mais conhecidas sobre as emoções. Se um indivíduo testemunha um estímulo externo, o resultado é uma reação fisiológica. A partir da reação fisiológica ocorre um “sentimento de emoção”, também conhecido como reação emocional, de acordo como a reação física foi interpretada. Segundo Freitas-Magalhães (2011), a teoria de James-Lange adianta que o comportamento é provocado por uma emoção. Ou seja, a emoção induz o comportamento. Há muitos argumentos para refutar a teoria James-Lange e grande parte dela foi abandonada pela ciência moderna

(Kleinman, 2015). Porém ainda há muitos pesquisadores que ainda consideram esta teoria muito influente (Kleiman, 2015).

A teoria de Cannon-Bard, criada por Walter Cannon e Philip Bard como um argumento contra a teoria de James-Lange na década de 1930. A teoria de Cannon-Bard afirma que as reações fisiológicas e as emoções são sentidas ao mesmo tempo. Isto é, após o estímulo percebido, verifica-se uma reação simultânea da resposta corporal e da emoção experimentada (Freitas-Magalhães, 2011). De acordo com a teoria, as emoções ocorrem quando o tálamo envia uma mensagem ao cérebro como resposta a determinado estímulo. O resultado dessa mensagem sendo transmitida é uma reação fisiológica.

O estímulo emocional é recebido pelos órgãos sensoriais. O estímulo é então transmitido ao córtex cerebral para determinar como a resposta será direcionada, o que por sua vez estimula o tálamo. Em outras palavras, o estímulo está sendo recebido e interpretado. Então, duas reações ocorrem simultaneamente: a reação emocional e a reação corporal (Kleiman, 2015).

A teoria Schachter-Singer, criada por Stanley Schachter e Jerome E. Singer em 1962, é um exemplo de teoria ligada às dimensões cognitivas. Segundo esta teoria – também conhecida como a teoria dos dois fatores, a excitação fisiológica a partir de um evento (estímulo) é a primeira fase. A emoção é um estado de ativação fisiológica (Freitas-Magalhães, 2011). Após a excitação fisiológica, um indivíduo deve encontrar o motivo para a ocorrência dessa excitação, e somente depois é que ele consegue caracterizar a experiência e rotulá-la como uma emoção (Kleiman, 2015). A emoção ocorre em contexto cognitivo, no qual a ativação é interpretada (Freitas-Magalhães, 2011).

A teoria de Lazarus foi desenvolvida por Richard Lazarus na década de 1990, esta teoria sobre as emoções afirma que, antes do surgimento de uma emoção ou excitação fisiológica, deve ocorrer um pensamento. Essencialmente devemos, segundo esta teoria, pensar na situação em que nos encontramos antes de qualquer tipo de emoção possa ter sentido. Da mesma forma que a

teoria Cannon-Bard, a teoria de Lazarus (1991) envolve emoção e excitação fisiológica ocorrendo ao mesmo tempo (Kleiman, 2015).

Una emoción es una obra vital personal, que tiene relación con el destino de nuestros objetivos en un episodio particular y con nuestras creencias sobre nosotros mismos y el mundo en que vivimos. Surge por una valoración del significado o alcance personal de lo que está ocurriendo en ese enfrentamiento (Lazarus y Lazarus, 2000, p. 196).

A teoria do Feedback Facial de Tomkins afirma que a emoção é na verdade, a experiência das alterações musculares faciais que ocorrem. Caso contrário, segundo esta teoria, estamos apenas pensando intelectualmente (Kleiman, 2015). Ou seja, um evento determinado (estímulo) provoca alterações faciais e estas, por sua vez, definem uma emoção determinada.

Para Casassus (2022), as emoções servem para detectar e solucionar problemas. Embora as vezes a informação que nos entregam as emoções não bastam para encontrar a solução de um problema. Mas isso não é responsabilidade da emoção senão da pessoa que está emocionada, das características de sua personalidade e do contexto em que se encontra. Pode ser que isso ocorra porque não processou ou não possui a informação a adequada para enfrentar a situação na qual se encontra. Considerar a emoção como informação é relevante, pois nos permite formular uma melhor avaliação do que ocorre e o que devemos fazer (Casassus, 2022).

De fato, o hemisfério cerebral direito realiza, em princípio, o processamento dos rostos. O resultado da avaliação de um rosto não depende somente dos circuitos emocionais, senão também do córtex cerebral e suas regiões encarregadas do processamento racional que intervém em conjunto em uma avaliação. Participam, além do mais, processos conscientes racionais dependentes do córtex cerebral mais moderno no desenvolvimento evolutivo da nossa espécie: o neocórtex cerebral, que adiciona capacidade de análise racional a uma interpretação emocional (López, 2018).

Segundo Freitas-Magalhães (2011),

o quadro das teorias fenomenológicas (Stumpf, Sartre, Rapaport, Hillman e Denzin) resume-se ao estudo da natureza da experiência emocional e dos estados da consciência. Tais teorias dão relevo a função da cognição. As teorias comportamentais (Watson, Harlow, Stagner, Gray e Steats e Eifert) também dão relevo à função da

cognição, porém, mais simples que as teorias fenomenológicas. As teorias fisiológicas (Plutchik, Panksepp e Scherer), as teorias cognitivas (Leventhal, Bower e Fridjda) e as que o autor chama de ambiciosas (Izard, Mandler e Averil) seguem idêntica metodologia de análise das teorias anteriores. As investigações nos últimos anos, além de estudar emoções específicas, verifica-se o propósito de colocar no centro dos seus interesses a perspectiva desenvolvimentista (Bowlby, Sroufe, Izard, Malatesta e Camras. Para além da verificação da função cognitiva, estas investigações acrescentam o papel da vinculação no estudo das emoções específicas (p. 106).

Do anterior desprende-se então, que interpretar contém um substrato cognitivo. Isto nos leva a pensar que o fator cognição está muito mais próximo às emoções do que acreditávamos. O fator cognição passa a ter um valor fundamental no estudo das emoções. Desta feita, estudar as dimensões cognitivos nos modelos de análises sem contemplar essa vinculação poderia significar uma parcialidade da realidade nos estudos sociais e políticos.

Na definição de Maritza Montero (2016), as emoções são um fenómeno biopsicossocial que afeta a conduta, o pensamento e a fisiologia, assim como o modo de expressão das pessoas. Nesta definição, a autora reúne as características mencionadas pelos demais autores sobre a categorização das emoções. Biológico pelo processo neurológico e psicossomática da emoção. Psicossocial, pois recolhe o processo construtivo, como veremos mais adiante, tanto social como psicológico das emoções como estados de ânimo ou sentimentos. Por esse motivo, entendemos que

as emoções cumpriram um papel articulador, mobilizador da ação seja ela individual ou coletiva. Como apontamos, o fator emocional é determinante na capacidade gregária, visto que emoções como medo, ira, ou sentimentos como solidariedade, confiança ou mesmo afetos, geradores de identificação ou distinção produzem resultados que afetam a mobilização para a ação coletiva em cada sujeito. (Godoy-Flores & Silva, 2023, p. 185-186).

3.3. Estados de ânimo, sentimentos e emoções

***"La democracia está hecha de emociones,
estados de ánimo y sentimientos de
pertenencia, [...]"***

Diversos autores consultados não diferenciam as noções de estados de ânimo, sentimentos e emoções, seja por convenção, comodidade ou algum critério de agrupação de conceitos. Para efeitos desta tese, faremos estas distinções por serem úteis para apreciar e observar melhor os mecanismos baseados nas relações específicas que ocorrem com cada uma delas.

Autores como José Miguel Mestre Nava e Francisco Palmero Cantero (2004); Soledad Ballesteros Jiménez e Beatriz García Rodríguez (1995); Daniel López Rosetti (2018) distinguem as emoções e sentimentos. Outros como Paul Ekman (1994, 2003, 2004); distinguem entre estados de ânimo e emoções. Por sua vez Sennet (2015) também distingue entre ações emocionais e estados emocionais.

Embora as noções de emoção, afeto e sentimento não sejam idênticas (Frijda, 1994; Ekman, 1994; Damasio, 2001a), para efeitos deste documento usaremos o termo estrutura de emoções para englobar os estados de ânimo, sentimentos e as próprias emoções. Porém apresentaremos definições para cada uma delas.

Em suma, caracterizar o mundo emocionalmente como algo complexo, implica considerar que este pode incluir dimensões de natureza muito diversa e processos que se tocam, se sobrepõem e interatuam, deixando sua contribuição e marca na construção do que são as emoções. Nessa complexidade emocional, o conjunto das emoções aprecem sendo parte da dinâmica de um mundo emocional onde se sobrepõem e se articulam elementos aparentemente dispares e, com conteúdo diferentes, como são os mecanismos, reflexos de sobrevivência localizados no plano dos afetos, das próprias emoções, dos sentimentos conduzidos pela memória, a construção social das emoções culturalmente produzidas (Röttger-Rössler, 2008) e, finalmente, os estados de ânimo. Neste sentido, a complexidade emocional integra processos que vão desde a subjetividade interna mais básica até a

construção social mais externa que se expressa nas emoções (Casassus, 2022).

3.3.1. Estados de ânimo

El tiempo enfría, el tiempo aclara; ningún estado de ánimo se puede mantener absolutamente inalterado con o curso de las horas.

Mark Twain

Em estos tempos que testimonian los límites de la capacidad humana de control sobre el futuro, los estados de ánimo pierden la serenidad y poderosos afectos emergen hasta la epidermis de las formaciones sociales. Es como si estos estados de ánimo escaparan a sus portadores y constituyeran atmósferas objetivas de inseguridad, de riesgo, de miedo.

(Villacañas, 2015, p. 14)

A ideia de estado de ânimo se remonta ao conceito etimológico do latim *anima*, que quer dizer alma, espírito, o que dá vida ao corpo. Daí que estado de ânimo também é conhecido como estados de espírito, estado emocional, estado mental (*state of mind, animal spirit, moods*) entre outras noções. Os estados de ânimo são disposições mentais que condicionam sentimentos, a emoção e a vontade de agir, configurando uma forma de ação. Esta característica disposicional funciona como um “pano de fundo” emocional (Stoker & Hegeman, 2002). Estados de ânimo podem condicionar favoravelmente ou de forma desfavorável determinadas ações. Isto é, agir ou não agir, fazer ou não fazer, lograr ou não lograr, abrem ou fecham possibilidades.

Nunca estamos livres de um estado de ânimo seja ele de alegria, de desespero, tédio, temor ou qualquer outro. E nem sempre estamos conscientes em qual estado de ânimo estamos (Casassus, 2022).

A questão de não percebermos os estados de ânimo se deve a um fato importante, diz Casassus (2022): estudos realizados por Matthew Ratcliffe (2013) revelam que os estados de ânimo não dependem de nossa vontade nem da nossa intensão. Sua existência é pré-conceitual e opera em outro nível. Pode ser que não percebamos, porém se prestamos atenção, rapidamente podemos perceber o nosso estado de ânimo.

Os estados de ânimo são comuns a todas as pessoas e operam juízos de valores, rotulam muitas vezes automaticamente no nível não consciente (para diferenciar do conceito psicanalítico de inconsciente). Estes juízos fazem referência a certas disposições avaliativas que determinam a ação (Flores, 2016). Todavia, Casassus (2022) refere-se a um termo freudiano, quando diz que “normalmente, os estados de ânimo estão em um estado pré-consciente” (p. 213).

Segundo Edward Smith & Stephen Kosslyn (2008), o termo estado de ânimo, por sua parte, se refere a um estado afetivo difuso que é mais acusado como uma mudança nos sentimentos subjetivos. Os estados de ânimo são, em geral, estados afetivos de pouca intensidade, mas com uma duração relativamente mais longa e em ocasiões sem causa aparente, como, por exemplo, uma sensação espontânea de tristeza ou de alegria.

Como fenômeno afetivo, os estados de ânimo são mais permanentes que os sentimentos e a emoção, estão dentro de nós e não obedecem, em geral, a causas concretas como é o caso da emoção. Ou seja, os estados de ânimo não têm um referente concreto (Garcia-Huidobro e Figueroa, 2022). Salvo o caso -como já veremos- onde o sentimento se aloja por um período mais prolongado nos estados de ânimo. Eles não estão dirigidos intencionalmente a um objeto específico, pois operam também como uma abertura, uma disposição a sintonizar-se com a situação em que nos encontramos no mundo (Casassus, 2022).

Os estados de ânimo pertencem ao mundo emocional e são de muita importância por várias razões. Uma delas é porque nos ajudam a compreender melhor o que acontece com as emoções quando são precedidas e estruturadas pelos estados de ânimo antes mesmo da cognição e da percepção. O estado

de ânimo acolhe e dá uma “tonalidade coerente” à emoção (Casassus, 2022, p. 214). Porém, nossa proposta difere em alguns aspectos de Casassus (2022), pois os estados de ânimo não só precedem, senão a emoção e os sentimentos também estão sob influência dos estados de ânimo. Não é possível entender o fenômeno dos indignados na Europa e nos Estados Unidos, diz González (2016), de outra forma que não seja autodefinido e associado a um estado de ânimo.

Os estados de ânimo são mais estáveis e não são breves. Uma pessoa “sente” uma emoção e “está” num determinado estado de ânimo. As pessoas sempre estão em algum estado de ânimo. Surge do fato de estar vivendo no mundo diz Casassus (2022). Este autor ainda cita uma tese interessante de Martin Heidegger (1998), quando propõe que o ser sempre está no mundo num “estado”, uma referência à existência de cada pessoa na sua maneira de existir. Onde os humanos estamos “lançados” no mundo dentro de uma cultura que nos atribui identidades, papéis e formas de cumprir-los num contexto histórico que nos cabe viver. Como diz Gianni Vattimo (1985):

El mundo se nos aparece siempre, originalmente, a la luz de cierta disposición emotiva: alegría, miedo, desinterés, tedio. Todos los afectos singulares son posibles solo como especificaciones del hecho de que el *Dasein* no puede estar en el mundo (y, por lo tanto, las cosas no pueden dárselos) si no es a la luz de una disposicionalidad que, radicalmente, no depende de él (p. 38, cursiva do texto original).

Para Marcelo Roehle e Elza Dutra (2014), literalmente, *Dasein* significa ser-aí. Na versão brasileira de Ser e Tempo, *Dasein* é traduzido como “presença” (no mundo); a tendência internacional é pela manutenção do termo original alemão. Para eles,

O *Dasein* é envolvido no mundo, é interessado, em função de outra estrutura existencial, a dis-posição afetiva. Esta é a condição ontológica de manifestações ônticas como o humor. Humor diz respeito a como alguém está, como se encontra ou “como vai”. O ser humano não existe num estado neutro, numa atitude teórica diante da realidade, pelo contrário, o que se mostra na abertura do aí já aparece vinculado a uma tonalidade afetiva (p. 108).

Inclusive, os estados de ânimo podem ser manipulados. A *indução do estado de ânimo*, centra-se em mudar o estado emocional inicial dos sujeitos. A importância dos estados de ânimo -decorrente de acontecimentos concretos-

radica na sua vinculação com a memória. Esta influência do estado de ânimo com a memória é conhecida como *efeito de memória congruente com o estado de ânimo* (Bower, 1981). Tudo isto reafirma a ideia da forma de ser de cada um e que os estados de ânimo em que estamos são contextuais. Isto é, o ambiente, as condições, os acontecimentos, as vivências e experiências e a memória, entre outros, contextualizam os estados de ânimo e nem sempre de uma forma consciente (Casassus, 2022; Bower, 1981).

Os estados de ânimo são gerúndios, ou seja, é algo ativo, é algo que está sendo, está acontecendo com a pessoa. Por isso são mais estáveis e duradouros, ainda que não observável, pois encontra-se numa etapa aquém/além da emoção, como expressão de um sentimento ou do estado de ânimo.

A respeito da descrição de estados de ânimo, é importante advertir que não há muito consenso no momento de mencionar os itens que compõem os estados de ânimo. Muitos deles podem ser identificados como sentimentos ou emoções. Mas não perdemos de vista que os estados de ânimo antecedem/decorrem aos sentimentos e a emoção. São exemplos de estados de ânimo a confusão, arrogância, impaciência, insegurança, resignação, assombro, de abertura, entusiasmo, etc.

No quadro 2 apresentamos uma comparação de listas de itens, algumas usadas para a lista de verificação (*check list*) nos instrumentos de medição de estados de ânimo usado na Escala de Valoração do Estado de Ânimo (EVEA) (Sanz, 2001), orientados para a determinação de depressão, ansiedade, alegria e hostilidade. No caso de Gloria Flores (2016), ela define entre aqueles estados de ânimo que conduzem à ação (favoráveis) daqueles que atrapalham a ação (desfavoráveis) (no caso da aprendizagem, por exemplo).

Quadro 2

Estados de Ânimo

Comparações entre autores

| Sanz, Jesús (2001) | Ekman, Paul (2012) | Flores, Gloria P. (2016) | | Garcia-Huidobro e Figueroa (2022) |
|--------------------|--------------------|--------------------------|--------------|-----------------------------------|
| | | Favorável | Desfavorável | Desfavorável |
| melancólico | | Assombro | confusão | melancolia |
| débil | | Perplexidade | resignação | resignação |

| | | | | |
|------------|------------|--------------------------|----------------|---------------|
| triste | triste | serenidade/ aceitação | frustração | timidez |
| apagado | desdenhoso | | arrogância | Pessimismo |
| nervoso | apreensivo | paciência | impaciência | retraimento |
| tenso | | ambição | aborrecimento | ressentimento |
| ansioso | ansioso | determinação | medo/ansiedade | rancor |
| tranquilo | | | angustia | desprezo |
| contente | eufórico | autoconfiança | insegurança | remorso |
| jovial | | confiança | desconfiança | vergonha |
| alegre | | | | apreensão |
| otimista | | | | |
| enfadado | | | | |
| irritado | irritável | | | |
| incomodo | | | | |
| desgostoso | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de Sanz, Jesús (2001); Flores, Gloria P. (2016); Garcia-Huidobro e Figueroa (2022), Ekman, Paul (2012).

Da mesma forma acontece com os sentimentos e as emoções, muitos autores se referem a eles com critérios de positivos e negativos. Não nos referiremos aos estados de ânimo como positivos e negativos imanentes, pois são subjetivos, ainda mais quando estão vinculados à ação. Resultados positivos ou negativos são o resultado das vinculações entre emoções e ação conforme o objetivo traçado.

Um estado de ânimo ativa emoções concretas, diz Ekman (2004).

Quando estamos irritáveis, buscamos uma oportunidade para enfadar-nos; interpretamos o mundo de forma que nos permita, ou inclusive nos exija, enfadar-nos. Enfadamo-nos sobre assuntos que normalmente não nos provocam enfado, e é provável que quando o fazemos, a ira seja mais virulenta e que dure mais se não estivéssemos afundados em um estado de ânimo irritável (p. 75) (tradução nossa).

Segundo Ekman (2004), os estados de ânimo não se manifestam no rosto nem na voz como condição somática. Podemos perceber determinados estados de ânimo quando as emoções saturam este estado de ânimo. Neste caso, poderíamos estar observando as emoções como resultado imediato dos estados de ânimo. Os estados de ânimo diminuem nossa flexibilidade e nos fazem menos sensíveis aos matizes das mudanças al redor de nós, influenciando

em como o interpretamos e como respondemos. Ekman (2004) propõe que os estados de ânimo podem ser causados por experiências emocionais extremamente fortes que cumprem a função de manter-nos preparados para determinadas ações.

Do ponto de vista emocional, a serotonina -neurotransmissor- se relaciona com os estados de ânimo. A depressão, os estados de ansiedade, a insônia, as alterações no apetite, o controle da ira, as desordens obsessivo-compulsivas acusam níveis baixos de serotonina (Pallarés, 2010). Um estado de ânimo depressivo, por exemplo, faz que o mundo perca o sentido, que tudo pareça estranho, onde desaparece toda a possibilidade prática da ação (Casassus, 2022).

Os estados de ânimo, caracterizam-se pela maior duração deste estado mental quando comparado com os sentimentos e as emoções (Ekman, 2004). Comparativamente os estados de ânimo tem uma duração maior que os sentimentos, e por sua vez os sentimentos têm uma maior duração que as emoções, estas por sua vez, podem ser expressas em frações de segundos de duração, também conhecidas como microexpressões. É muito difícil observar uma emoção expressada por um período prolongado. Emoções geram sentimentos e ambos geram/alteram estados de ânimo. Por sua vez, dado estado de ânimo pode potencializar ou dificultar o surgimento de certas experiências emotivo-sentimentais.

Neste ponto é importante distinguir o seguinte: primeiro destacar o fato que os estados de ânimo são estados de ânimo emocionais, isto é, estão no que denominamos aqui “Estrutura de Emoções”. Seguindo as diversas definições de estado de ânimo, defendo neles alojar os conceitos de emoções situacionais e emoções de transfundo (Nussbaum, 2018).

As emoções são situacionais quando estão fixas num conjunto particular de circunstâncias. Seriam provocadas por estímulos tanto internos como externos e associadas a uma circunstância singular. Seriam eles um tema não resolvido, uma provocação recebida e contida, uma lembrança em particular etc. As emoções situacionais podem tornar-se tristezas e alegrias, mas também ansiedade e tensão como expressões emocionais.

As emoções de transfundo são contínuas na estrutura da vida. Nussbaum (2018) cita, por exemplo, o medo à morte que acompanha a maioria das pessoas. Elas podem tornar-se mais concretas quando são focadas em um acontecimento particular como uma ameaça específica à vida de uma pessoa. As emoções de transfundo, em ocasiões, experimentam-se de forma consciente, mas não sempre. “o medo à morte pode motivar comportamentos sem que seja necessariamente objeto da consciência” (Nussbaum, 2018, p. 388).

3.3.2. Sentimentos

“En las novelas de Balzac, cualquier sentimiento [...] puede justificar cualquier tipo de comportamiento”.

Genette (1969). En Elster (2012),
Alquimias de la mente p.33.

"Siempre podemos volver al hombre olvidado de las ciencias sociales, al actor del mundo social cuyas acciones y sentimientos están en la base de todo sistema"

(Schutz, 1974, p. 20) En Ulises Toledo
Nickels: pp. 39-67.

Que dúvida cabe pensar que os sentimentos formam parte importante no conjunto das emoções? Os sentimentos, na nossa proposta situa-se num intermédio dinâmico entre os estados de ânimo e a emoção, ou seja, o que chamaremos “estrutura de emoções”.

A forma como nos sentimos emocionalmente em uma situação determinada, diz Rivera (2015), constitui um dos elementos mais importantes da motivação, e esta da mudança da conduta. Como nos sentimos emocionalmente fornece o que chamamos convencionalmente sentimentos.

Num começo, a palavra sentimento fazia alusão à percepção sensível do corpo, ao mundo das sensações; com o avanço da psicologia cognitiva,

interpreta-se que é ainda mais do que isso. Segundo López (2018), o sentimento

é o que se sente desde a cognição ou desde o entendimento profundo como consequência dos processos cognitivos. É uma vivência experiencial sustentada no tempo. (...) é algo elaborado pelo pensamento e tem a tendência de se expandir no horizonte temporal daquele que o percebe (p. 58, tradução nossa).

Quando Casassus (2022) define os estados de ânimo, o faz em relação a uma “resposta”. Que não é algo criado pelo mundo; essa resposta provém da subjetividade do sujeito na sua relação com a situação. O que percebemos dessa situação ou contexto não são os objetos neutros, percebemos a sua utilidade, pertinência, atrativo ou periculosidade.

Pensamos que os sentimentos são autenticamente uma resposta, não sempre expressada pela pessoa em relação a uma avaliação sobre a natureza de um determinado contexto. E, portanto, também contribui na configuração da expressão desse sentimento: a emoção. Entenderemos aqui que a emoção é a culminação de um processo emocional iniciado muitas vezes nos estados de ânimo e que passam pelos sentimentos e vive versa.

Não há razão prática, diz Camps (2011), sem sentimentos ou como disse Le Bon (1921), “os sentimentos conduzem a história”. Somo seres emotivos e não só racionais (Elster, 2002). E as emoções/sentimentos são o móbil da ação, mas também podem paralisá-la. Há emoções/sentimentos que nos incitam a atuar, outras nos levam a esconder-nos ou fugir da realidade. Mudamos de mentalidade ou de opinião porque mudaram também nossos sentimentos. As emoções e os sentimentos se constroem socialmente nas culturas nas quais estamos inseridos.

No melhor dos casos, diz Damasio (2018), os sentimentos nos encaminham para direção adequada, nos levam ao lugar apropriado em um espaço de tomada de decisões onde podemos dar um bom uso aos instrumentos da lógica. Assim os sentimentos não são tão intangíveis nem esquivos como se presumia. São qualificadores entre a natureza que herdamos e as circunstâncias. Junto com as emoções são guias, mas também servem para guiar às demais pessoas.

Os sentimentos muitas vezes têm sua raiz nos pensamentos, nos juízos que fazemos do outro e que fazem de nós; nos processos de (não) reconhecimento; no sentido que conferimos às situações, contextos, acontecimentos, relações humanas ou relações com determinados objetos. Eles desencadeiam sentimentos em nossos estados afetivos, que nem sempre são especificamente emoções, (Garcia-Huidobro e Figueroa, 2022). Os sentimentos podem deslocar-se e permanecer nos estados de ânimo, sem nunca se manifestar em reações fisiológicas. Neste sentido, diz López (2018), o sentimento é uma consequência do nosso pensamento como resultado do processamento mental e cognitivo mais evoluído. Casassus (2022) acrescenta que:

La crítica a los mitos tradicionales y descripción del mundo emocional nos ofrece un marco general para comprender que las emociones están lejos de ser algo irracional. Por el contrario, este marco nos muestra que las emociones son efectivamente una dimensión cognitiva de la mente humana y es el elemento central que ha facilitado la adaptación a los contextos. Es más, el modo mental de las emociones es más complejo, abarcativo y dinámico que el modo mental del pensamiento (p. 221).

Sentimentos e estado de ânimo compõem este mundo emocional. Por este motivo, Heller (2004) em Teoria do Sentimento propõe que o modo como ele se manifesta e impacta na subjetividade humana está diretamente vinculado ao contexto no qual esse sentimento ocorre. Para Heller (2004), sentimento possui um conteúdo cognoscível-social uma vez que requer implicação. Para ela, sentimos porque somos afetados por algo capaz de produzir em nós mudanças de ordens fisiológicas, disposicionais, comportamentais e intelectuais, as quais se dão concomitantemente:

“Sentir significa estar implicado en algo. (...) ese “algo” puede ser cualquier cosa: otro ser humano, un concepto, yo mismo, un proceso, un problema, una situación, otro sentimiento, otra implicación. El que yo esté implicado en algo no significa de ningún modo que “algo” sea un objeto determinado concretamente. Por ejemplo, puede ser un deseo o temor “sin objeto” (ansiedad). Pero el “algo” en que estoy implicado, por indeterminado que sea tal pensamiento, es en cualquier caso algo presente” (Heller, 2004, p. 15-16).

Por isso, pese a dificuldade de sua observação, estados de ânimo e sentimentos transitam entre si numa tênue linha divisória. Os estados de ânimo, mais duradouros e menos conscientes e os sentimentos medianamente

duradouros e mais conscientes. Para Casassus (2022) os estados de animo são mais estáveis e não são breves. Tendem a durar mais que as emoções e sempre se está num estado de ânimo. Nem sempre estamos conscientes de qual é nosso estado de ânimo. Em termos freudianos, os estados de animo estão num estado preconsciente. Por isso não dependem de nossa vontade, nem de nossa intenção.

Para Mestre & Palmero (2004), o sentimento, refere-se à consciência da ocorrência de uma emoção:

Quando la emoción es considerada como proceso, y así tiene que ser considerada, el sentimiento es una fase o etapa en dicho proceso. Aunque no es necesario para poder hablar de proceso emocional, es imprescindible para que un individuo «sepa» que está experimentando una emoción. Hablar de sentimiento implica la referencia obligada a la consciencia. Filogenéticamente hablando, la emoción es un proceso anterior a la consciencia, ya que ésta es un producto de la propia evolución, que aparece cuando el cerebro adquiere la suficiente capacidad de desarrollo (p. 223).

Os sentimentos são mais estáveis e permanentes, admitem a presença de emoções passageiras que podem aparecer como contraditórias com o sentimento (Garcia-Huidobro e Figueroa, 2022). Um sentimento pode ser gerado por mais de uma emoção. O amor, o sentimento estético, o sentimento religioso, por exemplo, admitem a presença de emoções em certos momentos. Porém, desaparecida essa emoção, fica sua memória, permitindo que o sentimento de fundo persista e passe a um estado de ânimo mais estável e potencialmente duradouro. O sentimento está mais perto do cognitivo e mais longe do não consciente. Por outro lado, Jean- Pau Sartre chama a atenção para “A consciência emocional é primeiramente irrefletida e, nesse plano, ela só pode ser consciência dela mesma no modo não-posicional. A consciência emocional é, em primeiro lugar, consciência do mundo. Não é sequer necessário ter presente toda a teoria da consciência para compreender claramente esse princípio. (...) A emoção é uma maneira de apreender o mundo.” (Sartre, 2009, p. 56-57). De certo, há na literatura diferentes proposições de um sistema emoção-sentimento que nos conecta com a realidade.

Temos observado na literatura, que os sentimentos se vinculam com tudo aquilo que sentimos na experiência emocional. Também observamos que os sentimentos também se relacionam com um amplo espectro de sensações que descrevem uma experiência emocional. Neste sentido, podemos encontrar sentimentos numa gama quase infinita de possibilidades, assim encontramos sentimentos de vulnerabilidade, sentimentos de injustiça, sentimentos de confiança, sentimentos de desamparo, sentimentos de satisfação, sentimentos de afeto, sentimentos de otimismo e pessimismo, conquista, frustração, alegria e tristeza, entre muitos outros sentimentos.

A importância dos sentimentos radica em que, ao estar posicionados entre os estados de ânimo e a emoção, são capazes de modular e conceptualizar a transição entre uma e outra dimensão, constituindo uma essência fundamental do ser humano na vida social. Segundo Casassus (2022), os sentimentos correspondem a emoções vividas que foram conceptualizadas. Guardam-se na memória episódica e seu esquema emocional, de maneira tal que possam ser recuperadas. Não constituem emoções do presente, mas podem ser trazidas para a atualidade como uma lembrança do acontecido. A relevância dos sentimentos está em que eles mantem na nossa memória experiências emocionais.

Contudo, podemos considerar que os sentimentos são um espaço amortecedor entre os estados de animo e a expressão desse sentimento, isto é a emoção. Os sentimentos, no seu lapso de tempo, logram matizar e dar novos sentidos a essa expressão emocional.

3.3.3. Emoção

***“Es algo bueno.
Si las emociones, te hacen actuar racionalmente
No se llamarían emociones”***

Personaje Gregory House
En la serie TV Dr. House
© 2004 HBO Max

Dissemos anteriormente que trataríamos o conjunto de estados de ânimo, os sentimentos e a emoção de maneira distinta, pois um enfoque que as determine de forma separada contribuiria a construir, com melhor detalhe, um mecanismo explicativo.

A palavra emoção provém etimologicamente do latim *emotio*, que significa “movimento, impulso ou aquilo que move a” (López, 2018).

Uma emoção propõe, impulsiona e canaliza uma ação determinada, de defesa ou ataque, na emoção medo ou ira ou numa manifestação social no entorno, como ocorre com a alegria ou a tristeza. É ocorrente, é um primeiro plano, presente (Stoker & Hegeman, 2002). Trata-se de uma manifestação psíquica e física ao mesmo tempo de um estado da mente num momento determinado (López, 2018). Para Nussbaum (2021), as emoções compartilham juízos relativos a coisas importantes, avaliações em que, atribuindo a um objeto externo relevante para nosso bem-estar, reconhecemos nossa natureza necessitada e incompleta frente às porções do mundo que não são controladas plenamente. Não encarnam simplesmente formas de perceber um objeto, senão também crenças, a miúdo muito complexas sobre o mesmo.

A emoção exterioriza os sentimentos e os estados de ânimo, ao ter a capacidade de expressar somaticamente o conjunto de emoções. De fato, William James já definia que as emoções estavam ligadas ao corpo (Garcia-Huidobro & Figueroa, 2022).

El **miedo** por ejemplo altera la respiración y aumenta la frecuencia cardíaca, produce temblor en las piernas, etc. La **tristeza** abate la musculatura facial, y origina un decaimiento físico ostensible. La **rabia** contrae los músculos encargados del movimiento de las mandíbulas. Tensionamos las extremidades y es las características la forma de cerrar los puños o patear el suelo; a veces incurrimos en lo que denominamos retroflexión, pegar un golpe a la mesa o la pared como expresión de ira que sentimos... La **alegría** activa muscularmente todo el cuerpo, nos hace sentir deseos de bailar y aumenta también la frecuencia cardíaca (p. 67, as emoções destacadas são do texto original).

A respeito, Vigotsky (2004) é enfático em dizer que:

Si las manifestaciones corporales no sucedieran inmediatamente a la percepción, esta última sería, por su forma, un acto puramente cognitivo, pálido, carente de colorido y de “calor” emocional. En este caso, podríamos

sufrir una ofensa y considerar justo devolver el golpe, pero sin experimentar por ello miedo e indignación (1902) (p. 20).

Por isso, essas emoções, segundo Vigotsky (2004), acompanham a preparação do organismo para ação. E é essa a importância que atribuímos às emoções (como estrutura emocional) quando nos referimos a ação individual e coletiva e, por consequência, à ação pública.

Na questão das emoções, ainda existe muita controvérsia entre os pesquisadores a respeito da taxonomia das emoções. Mostraremos aqui, algumas tentativas de classificá-las.

- a) Primarias e secundarias. As **emoções primarias** formam parte do nosso instinto de sobrevivência e nos ajudam na adaptação da espécie humana ao meio ambiente. Elas são: a alegria, a raiva, a tristeza e o medo. Segundo Arrizabalaga (2015), as emoções primarias têm um claro fim social e de salvaguarda pessoal, embora sua produção e manifestação pode alterar-se em função do nível de desenvolvimento cognitivo e cultura que tenham as populações humanas. As **emoções secundarias** correspondem a aquelas que se faz de forma consciente e vinculam-se aos pensamentos, juízos e propósitos. Essas emoções, diz Arrizabalaga (2015), tornam-se humanas e derivam em sentimentos. Elas se constroem ao longo do desenvolvimento ontogenético e parece estar associada ao desenvolvimento cognitivo-cultural. Ativam-se de uma maneira relativamente lenta, não tem necessariamente uma expressão facial reconhecível, compartilham padrões de reatividade autônoma com outras emoções e podem estar associadas a uma ampla gama de estímulos, incluindo conceitos abstratos. Existem outra série de emoções secundarias que não derivam diretamente das emoções primarias, senão de consequência da socialização e do desenvolvimento da autoconsciência, sendo suscetíveis de variações socioculturais. Seriam as chamadas emoções autoconscientes ou cognitivas superiores. Como por exemplo a culpabilidade, o desconcerto, o orgulho, a inveja e o ciúme (Arrizabalaga, 2015).

Quadro 3
Emoções Primárias e Secundárias

| Emoções Primárias | Emoções Secundárias |
|--------------------|--|
| medo | angústia, desassossego, incerteza, preocupação, horror, nervosismo |
| raiva | cólera, rancor, ódio, irritabilidade, raiva, impotência |
| tristeza | pena, dor, solidão, pessimismo, compaixão, decepção |
| alegria/felicidade | amor, prazer, diversão, euforia, entusiasmo, gratificação, |
| nojo | repugnância, rejeição, antipatia, desgosto, desprezo |
| surpresa | desconcerto, sobre salto, admiração, espanto |

Fonte: Baseada em Arrizabalaga (2015).

- b) Positivas e negativas. Seligman e outros autores (2003, 2006, 2008, 2011) propõe que as emoções positivas são aquelas que produzem felicidade e que é possível aprender a viver nelas. As emoções positivas geram uma sensação de expansão, de possibilidades abertas. As emoções negativas estreitam o nosso mundo, restringem o nosso horizonte de possibilidades. O estado de ânimo em que nos encontramos influi poderosamente na nossa forma de observar a realidade e de aumentar ou diminuir nossa capacidade de ação. Nesse sentido, Maldonado (2017) destaca a ambivalência das emoções:

No está claro, en fin, que haya buenas y malas emociones; pero si que hay emociones mejores y peores en función de sus efectos sobre el individuo que las experimenta y la sociedad en la que este vive. Añádase a eso que las mismas emociones pueden tener efectos negativos y positivos en diferentes ocasiones. A poco que se preste atención, pues, se observa que los afectos tienen una presencia constante y variada en la vida política (p. 39).

Como já sustentamos, as emoções não são neutras, porém preferimos pensar que a negatividade ou positividade da emoção se dá no resultado da ação. Vejamos por exemplo a seguinte categoria.

- c) Sãs e tóxicas. Para Ellis (1980, 2005, 2019) nem todas as emocionalidades negativas são tóxicas. Há algumas que são sãs. A desilusão por exemplo, a tristeza, a nostalgia. É natural sentir tristeza por não poder voltar a um

lugar ou momento que recordamos como belo. As emoções sãs são respostas adequadas às circunstâncias da vida. Quando surge uma dificuldade ou um contratempo, é natural sentir-se prejudicado, chato; procuramos solucioná-lo e evitar situações similares no futuro. Ou também sentir culpa, se acreditamos ter feito algo errado ou incorreto, pois este sentimento nos leva a possibilidade de reparar o prejuízo causado. Em troca, as emoções tóxicas não conduzem à ação, senão ficam em pensamentos e juízos negativos e a pessoa entra num círculo da qual não pode sair. Este ciclo destrutivo converte-se finalmente num estado de ânimo permanente e rebelde (Garcia-Huidobro e Figueroa, 2022). Emoções tóxicas produzem ação. Juízos negativos podem impactar definitivamente na tomada de decisão (Maric e Romero, 2018).

A emoção não é um conceito único, não é unidimensional. Inclui áreas que integram a nossa base de reação física e biológica ancestral com as funções cerebrais cognitivas mais evoluídas. É um conceito multidimensional que inclui três sistemas de resposta (López, 2018; Chóliz, 2005) com pelo menos três sistemas de resposta diferentes ou três dimensões por meio das quais ela se manifesta: cognitiva, comportamental e fisiológica.), ou tipo de linguagem (Plutchik, 1984), fortemente unidas entre si. O primeiro é a reação física ou fisiológica. O segundo, a reação condutual ou expressiva. O terceiro é o componente subjetivo ou cognitivo da emoção (López, 2018). Estas três dimensões –também denominadas “experiencias emocionais” segundo Chóliz (2005)- estão presentes em todos os padrões emocionais. Além disso, as emoções dão origem a estados derivados que se manifestam em nossas interações cotidianas. Neste sentido, as emoções são traduzidas em traços de personalidade, humores, atitudes, interesses, estilos de lidar etc. (Mérida & Jorge, 2010).

Para Plutchik (1984), emoção é uma sequência complexa de reações a um estímulo, incluindo atividade neurológica e autonômica, avaliação cognitiva, impulsos à ação e comportamentos que visam modificar o estímulo que desencadeou a reação inicial.

Reeve (1994) identifica nas emoções três funções básicas: a) adaptativa, b) social e c) motivacional. A função adaptativa permite que, em função de nossa emoção, nos aproximemos ou nos distanciemos de uma determinada circunstância. A função social nos permite comportarmo-nos em sintonia com a moral social imperante, condicionar e adaptar nossas ações, entender os outros, prever e controlar condutas, comunicar afetos promovendo relações interpessoais. E a função motivacional se relaciona com a força dinâmica que nos impulsiona à ação; dirige e orienta nosso comportamento na busca de satisfação de necessidades. A motivação dá sentido à nossa existência (López, 2018).

Fredy Kofman (2007) reflete sobre a relação entre os estados de ânimo, os sentimentos e a emoção:

El trasfondo de nuestra vida emocional discurre de un modo paralelo al flujo de nuestros pensamientos. En el fondo de nuestra conciencia siempre existe algún estado de ánimo, aunque, por lo general, no nos percatamos de que fluyen y refluyen mientras llevamos a cabo nuestra rutina cotidiana. Pero el día a día hace que estemos mucho más preocupados por nuestro flujo de pensamientos, sumergiéndonos en la tarea que estamos llevando a cabo, sin percibir los sentimientos que esto generan en nosotros. Nuestros sentimientos nos acompañan siempre, pero raramente nos damos cuenta de ellos; por lo contrario, solamente nos percatamos cuando ellos se han desbordado (p. 76).

Existe um relativo consenso entre os pesquisadores quanto a que existiriam pelo menos seis emoções básicas universais. Embora a universalidade das emoções ainda seja objeto de menos consenso ou até certa polêmica. Desde um ponto de vista biológico e psicológico, Ekman deduziu que existiriam seis emoções universais e básicas: o medo, a ira, a alegria, a tristeza, a surpresa e nojo. A polêmica complicou-se ainda mais quando o próprio Ekman ampliou a sua lista de emoções básicas adicionando diversão, desprezo, satisfação, vergonha, excitação, culpabilidade, orgulho de conseguir algo, alívio, prazer sensorial e outras mais (Morgado, 2019).

As emoções, diz Leonard Mlodinow (2022), nos ajudam a entender o significado das circunstâncias na qual nos encontramos. Especialmente em situações complexas e ambíguas -e aquelas em que precisamos tomar uma decisão rápida-, elas agem como guias internos que nos indicam a direção correta. Neste sentido, Elster (2014) retoma a questão da dissonância dizendo

que leva à excitação fisiológica que pode ser medida, por exemplo, na capacidade de efetuar tarefas simples (incrementadas pela excitação) ou a capacidade de efetuar tarefas complexas (reduzidas pela excitação). Ele ainda pontua que na literatura, a dissonância cognitiva rara vez sugere-se que a excitação associada com a dissonância possa estar ligada à emoção. Ao contrário,

“la excitación es equiparada a factores viscerales no emocionales como el hambre, la sed y el dolor. La emoción sencillamente no se menciona en las descripciones de las fuerzas dinámica que inducen a una reducción de la disonancia” (Elster, 2014, p.439).

O contraponto nesta questão onde na teoria das dissonâncias as emoções não tenham um lugar como motivo de redução da dissonância, podem formar sim parte de uma explicação de porquê surgem as dissonâncias. Leon Festinger (1975 [1957]; 1993) sustentava que se uma pessoa experimenta uma forte emoção sem ser capaz de produzir um motivo dessa emoção, sofrerá dissonância e estará motivada para contar-se a si mesma uma história que justifique essa emoção: “Ter medo e saber que se tem medo conduz a uma tendencia a adquirir cognição consoante com esse medo” (p. 236). Neste sentido, Breckler (1993) também apoia o papel das emoções associada à dissonância e à mudança de atitude. Hoje conhecemos o papel das emoções na dissonância cognitiva quando, em primeiro lugar, a cognição está profundamente vinculada com a emoção; em segundo lugar, o caráter psicológico da motivação para a mudança cognitiva pode ser interpretado, em declarações recentes da teoria, como uma necessidade de preservar a autoestima em vez de uma necessidade de manter a consistência lógica entre as cognições (Greenwald & Ronis, 1997). Os sentimentos de orgulho, soberba e antipatia podem ser exemplos vinculados a autoestima. Os interesses políticos, acordos partidários, por exemplo, também podem romper a consistência lógica entre as cognições.

As emoções por si só não significam muito, não fazem muito sentido ou não são suficientes (Cassasus, 2022). As emoções surgem em um contexto. Isto é, surgidas num contexto sociopolítico que contribua ao entendimento de uma ação individual e/ou coletiva onde seja possível também entender resultados ou impactos dessas ações mediadas pelas emoções.

Michael Stoker e Elizabeth Hegeman (2002) descrevem o que chamam de explicação de conteúdo, que, de certa forma, já se sabe desde Platão a James: “que as emoções têm, e na verdade são em parte constituídas por um conteúdo cognitivo, desiderativo e valorativo” (p. 55).

Nas seguintes linhas, apresentamos, a título de exemplo, algumas emoções básicas de referência.

Medo

***"No dejes que el miedo te paralice,
como a los habitantes de esta aldea"***
Samurai X, Infierno en Quioto. (min 58).

***"Teu poder descansa no meu medo;
já não tenho medo, tu já não tens
poder"***
Sêneca a Nero.

O medo talvez seja a emoção mais estudada pela ciência; entre outras coisas, porque é a mais antiga. É a primeira das emoções, filogenética e ontogênicamente falando. É por isso que se encontra fortemente gravada na nossa essência constitutiva. O medo é uma emoção básica que se ativa frente a presença ou percepção de um dano potencialmente ocasionada por uma circunstância determinada. É uma reação frente a uma ameaça aos nossos interesses de ordem vital (López, 2018). O medo é anunciado por uma afirmação ontológica, uma afirmação que um “eu” faz sobre si mesmo e para si mesmo: "Tenho medo" (Ahmed, 2014, p. 107).

O medo, segundo Freddy Timmermann (2019), é uma emoção vinculada ao conhecimento. Define-se como uma experiência que gera um efeito emocional variável devido à interpretação de uma vivência, objeto ou situação etc. como potencialmente perigosa, quando seu controle ou anulação são incertas. “Verifica-se uma modificação da racionalidade de percepção, o que gera incertezas e, com isso, dor. De fato, isto passa a constituir o centro do problema a resolver: liberar-se da dor padecida, ensinada e aprendida” (Chóliz, 1994, 77-88, tradução nossa). Constituindo-se assim, o medo, em um estado de desorientação, de cegueira, de sofrimento psíquico (Diel, 1995), pois,

segundo Zygmund Bauman (2007) o indivíduo teme tudo aquilo que não pode controlar, denominando incompreensão a essa impossibilidade de controle.

Patrick Boucheron e Corey Robin (2019) propõe que o medo, ao longo da história, é o uso político de uma emoção. Antes de mais, o medo - como todas as formas de emoção - foi durante muito tempo colocado do lado das manifestações subjetivas e por isso ocupou pouco lugar nas ciências sociais. Além disso, o medo é visto como uma reação irracional que também pode levar a um comportamento coletivo catastrófico. No entanto, ao longo dos seus intercâmbios, os nossos dois autores insistiram no fato de que em caso algum o medo é espontâneo ou irracional: “é político e inclusive localiza-se no centro de uma relação política que pode atravessar regimes e ideologias” (Boucheron e Robin, 2019, p. 10).

Nesta senda, Le Bon (1921[1910], p. 75), ao discutir *O papel político do medo* no âmbito das tomadas de decisões no plano governamental, se utiliza da alegoria de fantasmas para destacar sua condição de “*invulnerável e imortal*”. Tamanho é seu poder que a ele se refere como sendo “*o espectro colossal do medo*”. “O seu poder se exerce desde as origens do mundo, e o tempo ainda não o prejudicou” (p. 75). Mas seus efeitos são mais danosos na política quando associado a outra duas emoções: “*O phantasma do medo é, por si só, extremamente temível; elle se torna ainda mais ameaçador, quando se junta aos do odio e da inveja. O seu triunvirato dirige a toda a nossa política.*” (p. 82). O seu uso político pela elite já era motivo de sua atenção uma vez que “*Todos esses fantasmas, o do medo como os que elle provoca, foram conhecidos pelos grandes estadistas. Saber utilisal-os é uma manifestação do genio de cada um.*” (p.76). Na visão de Le Bon, o medo produz narrativas que controlam tanto as multidões quanto as decisões governamentais.

Maritza Montero (2016), desde uma postura crítica e politicamente comprometida, também faz uma leitura com respeito ao uso do medo em discursos políticos. Ele pode atuar como uma componente chave em processos de persuasão e sedução dos receptores, os quais podem incluir não só formas de encantar, mas também formas de atemorização e submissão como estratégia de controle. E esse discurso político torna-se um instrumento de

poder para obter e manter o poder sob controle de determinados grupos sociais.

Já sabemos que os poderes políticos fazem um uso constante do medo e que o medo está instalado no campo político. O medo é constitutivo da autoridade política, como já pontuava Maquiavel. O medo é muito mais que um indicador de poder. Junto a outras emoções, é fundamental na arte de governar e ao mesmo tempo mobiliza(m) de forma muito minuciosa os afetos ou qualquer forma de dominação política. Para Boucheron e Robin (2019),

"Esta dimensão do governo foi provavelmente subvalorizada como uma nova *raison d'état*, um lado do qual é claramente composto por emoções, foi consolidado" (p. 12).

"O medo é constituído pelo que não é conhecido, especialmente a incerteza sobre o que pode acontecer. Contudo, o exercício do poder, no contexto de sociedades informadas, pode basear-se em parte nesta incerteza" (Boucheron & Robin, p. 21).

Muitos pensam que as emoções individuais da população determinam as políticas que põe em prática o governo, porém Boucheron & Robin (2019) não compartilha essa ideia, mesmo supondo que cada cidadão tivesse a experiência do medo, este não poderia explicar as políticas adotadas. Boucheron & Robin (2019) conclui dizendo que "não é o medo que modifica as medidas políticas (*policy*) senão a própria política" (*politic*) (p. 36, os parênteses são explicações nossas). Os cidadãos se opõem a respeito às questões da ameaça política (*politic*) e possuem formas de enfrentá-las. Além do mais, experimentam de maneira diferente o medo na política (*politic*).

A unidade do medo não é um artefato da psicologia das massas; é um projeto político que se elabora através das autoridades como infraestrutura política do medo -mediante o aparato burocrático e as instituições criadas para esse fim-, a ideologia e a ação coletiva. O medo está no centro do funcionamento democrático. São as emoções que animam aos dominantes na sua vontade de aumentar a dominação e os dominados na sua vontade de opor resistência (Boucheron & Robin, 2019). Aquele que tem medo só será plenamente dominado quando se infunda este sentimento, ao mesmo tempo que o temor e a vergonha que é senti-lo: ter medo é preparar-se para obedecer. (Boucheron & Robin, 2019).

Para Safatle (2019), a tese central é que o medo como afeto político é indissociável da compreensão do indivíduo, com seus sistemas de interesses e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como fundamento para os processos de reconhecimento.

Em contextos ditatoriais Elizabeth Lira (1987) se refere ao medo e aos seus termos afins para configura-los como risco de vida para o indivíduo e gerador de traumas psicossociais em âmbitos individuais e coletivos: Medo, angústia, ansiedade, pavor, terror, pânico, susto, horror são palavras que se referem a experiências desencadeadas pela percepção de um perigo certo ou impreciso, presente ou provável no futuro, proveniente do mundo interno do sujeito ou do mundo ao redor. A objetivação do perigo pode levar o sujeito a configurá-lo como um risco de vida. A certeza ou a alta probabilidade de que tal ameaça ocorrerá transforma a insegurança em medo.

No mesmo contexto, Angel Rodriguez Kauth (1992), refere-se ao medo de ter medo, ao temor do temor.

Fue un miedo justificado por hechos concretos y objetivos avalados em más de 30.000 desaparecidos y varios miles de encarcelados, amordazados, echados de sus empleos, etc. Fue un miedo que se manifestaba hacia afuera y hacia adentro de nosotros mismos simultáneamente. Miedo escondido e embozado tratando de que no se advirtiera del exterior porque “total, de que voy a tener miedo”. No era un ocultamiento machista del miedo, sino que era un esconder el miedo por tener miedo a que este fuera observable por los otros y comenzaran a sospechar. No había que despertar sospechas en los otros de que podíamos tener miedo porque entonces por algo sería y se podía comenzar a sospechar cosas más peligrosas para nuestra seguridad (p. 53).

Note-se como Rodriguez Kauth, chega na mesma conclusão de Lira: que o medo gera sensação de insegurança, que por sua vez gera o medo. Por isso o medo é um instrumento tão eficiente para um Estado opressor, pois o medo é capaz de auto gerar-se sobre o oprimido.

Ira

“El exceso podría llamarse irascibilidad, ya que la pasión es la ira, pero el asunto es difícil y complejo. Quien se enoja por las cosas debidas y con quien debe y, además, como y cuando y por el tiempo debido, es

alabado [...]. El que es manso desea estar tranquilo y no dejarse llevar por la pasión, sino airarse del modo y por los motivos y por el tiempo que dicte la razón."

*Aristóteles, (384-322 a. C.)
Ética a Nicómaco*

A ira teria um importante papel motivador enquanto "põe fogo na alma e ferro no estômago"

(Gamson, 1992, p. 32).

A ira expressa intensamente raiva, ódio, rancor, indignação; é uma emoção "quente", intensa, perturbadora, exaltada. Desde uma perspectiva evolutiva é uma emoção que descarrega energia psíquica e física com a finalidade de ataque ou defesa. Pode estar presente naquelas circunstâncias que resultam avaliadas como injustas, não merecidas: frente a uma ofensa, a lesão de um direito inalienável, o atentado contra direitos morais e situações que geram frustração, entre outros justificativos possíveis (López, 2018). Nussbaum (2018) entende a ira como um conceito genérico e neutral que engloba as subcategorias da raiva, cólera, enfado e fúria. A respeito, a autora define:

[...] rabia y furia, claramente definen casos de ira, lo que usualmente indica que ésta tiene una intensidad inusual o un carácter repentino inusual o ambos. No hay razones para creer que estos términos designen un fenómeno libre de cognición y, de hecho, la venganza suele alimentar la ira de este tipo (p. 404).

A ira faz referência a uma reação emocional básica. A hostilidade é a tendência de estado de ânimo de ordem desfavorável ao entorno, onde predominam atitudes de ressentimento, indignação, reprovação, desprezo e sentimentos pejorativos. É o resultado de uma valoração subjetiva aos outros; algo que já posicionamos mentalmente e não implica que deva ser reavaliado. O importante na análise deste complexo emocional é justamente o conceito de agressão. A agressão implica a realização de uma ação violenta como resultado dessa emoção, direcionada a exercer um dano a alguém, seja verbal ou físico. Possui uma finalidade de intimidação ou coação ou mesmo vingança (López, 2018).

É possível que a reação de ira seja provocada por uma ofensa que reconheça, em sua origem, múltiplas causas, conscientes ou inconscientes

dependendo da história individual e, no entanto, muitas vezes inevitável. Desde a percepção do fato que desencadeia a ira até a execução de uma ação de agressão transcorre um tempo que deveria nos permitir dimensionar a magnitude da descarga, a canalização da ira de um modo contemporizador e conservador (López, 2018).

A ira pode ser definida como um desejo acompanhado pela dor, uma evidente vingança, um manifesto menosprezo de homens que não tem motivos para menosprezar a si próprios ou a seus amigos (II.2, 1378a31 ss. trad. Roberts) (Stoker & Hegeman, 2002, p. 53).

Certamente, a ira é uma das emoções básicas mais distinguíveis do ser humano. Trata-se de uma expressão somática produto da culminação de sentimentos de ódio, antipatia, menosprezo entre outros. Comumente caracterizada pela sua negatividade, sempre associada à violência, agressão. Porém, a ira não pode ser entendida unicamente como uma emoção negativa. É mediante a ira que as manifestações sociais acontecem, principalmente quando são identificados os antagonistas, adversários ou inimigos.

William Gamsom (2011[1992]) é o pioneiro ao reabilitar as emoções nos estudos políticos sobre emoções. Ao abortar a questão da injustiça - um sentimento situado - em seu modelo, ele atribui lugar a ira - a raiva justa - nos processos de mobilização e participação política. Gamson (2011) nos recorda que

Emoções diferentes podem ser estimuladas por desigualdades percebidas - cinismo, ironia sarcástica, resignação. Mas a injustiça focaliza a raiva justa, que gera revolta no íntimo dos indivíduos e trespassa a alma. A injustiça, como argumentei anteriormente, é uma cognição quente, e não um mero julgamento intelectual abstrato sobre o que é igualitário. O impacto de um julgamento moral está intimamente relacionado às crenças sobre as quais atos ou condições podem ter feito as pessoas sofrerem um dano ou uma perda que não mereciam. (p. 56).

A ira impulsa, motiva ações que de outra forma ou por outra emoção não seriam possíveis. A ira do oprimido é a oportunidade de liberdade de seu opressor. A ira explode e desencadeia, por estímulos de alta intensidade principalmente externos, ações que podem, ou não, estar focada em alvos claros. O foco nos alvos da ação incide diretamente no resultado e na eficácia da ira como propulsor do agir, uma vez que “Ao nos certificarmos de que os alvos estão conectados a forças mais amplas podemos inclusive afetá-las,

podemos ter certeza de que a raiva não está mal direcionada, ou seja, direcionada de uma maneira que deixará intocada a fonte de sustentação da injustiça.” (Gamson, 58).

A relação entre justiça e ira trazida pelo autor, habilita potencialmente quaisquer emoções no plano analítico das ações coletivas no instante em que o juízo moral a qualifica positivamente e a livra de contenções socialmente impostas. Assim, “Uma raiva justa não pode ser sempre evitada, mas pode ser canalizada de maneira segura e talvez utilizada para fazer avançados propósitos de um indivíduo” (Gamson, 2011, p. 57) ou de coletividades.

Neste sentido, para Maria Emilia Tijoux (2019), a ira é uma emoção que complica a razão do indivíduo ao ponto de fazer-lhe perder seu equilíbrio, pois é afetado quando surgem situações insuportáveis, que podem ser também incompreensíveis com os atos de injustiça, o sofrimento privado ou público, ou a impunidade frente a humilhações, golpes, zombarias ou agravos que tanto o indivíduo como o coletivo de pessoas não conseguem enfrentar nem deter. Não é possível entender a ira social separada do que ela produz quando se observa à distância o modo de vida dos poderosos.

No domínio dos movimentos sociais -que muitas vezes antecede a ação pública na resolução de um problema público- o ódio e a ira são o combustível que muitas vezes se inflama para tornar-se notável. Daremos a conhecer alguns autores que se referem a estas emoções e sentimentos nos movimentos sociais.

Helena Flam (2005) por exemplo, observa que são muitas as maneiras pelas quais os movimentos sociais redefinem as "regras de sentimento" dominantes sobre os seus próprios membros, os seus oponentes e outros aspectos relevantes da realidade. O foco principal é o reenquadramento emocional da "realidade", que muitas vezes antecede e acompanha inevitavelmente o seu reenquadramento cognitivo-normativo. Enquanto desafidores do status quo, os movimentos sociais reinterpretam aspectos específicos da realidade social, apelam a emoções e regras de sentimento novas e obrigatórias e pretendem recorrer a elas para mobilizar os indivíduos para uma ação coletiva cujo objetivo é alcançar a mudança social.

Esta abordagem difere da abordagem habitual dos movimentos sociais, pois não destaca os momentos de surgimento, crescimento e declínio compreendidos pelo prisma da rede, mobilização ou organização como as chaves para a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais. Em vez disso, a nova estrutura identifica a gratidão e a lealdade como as emoções cimentadoras mais importantes. Para a autora, esta nova estrutura é reforçada pela emoção sancionadora da raiva. Sustentadas pelo medo e pela vergonha, essas emoções mantêm unidas a sociedade e suas relações de dominação. As contra-emoções subversivas propostas pelo movimento são aquelas atribuídas a seus próprios membros e direcionadas a seus oponentes. A mais importante entre as emoções direcionadas ao oponente não é apenas o ódio, como geralmente se supõe, mas também a desconfiança e o desprezo (Flam, 2005).

Sabucedo, José Manuel, Vilas, Xiana, & Hur, Domenico Uhng (2019). Também apoiam a incorporação de outras emoções no estudo dos movimentos sociais e à análise do protesto político pode nos oferecer um novo enfoque sobre sua dinâmica e seus protagonistas. Numerosos estudos mostraram que os que protestam o fazem porque estão irados. Certo porém essa é a única emoção que sentem aqueles que decidem sair às ruas para demandar o que consideram justo? Acreditamos que não. Junto a ela deve-se encontrar outras emoções vinculadas a aspectos que também definem a ação coletiva, como é a atuação conjunta com outras pessoas e as tentativas de conseguir alcançar determinados objetivos. Por isso, tal como a injustiça não era o único marco da ação coletiva que citava Gamson para explicar o protesto, tampouco a ira pode ser a única emoção responsável por esse tipo de ação (Sabucedo, Vilas, & Hur, 2019).

Outra emoção frequentemente direcionada ao oponente é a raiva. Como ela normalmente constitui uma prerrogativa dos poderosos, os movimentos sociais precisam se reapropriar do direito de sentir e demonstrar essa emoção específica por seus membros. Isso costuma ser bastante problemático em sistemas democráticos e implica riscos de repressão maiores em regimes ou contextos repressivos (Flam, 2005) como tem ocorrido nos últimos dez anos na Bolívia, no Brasil, no Chile, no Equador, na Colômbia entre outros países. No entanto, como Gamson (1992: 31-2) apontou há muito tempo, as

desigualdades podem causar cinismo e/ou resignação, emoções que desmobilizam, tese também apoiada por Sandoval 1989, 1994, 1997b, 2001; Sandoval e Silva, 2016). Em contraste com o cinismo e a resignação, a indignação moral ou a raiva dirigida ao oponente mobiliza. É por isso que a reapropriação da raiva parece ser crucial para a mobilização. A esperança desempenha uma função ativadora semelhante (Flam, 2005).

Os movimentos sociais que lutam por reconhecimento (engajados em políticas de identidade) enfrentam dificuldades adicionais ao tentar recrutar e mobilizar membros. Eles precisam gerar orgulho como uma emoção voltada para si mesmos para substituir sentimentos desmobilizadores como vergonha ou culpa antes que a raiva do oponente possa ser sentida. E, por fim, os movimentos que surgem em contextos ou sistemas repressivos precisam superar a barreira adicional do medo (Flam, 2005).

Alegria

**Não essa alegria fácil dos cabritos monteses
Nem a dos piões regirando
Mas**

**Uma alegria sem guizos e sem panderetas...
Essa a que eu queria:
A imortal, a serena alegria que fulge no olhar dos santos
Ante a presença luminosa da morte!**

Mario Quintana, Alegria.

**A alegre, a festiva agitação das panelas e tachos
A inútil zanga dos velhos armários de mogno, solenes,
Achando tudo aquilo uma grande palhaçada...
As xícaras e pires fazendo tlin-tlin-tlin-tlin
As gaiolas dos passarinhos cantando em coro com os
próprios passarinhos
Oh! a alegria das coisas com aquela mudança
Para onde? Não importa! Desde que não seja
Este eterno mesmo lugar!**

Mario Quintana, A Mudança.

A alegria é uma emoção considerada, por muitos autores, como positiva e uma das mais representativas do ser humano. Como as demais emoções básicas a alegria possui um caráter universal e adaptativa (López, 2018).

Es una manifestación del (estado) de ánimo que se expresa al alcanzar un objetivo, un logro o la desaparición o atenuación de un malestar, la presentación de un acontecimiento anhelado, la vivencia de una experiencia estética o artística; en definitiva, ante toda aquella circunstancia que el individuo evalúe como muy favorable para sus deseos o intereses (p. 75).

O prazer, a diversão, a satisfação, a euforia e o êxtase são algumas das características da alegria. A alegria potencializa a atividade no centro cerebral e, ao mesmo tempo, inibe pensamentos negativos (Freitas-Magalhães, 2011). A alegria como emoção básica, vincula-se com o bem-estar e com consequências ou resultados positivos para o indivíduo.

A emoção da alegria predispõe os indivíduos, de forma direta, na tomada de decisões de ação individual e coletiva. Motivações e entusiasmos provocados pela alegria podem acelerar as decisões de ação. A alegria coletiva se contagia para mutar-se em estados de animo que favorecem a coesão social e a paz. Curiosamente, a alegria é uma emoção que pode auxiliar no nosso aprendizado em relação ao controle e enfrentamento do medo. Nesse quesito, coincidimos com Jeffrey Goodwin & Steven Pfaff (2001) e com Helena Flam (2005) acerca de que o medo não se supera, pois ele é uma constante na vida. Em sua pesquisa Tommaso Gravante e Alice Poma (2018) destacam que

“es la importancia de los momentos festivos, en el que los elementos centrales son la comida y la bebida, el canto y el baile. En las fiestas “es donde la gente comparte, convive, se relaja, se reanima, se le olvida el miedo” (...). La evocación de la alegría se convierte en una de las estrategias para contrarrestar el miedo, porque, como dice una entrevistada: “La alegría nos da seguridad” (p. 613).

O sentimento de segurança ou o de alívio pode gerar condições para que se reconheça ao outro como igual e se produzam vinculações mais estáveis entre atores. Se o medo pode desmobilizar, a alegria opera um papel relevante no processo de manutenção da mobilização para a ação, uma vez que ela pode incrementar o sentimento gregário e expectativa de mudanças sociais positivas. Gravante e Poma (2018, p. 614), a esse respeito, afirmam que

“Saber contrarrestar los efectos de emociones como el miedo evocando alegría, aprendiendo a disfrutar y encontrando la felicidad en la experiencia de lucha es una estrategia de trabajo emocional que permite seguir adelante. (...) Las emociones pueden movilizar, pero también lo contrario, puesto que es el manejo y la interpretación de lo

que los sujetos sienten lo que marca la diferencia. Juntamente con las demás actividades políticas y organizativas, el trabajo reflexivo, individual y colectivo sobre las emociones es clave para que la lucha no se desgaste. Enfrentar el miedo a la represión, la impotencia y la soledad, entre otras, es la única manera de seguir luchando y construyendo nuevos proyectos”.

As emoções que se compartilham fortalecem os vínculos, a identidade coletiva e a vontade de agir coletivamente. Quando pessoas experimentam emoções compartilhadas em meio às ações coletivas, terminam por fortalecer “suas conexões afetivas, morais e políticas que lhes permite ser parte da ação coletiva, de um movimento ou organização. Pessoas que experimentam a alegria por uma pequena ou grande vitória, tendem a, por meio da experiência emocional da alegria, ser esperança e torna-se mais resilientes ao infortúnio e a derrotas. Portanto, emoções recíprocas forjam e reforçam laços de pertencimento e de amizade, animando a participação coletiva. Nesse contexto, alegria atua como uma amalgama coletiva e um remédio contra a desesperança (Poma & Gravante, 2018).

Tristeza

**Tristeza não tem fim,
Felicidade sim.**

Tom Jobim, A felicidade

**La tristeza no puede entrar por estas puertas.
Por las ventanas entra el aire del mundo,
las rojas rosas nuevas, las banderas bordadas
del pueblo y sus victorias.
No puedes.
Aquí no entras.
Sacude tus alas de murciélago,
yo pisaré las plumas que caen de tu mano,
yo barreré los trozos de tu cadáver hacia
las cuatro puntas del viento,
yo te torceré el cuello,
te coseré los ojos,
cortaré tu mortaja
y enterraré, tristeza, tus huesos roedores
bajo la primavera de un manzano.**

Pablo Neruda, Oda a la Tristeza

A tristeza, diz Ekman (2012), é uma das emoções de longa duração. Após um período de angústia, no geral, dá-se início a outro de tristeza resignada em que o indivíduo se sente totalmente inerte, logo a angústia y logo a tristeza, uma e outra vez. A angústia por sua vez tenta relacionar-se com a fonte da emoção. A tristeza é mais passiva. Na expressão facial é difícil distinguir entre a angústia e a tristeza.

A tristeza percebe-se como uma sensação de aflição, impotência, abatimento, desolação, desamparo, visualização pessimista da realidade, diminuição das forças e da tomada de iniciativa. Como emoção, a tristeza leva implícita uma vivência experiencial que se sente a partir do plano consciente (López, 2018). O sofrimento, a mágoa, o desânimo, a melancolia, a solidão, o desamparo, o desespero e o desalento são algumas das características psicológicas associadas à emoção tristeza. A tristeza provoca resignação e desespero, desagrado, desilusão, rejeição, desencorajamento e culpa. As expressões de tristeza servem para enriquecer aquilo que a experiência vivida significa (Freitas-Magalhães, 2011). São também sentimentos e estados de ânimo ligadas à tristeza, a pena, o pesar, o desconsolo, a consternação, a expiação, entre outros.

Segundo Mlodinow (2022), a tristeza é uma emoção que ninguém deseja. Ele destaca duas importantes funções desta emoção: a) a tristeza, como emoção somática, transmite uma mensagem persuasiva para obter uma ajuda por exemplo, pois possui um forte efeito nos observadores, e b) outra função é promover mudanças no próprio pensamento que fomentem a adaptação. Se trata de uma clara função evolutiva e de sobrevivência.

Como estado mental, a tristeza nos motiva a fazer o difícil trabalho mentas de repensar nossas convicções e priorizar metas. Aumenta o escopo do nosso processamento de informações para nos ajudar a compreender as causas e consequências de perdas ou fracassos, bem como os obstáculos ao sucesso. Serve também para reavaliar nossas estratégias e aceitar novas condições que podem não ser desejáveis, mas que não podemos alterar (p. 139).

A maneira como se processam as informações quando há tristeza ajuda a descobrir a razão pela qual as coisas não saíram bem e como mudar esse curso. Esse tipo de pensamento facilita eliminar expectativas e objetivos irrealistas, levando a melhores resultados (Mlodinow, 2022).

A tristeza parece indicar uma poderosa emoção diretamente vinculada com a motivação, o risco, a aversão e a própria decisão da ação dependendo das circunstâncias. A decisão de prosperar em alguma ação que contenha um determinado custo é travada pela tristeza como emoção, sentimento ou estado de ânimo. Um exemplo disso é o mercado financeiro. Sentimentos definidos por muitos autores como negativos, tal como a tristeza, se reflete na performance financeira num determinado período de dias ou semanas. Não é estranho ouvir nos meios de comunicação expressões como: “o mercado está depressivo”, “o mercado está muito mais triste” Radio Euskadi (2023), atribuindo essas emoções ao mercado, quando na realidade se trata das emoções dos tomadores de decisão.

A tristeza pode nos silenciar, diz Smith (2016): “However it appears in our lives, sadness is one of emotion which comes closest to resignation and acceptance”. A associação dessa emoção à traumas faz com que ela exerça um papel chave na desmobilização, sobretudo quando está acompanhada de sentimentos de desesperança.

Vergonha

**Tengo vergüenza de mi boca triste,
de mi voz rota y mis rodillas rudas;
ahora que me miraste y que viniste,
me encontré pobre y me palpé desnuda.**

**Ninguna piedra en el camino hallaste
más desnuda de luz en la alborada
que esta mujer a la que levantaste,
porque oíste su canto, la mirada.**

**Yo callaré para que no conozcan
mi dicha los que pasan por el llano,
en el fulgor que da a mi frente tosca
en la tremolación que hay en mi mano...**

Gabriela Mistral, Vergüenza.

A vergonha é um sentimento social, um estado de ânimo penoso, ocasionado pela perda real por suposta ou temida da própria dignidade. A vergonha depende do juízo alheio. É o medo de «ser mal visto» O juízo alheio

aparece como desencadeante. A categoria do vergonhoso possui uma origem social, o mesmo acontece com o oposto "honroso". O sujeito deseja ser visto possuindo qualidades honrosas e sente medo, mal estar ou adversão ao ser visto possuindo qualidades vergonhosas (Marina & Penas, 1999).

A vergonha seja talvez uma das emoções e sentimentos que mais se aproxima a uma valoração moral, como sentimento pode ver-se expressada somaticamente. Isto é, podemos observar a vergonha na somatização do sujeito. Seja na própria expressão, seja no corar da pele. Neste caso seria uma emoção.

O sentimento de vergonha pode ser essencialmente pessoal, porém também existe a vergonha alheia mostrando com o sentimento de empatia, o caráter social da vergonha. A vergonha como sentimento interfere na análise e nas valorações para a tomada de decisão, podendo em alguns casos abster o sujeito de participar em ações e decisões.

Por outro lado, sabemos que o "desgosto e a inveja, ou o desejo de se vingar dos outros, estão presentes em todas as sociedades e, muito provavelmente, em todas as vidas humanas individuais" (Nussbaum, 2014, p. 16).

Apesar do seu reconhecimento da arbitrariedade do passado diz Sara Ahmed (2014), a vergonha ainda pode esconder a forma como se configura no presente. O trabalho da vergonha é perturbador e perturbado, expondo algumas feridas enquanto esconde outras. "O que é notável é como a vergonha se torna não só um modo de reconhecer as injustiças cometidas contra outros, mas também uma forma de construção da nação "(p. 163).

Na era das apologias, é difícil pensar que não exista um leque de emoções políticas sendo usada para diferentes fins, entre elas a culpa, a vergonha e o arrependimento de um lado e a ira e a dor por outro. Estas emoções são as que estão em jogo nos rituais políticos (Maldonado, 2017).

A diferença da culpa, a vergonha remite a um defeito ou falha em nosso desempenho frente a outros, é o eu freudiano que sofre a observação crítica do entorno, não o super eu, como ocorre com a culpa. O eu é aquele que está

exposto à avaliação crítica do juízo social. No momento de cair numa situação que origine vergonha, a pessoa sente um cumulo de sensações emocionais relacionadas com o descredito social, a infâmia, a desonra, o ataque ao orgulho, a humilhação, a zombaria e a desqualificação. O sentimento de vergonha, seja pela intensidade ou pela permanência no tempo, é causa da diminuição da auto estima. A vergonha, como toda emoção e todo sentimento, pressupõe diversos graus de intensidade. É obvio que a magnitude ou intensidade da vivencia desta emoção pode variar pela susceptibilidade individual, de acordo com as características de cada personalidade. Por isso, segundo essas variáveis, a vergonha pode ser um fato menor, sem maior compromisso anímico para alguns, porém pode ser incapacitante para outros (Lopez, 2018).

3.4. Propriedades das emoções

Captamos as coisas desde um estado de ânimo, processamos a nossa relação com o contexto (sujeito-objeto) para produzir um determinado sentimento que nos configura para uma emoção e nos prepara para a ação.

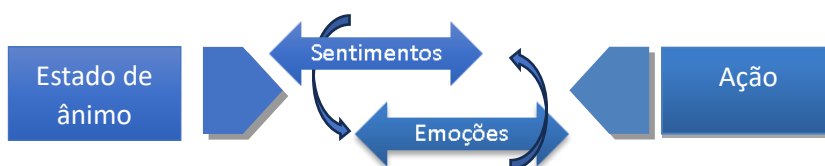
Assim o estado de ânimo em que se encontra uma pessoa é um estado de disposição para atuar, como uma maneira de estar previamente neste encontro, e a maneira de atuar vai de encontro com as possibilidades que deparamos no nosso entorno (Casassus, 2022).

Por outro lado, atribuímos uma **propriedade dinâmica transitiva** entre os componentes emocionais. Isto é, um estado de ânimo pode tornar-se um sentimento e conseqüentemente uma emoção como expressão desse sentimento. Por exemplo, um estado de ânimo de ressentimento pode tornar-se um sentimento de fracasso que por sua vez pode manifestar-se como uma ira por um fato determinado. Porém, não sempre se apresenta nessa sequência, um sentimento pode surgir sem a necessidade previa de um estado de ânimo e uma emoção pode expressar-se se passar previamente pelos sentimentos. Atribuímos que as condições dos fatos e circunstancias determinam o início e a direção desses sentimentos. De um fato violento, pode surgir uma reação emotiva na mesma velocidade que surja, por exemplo, desde o campo dos

sentimentos ou da súbita expressão de uma emoção. Esta propriedade dinâmica transitiva também explica o fato de que a partir de uma emoção, esta torne-se um sentimento e por sua vez, determine um estado de ânimo. Por exemplo, uma emoção de medo poder tornar-se um sentimento de temor que por sua vez se instale num estado de ânimo de incerteza, desconfiança, tensão, ansiedade, frustração.

Figura 1

Transitividade Dinâmica da “Estrutura de Emoções”



Fonte: Elaboração própria.

Outro aspecto a destacar é o fato de pensar que as emoções são a raiz da qual nascem os sentimentos e vice versa; inclusive pode condicionar futuras reações emocionais simultâneas e em cadeia. É importante dizer que em alguma medida, emoção e sentimento coexistem por um espaço temporal; solapam-se ou sobrepõem-se transitando juntos a experiência humana (Cassasus, 2020). E a ação ou o resultado da ação também se torna uma influência emocional que afetará novamente o processo. Este “eterno retorno” nietzscheniano poder ser observado na figura 1.

A **propriedade temporal** também distingue os estados de ânimo, sentimentos e a emoção. Os estados de ânimo a miúdes permanecem por um período de tempo mais prolongado que os sentimentos, porém, as emoções expressam-se por um curto período de tempo, as vezes segundos ou constituem simplesmente microexpressões faciais por frações de segundos (Ekman, 2004; Rulicki, 2013; Freitas-Magalhães, 2011). Da mesma forma a **propriedade somática** revela que a emoção constitui o melhor fenômeno observável por quanto se manifestam somaticamente, seja na pele como o rubor, expressões faciais ou cinéticas. Já os estados de ânimo dificilmente são observáveis somaticamente; por sua vez os sentimentos se encontram numa

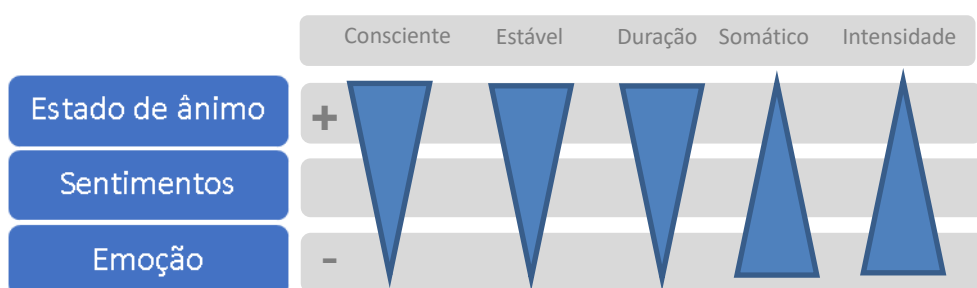
posição intermediária. É possível que alguns sentimentos possam ser observáveis e outros definitivamente não. Portanto a propriedade somática revela que existem graus de expressão observável no conjunto de emoções.

Também distinguimos a **origem como propriedade** das emoções. As origens podem ser tanto internas como externas que provocam os estados de ânimo, sentimentos e emoções. As origens internas podem ser lembranças, a memória, uma visão mental, um pensamento, um sonho ou pesadelo, entre outros. E por outro lado, os estímulos externos podem estar, num acontecimento, provocados por uma ou mais pessoas, ou alguma constatação, entre outros.

Finalmente, o conjunto das emoções também se distinguem pelo **nível de consciência**. Os estados de ânimo tendem a ser mais conscientes que os sentimentos. Logo, a manifestação de uma emoção tende a ser menos consciente. Não resta dúvida que a propriedade temporal tem uma incidência neste abanico que vai do consciente ao não consciente (para distingui-lo do pensamento freudiano da subconsciência).

Na figura 3, exemplificamos as características do conjunto de emoções por cada um de seus componentes (estados de ânimo, sentimentos e emoção) e o confrontamos com o seu grau de consciência, estabilidade, duração no tempo, seu grau de expressão somática e intensidade.

Figura 2
Características da “Estrutura de emoções”



Fonte: Elaboração própria.

3.5. Implicação das emoções nas dimensões sociocultural e política

"¿Te domina la ira, el miedo, la temerosidad o cualquier otra pasión? ¿Qué defectos de tu carácter te ponen en evidencia sentado a la mesa en la iglesia, durante una conversación, en el juego y demás actividades, especialmente sociales?"

Mazzarino, 2007, p. 17
Brevario de los políticos

É um fato óbvio, diz Navas & Cantero (2004) que as emoções também têm um impacto sobre os outros elementos do ambiente externo em que o indivíduo se desenvolve. Especificamente, as emoções estão envolvidas na regulação da distância entre as pessoas em um grupo ou em um determinado relacionamento. Há, então, uma conexão clara entre as emoções e o ambiente social. Nisto, a psicologia social já desenvolvera diversas teorias sobre as emoções na questão social.

Seguindo as propostas de Keltner e Haidt (1999), pode-se sugerir que as funções das emoções na dimensão social, intrapessoal, ambiental podem se manifestar em quatro níveis: individual (seria a função intrapessoal), diádico (composto por duas pessoas), grupal (referente a um grupo de pessoas que interagem de forma permanente durante um determinado período de tempo) e cultural (que tem a ver com a interação estabelecida entre os membros de um grande grupo que compartilha crenças, valores, normas e modelos sociais).

As premissas básicas que permeiam a explicação das funções das emoções enfatizam que esses processos são respostas rápidas, involuntárias e automáticas que ajudam as pessoas a regular, usar e manter diferentes relacionamentos sociais. Em outras palavras, as emoções representam formas concretas de coordenar interações e relacionamentos sociais com o objetivo de suprimir ou minimizar problemas decorrentes da própria interação - uma interação social que é mutável e, às vezes, também é imprevisível.

Navas e Cantero (2004) insistem que a expressão de emoções ajuda aos indivíduos conhecer as emoções, crenças e intenções da outra pessoa com quem mantêm o relacionamento, que as emoções ajudam os indivíduos a conhecer as emoções, crenças e intenções da outra pessoa com quem

mantêm o relacionamento e, além disso, a comunicação emocional na forma de manifestações externas é o primeiro passo em um processo de feedback, dando origem à resposta expressiva da pessoa que percebeu tais manifestações.

Es decir, se produce una función consistente en el desencadenamiento de emociones recíprocas y/o complementarias en la otra persona. Por ejemplo, la manifestación de ira puede provocar en la otra persona la experiencia y/o manifestación de miedo, o de ira, dependiendo de las circunstancias particulares de ese momento (p. 234).

Queremos neste ponto destacar duas perspectivas apresentadas por Navas & Cantero (2004), a primeira delas é no plano social e a segunda, no plano cultural.

No nível social, é comum estabelecer como as emoções ajudam pequenos coletivos nas diferentes e frequentes interações que os membros desse coletivo realizam. Nesse caso, o sistema sobre o qual as funções das emoções têm impacto é um grupo mais ou menos reduzido, como uma família, uma equipe de trabalho, um clube, uma associação etc. Esses diferentes coletivos compartilham certas características, como identidade, afinidades, metas, objetivos, etc. No nível social, a relevância está localizada nas manifestações externas. Uma das funções importantes das emoções no plano social tem a ver com a identificação de pertencimento, ou a identidade dos diferentes membros que compõem esse coletivo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, também servem para delimitar as fronteiras do que é próprio, rejeitando o que é estranho. De fato, as funções de coesão social e solidariedade que muitas emoções têm, bem como a função de agrupamento coletivo para se opor a certos agentes que tentam desestabilizar essa coesão, podem ser encontradas nessa dimensão ou plano (Navas & Cantero, 2004). De fato, Safatle (2019) defenderá que a identidade é uma demanda política de constituição e reconhecimento compreendida no seu nível mais determinante. Definida como uma espécie de solo pré-político para toda política possível. Isto será observável no fator Identidade Coletiva do Modelo Analítico da Consciência política.

No nível cultural, dizem (Navas & Cantero (2004), foram feitas tentativas para estabelecer como as emoções são moldadas pela relevância de

fatores históricos e econômicos; como as emoções são permeadas por influências sociais e culturais; como, finalmente, as normas culturais condicionam significativamente a experiência e a expressão das emoções. Nesse nível, o sistema sobre o qual incidem as funções das emoções é a própria cultura, entendida na dimensão referente a grandes grupos, sociedades, países, nações e agrupamentos de nações, pois é a partir dessa cultura que são interpretadas as diferentes manifestações emocionais emitidas pelos membros que dela fazem parte. Em nível cultural, a relevância está localizada na interpretação das manifestações externas, tanto as que são produzidas verbalmente quanto as que ocorrem de forma comportamental motora aberta. Quanto às funções específicas das emoções nesse nível cultural, foi proposto que elas desempenham um papel fundamental nos processos pelos quais os indivíduos assumem a identidade cultural.

De forma particular, se ha podido constatar cómo las emociones se encuentran insertas en los propios procesos de socialización, contribuyendo de manera notable a que los niños aprendan las normas y los valores sociales. Así, las manifestaciones emocionales de los padres, junto con las de aquellas otras personas que ostentan la autoridad social, son un buen ejemplo del modo mediante el que las emociones ejercen su influencia en el aprendizaje de pautas de conducta ajustadas a las normas y los valores de esa cultura (p. 234).

Maldonado (2017) nos lembra que Hayek recupera o monismo de Spinoza que nos obriga a prestar mais atenção às relações entre o corpo e a consciência.

Asimismo, los clásicos de la sociología -Le Bon, Durkheim, Simmel- no dejaron de reconocer la importancia de las categorías emocionales a la hora de explicar el orden social y la conducta de los individuos dentro del mismo. A lo que hay que añadir la influencia del psicoanálisis inaugurado por Freud, que desarrolla la intuición Hume sobre la debilidad de la razón más allá de las apariencias y el condigno poderío de las emociones y otras fuerzas inconscientes (p. 30).

Em última análise, do ponto de vista interpessoal, podemos argumentar que as funções das emoções têm a ver com a solução dos problemas que uma pessoa enfrenta. As emoções são produzidas na interação que uma pessoa estabelece com seu ambiente externo, considerando que esse ambiente está em constante mudança. No entanto, as emoções também desempenham o importante papel de representar um código de informações que é compartilhado pelos indivíduos que fazem parte de um grupo ou sociedade,

possibilitando a compreensão dos estados internos por meio de diferentes manifestações externas (Navas & Cantero, 2004)

Assim, as emoções, consideradas como respostas adaptativas, o são porque estão envolvidas em todas as situações que representam perigo, ameaça, etc. para o organismo, sendo esse perigo ou ameaça entendido como uma forma de possível desequilíbrio ou desestabilização (Navas & Cantero, 2004; Casassus, 2022). O perigo percebido, a ameaça de desequilíbrio, que pode ser real ou imaginário, pode estar relacionado à dimensão biológica ou física do organismo, mas também pode estar ligado à dimensão psicológica ou social. Em ambos os casos, quando o resultado da avaliação tem conotações significativas para um indivíduo, ocorre uma emoção, por meio da qual o organismo experimenta a dimensão subjetiva da emoção, ativando as respostas fisiológicas correspondentes e expressando as características distintivas dessa emoção.

Desta forma, então, as emoções resultantes de experiências negativas, positivas ou neutras geram sentimentos emocionais que permeiam as dimensões da consciência, transformando cada uma delas e o todo; orientando as formas de participação, ou não, nos processos coletivos. Os sentimentos de justiça e injustiça, de ressentimento, de medo, de dívida, de vingança e de ressentimento, medo, dívida, vingança, amor, solidariedade, entre outros, fazem parte dos múltiplos fios emocionais e sentimentais que compõem a ação humana.

No **nível político**, esta questão é de recente pesquisa. Não cabe dúvida que as emoções constituem uma forte influência nas decisões políticas. Seja na decisão por candidatos, seja nas decisões de políticas públicas, sejam nos movimentos sociais e políticos.

Aceitada a inteligência emocional, os políticos começam a dar valor à gestão das emoções como veículo de decisão para gerar os sentimentos que permita transmitir -de forma que se perceba- uma determinada mensagem nas melhores condições (Gutiérrez-Rubí, 2019).

Nesse sentido, pode-se dizer que as emoções funcionam a um nível duplo. Assim que as leis e instituições se tornam razoavelmente justas, as

emoções ajudam a sustentá-las. Mas também podem criar motivações para melhorar essas leis e instituições. Quando isso acontece, podemos dizer que as próprias instituições encarnam as profundas percepções e intuições capturadas através das emoções" (Nussbaum, 2014, p. p. 167).

"No primeiro caso, vemos o que poderíamos chamar de contágio emocional, no mínimo, de tipo comportamental: ou seja, um comportamento inquieto e ansioso à vista da inquietação e angústia de outro sujeito. Podemos atribuir a estes ratos, com toda a cautela do mundo, um sentimento subjetivo de mal-estar, e pode ser que, no seu caso, haja um contágio de sentimento e não apenas de comportamento, mas não temos razões para lhes atribuir qualquer exercício empático complexo de imaginação, nem qualquer base para lhes atribuir qualquer pensamento sofisticado, como o pensamento da gravidade ou o pensamento da semelhança de possibilidades" (Nussbaum, 2014, p. 184).

Nussbaum (2014) sugere que se seguirmos as pistas fornecidas pelo trabalho empírico sobre repugnância, compaixão, pressão social ou de pares, autoridade, e outras tendências humanas - assim como o trabalho clínico sobre o desenvolvimento infantil e as capacidades de empatia e preocupação pelos outros - podemos extrair os elementos centrais de uma "individualidade" humana, podemos extrair os elementos centrais de uma "psicologia política razoável" que pessoas de muitas visões diferentes do mundo podem subscrever como base para o pensamento político, considerando-o e integrando-o como uma componente das suas compreensões mais abrangentes (e inevitavelmente diferentes) da natureza humana (Nussbaum , 2014, p. 199).

A raiva, a indignação, o medo, a alegria, são estados afetivos, experiências afetivas, experimentadas individualmente, porém podem torna-se um assunto coletivo (Boucheron e Robin, 2019).

Em última análise, diz Nussbaum (2014), as emoções públicas devem ser relativamente limitadas e de âmbito superficial em comparação com as doutrinas abrangentes a que os cidadãos privados aderem.

A limitação do seu âmbito temático significa que muitas áreas da vida humana em que a dor, o medo, o desgosto e outras emoções estão em ação não será terreno adequado para o cultivo político" (Nussbaum, 2014, p. 164).

Montero (2016) resume bem a relação da estrutura emocional aqui apresentada e a dimensão política dizendo que a emoção, a cognição e a ação estão intimamente ligadas e são parte do processo de conhecer interpretar o mundo, para transformá-lo, próprio dos seres humanos.

Y al parecer, intuitivamente las personas lo han sabido siempre. Por eso responden a sutiles signos que hablas de sus estados de ánimo, de sus sentimientos, de su emoción, y que no solo permiten explicar sus acciones, sino a demás predecirlas. Esa relación entre saber, sentir, actuar, es conocida en el ámbito de la política (Montero, 2016, p. 156).

A psicologia social nos fala do contágio emocional como a experiência de emoções coletivas que se expande de uma pessoa a outra. A proximidade física favorece o contágio emocional, mas não é imprescindível. O contágio emocional expande radicalmente a perspectiva da biologia e da neurociência, que passa de um enfoque individual a uma dimensão social, onde as chamadas neurônios espelho tem um papel importante junto com a amígdala, encarregada de interpretar os estímulos que chegam aos nossos sentidos para torná-los em emoções (Bisquerra, 2017). Isto cobra muito mais importância na ação pública que na tradicional elaboração de políticas públicas onde a interação é maior, mais física y próxima.

Finalmente, destacar o trabalho de Barret (2018), que defende a teoria da emoção construída. O cérebro constrói de uma maneira invisível tudo o que experimentamos incluindo as emoções. A teoria da emoção construída incorpora ideias de várias classes de construção. Uma destas classes, chamada construção social estuda o papel dos valores e dos interesses sociais ao determinar como percebemos e atuamos no mundo. A construção social das emoções pergunta-se como influem as crenças e o papel social de cada indivíduo e suas circunstâncias sociais. A outra construção, afirma Barret (2018), é a psicológica que dirige o foco ao interior do ser. E propõe que as percepções, os pensamentos e os sentimentos se constroem a partir dos elementos mais básicos. Ambas abordagens consideram que o funcionamento desta construção emocional tem lugar em todo o cérebro ao mesmo tempo.

3.6. Mecanismos disparadores de emoções

Os disparadores de emoções são estímulos iniciais que desencadeiam ações de forma instantânea. Sua maior característica é a velocidade com que este mecanismo se aciona com a finalidade de uma tomada de decisão ou de uma ação maior.

O estímulo pode ser interno, provocado por algum estado de ânimo. Como já vimos, o estado de ânimo ativa-se por uma lembrança, uma visão, etc. mas também pode ser provocado por um sentimento ou comoção. Esta última pode ter uma origem tanto interna como externa. Os estímulos internos podem ser compostos de elementos como memória política (lembrança emocional ou recordação de um fato ou evento), estado de espírito sobre uma questão específica, um sentimento que favorece a motivação para a ação. Os estímulos internos também desempenham um papel fundamental no desencadeamento da ação.

Da mesma forma, o estímulo poder ser externo provocado por um acontecimento, um fato natural ou de origem humano e a comoção de origem externa. Seguindo a posição de Cassasus (2020) quando propõe que o ser heidegueriano está neste mundo sempre em um estado de ânimo próprio, como ponto de partida, que pode ser estimulado. Não só estimula um estado de ânimo senão também os sentimentos e as emoções. Segundo Pasantes (2018), os estímulos -positivos ou negativos- que ativam ou modulam os mecanismos da gênese das emoções são sutis, variados, mutáveis e múltiplos. A diferença daqueles que desencadeiam funções simples, primarias, estes estímulos tem a ver ante tudo com o entorno social do indivíduo, com a forma como ele se relaciona com o seu grupo social e familiar, e com a ideia que ele tem de si mesmo em um momento dado. Tais estímulos são crivados mediante as experiencias passadas e modificam-se em razão das expectativas futuras e, por tudo isso, um mesmo estímulo, rara vez desencadeia a mesma resposta no mesmo indivíduo. Os estímulos externos geralmente são o ponto de partida para a ação individual e coletiva no mecanismo emocional do MACP.

Porém, há outra forma de compreender os desencadeantes. O psicólogo Joseph LeDoux (1998, 1999, 2014) propõe a existência de dois tipos de

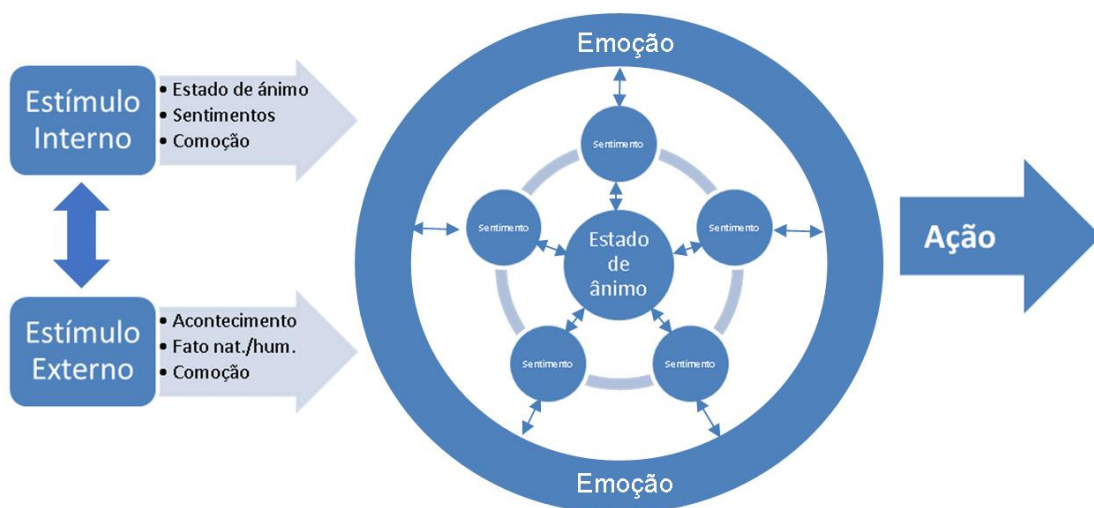
desencadeantes: 1) os aprendidos e 2) os inatos. Apesar que LeDoux aplicou as suas teorias no estudo do medo, nada impede pensar que se aplicaria ao resto as emoções. Assim os desencadeantes aprendidos provem de uma experiência cognitiva adquirida sobre o perigo, a consequência ou a satisfação de algum acontecimento.

Por outro lado, os desencadeantes inatos não requerem experiência alguma sobre a impressão, a consequência ou o resultado de algo. Um desencadeante baseado no medo às aranhas, por exemplo, não precisa aprendizagem (Ekman, 2012).

Este desencadeamento pode dar-se simultaneamente em vários sentimentos provocando diversas emoções até simultâneas. Pois muitas vezes nos vemos na situação de dizer que temos sentimentos encontrados, isto é, sentimentos em conflito uns com outros ao mesmo tempo. Consequentemente, este processo de estímulos e emoções disparam uma ação.

A figura 3 ilustra esta “Estrutura de Emoção” sob estímulos internos e externos e que conclui com uma ação determinada.

Figura 3
Estrutura de Emoções
Estímulos interno e externo



Fonte: Elaboração própria.

É imprescindível ligar as emoções à ação, a miúdes vistos como campos antagónicos. Tradicionalmente se concebe a ação como algo racional, motivo pela qual a influência da emoção passaria a um segundo plano, porém a emoção não é algo fora da razão humana, sendo parte importante do processo de deliberação e tomada de decisão. Ação e emoção operam de forma conjunta e é imprescindível vincular ambas podendo ser -inclusive- o motor da ação coletiva, pois a emoção não é estritamente involuntária (Arriaza, 2019). A emoção dá lugar, em primeira instancia, à possibilidade de ação e, por outra, toda emoção se relaciona com as experiencias e práticas prévias. (Pacheco, 2011).

O papel das emoções nas políticas públicas deve ser destacado, especialmente no processo de elaboração e análise de políticas. Assim, não é possível considerar que apenas as "janelas de possibilidades" delimitem a maneira como o tempo/momento é considerado na elaboração de políticas. Os fatores temporais desempenham um papel importante nas emoções, porém não são os únicos.

Outro ponto a destacar para a compreensão do seguinte capítulo é a natureza das emoções ou sua estrutura. Autores como Elster (2002) e Prochasson (2005) afirmam que podem se distinguir duas categorias de emoção: as que se animam a partir da comparação com os outros (motions of comparison) e aquelas que resultam de uma interação (motions of interaction).

Capítulo 4

O mecanismo emocional na análise da ação pública

"Intento quitarle lo emocional a esto. Aunque mis sentimientos a esto son muy importantes y que este asunto me afecte profundamente"

Fala do personagem Melvin Volall, interpretado por Jack Nicholson em Melhor: Impossível, 1997.

Neste capítulo propomos um mecanismo explicativo a través dos seus componentes que dão forma à relação entre o Modelo Analítico da Consciência Política (MACP) e a Sociologia da Ação Pública proveniente da sociologia, mediado pela “estrutura de emoções” composta pelos estados de ânimo, os sentimentos e as emoções. Conforme exposto no capítulo metodológico o mecanismo causal para nossos efeitos constitui uma ferramenta analítica que contribui com a compreensão das emoções na ação pública. E tanto o MACP como a sociologia da ação pública constituem um substrato para essa compreensão.

A opção conveniente do Modelo Analítico da Consciência Política se faz por ser o melhor marco referência conhecido na psicologia política brasileira e sud americana, talvez não seja o único, porem são referentes. O MACP contém dimensões de análise provindas de variadas disciplinas das ciências sociais para entendimento sobre a participação em ações coletivas. Palassi (2021), citando a Sandoval (2001) considera que a consciência política é um conjunto de dimensões psicológicas sociais que inter-relacionam significados e informações, fazendo com que o indivíduo se oriente e tome decisões que representem o melhor curso de ação dentro de contextos específicos.

A ação pública poder ser considerada uma ação coletiva, no entendido que nem toda ação coletiva é necessariamente uma ação pública, da mesma forma como nos referimos aos movimentos sociais. Da mesma forma que a sociologia analítica é a mais conhecida no âmbito da ação pública (Lascomes & Le Galès, 2014; Oporto & Hussenteufel, 2021).

4.1. O Modelo Analítico da Consciência Política mediado pelas emoções

*Esta es la cuestión:
El rebaño no se irá a ninguna parte.
Les gusta mi mundo.
No les gusta ese sentimentalismo.
No quieren libertad ni empoderamiento.
Quieren ser controlados.
Ansían la comodidad que les da la certeza.*

Matrix Resurrecciones, 2021.
Warner Bros. Pictures.

Por quase duas décadas, a sociologia das organizações e a análise das políticas públicas tem atribuído um interesse cada vez maior às dimensões cognitivas da ação coletiva (Benamouzig & Borraz, 2021).

Com efeito, durante muito tempo, privilegiando uma leitura a partir dos interesses dos atores a sociologia das organizações, e depois a análise das políticas públicas, diretamente inspirada por essa última na França, abandonaram os conhecimentos e as dimensões cognitivas da ação (p. 80).

Contrário às origens das primeiras análises da sociologia das políticas públicas, a psicologia política considera a interação dos atores e as especificidades de suas áreas em virtude de seus próprios conhecimentos e emoções como o faz o Modelo Analítico da Consciência Política (MACP). O MACP é sem dúvida uma das contribuições importantes aos fundamentos teóricos e metodológicos da psicologia política no Brasil (Sandoval, Dantas e Ansara, 2014 em Sandoval, Hur e Dantas, 2014).

Sandoval & Silva (2016) entendem o modelo de estudos da consciência política como uma versão crítica da teoria de George Mead. Em quanto Mead atribui ao self a possibilidade de alcançar uma consciência de si acrítica. O MACP parte da carência da teoria de Mead ao introduzir como condição objetiva a capacidade crítica do individuo deve adquirir mediante suas experiências com a sociedade (no entendimento do Estado e a sociedades civil), pois “toda consciência de si é política” (p. 33). Entendemos que estas experiências são ao mesmo tempo cognitivas e emocionais.

O Modelo Analítico da Consciência Política (MACP) (Sandoval, 1989, 1994, 1997b, 2001; Sandoval & Silva, 2016) amplamente difundido na psicologia política brasileira, recebe contribuições do interacionismo simbólico, da psicologia social e da ciência política, com dimensões tais como identidade coletiva, interesses coletivos, adversários e ideias antagônicas, objetivos e repertório de ações, a ideia de justiça (transversal às demais dimensões), eficácia política, vontade de agir coletivamente, crenças, valores e expectativas sobre a sociedade; enquanto os sentimentos e emoções são elementos transversais no modo analítico, para explicar, como resultado, as formas de ação individual e coletiva (mobilização e desmobilização social).

No entanto, a partir de 2000, dizem Sandoval & Silva (2016), começa a aparecer entre alguns pesquisadores de movimentos sociais uma preocupação com “a falta de atenção ao papel que as emoções tem no processo de participação das ações coletivas dos movimentos sociais” (p. 45). A respeito das ações coletivas pode-se dizer que são formas de comportamento político mais emotivos, que as experiências vividas pelas pessoas são acontecimentos geradores de emoções e provocam sentimentos emotivos de experiências passadas. A importância das emoções radica em que atuam nos processos de conscientização e mobilização para ações coletivas de protesto, contribuindo para a criatividade e impulsionando ações. As emoções impactam a participação nos movimentos sociais (Sandoval & Silva, 2016).

Assim, este modelo analítico, é nosso ponto de partida nesta tese para extrapolar-lo ao processo da ação pública como mobilização de atores para um objetivo comum: mitigar ou solucionar um problema. Fazemos aqui uma proposta teórica do MACP mediado pelas emoções com a finalidade de conhecer o papel destas emoções não só nas políticas públicas (Lara, Aragusuku, e Costa, 2020), senão na ação pública (Silva, 2023).

Segundo Veiga (2022) sobre o MACP (também MCP):

Os estudos iniciais que permitiram a composição do MCP foram realizados por Sandoval no período de 1989 -1994 a partir de suas pesquisas sobre movimentos sociais operários, entretanto apenas em 2001 Sandoval publica a sua primeira versão do MCP na primeira edição da Revista Psicologia Política intitulado “The Crises of the Brazilian Labor Movement and Emergence of Alternative Forms of

WorkingClass Contention in the 1990s.” A partir de então, o MCP passa a ser utilizado em diversas pesquisas e é reelaborado por distintos pesquisadores que sistematizam teórica e metodologicamente as dimensões de acordo com as propostas e avanços necessários (Ansara e Silva, 2002).

Para se ter uma ideia do impacto do MACP, MACM Veiga (2022) ainda nos proporciona os seguintes dados:

Em um levantamento realizado no período de 2001-2021, (VEIGA,2019-2022) descobriu-se que o MCP foi utilizado para compor: 15 resumos em anais de eventos científicos; 03 livros; 15 teses de doutoramento; 26 dissertações de mestrado e 4 trabalhos de conclusão de curso.

O MACP tem como objetivo oferecer ao campo da pesquisa socio política um recurso analítico para diagnosticar a disposição da consciência política de participantes de algum movimento social, ação pública ou de qualquer outra ação coletiva, tanto para fins analíticos acadêmicos como para intervir nos processos de conscientização no decorrer de alguma mobilização (Sandoval e Silva, 2016).

Apesar que o modelo desde um início incorpora a questão “sentimentos” de maneira transversal na relação com as demais dimensões, a “estrutura de emoções” e seus mecanismos constituem um componente pouco explorado no Modelo Analítico da Consciência Política. Porém um trabalho apresentado no livro de Hur e Lacerda Jr. (orgs.) (2016), *Psicologia, política e movimentos sociais*, Sandoval e Silva (2016) reivindicam esta deficiência e abrem uma oportunidade para aprofundar na relação das emoções com as dimensões intrínsecas ao modelo, reformulando a proposta no sentido de considerar os conteúdos emotivos nas interpretações dos indivíduos.

Essa abertura para pensar os sentimentos emotivos como peças-chave na atribuição de significado e na determinação do comportamento político permite incorporar o papel das emoções na análise dos determinantes da participação política, fator até recentemente, ausente em nossos estudos (p. 50).

Além do mais porque, segundo Sandoval e Silva (2016), uma determinada compreensão do comportamento político de sujeitos só poderá ser alcançada de modo amplo caso se efetue o cruzamento de determinantes emotivos, psicológicos e sociológicos. “A separação de aspectos sociológicos

de aspectos psicológicos e emotivos só pode ser feita de maneira artificial na fragmentação da análise desses fenômenos e conseqüentemente em um olhar parcial e incompleto” (p. 50).

De fato, Palassi (2011) afirma que as dimensões cognitivas são conceituadas em termos de sentimentos, permitindo observar as mudanças nas estruturas e relações sociais e como elas afetam a predisposição das pessoas para agirem em defesa de seus interesses.

A reformulação do modelo contempla a integração das emoções e dos sentimentos emotivos no processo de conscientização dimensionado pelas dimensões constitutivas do modelo original (Sandoval e Silva, 2016). Neste sentido os autores propõem que os “sentimentos emotivos” impactam na consciência devido ao fato de que as emoções e seus respectivos sentimentos emotivos possuem certas propriedades relevantes para influenciar o processo de conscientização.

A respeito dos “Sentimentos emotivos”, pensamos que o termo usado constitui uma redundância, pois os sentimentos estão no âmbito das emoções (em plural), assim como os estados de ânimo e a própria emoção (em singular), esta última como expressão dos sentimentos.

E por conseqüência incidem no resultado da ação individual e coletiva da consciência política. Em outras palavras, definem a atuação individual e coletiva na sua manifestação frente a uma determinada situação sociopolítica ou problema definido como público.

A **primeira propriedade** diz respeito a que os sentimentos são significantes e auto significante quando o sujeito atribui significado emotivo a algum fato, acontecimento – mas também pessoa ou até mesmo um conceito-, ao mesmo tempo que está atribuindo a si mesma um significado correspondente de como agiu frente a esse fato -acontecimento ou pessoa (Sandoval e Silva, 2016).

A **segunda propriedade** diz respeito a chamada valência dos sentimentos; estes atribuem significados valorativos, positivos ou negativos, mas nunca são neutros (Turner, 2005; López, 2018; Sandoval e Silva, 2016).

Porém, discordamos deste paradigma. Arguimos que os sentimentos, assim como as emoções não são *a priori* negativos ou positivos. O **primeiro argumento** desta proposta vai no mesmo sentido ao afirmado por Sandoval e Silva (2016):

A atribuição de significados com sentimentos emotivos em formas valorativas de negatividade ou positividade são de importância no caso de esses significados serem lembrados por sua relevância no universo simbólico da pessoa que é confrontada com situações semelhantes no presente e no futuro (p. 47).

Não poderíamos dizer que são neutros, porém as formas valorativas devem ser feitas *a posteriori*. É no resultado das ações que podemos finalmente valorar a emoção que incidiu numa ação concreta. A ação pode ser valorada em termos de positivo ou negativo em função dos objetivos propostos para essa ação, influenciada pela emoção. Poderíamos, *a priori*, valorar positivamente um sentimento de conformismo ou um estado de ânimo como a resignação, não obstante estas categorias de emoções não mobiliza; se o objetivo é sair adiante com um projeto social.

Da mesma forma poderíamos valorar a indignação como um mal estar emocional negativo, porém, com o nome de “*Los Indignados de la Puerta del Sol*” (também chamado “*Movimiento 15M*”), em Madrid em 2011; esta ação coletiva transformou-se num dos maiores movimentos sociais dos últimos tempos na Espanha. Só podemos conjecturar a valoração de uma emoção em função de uma conjectura sobre o resultado de uma ação individual ou coletiva.

Segundo Casassus (2022) a distinção entre positivas e negativas confunde e conduz a uma visão errônea das emoções. A raiva e o medo por exemplo são emoções que na linguagem corriqueira se consideram como negativas, inclusive podemos aceitar, em ocasiões, que a conduta que surge delas pode ser considerada como negativa.

Pero sentir la emoción de la rabia o el miedo es algo positivo para mí. La emoción de la rabia normalmente nos revela muchas cosas: si me da rabia al ver una injusticia, me revela el valor de la justicia para mí, sentir rabia es la manera de sentir el poder y de mostrar poder; me coloca en el rol superior de un juez que enjuicia, pues implícitamente juzga a la persona que me ha ofendido o la situación que me ha frustrado como algo que no está a mi altura. Por su parte, el miedo, que es una de las emociones más importantes, lo que hacen es indicarnos

que hay algo peligroso para mí en la situación en la que me encuentro (p. 137).

Atribuir negatividade ao medo é um erro segundo Casassus (2022), pois o negativo não é uma propriedade da emoção medo. A negatividade por exemplo não mora na emoção, senão na interpretação da experiência como expressão do encontro dessa emoção com o mundo (Casassus, 2022). Ou seja, das consequências que ocorrem finalmente com essa emoção. Propomos, de outro modo, que a positividade ou negatividade se dá na ação resultante causada pelas emoções.

Vejamos este exemplo citado por Sabucedo & Vilas (2014)

Nossa análise partiu da constatação de que assim como a ira se associa ao marco da injustiça da ação coletiva, a participação é ligada às emoções positivas. Isso permite que as emoções negativas e positivas atuem conjuntamente num único objetivo. A ira que os participantes expressam em uma ação coletiva não é o resultado da impotência. Ao contrário, a ira reflete a vivência de uma situação injusta, mas que se percebe como modificável. Não há, portanto, resignação. Isso se reflete de forma clara em um dos cartazes que se mostraram durante as mobilizações dos “indignados” do 15-M em Madri: “Ontem bravo, hoje esperançoso”. Isto é, a ira os mobilizou, mas o sentir-se parte de um grupo mais amplo que compartilha os mesmos objetivos e a crença de que suas ações possam ser eficazes, ativou o orgulho de estar lutando por algo que se considera justo e a esperança da possibilidade de mudança (p. 377).

Aqui, o que ocorre são mutações emocionais a partir dos resultados no decorrer do movimento social. Porém mencionar as emoções como positivas e negativas vai em contramão dessas mutações naturais das emoções. Preferimos dizer que certas emoções são favoráveis ou desfavoráveis a um determinado resultado da ação esperada.

Segundo Garrido (2000), existe suficiente evidencia experimental sobre o fato que tanto as emoções positivas (alegria, aceitação, confiança...) como as negativas (tristeza, medo, ira...) podem ter efeitos favoráveis e desfavoráveis (Frijda, 1986).

Outra alternativa similar é apresentada por Mérida & Jorge (2010):

Por reacciones con valencia entienden aquellas que en algún sentido trascienden la neutralidad propia de la indiferencia (emocional). Es decir, aquellas que son experimentadas de forma positiva o negativa en

virtud del significado que comportan. Estas reacciones acontecen siempre ante tres elementos de la realidad: los acontecimientos, los agentes o los objetos. Aparecen ante ellos como consecuencia del sentido que se les reconoce, resultado de una determinada interpretación (s/p).

Para Mérida & Jorge (2010) estes três elementos são claramente diferenciados um do outro:

Os eventos são simplesmente elaborações das pessoas de coisas que acontecem, consideradas independentemente de quaisquer crenças que elas possam ter sobre causas reais ou possíveis (...) Objetos são objetos considerados como objetos (...) Agentes são coisas consideradas à luz de sua instrumentalidade ou intervenção real ou presumida para causar ou contribuir para os eventos (Ortony et al., 1996, p. 23).

Assim, diz Mérida & Jorge (2010), temos um modelo de três ramos que corresponde a três formas básicas de reagir ao mundo. Cada ramo se relaciona a uma ampla gama de reações afetivas. Em essência, pode-se estar feliz ou descontente com um evento, pode-se aprovar ou desaprovar a ação de um agente e pode-se gostar ou não gostar de um determinado objeto (Ortony et al., 1996). As emoções específicas resultam da interação destes três elementos com (a) se o agente relacionado a eles é você mesmo ou outro, (b) a intensidade associada à reação, (c) a estrutura de avaliação do sujeito, e (d) certas variáveis que afetam as emoções global ou localmente. A totalidade de nossas experiências emocionais pode ser explicada pela interação entre estes parâmetros. Neste sentido, os responsáveis pelo modelo rejeitam a ideia de que existe um conjunto de emoções básicas ou primárias. Em vez disso, eles admitem que algumas emoções são mais básicas do que outras. A elementaridade de uma emoção depende, para eles, do grau de complexidade de suas condições de desencadeamento (Mérida & Jorge, 2010).

O **segundo argumento** vai pela linha da origem desse sentimento ou emoção. Se sentimos raiva, a negatividade não está na emoção senão no que causa que lhe dá origem, por exemplo, um sentimento de injustiça. Esse significado pessoal que atribuímos à emoção está intimamente ligada à experiência emocional. Esse significado não é positivo nem negativo diz Casassus (2022), pois são as circunstâncias que dispara a “estrutura de emoções as que podem ser positivas ou negativas para o sujeito.

A **terceira propriedade**, segundo Sandoval e Silva (2016), diz respeito a que os “sentimentos emotivos” também carregam significados através da intensidade do “sentimento emotivo”. Assim, significados com “sentimentos emotivos” mais contundentes são aquele com cargas intensivas de emoção e mais impactantes no comportamento da pessoa no presente (Sandoval, 2005). Nesta propriedade desejamos compreender que as emoções de certa forma carregam um valor de intensidade, algo assim quando se ouve: “fortes emoções”.

Quando falamos do cognitivo nos referimos a tudo aquilo que pertence ao que está relacionado com o conhecimento, isto é, um acumulado de informações que adquirimos graças à aprendizagem ou a experiência. É dentro dessa ordem que propomos entender que as cognições intervêm em todo o momento ao suscitar-se uma emoção, potenciando-a o inibindo-a, inclusive agregando pautas para a ação. Entenda-se o cognitivo como a capacidade de processar informação atuando nas emoções (Arriaza, 2019) e vice versa. Assim, “a emoção é uma consequência dos processos cognitivos” (Chóliz, 2005, p. 29), que são parte da tomada de decisões (Frevert, 2011).

E tratando-se de uma relação recíproca, é possível advertir também que as emoções apoiam os processos racionais-cognitivos, seja mediante o outorgamento de relevância a determinados assuntos, ou restando importância a outros (Shkurko y Shkurko, 2014). Neste marco, as emoções contribuem com informação sobre o mundo, pelo fato de terem um estreito vínculo com os juízos, percepções e supostos que variam em função do contexto e a cultura (Arriaza, 2019).

4.2. As dimensões do MACP mediada pelas emoções

Aquello que se siente doloroso y visceral no suele ser independiente de su dimensión cognitiva.

Martha Nussbaun, 2018
La ira y el perdón, p. 389.

O Modelo Analítico da Consciência Política possui elementos visíveis do interacionismo simbólico que combinam dimensões cognitivas e emocionais para definir analiticamente as formas de participação política.

O interacionismo simbólico enfatiza aspectos sociopsicológicos de ação coletiva, tais como a emoção, sentimento de solidariedade, comportamento expressivo e comunicação (Renon, 1996). Pese a que Renon (1996) destaca o fato que o interacionismo simbólico estar recebendo crescente atenção, ela critica este ramo da sociologia dizendo: “A abordagem interacionista simbólica para os estudos dos movimentos sociais sofre do fato de seu paradigma teórico permanecer insuficientemente desenvolvido” (p. 501).

A expressão “interação simbólica” foi cunhada por Herbert Blumer em 1937. Indica que esse ramo da sociologia e da psicologia social se concentra em processos de interação -ação social imediata, reciprocamente orientada- e tem um conceito de básico de interação cujo ênfase está colocado no caráter simbolicamente mediado (Joas, 1996, 1999).

Porém, as dimensões constitutivas do interacionismo simbólico no Modelo Analítico da Consciência Política passam a ser mediados pela denominada “estrutura de emoções” de forma a contribuir com uma melhor compreensão dos fenômenos da ação individual e coletiva. Trata-se já de uma questão microsocial onde as dimensões interatuam com a “estrutura de emoções”. As emoções são parte da explicação, por sua vez, implica a necessidade de explicar as emoções mesmas. Isto com a intenção de compreender melhor sua influência política, isto é, seu papel dentro das sociedades democráticas (Maldonado, 2017).

O que apresentamos a seguir não é uma relação exaustiva nem definitiva das relações entre dimensões e emoções, porem uma referência do que pode ser possível elaborar no atual estado do modelo teórico

4.2.1. Identidade Coletiva

A identidade coletiva constitui uma ação, no processo de construção de um sistema de ação, diz Palassi (2011) onde podemos compreender de como se

forma uma cadeia de reações ativas que requerem investimento emocional, y possibilitando cisões entre a razão e a emoção, o processo e a forma, a identidade e o conflito, o passado e o presente, constituindo-se num processo de aprendizagem com o passar do tempo.

A identidade coletiva, como campo de oportunidades e constrangimentos, possibilita-nos visualizar sua pluralidade de níveis de ação, processos de mobilização, formas organizacionais, modelos de lideranças, ideologias, forma de comunicação, natureza e significado de formas emergentes de ação, dimensões políticas da ação coletiva, conexão entre a unidade aparente e a multiplicidade subjacente, radiodifusão de mensagens para a sociedade, de construção da realidade e seu significado (Palassi, 2011, p. 123).

Para Sandoval, a consciência política é formada por aspectos identitários, pela cultura construída socialmente e expressa na sociedade, por um conjunto de crenças internalizadas pelo indivíduo e pela perspectiva politizada do contexto social em que se localiza o sujeito. Essas dimensões, como chama o autor do modelo, são aspectos que informam a consciência política de sujeitos individuais e coletivos (Silva, 2007).

Costa (2008) também se refere à identidade coletiva como um sentimento de solidariedade que o indivíduo desenvolve no seu coletivo e que por sua vez o levam a um sentimento de coesão social, identificando-como alguma categoria social. Esse sentimento de pertença a um grupo desenvolve laços de confiança e credibilidade na capacidade do grupo. Ao mesmo tempo em que se criam sentimentos de identificação com os interesses comuns, isto é, compartilhando os mesmos interesses, o que por sua vez dão origem ao sentimento de reivindicações coletivas para atingir mudanças sociais ou benefícios sociais.

O patriotismo também é um sentimento vinculado com a identidade e o sentimento de pertença. Assim como também, seu uso político vincula-se com a apropriação de uma verdade para lograr determinadas vantagens eleitorais ou ações que favoreça um determinado setor político. Assim se refere por exemplo Martha Nussbaum (2014), diz que: “As emoções tem por objetivo a nação e os objetivos da nação são muitas vezes muito úteis para levar as pessoas a pensar mais amplamente e a mudar as suas lealdades, comprometendo-se com um bem comum mais geral” (p. 16).

Quando as pessoas que se sentem profundamente comovidas por um problema social específico esforçam-se muitas vezes não só para ativar as emoções dos seus concidadãos, mas também para criar leis e instituições que dê alguma estabilidade à sua causa. Quando alguém sente simpatia por pessoas pobres, é bom ver esse sentimento como uma oportunidade para a filantropia, mas melhor ainda seria usar essa energia para criar um sistema fiscal decente e um conjunto de políticas sociais apropriadas diz Nussbaum (2014).

Furlam (2020) destaca a identidade como uma demanda social emergente enquanto demanda por reconhecimento. Onde a centralidade da luta de classe -como chave de leitura para os conflitos sociais- se desloca para as lutas identitárias em busca de reconhecimento, base primordial para um processo emancipatório. Neste sentido, Fraser (2007) se refere ao modelo de status (social) onde o reconhecimento exigido não a de uma identidade específica de um grupo, senão a condição de membros do grupo como parceiro integrais na interação social.

A estrutura emocional aqui apresentada pode mediante seus elementos constitutivos (estados de animo, sentimentos e emoções) atenuar ou acentuar o significado da Identidade Coletiva. Desta estrutura emocional, são os sentimentos os que mais “dialogam” de forma permanente com a identidade coletiva e a pertença a um grupo humano determinado. A Identidade Coletiva ativada pela estrutura de emoções consegue unir esforços de grupos que por sua vez geram sentimentos de força e confiança para atuar frente a adversários também identificados. Porém são as emoções as que desencadeiam ações coletivas em torno a uma causa ou problema público.

Na proposta de Sandoval dizem Sandoval & Silva (2016), a identidade é entendida como um componente, uma dimensão da consciência. A identidade social e a identidade coletiva constituem juntamente com o conjunto de crenças, a cultura e as experiências de vividas, as dimensões da consciência política. É importante destacar que para Sandoval a identidade social e a identidade coletiva não são distintas, a diferença de autores como Henry Tajfel e Alberto Melucci.

4.2.2. Crenças, valores e expectativas sobre a sociedade

"El papel que desempeña la sociedad y las normas sociales en la construcción de un repertorio emocional. Normas sociales y circunstancias sociales específicas dan forma al contenido cognitivo de las emociones [...]"

(Nussbaun, 2014; p. 390)

Las emociones y paisajes del pensamiento.

Boucheron e Robin (2019) nos lembram do lugar que ocupam as emoções nos processos de adesão, nas crenças e na legitimidade. O conjunto de comportamentos políticos é o que provoca as emoções. De um modo geral, o conjunto dos comportamentos políticos -além do simples voto- é o que provoca emoções. Os movimentos favorecem as emoções.

Na obra *No seas tú mismo*, Eudald Espluga (2021) nos desafia dizendo que o problema não é a soma de Snapchat e frivolidade, mas a soma mais complexa de práticas e dispositivos culturais, regimes económicos, infraestruturas institucionais, expectativas sociais que definem as marcas narrativas sob as quais nos apresentamos como sujeitos. Bem na linha do que propõe Armon-Jones (1986):

Las emociones se caracterizan por actitudes, creencias, juicios y deseos, cuyos contenidos no son naturales, sino determinados por los sistemas de creencias culturales, los valores y las normas morales de las comunidades particulares (Armon-Jones, 1986, p. 33).

Já conhecemos o fato: fazer temer em lugar de fazer crer -sem fazer compreender nunca nada- essa é certamente a melhor forma de fazer obedecer (Boucheron e Robin, 2019).

As ideologias também possuem uma forte dimensão emocional. Há uma necessidade humana de sentido que elas podem satisfazer; razão pela qual, seja dito, nos tempos de crise fazem florescer sistemas de crenças mais extremistas. Por sua vez, a psicologia social e política indaga na relação existente entre as características existentes e a comunhão com ideologias concretas (Maldonado, 2017).

Há uma relação entre o que internamente acreditamos, sentimos ou nos propomos e o que externamente declaramos, sentimos ou nos propomos. A verdade não pertence às causas fisiológicas que fazem com que acreditemos, sintamos ou vamos propor de uma certa forma. As crenças, os sentimentos e as intenções são na realidade o resultado de muitos fatores enraizados em nosso organismo, na cultura onde estamos imersos, inclusive estes fatores poderiam ser remotos e podemos não ser conscientes deles (Damasio, 2018).

Por outro lado, o emotivismo, como teoria expressiva, afirma que os juízos morais são a expressão de nossas emoções, de forma que os juízos morais não se refeririam nenhuma outra qualidade, senão seriam meras expressões de sentimentos (Cabezas, 2014). Da mesma forma, Ayer (1950) diz que quem enuncia um juízo de valor, está meramente expressando um determinado sentimento e não afirmando o que tem. E a expressão de um sentimento não é nem verdadeira nem falso. O subjetivismo tradicional sustenta que o ser humano que enuncia um juízo de valor afirma a existência de um determinado estado de ânimo que pode ser de aprovação, desejo ou interesse. Em tal caso, o juízo será verdadeiro ou falso, pois é certo ou não que ele tem o estado de ânimo que afirma (Frondizi, 1972).

As crenças e valores são permanentemente mediados pela estrutura emocional, as que definem aumentando ou diminuindo a importância ou a prioridade destas dimensões. Muitas vezes as emoções fixam estas crenças e valores, solidificando as convicções que contribuem à definição da ação individual ou coletiva. Uma característica única das crenças humanas, diz Elster (2002), é que se podem auto cumprir seguindo uma trajetória causal que inclui as emoções geradas por ela mesma, entram na categoria das crenças desiderativas. As crenças acerca das emoções de outras pessoas, incluindo as crenças acerca de suas disposições emocionais, podem servir de antecedentes cognitivos para o que podemos denominar emoções de segunda pessoa (denominadas meta emoções). Devemos distinguir entre as emoções provocadas pelas crenças acerca das emoções e as emoções provocadas pelas manifestações observáveis das emoções.

E por sua vez, as emoções encontram-se sempre mediadas pelos condicionamentos culturais, sociais e económicos. A análise das manifestações emotivas resulta mais integral ao momento de interatua-las com os entrançados relacionais em que o indivíduo se desenvolve (Pincheira, 2019). A cultura atua como modificadora (seja como amplificadora ou como freio) das emoções. Isso acontece quando uma emoção é conceitualizada e reconhecida, de forma tal que pode ser sentida de maneira mais intensa e ampla (Elster, 2002).

4.2.3. Sentimento com Respeito aos Adversários

Sentimento com Respeito aos Adversários compõem a dimensão que se refere aos sentimentos do indivíduo em relação aos seus interesses simbólicos e materiais, em oposição aos interesses de outros grupos. O estabelecimento dessa dimensão pressupõe o rompimento com a rotina cotidiana e a introdução da racionalidade frente às práticas diárias. Nesse sentido, podemos dizer que as opções sociais, o estabelecimento de grupos de pertencimento e de adversários e a construção dos próprios movimentos sociais (Silva, 2007).

Para Sandoval (2001), a identificação desses interesses antagônicos e de adversários ocupa um importante lugar no estudo da consciência política apoiada na ação coletiva. Sem a noção de um adversário visível é impossível mobilizar os indivíduos a agir e a coordenar ações contra um objetivo específico, seja este um indivíduo, um grupo ou uma instituição.

Sandoval (2017), propõe que nos sentimentos com respeito ao adversário, se reconhece a política como prática adversaria. Que se reconhecem os responsáveis por situações sociais e políticas ao assumir o direito de responsabilizar essas pessoas, exigindo reparos dos responsáveis por seus atos na situação. Além do mais, diz, que os sentimentos na valorização tanto negativa como positiva, define em função de diversas emoções listadas, uma determinada percepção sobre o adversário.

Puccini (2021) afirma que a identificação de adversários é de suma importância para a elaboração de estratégias de ação política, o que dá direção e força à ação coletiva. E que falar de adversário não é o mesmo que falar de

inimigos. Potenciais aliados, em determinado momento, podem ser vistos como adversários. Assim como, adversários podem em outros momentos, atuar como aliados. A categoria de inimigo indica uma ruptura que muitas vezes impossibilita a formação de alianças, pois o grau de antagonismo entre os atores é elevado. A capacidade de identificar adversários e interesses antagônicos varia de acordo com as experiências.

No âmbito das emoções, o trabalho de Drew Westen (2007) traz ideias interessantes que contribuem ao debate. Apesar de orientar a sua psicologia política a temas eleitorais, Westen aponta que o interesses materiais das pessoas mostram muitas vezes pouca ligação com os seus padrões de voto. A lição que deixa isto é que quando os interesses materiais das pessoas afetam as suas atitudes em relação a políticas específicas, é quando geralmente os seus interesses coincidem com os seus valores mais amplos ou atitudes sociais.

White voters' attitudes toward affirmative action in college admission, are largely unrelated to whether they have children approaching college age who may be adversely affected by it -unless they also hold negative attitudes toward African Americans (p. 120).

O fato de as políticas afetarem os eleitores através das emoções que geram é umas das principais razões pelas quais os valores tendem a superar a auto-estima. Questões de valor requerem pouca tradução para se tornarem questões emocionais (Westen, 2007). Isto foi claramente observado durante a campanha de Bolsonaro nas eleições presidências no Brasil e ao longo de todo o mandato, inclusive quando ele deixou de ser presidente (pois não entregou a faixa presidencial para o presidente eleito L. I. Lula da Silva). Os valores associados a xenofobia, homofobia, aporofobia, entre outras fobias, rapidamente se tornaram emoções de ódio, expressões de violência e revanchismo, lembrando a tentativa de golpe na Praça dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro de 2023.

Finalmente, com a revisão da proposta do MACP, diz Silva Jr. (2021) os Sentimentos com Respeito aos Adversários substituem os Sentimentos de Justiça e Injustiça. O aspecto da consciência em que os indivíduos percebem os próprios interesses em relação aos demais grupos sociais ou políticos,

sejam esses simbólicos ou materiais, então, trata-se de uma relação de oposição.

4.2.4. Eficácia Política

Embora Sandoval não aborde a confiança nesta dimensão, a simples crença não cobre todo o processo da dimensão denominada Eficácia Política. Em quanto que a crença é um sentimento sobre alguma coisa, só a confiança leva a ação. A ação neste caso só é possível por uma menor possibilidade de dúvida pelo sucesso de uma determinada gestão: a confiança na eficácia. Tratando-se de política a confiança traz consigo um custo e no pior dos casos um risco, o que não acontece com a simples crença, que traz consigo um baixo compromisso. O custo pode ser o tempo de dedicação e recursos, no entanto o risco pode traduzir-se num resultado inesperado ou até o fracasso de intervir em uma situação política.

A estrutura de emoções neste caso ajuda na avaliação da opção coletiva. Saber se “vale a pena” agir coletivamente está diretamente ligado ao sentimento otimista na perspectiva de sucesso pelo coletivo, em alternativa de despendar esforços individuais cuja probabilidade de sucesso seja baixa. O sucesso coletivo gera emoções coletivas que afiançam a ação e fortalecem os sentimentos de coletividades, companheirismo e confiança (Sandoval, 2001).

O sentimento de confiança também pode ser descrito como uma sensação de confiança. Tilly (2010) descreve a confiança como uma propriedade das relações interpessoais pela qual as pessoas ariscavam-se ao fracasso ou a traição de outros. A confiança é uma atitude, mais que uma relação. Para Tilly (2010) a qualidade da política pública em um regime ou outro depende significativamente das relações entre as redes de confiança básica das pessoas e as estratégias de governo dos governantes. A política pública, neste sentido, inclui todas as interações externamente visíveis entre os atores políticos constituídos.

Os indicadores de confiança se tornam assim, nos indicadores chaves para a política e as campanhas eleitorais, em especial para as classes médias

que vivem entre a raiva e a esperança. Entre o desejo de superar o passado e a incerteza pelo futuro. Não é o ideológico nem o tecnocrático, é o emocional (e a vivência do cotidiano) o que decide e o que define (Gutiérrez-Rubí, 2019).

Dentro da política pública diz Tilly (2010), a política da disputa compreende a exigência coletiva e descontinua de demandas entre os atores políticos constituídos, incluídos os agentes governamentais e os governantes (McAdam, Tarrow y Tilly, 2001).

Para Tilly (2010), o futuro da democracia depende das conexões entre redes de confiança e os regimes políticos; a retirada generalizada dessas redes da política pública, quando produzida, fazem dano à democracia:

A primeira vitimização da previsão social ou da atenção de saúde, a retirada das elites ou das minorias das escolas públicas e a substituição do contato direto pela comunicação eletrônica entre os ativistas políticos tem o potencial de produzir, justamente, essa retirada destrutiva das redes de confiança da política pública nas democracias de nossos dias e, portanto, de danificar a mesma democracia (p. 30).

A palavra confiança sugere uma atitude individual a uma pessoa ou instituição. Tilly (2010) reconhece que certas formas de organização -as redes de confiança- incorporam relações de confiança. Os analistas políticos a miúdes pensam na confiança como uma infraestrutura, um fenômeno que facilita ou inibe certos tipos de política, porém não forma parte dela. Porém Tilly (2010) tem suas objeções com a confiança. Pertencer a uma rede de confiança não garante, em nenhum sentido, sentimentos de felicidade e muito menos de liberdade. Que a maioria das redes geram pouca ou nenhuma confiança. Mas, Tilly (2010), citando a Muldrew (1998), propõe que, apesar de algumas concepções á confiança como atitude e crença, a confiança é uma característica própria das relações sociais; que por implicação, a confiança consiste em alocar recursos e resultados valorados frente ao risco de malversações, erros e descuidos cometidos por outros (em que se confia).

No mecanismo explicativo, os sentimentos de confiança podem desencadear emoções que podem resultar em ações positivas. E por outro lado, sentimentos de excessiva confiança podem terminar decepcionando o indivíduo ou mesmo atrai-lo a situações de maior risco.

4.2.5. Sentimentos de Justiça e Injustiça

O conceito de justiça, diz Rawls (1997 [1971]), em tanto que equilíbrio adequado entre pretensões enfrentadas, a partir de uma ideia de justiça, concebida como um conjunto de princípios entre si para identificar as considerações pertinentes que fazem possível esse equilíbrio.

São justamente estas pretensões enfrentadas, a questão central de muitas políticas públicas e onde a ideia de justiça assume um papel fundamental no equilíbrio de forças. Basta pensar nos objetivos, resultados e impactos de políticas sociais numa determinada sociedade nos mais variados temas e problemas definidos como públicos. A razão de que a estrutura básica da sociedade seja o objeto primário da justiça, diz Mandieta e Sánchez (2020), deve-se a que as consequências que dela derivam, possuem um grau de alcance e profundidade na sociedade e estão presentes desde o princípio. O sentido de justiça é a capacidade de entender, de aplicar e de atuar desde a concepção pública de justiça que caracteriza os termos equitativos da cooperação social

Na obra “Uma ideia de justiça”, Rawls (1997 [1971]) inicia com a premissa da racionalidade. A racionalidade implica conseguir os próprios interesses e vincula-se ao bem estar da pessoa segundo seus objetivos. O razoável tem a ver com o conceito de justo; ser razoável implica ter um sentido de justiça: o desejo de atuar de acordo com os princípios que seriam escolhidos na posição original segundo a premissa de Rawls.

[...] en la doctrina contractual, la igual libertad de los ciudadanos no presupone que los fines de diferentes personas tengan el mismo valor intrínseco, ni que su libertad o su bienestar tengan el mismo valor. Sin embargo, se postula que las partes son personas morales, individuos racionales con un sistema de fines coherentes y capacidad para un sentido de justicia (Rawls, 1997 [1971], p. 303).

Porém pensar que Rawls baseou a sua teoria de justiça somente na racionalidade seria um erro. Na sua obra, as considerações sobre os aspectos emocionais são amplas e variadas para entender uma ideia de justiça que faça sentido na ação intrinsecamente humana.

Parece que la posibilidad de un sentido de la justicia sobre la base de que a los sentimientos de los demás respondamos nosotros con sentimientos análogos es una condición de la sociabilidad humana. Las concepciones más estables de la justicia son, probablemente, aquellas en que el correspondiente sentido de justicia está más firmemente basado en estas tendencias (Rawls, 1997 [1971], p. 447).

Para Rawls, pensar a justiça desde o ponto de vista emocional é um processo de duplo sentido, onde a “estrutura de emoções” condiciona e configura nossas emoções e nossos sentimentos. E para Fraser (2006) as injustiças passam, entre outras seccionalidades, pelo gênero. A estrutura de injustiça constitui o gênero como uma diferenciação econômico-política dotada de certas características da classe.

Sob esse aspecto, a injustiça de gênero aparece como uma espécie de injustiça distributiva que clama por compensações redistributivas. De modo muito semelhante à classe, a injustiça de gênero exige a transformação da economia política para que se elimine a estruturação de gênero desta (p. 234).

Por outro lado, quando Ricoeur aborda a questão da justiça, ele nos apresenta também uma concepção contrária da justiça, isto é, a injustiça. Este autor discorre sobre a nossa sensibilidade á injustiça “justamente, porque esta é mais aguçada e mais perspicaz que o sentido de justiça” (Xavier, 2019). Porque quando “a justiça é, amiúde, o que falta e a injustiça o que reina” (p. 168), sugere o sentido do injusto como primaz sobre o do justo. Para Ricoeur trata-se de uma percepção imediata de um reino de dores, sofrimentos e indignações recuperando, desde já, o tema homem capaz y falível. (Rossetti, 2015). Não cabe dúvida do papel que cumprem os estados de ânimo, sentimentos e emoções na questão das injustiças em Ricoeur:

Diante da falibilidade humana o sentido do injusto corresponde às consequências de sua frustração. A dor da carne e da alma: uma dor d'alma, dor de angustia oriunda do esvaziamento das forças do agir; uma dor física que se reflete na inercia do corpo em sobrepor-se à condição negativa de suas ações. [...] Esa frustração o torna alguém indignado, que dizer, um indivíduo desestruturado na base de entendimentos (e convicções) que lhe dão identidade, [...] portanto sofre a dor e o mau sentimento, oriundo da frustração que sente de si mesmo, em quanto sujeito capaz de agir, de falar, de compreender e de se responsabilizar por suas ações (Rossetti, 2011, p. 38).

Anteriormente, Moore Jr. (1987) já fazia relações entre o sentido de injustiça e determinados sentimentos como a frustração e a indignação e emoções como a ira e a raiva frente a episódios de injustiça social.

Assim, a recuperação das emoções morais e sua ligação com certas noções de justiça social ocupam agora um lugar privilegiado na reflexão filosófica. Depois de um longo período em que esses aspectos receberam pouca atenção na reflexão moral contemporânea, agora estamos testemunhando debates importantes sobre o papel das emoções na vida moral e na deliberação política (Pinedo Cantillo, 2018).

Para Fraser (2002) o reconhecimento, por exemplo, é uma questão de injustiça. Para ela injusto que alguns indivíduos ou grupos seja negado o status de parceiros completos na interação social simplesmente como consequência de padrões institucionalizados de valor cultural de cuja construção eles não participaram igualmente e que menosprezam suas distintivas características que lhe são atribuídas. O *modus operandi* da participação política implica paridade de participação ou paridade participativa (Furlan, 2020).

Pese a reorganização das dimensões cognitivas no MACP na versão de 2016, o sentimento de (in)justiça está presente de maneira transversal no modelo.

4.2.6. Vontade de agir coletivamente

Segundo Marcia Palassi (2011), citando a Sandoval, a vontade de agir coletivamente é uma categoria importante para analisar a predisposição do indivíduo a participação de ações coletivas, por meio das propostas de intervenção. Este engajamento é interpretado por Costa (2008) como um modo de compensar as injustiças que são cometidas contra ele mesmo

De todos as dimensões, talvez seja o mais vinculado com a ciência econômica no que se refere ao condicionamento do indivíduo a atuar coletivamente baseado na a) relação custo-benefício á lealdade impessoal; b) relação custo-benefício a lucros percebido ou a perda de benefícios materiais

resultante de participação política; c) risco físicos percebidos com derivados da participação política (Sandoval, 2001; Palassi, 2011; Costa, 2007).

Esta dimensão vincula-se com o âmbito motivacional. A vontade de agir coletivamente também está apoiada pela oportunidade, seja ela como uma janela política ou uma “janela emocional de oportunidade”; além do mais dependerá da intensidade sobre a vontade e o desejo. A vontade de agir coletivamente está fortemente ligada com os estímulos, tanto internos como externos.

4.2.7. Metas e repertórios de ações

Por repertório de ações vamos entender como o conjunto de possibilidades de iniciativas no meio de uma mobilização social de atores que buscam um propósito comum: transformar uma determinada realidade que não lhe é favorável.

As Metas de ação coletiva referem-se ao grau com que os participantes do movimento social percebem a correlação entre as metas do movimento, as estratégias de ação do movimento e seus sentimentos de injustiça, seus interesses e sentimentos de eficácia política (Costa, 2008). Note-se a intensa relação das dimensões cognitivas com os emocionais, tais como os sentimentos, dando sentido e intensidade.

Esta dimensão trata de “avaliar” até que ponto as metas e propostas dos movimentos sociais e das suas lideranças correspondem aos próprios interesses materiais e simbólicos de seus participantes. Nesse sentido, suas propostas de ação coletiva e seu discurso de reivindicação de justiça contra os adversários percebidos estão no âmbito de seus próprios sentimentos de eficácia política (Costa, 2008). Com isso, percebemos a interrelação dinâmica existente entre as dimensões cognitivas no MACP.

A complexa tarefa de fazer a correspondência entre metas e estratégias do movimento e suas aspirações e a autopercepção das capacidades de seus membros tem provocado sérias mudanças de posturas tanto para as lideranças

quanto para as pessoas comuns. Essa dimensão produz, ao mesmo tempo, outros componentes da consciência política que integram com as características de organização do movimento percebidas na forma de predisposição psicológica para ação coletiva (Costa, 2008). Esta predisposição psicológica pode ser entendida como a interrelação das dimensões cognitivas com a estrutura emocional, os estímulos internos e externos e os componentes do âmbito motivacional como a oportunidade e a intencionalidade.

Em quanto que o repertório de ações é um conjunto de iniciativas, como já dizemos para uma determinada conquista em vistas de uma mudança social. O repertório de ações é um conceito trazido da pesquisa dos movimentos sociais, realizada por Charles Tilly e Wood (2010) e publicado na obra *Los Movimientos Sociales de 1768 a 2008* onde lista “um conjunto variável de atuações” que chamou “repertório do movimento social”, tais como: criação de coalisões e associações com um fim específico, reuniões públicas, processos solenes, vigílias, passeatas, comícios, manifestações, comitês, declarações na mídia, abaixo assinados e propaganda, entre outros.

Porém os repertórios de ação podem ser dos mais variados. No caso das casas quebradas de Guañacagua III no Chile, o repertório consistiu em colocar bandeiras pretas nas casas, pintar as casas com mensagens que podiam ser vistas de longe. Mas a ação não terminou ali. Na hora de avaliar o sentimento à eficácia política, pese à ação coletiva em andamento, muitos preferiram sair com ações individuais na justiça para demandar o Estado, impulsados pela raiva, impotência e indignação. Dessa experiência, Godoy-Flores & Silva (2023) inferem:

El MACP se muestra maleable, ya que las dimensiones no presentan contenidos a priori que aten y limiten su poder interpretativo. De hecho, un punto fuerte del modelo es el hecho de que las dimensiones varían en función de los contenidos que cada sujeto comparte con el investigador, ya sea mediante entrevistas o métodos participativos. Conocerse a sí mismo permite profundizar en formas de conciencia que desvelan datos de la vida y la política de las personas y las instituciones (p. 185).

4.2.8. Interesses Coletivos

Esta dimensão reflete a predisposição ou compromisso do indivíduo no que considera importante na intervenção de um problema num contexto emotivo de pertença com um grupo determinado. Para Palassi (2021), os interesses coletivos

se referem aos interesses comuns compartilhados pelo grupo. Sandoval e Silva (2016) discorrem acerca do contraste existente na relação entre “meu grupo de pertença” e o “grupo dos outros”, recorrendo a Tajfel (1982, 1983) e Dominic e Hogg (1998), que estabeleceram os seguintes requisitos para a participação coletiva: a) o sentimento de pertencer a um grupo; b) a identificação de interesses contrários à manutenção desse grupo; e c) a identificação de grupos que tenham interesses rejeitados pelo grupo de pertença.

Esta dimensão, aparecida de maneira explícita por primeira vez em Sandoval (2016), ressalta um papel importante na consciência política, pois leva à ação coletiva. Sentimentos emotivos impactam a disposição do indivíduo para agir individual ou coletivamente, em parte como consequência dos significados emotivos atribuídos anteriormente a eventos, conteúdos ou pessoas (Palassi, 2021).

Para Boasquevisque, Palassi e Silva (2023) os Interesses coletivos trata dos interesses comuns (materiais e simbólicos) compartilhados pelos integrantes do grupo de pertença, ao mesmo tempo que o grupo se opõe aos interesses daqueles de fora do grupo ou de outros grupos de tal forma que esta dimensão se relaciona como a identificação dos adversários e das ideias adversas ou contrários.

Em outra reflexão, Elster (2011) propõe que interesse e paixão (emoções) a miúdes, vão juntos. A pesar que nem interesse nem o desejo de justiça nascem da paixão, esta é capaz, seguindo as mesmas vias opostas, de influenciar na consecução do interesse. Por uma parte, o incentivo do benefício pode criar uma força de motivação excepcional que pode inclusive concluir em realizações extraordinárias. Por outra parte, a ambição extrema induz facilmente ao erro, ainda mais quando consegue criar uma tendencia a auto sobre estimação. “Também aqui o efeito neto dos mecanismos em geral é indeterminado” (p. 59).

4.3. Uma proposta da dimensão emocional para o Modelo Analítico da Consciência Política

Podemos iniciar com a constatação que os fenômenos psicológicos são processos nos quais o resultado de uma resposta é capaz de mediar entre a percepção de um novo estímulo e a execução de uma determinada resposta ao mesmo (Tous Ral, 1979). Porém desejamos distanciar-nos da psicologia condutivista como tal para aproximar-nos a uma proposta de psicologia cognitiva construcionista, ou seja, além de explicar o que se pensa, o que se sente, o que emociona, o que se faz. Para o construtivismo os significados surgem por meio dos pensamentos e das emoções.

Como já mostramos anteriormente, o Modelo Analítico da Consciência Política (MACP) é um importante referente teórico e contribuição original da psicologia política no Brasil. Porém pouco tinha se avançado no estudo do papel das emoções na análise dos determinantes da participação política.

Além da perspectiva de Gamson (1992a,1992b) sugerida por (Sandoval & Silva, 2016), a consciência política é construída a partir das significações que cada sujeito faz em seu mundo cotidiano através da mediação de “aparatos ideológicos do Estado” na concepção de Althusser (1970). Isto é, da interação do sujeito com diversas facetas do Estado e não só da “complexa tessitura social”, pois entendemos que esta interação não atua somente como instrumentos de mediação e construção de significados (Sandoval & Silva, 2016) senão também configura as relações de poder com as instituições do Estado exercendo um papel fundamental na formação da consciência política. Isto vai no mesmo sentido quando os autores revelam:

A consciência política seria como parte do processo de dominação daqueles que detêm o poder. Nesta perspectiva qualquer mudança nela dependeria de uma *disputa simbólica* envolvendo os significados construídos, as interpretações e reinterpretações destes, pois a consciência política emerge de um espaço intersubjetivo no qual acontece a interação entre o universo cultural em que o sujeito está inserido y suas estruturas de cognição (Sandoval & Silva, 2016, p. 28. A grafia cursiva é dos autores).

Da mesma forma podemos dizer que na concepção de Sandoval & Silva (2016), falar de consciência política de um sujeito significa falar de um momento da consciência, pois ela pode sofrer mudanças constantes segundo

as experiências vividas. Estas experiências também podem ser emocionais. Neste sentido diz Cassasus (2022), a experiência que se sente é subjetiva, que devemos precisar que a emoção vivida é uma experiência emocional. As emoções são avaliativas (principalmente em nível de sentimentos); avaliamos a informação que chega do objeto da experiência e a avaliação tem um papel de justificar a representação que fazemos do encontro com o mundo.

Escolhemos o mecanismo de explicação causal porque se adapta às subjetividades presentes no estudo da consciência política ainda mais quando potenciada pelo exame das emoções transversais ao MACP. Os mecanismos não tem pretensões às generalidades. Quando identificamos um mecanismo, diz Elster (1994), o conhecimento progrediu porque acrescentamos um novo item ao nosso repertório de modos pelos quais as coisas acontecem. Os mecanismos nos proporcionam compreensão onde a predição oferece, no máximo, controle.

A respeito da consciência política, Sandoval & Silva (2016) inferem:

Sendo a consciência política construída e representada em sua dimensão cultural por meio de tradições que centram sua atenção em questões ideológicas e discursivas, ela se torna o mecanismo pela qual as ações coletivas e a cultura são configuradas a partir de significados sociais veiculados no sistema simbólico de cada sujeito e/ou grupo social e expressos em seus discursos (p. 29).

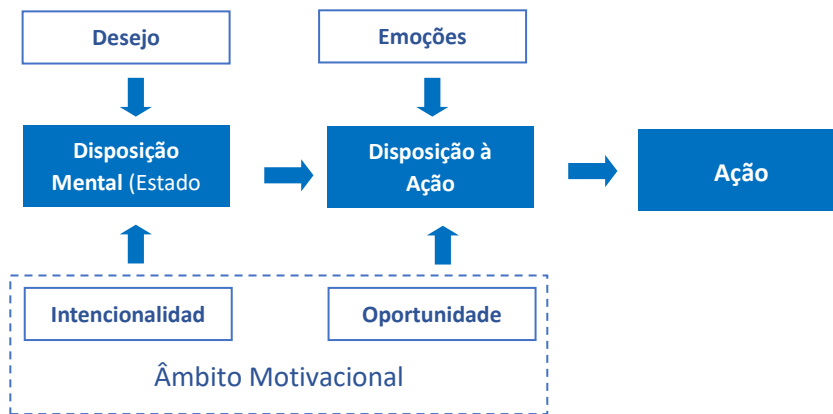
Por isso entendemos que que consciência política em si não é um mecanismo causal. Porém a proposta, baseada no MACP, é apresentada como um mecanismo de explicação causal que contém quatro âmbitos: **a) âmbito emocional, b) âmbito cognitivo, e c) âmbito motivacional**. A eles se acrescentam os estímulos, um conjunto composto por estímulos emocionais internos e externos.

A proposta da Psicologia Política da Ação Pública incorpora, portanto, os elementos do MACP e da “estrutura de emoções” (estados de ânimo, sentimentos e emoção, de forma diferenciada entre si) e demais variáveis intervenientes para criar um mecanismo explicativo das formas de ação individual e coletiva na ação pública.

Apresentamos no gráfico 4 uma breve visão estrutural baseada nas emoções, que nos conduzem à utilização da expressão variável intermediária

para referir-nos aos processos ou mecanismos causais não estritamente psicológicos para propender a explicações dos fenómenos psicopolíticos.

Figura 4
Mecanismo das disposições



Fuente: Elaboração própria.

4.3.1. Âmbito Emocional

Como foi apresentado no cap. II, fizemos uma distinção do que compõe a “estrutura de emoções”, isto é, os estados de ânimo, os sentimentos e a emoção (em singular). No Modelo Analítico da Consciência Política são os sentimentos que tomam contato direto com as dimensões cognitivas, configurando, como já vimos, determinadas realidades, series de combinações possíveis e distinguíveis. Destas emoções, somente os sentimentos serão atendidos no âmbito cognitivo pela sua vinculação direta com as dimensões cognitivas do MACP. Estes sentimentos são influenciados, por um lado, pelos estados de ânimo, entendido como estados emocionais configurados pelo menos em duas modalidades: a) emoções situacionais e, b) emoções de transfundo (Nussbaum, 2018); que são mais permanentes e menos intensas; e pelo outro, pelas emoções, entendido como um estado mental somático, mais intenso e de curto prazo. Estas influencias emocionais sobre os sentimentos vinculados com as dimensões cognitivas do MACP aportam antecedentes, intensidades e significado, determinando um certo caráter a essa interação.

O âmbito emocional recebe estímulos tanto internos como externos. E aqui novamente a intensidade do estímulo estabelece a força com que ele

chega à “estrutura de emoções” citados acima. Os estímulos, junto com o Âmbito Motivacional, constituem os disparadores de ações individuais e coletivas no modelo. Na ação pública os disparadores funcionariam como aceleradores da tomada de decisão.

Muitas vezes são os fatos de comoção nacional que promovem a aceleração na elaboração de políticas públicas ou a aprovação de leis no Congresso, nesta última entendendo-as como instrumentos de políticas públicas. São exemplos disso a lei Maria da Penha (OIGAC, 2014) no Brasil, cujo objetivo é proteger as mulheres da violência doméstica e familiar e teve a sua origem na longa luta de Maria da Penha, mulher brasileira, vítima de violência e tentativa de assassinato por parte de seu marido; No Chile a lei Zamudio (BCN, 2023a), lei anti discriminação e violência contra a comunidade LGBTQI+, a lei vigente desde 2012 tem sua origem na tortura e assassinato do jovem homossexual Daniel Zamudio; a lei Emilia (2023b), lei de iniciativa popular que entrou em vigor em de 2014, pune com pelo menos um ano de prisão efetiva aos motoristas embriagados que causarem ferimentos graves ou morte e teve a sua origem na morte da bebe Emília por um motorista embriagado que colidiu o veículo onde viajava causando uma comoção nacional e o sentimento de que uma ação pública deveria ser impulsada pelo Estado.

A lei Cholito (BCN, 2023c), também de iniciativa popular, é uma normativa jurídica sobre a posse responsável de animais de estimação e de companhia, teve a sua origem no espancamento até a morte do cachorro chamado Cholito. Estes são alguns exemplos de como emoções fortes e repentinas levaram aos *policy maker* e a toda uma sociedade a elaborar instrumentos de política pública para cada um destes casos. Lamentavelmente, é preciso dizer que todas estas iniciativas lembradas foram respostas a tragédias já consumadas, de alta conotação social e comocional.

No âmbito emocional as dimensões do MACP se vinculam diretamente com os sentimentos, podendo gerar uma série de combinações das mais variadas possíveis, pois existe um grande número de sentimentos. Os sentimentos são mais complexos e conhecem um maior grau de

personalização, conectados como estão às próprias lembranças e às normas sociais (Maldonado, 2017).

Levantar as possíveis combinações entre as dimensões cognitivas e os emocionais poderia ser objeto de outra pesquisa mais específica em torno ao MACP.

4.3.2. Estímulos Emocionais

Sandoval & Silva (2016) apontam que uma consciência política mais complexa pode ser elaborada, ativada, mediante a apropriada estimulação desses sujeitos. Porém, acreditamos que esta estimulação pode ser emocional, seja este **estímulo interno**, provindo das lembranças, memória, estados anímicos, entre outros; ou de origem externo como outras pessoas, eventos (e não fatos, ou estado das coisas, na concepção de Elster (1994)), entre outros. Para Elster (1994), nas ciências sociais, os eventos elementares são ações humanas individuais, “incluído atos mentais tais como a formação de crença” (p. 17). Porém acreditamos que os eventos também podem ser ações humanas coletivas e não somente individuais, pois o gregarismo também se reflete em muitas das ações humanas.

A emoção poder ser disparada por um evento imaginário. Este evento imaginário pode provocar mudanças na situação mental em que nos encontramos (Cassasus, 2022). A neurociência nos ensina que muitas vezes ocorrem eventos mentais que podem afetar o que ocorre no nosso mundo material, que neste caso é o cérebro. Os eventos imaginários podem ser disparados por eventos do passado, associados à memória, ou por possibilidades do futuro associados às fantasias (Cassasus, 2022). São exemplos de estímulos internos, uma lembrança, a chegada de uma data comemorativa, ou estímulos provocados pela razão. A emoção nos prepara para atuar de uma forma ou de outra.

Outro grupo de estímulos emocionais de **origem externa** são os eventos que podem possuir uma determinada potência capaz de mudar o estado mental do sujeito ou de um coletivo. Podem ser decisões do governo, uma

declaração de um ministro, o discurso de um deputado, candidato ou funcionário público, a declaração de uma sentença judicial; ou eventos naturais, desastres naturais ou antrópicos, uma emergência, ou acidente, a chegada de uma informação na forma de uma resposta, provocação, desafio ou burla, repressão por parte de agentes do Estado, uma notícia do âmbito social, económico, cultural, política ou ambiental. A emoção é entendida sempre e em todo caso, ligada atos de cognição e de avaliação do fenómeno externo que desencadeia a resposta afetiva: seja uma ofensa que nos indigna ou a pessoa amada que nos comove (Maldonado, 2017).

No obstante, la relación entre el cuerpo y la conciencia, entre los afectos y sus experiencias subjetivas o fenomenológicas, constituyen un problema sin resolver. Marcus (2008) y sus colegas identifican hasta 23 teorías distintas sobre el modo en que afecto y cognición interactúan entre sí; una profusión característica del entusiasmo terminológico que diferencia conceptos subyacentes similares mediante distintos etiquetados, pero que testimonia en todo caso la falta de unanimidad a la hora de explicar esta relación crucial (p. 58).

O entorno económico, social, cultural, ideológico, jurídico onde se desenvolve a conduta das pessoas determina grande parte dos sentimentos. Poderíamos dizer que existe um “sentir social” que a pessoa interioriza e aprende por contágio com quem vive (Camps, 2011).

Por sua vez, a **intensidade** é uma variável que afeta tanto a origem interna como a origem externa no âmbito do estímulo. Segundo Mérida & Jorge (2010), para que uma reação a um evento, um agente ou um objeto seja experimentada como uma emoção, ela deve exceder um certo limiar de intensidade. A intensidade é o principal critério para avaliar as emoções. Para cada um desses elementos, a intensidade das reações é determinada por fatores específicos. A avaliação da situação que induz a uma emoção é baseada em três variáveis: desejabilidade, plausibilidade e atratividade. A emoção provocada por um evento depende do grau de desejabilidade ou indesejabilidade que ele desperta; a reação afetiva à ação de um agente é uma função do grau de aprovação ou desaprovação com que a recebemos; a emoção associada a um objeto é experimentada com maior ou menor intensidade de acordo com sua atratividade (Ortony et al., 1996).

Estes três fatores, determinantes de intensidade, exercem seu efeito a partir de uma estrutura de avaliação específica. A intensidade com que uma emoção é experimentada depende de múltiplas variáveis, todas presentes, desde o início, no processo que culmina com a experiência emocional. Ortony et al. (1996) usam o termo estrutura de avaliação para se referir ao conjunto de objetivos, interesses e crenças subjacentes ao processo de avaliação emocional. A avaliação dos aspectos significativos de uma emoção vem, em última instância, destes elementos e da forma como eles são dispostos. Todo ato de avaliação depende da forma idiossincrática em que um sujeito articula seus objetivos, interesses e crenças. A estrutura de avaliação é geralmente de natureza implícita ou virtual, condicionando nossas avaliações sem que estejamos totalmente cientes delas (Mérida & Jorge, 2010).

4.3.3. Âmbito Motivacional

As ações são causadas por desejos e oportunidades, segundo Elster (2002). Inclusive em alguns casos, os desejos são causados pelas oportunidades. Dai que exista uma vinculação dinâmica entre desejo e oportunidade dentro o âmbito motivacional. Na perspectiva psicanalítica, Lichtenberg (1989, 2011) propôs uma teoria dos sistemas motivacionais onde identificou os componentes e a organização dos estados mentais para dar ordem à multiplicidade de estados mentais. Os sistemas motivacionais propõem agrupações baseadas em similitudes afetivas, intensões e metas. Entre os sistemas mencionados por Lichtenberg, está o sistema motivacional de apego, referido à necessidade humana intrínseca de vinculação com o outro primário, fonte de segurança e contenção emocional. Outro sistema mencionado é aquele que se desenvolve como resposta à necessidade de exploração e afirmação de preferências, ligado à curiosidade, a resolução de problemas e o sentido de autoeficácia. Em quanto que outro sistema motivacional aponta à necessidade de reagir frente às experiências adversas, mediante a luta, a fuga (e também a conciliação). E enlaçado com os anteriores, um sistema de afiliação e cuidado, referido a tendência humana à vinculação grupal como o instinto gregário e pela capacidade de preocupação pelo outro, superando os próprios interesses (León, 2020).

Diversas pesquisas em neurociência apontam que os sistemas motivacionais possuem uma base neurofisiológica intimamente ligada às emoções, que envolvem o sistema límbico, e o hipotálamo (Izard, 1993; LeDoux, 1996, 2000; Damasio, 2003) (León, 2020, p. 506).

Wallon (1964) afirmava que as emoções cumprem uma função motivadora da cognição, necessárias para adquirir y para produzir conhecimento e também para realizar condutas transformadoras (Montero, 2016). Não só a ação individual precisa do componente emocional que a motiva, também este é imprescindível para a ação política (Camps, 2011).

Finalmente, diz Hammack & Pilecki (2012), uma ênfase emergente no papel da emoção nos processos políticos revela um mecanismo motivacional fundamental no processo de engajamento narrativo.

Intencionalidade

Tanto o componente cognitivo das emoções como o desiderativo interessam especialmente para a perspectiva moral. Importa saber que e como influem na conduta, que crenças e que motivações para atuar derivam delas. De tal ponto de vista, as emoções tem sido definidas também como “disposições mentais”. Sua vinculação com o desejo as torna, efetivamente em disposições a ação, proporcionam à pessoa uma orientação, a que vem dada pelas crenças que temos sobre a realidade, e projeta-se a um objetivo propiciado pelo desejo. As crenças provem à pessoa uma “imagem do mundo que habita”, enquanto que os desejos proporcionam “objetivos ou coisas a aspirar”. A ponte que vincula as crenças ao desejo é o estado emotivo (Camp, 2011).

Para Mérida & Jorge (2010), a desejabilidade ou o desiderativo (Elster, 2002) de um evento é avaliada em termos de uma estrutura complexa de objetivos, dependendo essencialmente se o evento os atrapalha ou facilita. A plausibilidade das ações de um agente é uma função das crenças que temos sobre elas, e mais especificamente de nossa própria hierarquia normativa. A atratividade de um objeto deriva diretamente de nossas atitudes e interesses em relação a ele.

No âmbito psicossocial, Warren (1998 [1934]) define o desejo como uma força que determina a influência de processos psíquicos dinâmicos que tratam

de descarregar sua tensão, sem que implique necessariamente conhecimento da motivação. Em lugar disso, a intencionalidade vincula-se com a vontade de agir.

Embora o desejo, mencionado por Elster (2002), como componente do âmbito motivacional seja definido como um impulso, a intencionalidade reflete melhor o propósito, a ação de estender, um esforço, o que se pretende fazer (León, 2020) na questão política.

A intencionalidade pode ser entendida como um desejo orientado a um objeto. A miúdes dizemos que a política sempre é intencionada. Neste sentido, a intencionalidade poderia ser um estado de consciência adaptado à ação. A intencionalidade funciona como um mecanismo disparador, que promove a ação. É um fator de motivação a partir do desejo emocional sobre alguma coisa, ação ou resultado. O mecanismo da intencionalidade vincula-se com um estado de ânimo ou sentimento devido ao tempo que precisa para incubar uma ideia. Já sabemos que tanto os estados de ânimo como o sentimento permanecem por mais tempo na mente dando o tempo necessário e suficiente para a intencionalidade tornar-se um fator motivacional.

Para Moreno (2017), a intencionalidade é uma característica de certos estados mentais que consiste em *ser sobre alguma coisa* ou *dirigir-se a alguma coisa*.

Essa “coisa” é também chamada *objeto intencional*. Se bem a intencionalidade é uma característica que pode se identificar com muitos estados mentais (crenças, juízos, desejos, lembranças), não é tão evidente com outros (sensações, estados de ânimo, experiências estéticas, etc.) (2017, p. 21).

A ideia geral que apresenta esta teoria é que as emoções implicam intencionalidade e, por tanto, tem objetos intencionais. Ou seja, as emoções tem um objeto aonde se dirigir, onde intencionar como na política.

As emoções, diz Moreno (2017), podem envolver algum tipo de avaliação. Esta observação abre a porta à racionalidade das emoções. Assim se as emoções estão de tal forma associadas com avaliações ou juízos, uma mudança nestas últimas pode afetar as emoções.

Esto significa que las emociones son normativas y están bajo nuestro control: que son susceptibles de evaluación racional. Son normativas porque las creencias y, con ellas los deseos y conductas que involucran, son evaluables en términos de normas de racionalidad epistémica, y tales evaluaciones son algo que está en nuestra potestad realizar o no (2017, p. 21).

Então segundo esta teoria da intencionalidade, podemos controlar nossas emoções com as ferramentas disponíveis com um nível de consciência adequado, o suficiente para tomar decisões sem nos arrepender. Porém, propomos que esta quota de racionalidade não basta para explicar a relação entre as decisões políticas, por exemplo, e as emoções, uma vez que devemos também definir em que plano emocional nos encontramos dentro da estrutura emocional: seja nos estados de ânimo, seja nos sentimentos ou na emoção do momento.

Se nas teorias avaliativas a intencionalidade e a racionalidade estão garantidas pelo componente avaliativo e os desejos que, segundo este enfoque, implicam as emoções, nas teorias fisiológicas não fica claro como encaixam estes elementos (Moreno, 2017), se pensamos no incontrollável que se tornam as expressões psicossomáticas.

É na intencionalidade espontânea da consciência preobjetiva, diz Toledo (2014), a partir da qual se configura todo o potencial de objetividade e certamente, o mundo. É neste pano de fundo constituinte onde se evidenciam as condições de possibilidade de conhecimento e configuram-se os fenômenos sociais. A intencionalidade é a nota fundamental da consciência política expressando que ela sempre é uma consciência de algo, isto é, orientada a um objeto intencional -na qual se focaliza a atenção- que no caso da política podem ser os interesses e a ideologia. No âmbito da subjetividade a característica fundamental dos fenômenos da consciência é a intencionalidade.

Por isso propomos que a intencionalidade se dá num âmbito em conjunto com as oportunidades emocionais, constituindo o âmbito motivacional. Porém este âmbito não controla todo o mecanismo, senão, imprime nele um nuance, dando o momento e o sentido (significado) da ação.

Para compreender como se chega à ação, Barret (2018) explica que as emoções são significadas. Explicam nossas mudanças interoceptivas e os

sentimentos afetivos correspondentes em relação com a situação. São uma receita para a ação. Os sistemas cerebrais que implementam conceitos, como a rede interoceptiva e a rede de controle, são a biologia da criação de significado.

Ainda Barret (2018) propõe o conceito de “intencionalidade coletiva” como uma das bases de qualquer sociedade. As categorias emocionais se fazem reais mediante a intencionalidade coletiva que necessita de alguma forma estar em acordo com outro para contextualiza-la. A intencionalidade social é necessária para a realidade social, porém não suficiente pois requer conceitos mentais como a linguagem. Linguagem e intencionalidade coletiva alimentam-se mutuamente permitindo a categorização em cooperação, que é a base da comunicação e da influência social. As emoções são realidade social.

Oportunidade

A oportunidade pode ser definida como aquela vantagem factível de ser aproveitada em um momento determinado. Um lapso de tempo para realizar alguma ação com determinada vantagem de sucesso. A oportunidade revela condições que operam por um determinado período de tempo. Neste sentido a oportunidade é um mecanismo mais dinâmico e estável enquanto dure.

No campo de estudos das políticas públicas, a “janela de oportunidades” (Kingdon & Stano, 1984) constitui, nesta perspectiva, um cenário favorável para a promoção de uma política pública na agenda do governo.

Oportunidades podem aparecer em conjunto ou em forma simultânea, sob uma variedade de condições e circunstâncias. Porém também podemos nos referir à “janela emocional de oportunidades” quando um determinado estado de ânimo, sentimento ou emoção permite desencadear uma ação com a conseguinte solução de um problema definido como público. O terremoto de Arica de 8,4º na escala Richter abriu uma janela emocional de oportunidade para a verba destinada à construção de um bairro inteiro. Nas autoridades do governo havia um sentimento tanto de culpa como vergonha pelo fato de que demandas tão justas não tivessem sido atendidas; e o medo de que as casas

quebradas “caíssem sobre as cabeças dos moradores”, parecia um cenário indefensível para o Estado.

A janela emocional de oportunidade abriu a possibilidade de argumentar para a *Dirección de Presupuesto* (Direção de Orçamento Fiscal) do Ministério da Fazenda, a necessidade urgente de liberar verbas diante da vulnerabilidade e a precariedade dos moradores agravadas pelo terremoto.

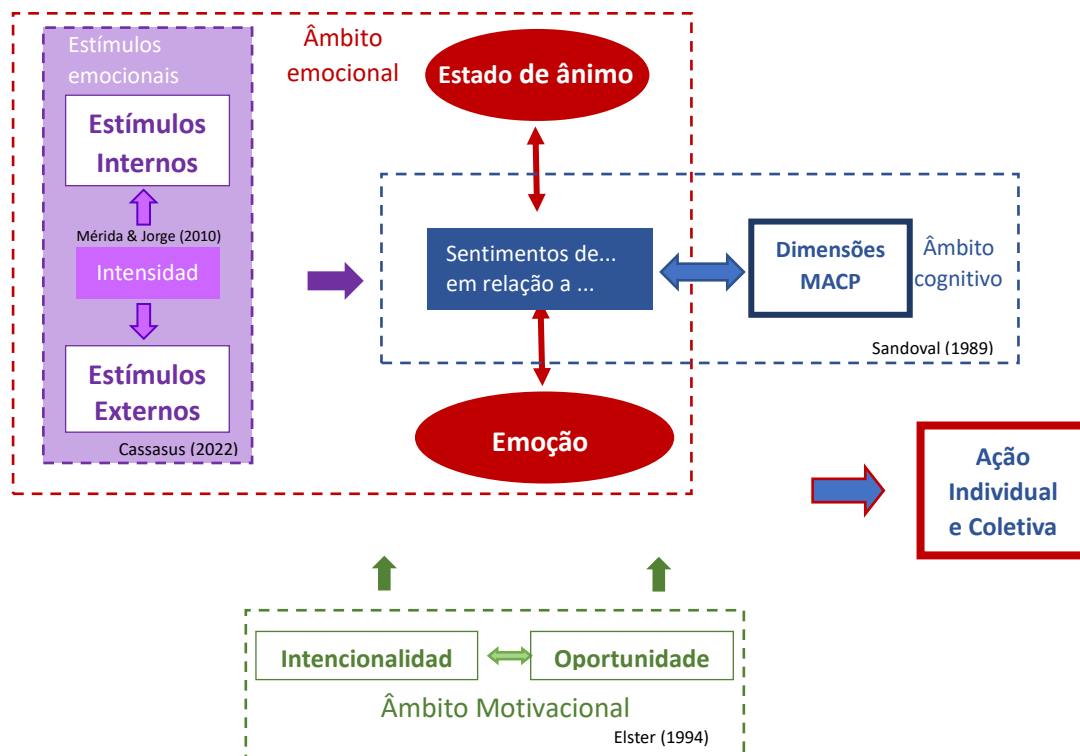
A “janela emocional de oportunidades” pode ser gerada pelas condições de determinados debates, antagonismos e conflitos que gerem perturbações na estrutura emocional, seja nos estados de animo, sentimentos ou emoções. Neste sentido a “janela emocional de oportunidades” poderia operar em um contexto de desenvolvimento de uma determinada ação pública que pode ativar as dimensões cognitivas em distintas intensidades para agir por uma causa do problema público.

Existem dimensões que afetam a intensidade das emoções. Alguns (variáveis globais) afetam a intensidade dos três tipos de emoções mencionadas - aquelas suscitadas por eventos, agentes e objetos; outros (variáveis locais) têm efeitos relativamente localizados em grupos específicos de emoções (Ortony et al., 1996).

A figura 5 mostra a incorporação do MACP em um mecanismo que intenta incorporar elementos vinculados a estrutura emocional para explicar a interação entre as dimensões cognitivas e emocionais que podem desencadear uma ação pública.

Figura 5

MACP que Incorpora Mecanismo Emocional



Fonte: Elaboração própria.

4.4. O Papel das Emoções na Ação Pública

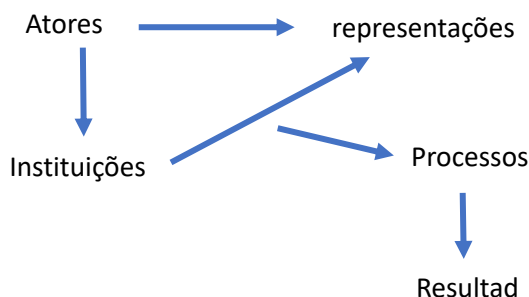
El cérebro político es un cérebro emocional. No es una máquina de cálculo desapasionada, que busca objetivamente los hechos, datos y políticas correctas para tomar una decisión razonada.

Drew Westen

No Modelo Analítico da Consciência Política (MACP), o resultado da análise revela formas de ação individual e coletiva. E dentro delas podem fornecer múltiplas outras formas dependendo de cada caso analisado. No âmbito da Ação Pública, o processo de análise incorpora as variáveis cognitivas do modelo de análise sociológico da Ação Pública (Lascoumes & LeGalès, 2014),

isto é, os atores, as representações, as instituições e os resultados da ação pública. Este modelo de análise dá conta de um sistema aberto de interação de corte sociológico que, à luz dos seus fatores cognitivos, se assimila ao MACP.

Figura 6
Cinco Variáveis da Sociologia da Ação Pública



Fuente: Lascoumes & LeGalès, 2014

Pese a que na obra *Sociología de la Acción Pública*, de Lascoumes & LeGalès (2014), todas as variáveis se relacionam com todas, nesta figura em particular os autores fazem distinção entre elas e priorizam as interações (figura 6):

Las instituciones son los marcos de acción, es decir, las normas, reglas, rutinas y procedimientos que orientan las interacciones.

La combinación de las tres primeras variables determina los procesos, es decir, las movilizaciones de los actores y sus dinámicas de intercambio y de evolución en el tiempo.

Los resultados son por un lado los efectos producidos sobre las organizaciones y los comportamientos (outputs), por el otro, las consecuencias de la acción pública, los impactos sobre el problema que se desea tratar (Lascoumes & LeGalès, 2014, p. 20).

Então devemos pensar como o MACP, agora mediado pelas emoções, pode interatuar com as variáveis de análise e combinações sociologia da ação pública. Como podemos observar no quadro 4 as dimensões e variáveis de cada modelo possuem uma equivalência bem aproximada. De fato, cada variável do modelo de análise sociológico da ação pública comporta até duas dimensões do MACP. Inclusive, o fator Metas e Repertórios de Ação poderia estar contido também na variável Atores no Modelo de Análise (Sociológico) da Ação Pública (Sociologia da Ação Pública).

Quadro 4
**Equivalência das Dimensões e Variáveis Cognitivas
 MACP e Sociologia da Ação Pública**

| Sociologia da Ação Pública (Lascoumes & LeGalès, 2014) | | Modelo de Análise da Consciência Política (MACP) (Sandoval, 1989; Sandoval, 2006) |
|--|---|---|
| Atores Estratégias, interesses, recursos | ↔ | <ul style="list-style-type: none"> • Identidade Coletiva • Interesses Coletivos |
| Instituições Normas, marcos de ação | ↔ | <ul style="list-style-type: none"> • Eficácia Política • Metas e Repertório de Ações |
| Representações Categorização dos assuntos, ideias, valores, símbolos | ↔ | <ul style="list-style-type: none"> • Crenças, Valores e Expectativas sobre a Sociedade |
| Processos Mobilização, coalisões/conflitos | ↔ | <ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos com Respeito aos Adversários • Vontade de Agir Coletivamente |
| Resultados Efeitos gerados, Ação Pública | ↔ | <ul style="list-style-type: none"> • Forma de Ações Individuais e Coletivas |

Fonte: Elaboração própria.

Por tanto nesta proposta teórica, o MACP incorpora as variáveis do modelo de análise sociológico da Ação Pública (Lascoumes & LeGalès, 2014) e vice versa. Desta forma se permite entender a ação pública a partir do Modelo Analítico da Consciência Política mediada pelas emoções. Trata-se de uma perspectiva impulsionada pelos estudos próprios da psicologia política. Podemos então dizer que se trata ao mesmo tempo de uma Psicologia Política da Ação Pública.

Na Sociologia da Ação Pública, os **Atores**, que por sua vez exhibe os componentes de estratégias, interesses, recursos se correspondem adequadamente com a Identidade Coletiva e os Interesses Coletivos do MACP. Os atores podem ser individuais ou coletivos e estão dotados de interesses (materiais e simbólicos) e recursos, dispõem de certa autonomia para desenvolver estratégias e capacidades para fazer eleições (Lascoumes e Le Galès, 2014). Neste fator coexistem pelo menos duas estratégias de interesses: os grupos de interesses e os grupos de pressão. Uma vez identificadas as cenas e os atores em jogo, diz Fouilleux (2021), resta entender

suas relações de poder e interações na construção de significados das políticas públicas.

Assim, parece-nos importante analisar como os interesses de indivíduos e grupos operam no processo decisório dos sujeitos em relação a participarem ou não de fenômenos coletivos. Nesse sentido, entendemos que o modelo analítico da consciência política proposto por Sandoval “[...] refere-se à politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao desenvolvimento consciente do seu caráter político” (Silva, 2001, p. 82).

Além, dos recursos institucionais, o autor identifica os recursos financeiros, recursos políticos e os recursos discursivos que incluem os recursos analíticos e prospectivos. E a identidade coletiva permite diferenciar-se de outros coletivos.

As **Instituições** que incluem as normas, os marcos de ação, se correlacionam adequadamente com a Eficácia Política e as Metas e Repertório de Ações do MACP. As normas, regras, rotinas e procedimentos orientam as interações (Lascoumes e Le Galès, 2014). Os trabalhos cognitivos em política pública e particularmente os relacionados com o enfoque neoinstitucionalista aprofundaram esta aproximação insistindo na produção de fatores de ordem e de produção de sentido. Em termos de um jogo aberto, dizem Lascoumes e Le Galès, (2014), onde as normas são apreendidas, permitindo não só a definição de comportamentos apropriados, senão também apoiando as representações compartilhadas (March e Olsen, 1994). As normas são consideradas fatores essenciais de estabilização da ação coletiva e são também redutoras de tensão e prevenção de conflitos. (Powell e Di Maggio, 1991). A partir do enfoque interacionista, pesquisas identificaram normas produzidas por atores em determinadas situações (Pressman, Wildavsky, 1973). A certeza jurídica é, por exemplo, uma medida de referência da Eficácia Política. Um maior sentimento de eficácia política somete é possível com uma maior certeza jurídica na normativa legal de um país.

As **Representações** na Sociologia da Ação Pública incluem a categorização dos assuntos, ideias, valores e símbolos que por sua vez se correlaciona com as cognições como as Crenças, Valores e Expectativas sobre as **Crenças, Valores e Expectativas sobre a Sociedade** no MACP. As Representações constituem marcos cognitivos e normativos que dão sentido às

ações, as condicionam, mas também as refletem. As representações qualificam os temas e os relacionam com os valores e os símbolos (Lascoumes e Le Galès, 2014). Estas cognições não são só de crenças fácticas comuns, senão também valores consistentes, assim como as representações mentais das eleições ou dos comportamentos do sujeito (Elster, 2002). No âmbito das emoções, Andre Noël Roth (2017), por sua vez, refere-se aos elementos (e símbolos) emotivos necessários para suscitar adesão do público mediante uma narrativa que possa gerar um apego emocional.

La técnica consiste en la utilización de símbolos y otros elementos frecuentemente emotivos para suscitar la adhesión del público. Los símbolos como la bandera nacional o sus colores los mitos fundacionales de la nación o características, valores o creencias propias de sus habitantes, etc., están asociados con un producto comercial, una figura política o una acción o una política de gobierno o de cualquier organización (ONG, partido, movimiento, etc.) (p. 135).

Os **Processos** na Sociologia da Ação Pública incluem a Mobilização, Coalisões/Conflitos que por sua vez se correlacionam com os Sentimentos com Respeito aos Adversários e a Vontade de Agir Coletivamente. O processo também é a combinação dos fatores Atores, Instituições e Representações. Podemos afirmar que os Sentimentos com Respeito aos Adversários determinam em grande medida o carácter da Mobilização e a natureza das Coalisões e Conflitos.

Compreendemos que Interesses Antagônicos e Identificação de Adversários compõem a dimensão que se refere aos sentimentos do indivíduo em relação aos seus interesses simbólicos e materiais, em oposição aos interesses de outros grupos. Pensar em interesses antagônicos nos leva a questionar até que ponto tais interesses antagônicos conduzem à concepção de adversários coletivos na sociedade (Silva, 2007).

A Vontade de Agir Coletivamente é um determinante importante na forma de ação. A ira -ligada profundamente ao momento e ao contexto em que se produz- é um motivador da conduta que possibilita a mobilização de energias para as ações, cuja função é a eliminação dos obstáculos que impedem a consecução das metas desejadas e que geram frustração (Arriaza, 2019).

Temos visto a vantagem de teorizar as emoções na ação pública dada a intensidade da participação dos sujeitos nas decisões de políticas públicas e demais instrumentos da gestão pública. Neste sentido o deslocamento do estado centrismo dá lugar a uma maior participação dos sujeitos, traduzida numa maior variedade de indivíduos. Do ponto de vista comparativo, a ação pública proporciona uma melhor oportunidade de estudo dos mecanismos que resultam da ação individual e coletiva que a política pública. Poderíamos partir para uma constatação: não há ação sem emoção. Neste sentido poderíamos dizer que a ação contida de motivações não é só o resultado dos elementos cognitivos senão também dos elementos emocionais nela contidas.

Uma psicologia política da ação pública tratará de identificar os significados implícitos na interação simbólica que dão forma aos processos participativos na formulação e análise da ação pública. Podemos apontar que se a sociologia se preocupará pelas estruturas sociais reguladas por sistemas simbólicos, a psicologia política focar-se-á também na avaliação cognitiva influenciada pela cultura e estrutura política mediada pela “estrutura de emoções” (elementos emocionais). “Num sentido mais amplo, as emoções não são indiferentes ao contexto” (Maldonado, 2014).

Assim como as emoções não prescindem da intervenção dos processos cognitivos (fatores e variáveis), as dimensões cognitivas não prescindem da intervenção emocional. São interdependentes, configuram a conduta humana e em definitiva, a ação humana. Hoje, à luz de novas descobertas neurocientíficas sobre as emoções (Bechara, Damasio & Damasio, 2000), conhecemos a interrelação das dimensões cognitivas e emocionais que carregam a ação individual e coletiva. Por isso a lembrada reflexão de Blaise Pascal, “a razão tem razões que o coração não entende”, perde peso ao pensar que a razão entende de emoções, enquanto que as emoções também entendem de razões, apesar de que existem razões pouco razoáveis e emoções demasiado emotivas. Isto é o que Maldonado (2017) chamaria de “movimento de introversão agressiva, quando a crise política fica dominada por emoções antes que a razão” (p. 20) como resultado de um processo de “sentimentalização” da conversa pública e a crescente força dos afetos na mobilização social que tendem a más decisões, apontando exemplos como o

medo aos efeitos económicos dos europeus á migração com resultados desastrosos.

Outro exemplo que podemos apontar foi o Brexit. Hoje os britânicos sobrevivem com a desvantagem de não mais ser socio da União Europeia, como o aumento nos preços dos combustíveis -inclusive para o aquecimento-, da comida e em alguns casos a escassez de mão de obra não qualificada, em outro tempo, permitida pelo livre trânsito europeu.

Corey Robin (2019) levanta uma questão interessante entre as emoções e a ação pública: ele não concorda que as emoções individuais da população determinam as políticas (públicas) implementadas pelo governo, "*suponiendo que cada ciudadano tuviera la experiencia del miedo, este no podría explicar las políticas adoptadas*" (p. 36). Para Robin (2019) não são as emoções (medo) que modificam as medidas políticas, mas a própria política. Porém, a vista de diversos casos e evidencias parece ser difícil sustentar esta proposta. Na mesma linha do MACP, o coletivo e a política recebem destaque nas dimensões da Eficácia Política, nos Interesses Coletivos, na Vontade de Agir Coletivamente e na Identificação e Sentimentos com Respeito aos Adversários (políticos) na sua relação com a estrutura de emoções que apoiam a determinação do curso das políticas públicas. Propomos que são os efeitos de decisões políticas como as emoções individuais e coletivas que modificam as medidas políticas. E de fato são as estruturas emocionais que modificam as decisões políticas.

No Chile, por exemplo, o movimento social contra a instalação de uma geradora termoelétrica denominada Barrancones em Punta Choros, na região de Atacama, recorre ao governo para a proibição da execução do projeto da multinacional franco-belga Suez Energy (Emol,2010). O projeto, aprovado pela Comissão Regional de Meio Ambiente, estaria localizado a 20 quilômetros de uma zona de reserva de fauna marinha da Corrente de Humbolt o que mobilizou diversas ações coletivas, que acreditando na eficácia política protestaram energicamente contra o governo. Aqui, os sentimentos de raiva, ira, enfado e repulsa se conectaram com a crença na Eficácia Política, na convicção dos Interesses Coletivos, o que motivou a Vontade de Agir Coletivamente para impedir a execução da obra. Mesma sorte ocorreu com o

projeto de Punta Cachos com a termoelétrica Castilla (propriedade majoritária do empresário brasileiro Eike Batista) (El Mostrador, 2010). Aqui, com a ajuda das redes sociais, a comunidade pôde identificar, conhecer e avaliar os adversários e gerar sentimentos com respeito a eles. A primeira Meta de Ação Coletiva teve a função de expor o enorme empenho de lobby a favor dos interesses do poder económico empresarial. A férrea oposição da comunidade de Totoral também da região de Atacama não sucumbiu ao sentimento de impotência e, mediante uma ação pública, acabou derrubando o projeto da empresa de Batista. Também podemos observar como os sentimentos adversários podem gerar outros sentimentos de reação quando na sua conta do Tweeter, Eike Batista expressou: “*Se está volviendo imposible invertir en Chile*”, para logo dizer: “*Si no nos quieren, vámonos Bye Bye*”. Observe-se na primeira fala a decepção, mágoa, enojo e desapontamento. E, na seguinte fala, ressentimento e rancor (Ciper Chile, 2012).

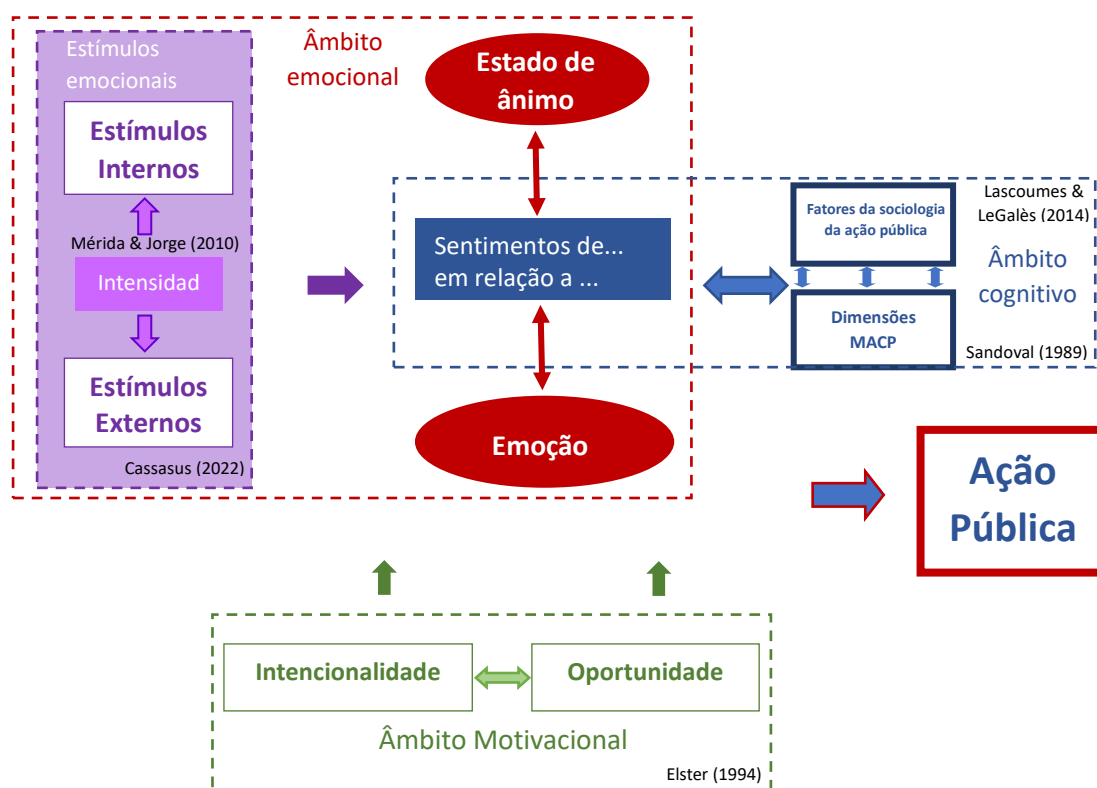
A partir do anterior, além das funções emocionais proposta por Reeve (1994), a estrutura de emoções aqui descrita, propõe para a ação pública, determinadas funções *ad hoc*. A **função avaliativa** atribui valores de prioridade á ação, valores morais, sobre o certo ou o errado, avalia cobertura e alcance de uma ação, é consequencialista, isto é, avalia as consequências ou impactos de certas ações. Tanto os afetos como as emoções sustentam a elaboração, implementação e a avaliação da ação pública. Possui uma **função cognitiva**. Toda emoção possui um componente cognitivo que se faz consciente. Este componente coincide com o que denominamos sentimento, isto se prolonga no tempo, pois entra em jogo a vontade de fazer duradoura uma determinada emoção (Bisquerra, 2017). A **função de sentido** das emoções é o que dá significado e razão na construção da consciência. Logo, a **função motivacional** é aquela que leva ao indivíduo à consecução da ação quando vinculada com os sentimentos, ou acelera a tomada de decisão quando vinculada diretamente com as emoções. Até o pensamento mais exato e analítico, diz Mlodinow (2022) deve se mesclar com a emoção para chegar a algum resultado, não é surpresa que a emoção tenha grande influência sobre nossos pensamentos e decisões cotidianas. Finalmente, diz Hammack & Pilecki (2012), uma ênfase emergente no papel da emoção nos processos

políticos revela um mecanismo motivacional fundamental no processo de engajamento narrativo.

Na figura 7 mostra-se o MACP que se correlaciona com a Sociologia da Ação Pública no âmbito cognitivo, incorporando o mecanismo emocional proposto.

Figura 7

MACP e Sociologia da Ação Pública que Incorpora Mecanismo Emocional



Fonte: Elaboração própria.

A figura 7 resume de certa forma a proposta de um marco referencial baseado num mecanismo causal que pode contribuir à compreensão do papel das emoções na ação pública. Note-se em primeiro lugar a estrutura proposta de emoções, constituída de estados de ânimo, sentimentos e emoções. Lembrando duas características convencionadas: a) as emoções serão a expressão dos estados de animo e dos sentimentos, e b) são os sentimentos

que estão mais próximos às dimensões cognitivas. São os sentimentos que dialogam com os conhecimentos sobre algum tema em particular, nas circunstâncias que vive o sujeito. São os sentimentos em relação a alguma circunstância.

Os sentimentos dialogam como as dimensões do Marco Analítico da Consciência Política (Sandoval, 1989, 1994, 1997b, 2001; Sandoval & Silva, 2016), e como o Marco de Análise da Ação Pública (Lascoumes & LeGalès, 2014). Por sua vez, os marcos correlacionam-se entre si no denominado Âmbito Cognitivo do marco referencial.

Esta dinâmica por sua vez, está influenciada pelos estímulos emocionais que podem ser tanto internos como externos (Cassasus, 2022). Os estímulos emocionais (Mérida & Jorge, 2010) podem estar mediados por intensificadores ou atenuadores que finalmente dão caráter ao estímulo que afeta o Âmbito Cognitivo.

E finalmente o denominado Âmbito Motivacional contribui com dois elementos que desencadeiam ou disparam processos de ação: a intencionalidade e a oportunidade (Elster, 1994). Esta última também influenciada pelas emoções, pode apresentar “janelas de oportunidade emocional” para desencadear ações não previstas.

O resultante deste mecanismo é a forma de ação pública: participativa ou menos participativa, engajada ou não, intensa, violenta ou conciliadora. Pode acelerar ou retardar processos de decisão, chegar ou não a tempo com uma solução. A solução pode afetar ou ajudar a uns ou prejudicar a outros dependendo do alcance do processo emocional e cognitivo.

Capítulo 5

Caso: Guañacagua III

Las pasiones buscan con frecuencia el aval de la razón. Como afirma Séneca, “la razón quiere decidir lo que es justo; la cólera quiere que parezca justo lo que ha decidido”.

Jon Elster em Razón y Racionalidad, pág. 46.

Em 1998, o Governo do Chile através do Servicio de Vivienda y Urbanismo (Serviu), órgão subordinado ao Ministerio de Vivienda y Urbanismo entregou 473 casas para famílias do estrato socioeconômico médio, localizando-as num bairro chamado Guañacagua III, numa colina ao sul de Arica. O Serviu tem como missão materializar regionalmente os planos e programas derivados da Política Urbano Habitacional do Ministério de Vivienda y Urbanismo, entregando soluções habitacionais e desenvolvendo projetos de qualidade, integrados, seguros e sustentáveis; nos âmbitos de moradia, bairro, e cidade, que permitam às pessoas, principalmente nos setores vulneráveis, emergentes e médios, melhorar sua qualidade de vida, a de suas famílias e seu entorno (Serviu, 2019).

A gestão, para a entrega das casas, realizou-se através de comités de moradia. Estes comités eram autogeridos e o porta-voz era o nexo entre o comité e o Serviu durante a gestão. Em 1998, para o projeto Guañacagua III, havia seis comités que geriam a documentação necessária para o sucesso do candidato à moradia. O candidato deveria ter uma poupança mínima entre US\$ 1.300 e US\$ \$3.400, a valores de hoje, que serviriam de entrada, e o Estado subsidiaria a compra da casa própria com valores que flutuavam entre US\$ 5.300 e US\$ 21.500 dependendo do ranking socioeconômico do candidato. Além disso, o morador deveria pagar o resto da compra com prestações mensais, cujos valores dependiam do acordo de compra.

As casas foram construídas em terrenos de 106 m², 126 m² e 131m². Continham sala, cozinha, um banheiro, dois quartos e área de serviço. As

moradias tinham uma superfície média de 61,48 m² construídos. Estas casas sociais formaram parte de um programa do SERVIU para atender as necessidades de moradia própria para famílias de renda média, caracterizada por trabalhadores de nível técnico ou universitário, empregados no setor público ou em empresas privadas. Para a maioria das famílias, a casa própria era um desejo feito realidade. Sentimentos de alegria, satisfação e orgulho eram as características emocionais de quem almejava, por muito tempo, construir lar.

No ano 2000 começam a aparecer as primeiras rachaduras nas paredes, chão e teto das casas entregues pelo SERVIU (La Tercera, 2014). Mas, as casas também estavam sofrendo danos estruturais provocados por um terreno com um alto nível de salinidade. Era a primeira vez que se colocava em questão a qualidade das moradias sociais entregues pelo SERVIU em Arica. As casas eram construídas por empreiteiras vencedoras das licitações feitas pelo SERVIU para a construção de moradias sociais. Estas fendas nas casas lembravam o desastre das casas Copeva (1997) em Santiago, um dos marcos mais tristes da construção de moradias sociais na história chilena (La Tercera, 2018). Isto custou o cargo do ministro da carteira da época.

Da mesma forma, como em 1997, o SERVIU da região de Arica e Parinacota minimizou o fato e não criou as condições para uma atenção imediata e uma solução adequada do problema. Com o passar do tempo, o SERVIU e o governo, resistiam cada vez mais para procurar uma solução à problemática das famílias afetadas. O terremoto do ano 2014 foi a culminação de um desastre sócio natural que não só piorou a situação das famílias senão, intensificou emocionalmente uma demanda social. A partir disso, um particular movimento social reverteu uma decisão do governo que passou a dialogar na busca de uma solução. Começava assim, o longo caminho para uma solução definitiva para aquelas 473 famílias do bairro Guañacagua III.

Foi somente no ano 2005, após uma avaliação técnica do SERVIU, utilizando o método de sondagem, que as casas afetadas receberam reparações. Estas reparações, segundo os afetados, tinham o caráter de provisório e maquiavam um problema ainda mais sério. A instabilidade do solo salino comprometia, em muitas casas, a estrutura fundamental da construção

baseadas em “fundações corridas”. Nos casos mais extremos, relata Matilde – dirigente de um dos comités: “fizeram reparações de apoio estrutural, mas foi inútil, o problema persistia”.

Assim referiu-se uma moradora identificada como Jeraldyn sobre as soluções provisórias: “As primeiras medidas eram diversas, mas os responsáveis não solucionaram nada no fundo. As casas continuaram quebrando. No final foi uma perda de dinheiro e o aumento da frustração e resignação”. Outra moradora identificada como Marcela concluiu dizendo: “as primeiras medidas foram muito más, pois eram soluções “band aid” e não resolviam o problema de fundo”. Mas, a dirigente Erika Fredes teve outra opinião quando foi consultada: “Lamentavelmente a mão de obra da empresa construtora foi mal avaliada porque os operários eram muito irresponsáveis com a obra, usaram-se materiais de péssima qualidade. O SERVIU elegeu - erradamente - a empresa construtora, pelo que se investiu novamente em reparações”.

O solo onde se encontrava o bairro Guañacagua III, que leva o nome de uma localidade da pré-cordilheira, no interior da região de Arica y Parinacota, é de composição salina. Trata-se de uma capa de sal marinho depositado a milhões de anos num processo de sedimentação. As filtrações de água, provindas de distintas fontes, corroeram essa capa, gerando instabilidade nas construções e como consequência geraram rachaduras e danos estruturais. Uma pequena igreja local acabou em ruínas produto dos danos estruturais. O caso de Guañacagua III passou-se a chamar as “casas quebradas”.

No mesmo ano a presidente Michelle Bachelet (PS - 2006-2010) perdoou as dívidas dos moradores de Guañacagua III. Este ato serviu para reduzir as pressões sociais advindas das primeiras manifestações públicas dos moradores que procuravam uma solução. Um dos protestos foi feito na cidade de Iquique – capital da região, pois em 2005 a cidade de Arica ainda pertencia à região de Tarapacá e a sede regional dos serviços públicos lá se centrava. Mas estes primeiros movimentos sociais de Guañacagua III estavam longe ainda de ser massivos. Não todas as casas foram afetadas da mesma forma, os danos variaram de simples fissura no reboco até danos que poderiam comprometer a estrutura da moradia. Por tanto as motivações não tinham a

mesma intensidade. Assim declarou a dirigente Inês: “não todos os moradores se mobilizaram, não todos participaram. Houve uma falta de preocupação pelos outros”. No começo havia um comitê de 150 famílias que não queriam se mudar. Como o passar do tempo essa cifra chegou a 50. Momento em que Serviu fazia reuniões periódicas com os moradores para aumentar a sensibilização sobre uma solução definitiva.

Enquanto isso, um grupo de manifestantes se agrupava frente ao escritório do Serviu em Arica. Era a Agrupación de Propietarios y Asignatarios de Casas Guañacagua 3, organização que procurava sensibilizar a comunidade de Arica, com cartazes e consignas alusivas a sua decisão de não abandonar a suas moradias. Estes moradores se manifestavam pelo direito de não abandonar as suas casas. Segundo a dirigente Rosario Morales: “nossas casas não foram afetadas, elas foram ampliadas, tem melhorias e queremos que se respeite o direito de seguir vivendo, sem pressões psicológicas” (El Morrocotudo, 2015). A dirigente também afirmou na mesma entrevista que há proprietários que estavam a dezoito anos esperando pelos seus títulos de domínio da moradia e que por isso também exigiam uma resposta.

Desde as primeiras casas afetadas passaram quase quatorze anos e o governo ainda não estava convencido de atuar sobre uma solução como, por exemplo, a mudança total do bairro para uma obra completamente nova. “Parecia que o governo esperava um momento preciso para justificar o seu atuar”, disse Matilde. Era um custo muito alto, tanto no econômico quanto no político. Mas no fundo, disse o arquiteto Antonio “nenhum governo ou Serviu quer passar para a história como aquele que reconheceu o problema da falta de qualidade da construção da moradia”. Isto pelo fato que as obras são entregues e o serviço é quem recebe com o visto bom e a conformidade técnica.

Em 2014, o momento preciso para o Governo chegou na forma de um terremoto de 8,2 graus na escala Richter que mede magnitude. O movimento sísmico no dia 1 de abril de 2014, e a réplica de 7,6 graus no dia seguinte, agravaram em diferentes intensidades, as estruturas das casas de Guañacagua III. Este desastre socio natural teve duas consequências marcantes: por um lado, os moradores já convencidos de uma mudança de

localização e cujas casas foram as mais afetadas, aumentaram a sua angústia por uma solução definitiva e os moradores não convencidos começaram a temer a possibilidade de que as suas casas fossem as próximas a ser afetadas pelo solo salino. E, por outro lado, o governo, para quem estes dissidentes não convencidos eram um problema não resolvido para o desenho de uma nova política que desse uma solução às famílias de Guañacagua III. Mas, para o governo, o terremoto foi o pretexto necessário e suficiente para atuar. Segundo Javiera, “o medo era do governo, mais que dos moradores. O governo temia que por não atuar, alguma casa ruiria sobre as cabeças de alguma família e isso seria imperdoável depois de tanto protesto”.

Na sua segunda visita à região, a ministra de Habitação, María Paulina Saball anunciou um conjunto de soluções: “Uma parte das casas novas que vamos a construir será para as famílias de Guañacagua III, cujas casas sofreram rachadura pelo solo salino” (Emol, 2014). Ao mesmo tempo, afirmou que esta proposta era oportuna, pertinente e que contava com um alto grau de participação cidadã.

Foi então que o SERVIU e o Governo Regional de Arica e Parinacota puseram em ação o plano de construir novas casas num novo bairro. Este passaria a ser chamado Villa Altos del Mar e ficaria numa colina, a poucos metros do antigo bairro afetado. O detalhe é que dele não se vê mar algum. É cabal a falta de capacidade de reconhecimento das demandas populares dos órgãos governamentais. Construir um novo bairro próximo ao bairro edificado sobre um solo problemático é, em certa medida, fazer “ouvidos moucos” a tudo quanto foi demanda e denúncias apresentadas durante os processos mobilizadores da população. A edificação de um bairro novo em uma área problemática é elemento gerador de sentimentos emotivos negativos e combustível para mobilização contra um governo que se mostrava incapaz de reconhecer o outro como sujeito político.

A respeito desse momento, Erika Fredes, uma das líderes do movimento de moradia, expressou os sentimentos dos moradores:

“Todos estavam enojados, mas a medida em que se iniciaram as mesas de trabalho entre os vizinhos, dirigentes e autoridades, foi melhorando o ânimo

dos moradores, que já começavam a ver com esperança uma pronta solução e o compromisso das autoridades para resolver o problema”.

Como qualquer movimento social, parte dos sentimentos que mobilizam seus participantes para a ação giram em torno à superação do problema que os unifica. A grande questão está em como cada grupo do movimento percebe o problema. Ou seja, o foco está na imediatez da aquisição da moradia ou na produção de condicionantes estáveis para uma melhor qualidade de vida e que não se reduzem apenas à posse de uma unidade habitacional. Essas duas posições estão presentes no movimento gerando tensão, e servindo como elemento de pressão para o governo que, desejando uma solução mais imediata e menos custosa, obtenha vantagens frente ao movimento durante as negociações.

As análises aqui apresentadas decorrem de um processo de triangulação das notas de campo produzidas entre 2014 e 2016, das entrevistas semiestruturadas e estruturadas, como também da análise documental de materiais jornalísticos, governamentais e produzidos pelo movimento de resistência Guañacagua III. Esse material foi analisado a partir das sete dimensões que compõem o modelo analítico de consciência política que nos permitiu observar como a dialética subalternidade/resistência permeou o processo de conscientização daquelas famílias e lideranças produzindo uma tipologia de consciência política como veremos a seguir.

Identidade coletiva e Crenças, Valores e Expectativas da Sociedade são duas dimensões que se relacionam muito no caso em tela. Ao longo da pesquisa, notou-se que identidade coletiva não estava presente de maneira perceptível na vida dos/as entrevistados/as, pois a crença na ideia de mobilidade social, na responsabilidade individual do sucesso é um elemento muito difundido no Chile neoliberal herdado da era Pinochet. A dimensão coletiva da vida poucas vezes foi um ponto de inflexão social na sociedade chilena e a geração de processos identitários coletivos era vista com frequência como uma forma de rebeldia social e associada à sujeitos perigosos pela ditadura (Larrain, 2001). Essas marcas ainda são visíveis no cotidiano. As marcas no cotidiano das pessoas e instituições levam as cores do medo, emoção que operam como um elemento político de controle social, por um lado

e, por outro, pode motivar seu enfrentamento em busca da mudança social (Le Bon, 1921; Lira, 1991; Barrera-Méndez, 2010).

A fragilidade da identidade coletiva é patente nas entrevistas com os/as dirigentes sociais. No caso das “casas quebradas” do bairro Guañacagua III, havia uma situação estigmatizante, associando a população a uma determinada classe socioeconômica etiquetada de modo pejorativo o que não gerava sentimentos de pertença grupal e, por conseguinte, identidade coletiva. Os moradores não queriam ser identificados com o que eles definiram como um problema socioeconômico. Era uma questão de precariedade social que os moradores não queriam carregar como identidade. Por isso, foi difícil para os/as dirigentes, na maioria mulheres, poder convocar, unir, e dialogar como os moradores para concordar em ações de mobilização.

Na vivência do preconceito diz Costa (2009), percebem-se duas possibilidades de ação: 1) O indivíduo se vincula, constrói a sua identidade coletiva para se engajar em ações coletivas para originar sentimentos reivindicatórios e, inclusive mudar a imagem negativa atribuída ao grupo social que pertence. Ou 2) O indivíduo não se vincula como uma maneira de negar essa identidade social negativa atribuída ao seu grupo social. Limita-se a ações numa dimensão individual. “O indivíduo não reivindica, não melhora, mas também não se expõe, e não necessita se deparar com a realidade social na qual vive e que lhe demarca o status do qual não quer se apropriar” (2009, p. 137).

Essa identificação (ou não) constrói um significado nas relações com o resto do grupo social que define a forma de participação política do indivíduo quando se trata de reivindicar os seus próprios direitos. O reconhecimento social é produto de um diálogo entre como ele se percebe e como ele pensa ser reconhecido pelos demais membros do seu coletivo. Nesse reconhecimento social, a identidade joga um papel que prejudica a ação coletiva, como resultado de uma série de fatores e categorias influenciadas tais como a vontade de atuar, os interesses coletivos, entre outros. Reconhecer a si e ao outro de modo positivo passa por um processo de enfrentamento do medo que aprisiona por meio de crenças e valores cristalizados socialmente.

Para a dirigente Matilde Huenchulao, “o estigma negativo foi crescendo com o passar dos anos, custou muito encontrar apoios”. A moradora identificada como Josefa também explicou: “foi uma soma de individualidades que muito tempo depois tomou forma de coletividade”. A característica desta identidade coletiva favoreceu a postergação das ações de reivindicação. Superar os limites da individualidade implicava em ver-se como parte de algo maior que a si mesmo e que não figurava no imaginário de muitos dos moradores de Guañacagua III.

Existiu um forte consenso entre os entrevistados que as primeiras reclamações foram ações individuais. O estigma gerava uma sorte de vergonha de pertencer a um bairro que começava a ruir. “Era uma condição de vulnerabilidade social que ninguém queria assumir” disse uma moradora identificada aqui como Paula. Também é o caso de Javiera quem disse na entrevista: “Em minha opinião, tudo começou como uma motivação individual, embora rapidamente acabasse como uma motivação coletiva”. A moradora identificada aqui como Camila também apoia esta versão: “primeiro foi uma motivação particular, mas logo foi social”.

Vários dirigentes também apoiam a versão da indiferença como estado emocional no começo do problema. Esta indiferença não só era a manifestação daqueles moradores cujas casas não tinham sido afetadas, senão daqueles moradores que estimavam que os danos não fossem o suficientemente grandes para sair se expondo com cartazes em manifestações públicas. Decidir participar pressupõe a articulação das sete dimensões da consciência política. É preciso, superar as amarras do medo, cristalizado nos valores e expectativas sociais, de modo a possibilitar que os sentimentos emotivos de injustiça passem a atuar como elementos de reconhecimento do outro como igual porque vive as mesmas situações e, portanto, compartilha elementos dos quais ambos podem constituir um nós (Laraña, 1999; Melucci, 1989).

Constituir um “nós” é um passo significativo para enfrentar os medos e perceber que a ação coletiva é mais eficaz frente ao adversário do que a ação individual naturalizada no discurso oficial, hegemônico na sociedade chilena. Nestas duas últimas décadas do século XXI, a sociedade chilena parece

começar a perder o medo que a paralisava e a descobrir que a força da ação coletiva a beneficia e a impulsiona a tomar a rédeas de seu próprio futuro.

Muitos se sentiam injustiçados pela etiqueta da precariedade a eles atribuída. Outros, contudo, sentiam-se impotentes para resistir e internalizavam as crenças de que as coisas são assim ou de que essa era a vontade de Deus. A ideia da mudança gera medo. As crenças e valores são partes da dimensão que se refere à relação que o indivíduo estabelece com a sociedade e expressa a ideologia e a visão do mundo desse indivíduo, além de serem representações sociais que os sujeitos constroem a respeito da estrutura social, as práticas e as finalidades das relações sociais (Costa, 2009; Silva, Mello-Théry & Romero, 2018).

Assim resumiu o morador Pedro sobre a precariedade:

“A sensação de que o Estado estava violando um contrato de venda de uma casa a pessoas com recursos limitados nos fez sentir discriminados e, obviamente, enganados”.

Como apontamos, as dimensões da consciência política se articulam de forma diversa a partir da vivência de cada sujeito particular. E esta, por sua vez, gera novas configurações no âmbito do coletivo: nesse processo, indivíduo e coletivo se transformam mutuamente. No que tange à identidade coletiva, essa processualidade se faz visível nos diversos fragmentos aqui trazidos. Os sentimentos negativos da discriminação e da estafa incidem sobre as capacidades de geração de vínculo identitário e também na capacidade de reconhecer a eficácia política das ações do âmbito individual e coletivo. A seguir faremos discussões referentes a este ponto.

Nossas entrevistas e observações indicam uma forte vinculação entre as dimensões da eficácia política e dos Adversários e Antagonismos, sendo essa relação um elemento influenciador no modo como se processam identidades e crenças, por uma parte, e, por outra, nas dimensões das Metas e Repertório de Ação Coletiva e da Vontade e Agir Coletivamente. Essas múltiplas dinâmicas dão uma fluidez no processo de conscientização que não se reduz a movimentos lineares e unidirecionais. Certamente os processos de conscientização são pluridirecionais e contém em si mesmos avanços e retrocessos.

Na questão da identificação dos adversários é importante distinguir os sujeitos que representavam esta categoria: o primeiro eram as pessoas que se negavam a encontrar uma solução para o caso das “casas quebradas”. Em parte, porque suas casas não haviam sido afetadas e por outra parte, os danos não eram consideráveis ao ponto de iniciar a mudança de domicílio. No princípio eram 150 famílias que não queria transladar-se a outro local, mas depois do terremoto apenas 50 famílias insistiam em permanecer no bairro. A decisão destas famílias impedia ao Governo gerar uma solução global para o bairro de forma consensuada. O governo sentia que não haveria legitimidade numa ação que não fosse validada pela grande maioria da população do bairro Guañacagua III.

O outro sujeito identificado era o próprio Governo, que foi reticente na busca de uma solução imediata desde o início do problema. No começo do conflito com os moradores, o governo foi visto como adversário, pois não era capaz de sensibilizar com os problemas dos moradores. Uma moradora identificada como Paula, explicou assim a situação:

“Acho que as dificuldades do momento geraram a pouca empatia por parte dos funcionários de governo. Ainda mais quando se tratava de uma situação cujo resultado positivo dependia somente da vontade política das autoridades de querer resolver nossas demandas e solucionar o nosso problema”.

Houve uma diversidade de sentimentos sobre os adversários. Alguns dirigentes opinaram que os moradores dissidentes estavam no seu direito de se negar a uma solução. Era a manifestação de um interesse antagônico, embora não fosse o interesse da maioria. Enquanto alguns mostravam respeito pelos interesses alheios, outros como a Yeraldyn consideraram estes interesses antagônicos como “desleal, individualista e pouco solidário”. A dirigente Matilde Huenchulao estava convencida que houve muita rivalidade. Que foi muito difícil chegar a consensos: “No começo foi caótico. Poucos me apoiaram no caminho. Houve pouca conexão entre os mesmos moradores”.

Mas no geral, a maioria dos entrevistados considerava que o movimento antagônico - de permanecer no bairro e não acolher as soluções – era uma decisão minoritária e marginal, e não representavam uma ameaça no processo posterior de negociação. Mas também existem aqueles que insistiam em acreditar que nunca houve adversários relevantes. Um morador identificado

aqui como Oscar, resumiu assim a situação dos adversários e seus interesses antagônicos: “O movimento dos antagonistas foi marginal, de modo tal que o que eles fizessem, não teria um maior impacto no resto das famílias”.

Poderia se dizer que os moradores apresentavam um alto nível de pessimismo sobre a eficácia das ações propostas pelo governo por encontrar uma solução que ainda mais fosse de qualidade. A percepção em geral, era que se tratava de um governo com antecedentes não só de ineficiência senão também de ineficácia. Mais uma vez observamos o papel político do medo.

No instante em que os moradores não sentem confiança nas proposições e promessas do governo, sobretudo quando a postura deste é a de exercer pressão autoritariamente para forçar um consenso artificial, afloram inseguranças e receios que fazem com que o medo se manifeste nas desconfianças dos afetados em relação ao futuro das negociações. A incapacidade do governo para lidar com a diversidade de opiniões, com a pluralidade das demandas e com seus próprios erros, faz com que este ocupe o lugar de adversário e não de aliado produzindo ruídos comunicacionais (Costa, Deliberador & Silva, 2014) frutos do medo que o próprio governo tem de acolher o desentendimento, o dissenso, como parte constitutiva da participação, da governança e da vida humana (Rancière, 2006, 2018).

Muitos dos entrevistados não acreditavam na eficácia de uma ação social ou política. Sentiam que os responsáveis pelo que estava acontecendo estavam muito longe, que era quase inalcançável como para resolver o problema de forma imediata. Não acreditavam que uma ação social modificasse a situação. Desta forma, a baixa valoração da eficácia política poderia se explicar através de duas das três atribuições da teoria de Hewstone (Hewstone (1989), Sandoval, 2001, 2015; Silva, 2001).

Os moradores em geral, sentiam que o que estava acontecendo tinha origem geológica, um desastre natural compreensível, “sempre que os estudos tivessem sido realizados de forma profissional e de boa fé”, expressou Paula. Uma crença bastante arraigada na cultura chilena sobre a construção civil, abundante de normas técnicas, é que se constrói pensando na natureza

altamente sísmica do extremo norte do Chile. A esse respeito disse Erika Fredes:

“Do SERVIU tivemos os piores comentários, por não ter feito uma avaliação antes da entrega das casas. Que eles não se importaram com o terreno onde construíram as casas. O Governo Regional não se envolveu inicialmente no problema até que o problema chegasse a Santiago, através de cartas que foram enviadas à Moneda para denunciar o que estava acontecendo em Arica”.

Para os indivíduos que localizam a causalidade social sobre estes tipos de forças, o sentimento de eficácia política é geralmente baixo, na medida em que acreditam que há pouco que ganhar como sua ação coletiva frente às forças transcendentais da natureza (Sandoval, 2001). Segundo Costa (2009), esse tipo de interpretação leva a atitudes de submissão e conformismo frente às situações de angústia social.

Outra atribuição na teoria de Hewstone (1989) propõe que os indivíduos possuem também uma baixa valoração da eficácia política e preferem procurar soluções individuais para uma questão social. Acreditavam que as motivações e razões sociais podiam ser o resultado da própria determinação e capacidade da pessoa em lidar com a situação (Costa, 2009). Exemplos dessas ações individuais foram as demandas judiciais contra o Estado realizados tanto por moradores afetados pelas casas danificadas, quanto aqueles que minimizam os danos e não estavam dispostos a abandonar as suas casas. Sandoval (2001) propõe que a eficácia política se vincula aos sentimentos que os sujeitos têm sobre sua própria capacidade de intervir em uma situação política.

Porém, em um segundo momento, quando a solução veio pela construção de um novo bairro, a percepção de eficácia política foi mais bem avaliada pela população mais atingida pelas “casas quebradas”. Segundo a pesquisa a confiança na eficácia política só foi possível pelas poucas alternativas e o pouco poder de negociação das famílias afetadas. Quando a esperança vem do governo, às famílias vulneráveis, estas tendem a se aferrar nas promessas. Viver da promessa é a esperança de uma solução, embora seja de longo prazo. A solução para as famílias das “casas quebradas” demorou quase dezesseis anos.

A demora em solucionar o problema das casas quebradas, além de impor à comunidade afetada uma condição de maior precariedade e o incremento de sentimento de abandono, revela a força das crenças, valores e expectativa societal de que governos são corruptos e se aproveitam das desgraças de quem se encontra vulnerabilizado. Essa situação reforça a percepção de que as ações governamentais são ineficazes, as ações dos movimentos sociais são igualmente ineficazes e o que resta, como recurso de sobrevivência é uma consciência de subalternidade (Ba-Senga & Silva, 2015). Essa situação muda, em parte, pela perseverança das lideranças que operam como intelectuais orgânicos capazes de recordar à comunidade afetada as injustiças vividas e a força que adquirem quando unidos na luta contra adversários tão poderosos como o governo e as empresas que prestam serviços de má qualidade como foi o caso da edificação do bairro. Nesse processo, governo alterna na percepção das e dos afetadas/os o lugar de adversário, quando associado à corrupção e ao descaso, e de aliado, quando concretiza promessas que atendem em algum grau às demandas e anseio da população.

A percepção da eficácia do governo alterna de negativa a positiva por parte expressiva dos moradores quando este entrega o novo conjunto habitacional. Isso reflete em uma diminuição da mobilização de parte dos moradores que se sentem satisfeitos com o resultado das novas casas, mas também passa a mobilizar a uma parcela deles que reconhecem como relevantes os desafios para voltar a viver a normalidade: mesmas pessoas outro local, outras dinâmicas. O governo ainda deve consolidar as áreas verdes, praças, equipamento urbano, playground, sedes comunitárias e outras necessidades sociais. São outras metas a serem cumpridas na tensão social entre o governo e os moradores de Guañacagua III realocados na nova Villa Altos del Mar.

Importante notar que o governo estrategicamente procurou sobrevalorizar a sua ação de diferentes maneiras assumindo para si os méritos da resolução do problema das casas quebradas, negando reconhecimento à luta dos moradores de Guañacagua III. Assim declarou a intendente

(governadora regional) Gladys Acuña quando apresentou a proposta de solução de moradia, publicada na página oficial do governo regional:

“A intendente destacou o compromisso do governo que assumiu este problema que se arrastava há anos e deu uma solução concreta e de qualidade para os vizinhos. Ela acrescentou que há alguns dias e como símbolo de deixar para trás esta etapa e começar uma nova vida, eles se reuniram e participaram de um dia em que decidiram colocar o nome "Villa Altos del Mar"” (Gore Arica y Parinacota, 2017).

O trecho acima é emblemático, pois revela tanto a deslegitimação das lutas de moradoras em prol de uma discursividade que afirma positivamente a ação governamental, quanto impõem ao movimento o esquecimento coletivo de sua história de luta. Além disso, a intendente busca capitalizar as obras de Villa Altos del Mar para si e reforçar a imagem negativa dos políticos que a antecederam: ela é a oitava governadora regional no exercício do poder desde que surgiram as “casas quebradas” no ano 2000.

Como se pode notar, é claro o tensionamento entre movimentos sociais e autoridades governamentais. Promover o apagamento ou a memória da luta e resistência da comunidade faz com que o caso de Guañacagua III mude completamente dependendo de quem narra à história: esta pode se tornar a história dos vencidos ou, como queria a governadora, a história dos vencedores. É como se o processo de tomada de consciência política, que possibilitou a construção de identidades coletivas, a superação de crenças e valores naturalizados, o reconhecimento de aliados e adversários, pudesse desaparecer com a entrega de outro bairro, visto que o governo logra apagar o desastre de Guañacagua III e celebrar o nascimento de Villa Altos del Mar.

Ao mudar o nome de Guañacagua III para Villa Altos del Mar, o governo capitaliza sobre a luta dos moradores de Guañacagua III e busca consolidar-se como aliado que atende as demandas de quem a ele se subordina. Por meio dessa estratégia comunicacional o governo logra consolidar uma idiossincrática consciência de subalternidade em parte da população que se retrai e deixa de lado o processo de mobilização que lhes permitem seguir resistindo e reconhecendo a eficácia de suas ações frente a força e poder de seus adversários.

Assim resumiu a Paula sobre o desfecho:

“Embora meu desejo fosse ficar na casa que me foi originalmente designada e na qual vivi por muitos anos, devo dizer que hoje estou feliz por ter uma casa melhor, construída de acordo com as necessidades atuais, sabendo que o Estado assumiu uma dívida que tinha conosco os vizinhos e entendendo que embora esta jornada não tenha sido fácil e tenha custado muitas reuniões, novas autoridades que retomaram o problema das "casas quebradas", sinto-me satisfeita que finalmente todos estes anos esperados trouxeram um melhor bem-estar para minha família e tudo foi pensado em nós como vizinhos vulnerados”.

Paula, assim como outros membros da comunidade, transforma o governo em herói e abandona a memória de um agente opressor que lhes impunha condições de vida indignas. Por isso, não podemos esquecer os dados do Censo de 2017 que revelam a liderança da região de Arica y Parinacota no que tange à precariedade habitacional e revela essa idiossincrasia. Claro está a complexidade própria do processo de construção de consciência política que decorre da capacidade de cada sujeito e coletivo, promover rupturas que lhes conduzam ao avanço ou promover fraturas que lhes indique a necessidade de avançar rumo à mudança, mas que, ao fim e ao cabo, lhes aprisionam nas condições próprias de processos de reprodução cotidiana.

Outra parte dos moradores segue mobilizada, sabem que a Villa Altos del Mar não é fruto da bondade dos governantes, mas o resultado de dezesseis anos de luta; sabem que não podem confundir “lobos em peles de cordeiro”. Para estes, o processo de luta transformou a capacidade de perceber a realidade, pois romperam com a lógica da dependência que lhes aprisionava à condição de subalterno. Em certa medida, essas pessoas conformam uma coletividade que sabe que é necessário permanecer vigilante frente às idiossincrasias das comunidades, aos interesses antagônicos dos adversários - e deles próprios - para que possam continuar resistindo e protegendo tudo aquilo que lhes garante o direito humano à dignidade.

A literatura de movimentos sociais e de participação política (Tarrow, 1997; Melluci, 1989; Laraña, 1999; Tilly, 2010; Gohn, 1997; Sandoval 1989) aponta para a necessidade de compreender os processos de produção das metas de ação que podem incidir na decisão do sujeito de participar ou não de ações coletivas. Tal decisão guarda emocionalidades e racionalidades (Elster, 2002; Silva & Cortés-Millán, 2019) que orientam a vontade de agir

coletivamente de sujeitos, estejam eles mobilizados ou não. Essas duas dimensões compõem o modelo analítico da consciência política porque, entre outros motivos, são relevantes para compreensão da construção das identidades coletivas, bem como de processos coletivos de desnaturalização de crenças e valores sociais. Além disso, essas dimensões permitem compreender conflitos, disputas e antagonismos presentes em processos participativos e em ações coletivas e que podem auxiliar no entendimento da emergência, manutenção, desenvolvimento ou extinção de formas de movimentos sociais e/ou outras formas de mobilização.

No caso do movimento social dos moradores de Guañacagua III as metas e repertórios de ações foram muito diversos. Obter uma solução definitiva para as famílias das “casas quebradas” foi a meta mais compartilhada entre os moradores. Mas nem sempre foi assim. As metas variaram com o desenvolvimento dos fatos no tempo. No início, a meta principal, segundo Marcela, era “estar sempre unidos para conseguir um objetivo único”. A mesma opinião tinha Yeraldyn: “seguir todos juntos até o final para obter uma solução”. Na incerteza, a questão era “ou o governo conserta as casas pelo subsídio para um lar em condições dignas ou o governo nos dá uma casa nova” (Javiera).

O repertório de ações que orienta o movimento revelou variadas situações. Alguns exemplos podem ser vistos nos relatos dos entrevistados. A dirigente Erika Fredes decidiu enviar uma carta para a então presidenta da república Michelle Bachelet – PS, “para que ela soubesse o que estava acontecendo em Arica”. O morador Pedro acreditava no diálogo e no contato permanente com as autoridades para chegar a um acordo. Para outros como Paula, era importante que os moradores “permanecessem unidos, respeitando os representantes a quem confiávamos nossas demandas às autoridades”. Para outros, no entanto, contratavam advogados para demandar individualmente ao Estado. Essa atitude denotava uma baixa predisposição para agir coletivamente e pouca identificação com as metas entorno as quais o movimento se organizava. Esse conjunto de moradores manifestava alta identificação com a ideia de mobilidade social pautada na ação particular de

cada indivíduo e baixa identificação com a ideia de mobilidade social pautada na ação coletiva.

A dirigente Josefa destaca que “Acreditar no nosso advogado e esperar definições, mas se a solução não fosse do nosso agrado, isto acabaria mal”. A situação por ela apontada revela uma tensão dentro do movimento, qual seja: como enfrentar forças tão poderosas e qualificadas quando os nossos recursos são tão precários? Enfrentar processos no campo jurídico sendo leigo quase que inviabilizaria o processo de luta e manutenção do movimento, mas, por outro lado, depender de advogados poderia fragilizar ou mesmo anular a capacidade do movimento, decidir coletivamente minando inclusive a capacidade de seus líderes liderarem. Como sustenta Mirta González-Suárez (2008), é importante “la formación para el ejercicio y mantenimiento del poder (...) desde el poder autoritario también se produce la exclusión” (p. 20- 21).

Oscar não acreditava na eficácia política e muito menos na vontade de atuar:

“Em termos reais, desde o surgimento do problema em Guañacagua III, não se configurou nenhum tipo de movimento social de magnitude ou de alto impacto político que fosse capaz de gerar um conflito. Se não fosse pelo movimento telúrico não haveria nenhum tipo de solução de moradia”.

A pesquisa revelou que a vontade de atuar coletivamente centrou-se principalmente nos dirigentes que, com muito esforço, tentavam convencer os moradores da eficácia política da mobilização, das metas propostas, dos interesses coletivos e da identidade comum. Para muitos, a vontade de atuar revelou-se quando surgiu a possibilidade de construir uma nova casa, assim como esse desejo subsidiou a ideia da conquista da casa como meta de ação coletiva entorno a qual moradoras e moradores geraram tanto uma identidade coletiva quanto os sentidos do seu repertório de ação. Foi o caso de Marcela: “Não havia outra solução. As reparações não eram uma garantia”. A esse respeito, Josefa disse que sempre foi “colaborativa na busca de uma solução”. Para Paula a vontade de atuar sempre esteve presente: “sabia que não era a única pessoa que estava sofrendo vendo a tua casa se desmoronando. Pensei sempre na minha família, nos meus filhos”. Da mesma forma, Pedro manifestou que “sempre participei das reuniões cada vez que foi convocado”.

Ao observarmos as respostas, fica clara a variedade das motivações que levam os sujeitos a mobilizarem-se, e o papel da dimensão Vontade de Agir Coletivamente na articulação de diferentes sentimentos e emoções que podem estar associados à segurança dos seus familiares e de si mesmo; à medos e temores; à (in)certeza do futuro, à injustiça e ao cansaço de depender da boa vontade governamental ou mesmo ao reconhecimento positivo de si mesmo como sujeitos políticos e da política.

A forma de ação foi definitivamente coletiva, apesar de haver coexistido iniciativas individuais como ações judiciais, apresentações de declarações de inabitabilidades ou dirigentes que buscaram outras metas de ação. A certeza é que o esforço permanente de dirigentes sociais driblou barreiras como interesses antagônicos, as individualidades, o pessimismo frente à eficácia política.

As desconfianças, o pessimismo, as tristezas, as ansiedades e a resignação funcionaram como limitadores de ação dos moradores na busca de uma solução ao problema das “casas quebradas”. Susto, medo, desesperação e a incerteza do futuro funcionaram como mecanismos ora limitadores ora estimuladores da ação (coletiva) sejam dos moradores, seja do governo depois do terremoto de 2014. Importa lembrar que o governo não é um sujeito impessoal, visto que suas ações são resultantes de um processo individual e coletivo decorrentes da ação humana. E como tal, permeada de emocionalidades e racionalidades. Desta forma, Oscar definiu o sentimento vivido:

“O sentimento de injustiça foi traduzido em frustração por pertencer a setores de recursos escassos, com a sensação de que a autoridade não se empatizou em termos concretos e reais. Pelo contrário, quando se dá uma solução mais adequada à natureza real do problema, experimenta-se um sentimento de que finalmente alguma justiça social chegou até nós.”

“Lida Maldonado, presidenta do "Comitê de Vivienda Recomenzar" do antigo Guañacagua III mostrou sua felicidade ao receber sua casa definitiva sem ter que passar pelo que ela viveu nos últimos 20 anos com suas casas destruídas. "Temos que levar este processo de maneira positiva porque é o fim de uma etapa e o início de uma nova vida" (Gore Arica y Parinacota, 2017).

É evidente nos depoimentos o sentimento de satisfação pela luta que resulta vitoriosa. Oscar explicita um processo de conscientização que permitiu à comunidade lutar “a luta de David e Golias” e como David sair vitoriosa: casas dignas em um local melhor.

Este novo bairro resulta da luta do movimento que impôs ao governo incorporar boas práticas de governança. Essas fortalecem aos sujeitos como cidadão insurgentes (Holston, 2013) capazes de enfrentar, monitorar e controlar ao governo, não só pelo voto, mas pelo exercício ativo da cidadania que se nega a submeter-se. Dito isso, é evidente que na comunidade, e também no governo, coabitam formas de consciência que variam em um espectro que vai de uma consciência subalterna a uma consciência revolucionária, que oscilam entre condutas pautadas na mobilidade social y na mudança social. Já, o elemento meta de ação coletiva desempenha um papel diferenciado, segundo cada uma dessas configurações. Nos casos de Matilde, Erika, Oscar, por exemplo, identificamos uma tendência de corte insurgente, revolucionário.

O modelo analítico de estudos da Consciência Política nos permitiu compreender as complexas articulações entre diferentes teorias sociais que habitualmente são utilizadas por separado. Destarte pudemos mapear e analisar as várias possibilidades de ação individual e coletiva numa perspectiva integradora e interdisciplinar. As dimensões da consciência política se manifestaram a partir do vivido (Lefebvre, 2005), da vida cotidiana (Heller, 1998, 2001) e possibilitam um número infinito de configurações segundo as experiências de cada sujeito individual e coletivo.

As diferentes conformações da consciência dependem de qual grau de incidência tem cada dimensão na vida de cada sujeito e como estes sujeitos constroem redes de relação. Assim, intensidade das vivências, abertura para o outro, capacidade de reconhecimento de si entre outros elementos, fazem com que diferentes tipologias de consciência surjam dessas realidades plurais e particulares, peculiares e singulares.

O modelo de análise da consciência política aplicado a uma ação pública se mostra maleável, visto que as dimensões não apresentam conteúdos a priori

que amarram e limitam sua potência interpretativa. Na realidade, é uma fortaleza do modelo o fato das dimensões variarem segundo os conteúdos que cada sujeito compartilha com o pesquisador seja por meio de entrevistas ou por métodos participativos. O dar-se a conhecer permite um aprofundamento de formas de consciência que desvelam dados da vida e da política de pessoas e instituições. No caso aqui estudado isto foi revelador.

Um fator inesperado retardou o movimento social frente a um caso grave de qualidade e planejamento de construção de moradias sociais – a identidade coletiva. Esta dimensão do modelo analítico da consciência política tem geralmente um aspecto positivo no resultado das formas de ação individual e coletiva. É a base da maioria dos movimentos sociais e ações coletivas de reivindicação social e política. As lutas de classe são um exemplo disso. Não obstante, a fragilidade ou mesmo a ausência da identidade coletiva desvelou um aspecto limitador da participação, pois estigmas e estereótipos afetaram a mobilização dos moradores de Guañacagua III. E foi necessário construir elementos de identificação grupal que lhes possibilitassem agir como um nós.

Outro fator inesperado afetou o movimento social e por sua vez a ação do governo para prover uma solução imediata: o terremoto de 2014. A experiência do terremoto nos moradores acelerou as reivindicações por uma solução definitiva e o governo precisou buscar soluções para as “casas quebradas”. A ação governamental sempre esteve a reboque das ações do movimento, diferente dos discursos histriônicos dos políticos de plantão. Um dos resultados da luta foi a construção de um novo bairro com casas construídas com um melhor padrão de qualidade e cujo valor dobrou em relação às antigas casas, que foram imediatamente demolidas pelo risco de ocupação.

A entrega do novo bairro à comunidade de Guañacagua III produziu efeitos diferentes o que pode ser explicitado na seguinte tipologia: 1) Consciência subalterna, 2) Consciência Neoliberal-Oportunista; 3) Consciência Insurgente-Revolucionária. Estas três possibilidades da consciência nos permitem pensar o caso particular dos moradores das “casas quebradas” ao mesmo tempo em que nos deixam antever uma tendência geral da organização contemporânea da sociedade chilena.

Sujeitos que apresentam uma consciência subalterna são identificados por um forte sentido de sobrevivência, são determinados a fazerem o necessário para sobreviver. Entretanto, entre esses sujeitos podemos encontrar aqueles que atribuem como motivo, como circunstâncias de sua vida, fatores externos. Estando eles próprio aprisionados em um ciclo opressivo ao qual entendem ser normal. Em certa medida essas pessoas naturalizam a desigualdade e a opressão, sendo o medo o elemento de controle de sua condição subalterna. Outro grupo de sujeitos manifesta sua consciência subalterna a partir de um conjunto de condicionantes políticas pautadas pelo medo a autoridade. Elas percebem a realidade social que a cercam e identificam as marcas da desigualdade, porém em função das marcas deixadas pela violência de Estado promovida pela ditadura preferem resguardar-se evitando qualquer tipo de conflito e confronto. Em ambos os casos o medo determina a condição de subalternidade que marca esse tipo de consciência política.

A consciência Neoliberal-Oportunista refere-se a aqueles sujeitos cuja consciência está marcada pela necessidade de assumir para si a responsabilidade de seu sucesso ou de seu fracasso. Esses sujeitos estão menos propícios às formas colaborativas coletivas de ação e identificam-se facilmente com modelo de mobilidade social. Participar nos processos coletivos muitas vezes é motivado pelo ganho pessoal, revela-se uma oportunidade para alcançar uma meta particular e desconexa com o compromisso de transformar a realidade e as possibilidades no conjunto do grupo e a sociedades.

Essa modalidade de consciência parece estar internalizada (não só) na sociedade chilena. Impôs-se e se difundiu no Chile (e no mundo), os princípios (neo)liberais que responsabilizavam o indivíduo pelo resultado de suas ações e culpabilizavam formas coletivas de luta e pressão do Estado para a implementação de políticas distributivas capazes de eliminar as desigualdades e a injustiça social. Mais uma vez a necessidade e a capacidade de sobreviver é discursiva e materialmente posta nas mãos de cada pessoa. Por vezes, jogar para obter vantagens pode ser a única possibilidade de existir que esses sujeitos conhecem. No caso de Guañacagua III vimos tentativas de sobreviver a partir de abertura de demandas judiciais individuais, tentativas de negociação

direta com o governo ou mesmo de tentativas de repasse das casas a terceiros.

Por fim, encontramos diversos casos que remetem ao tipo de consciência política Insurgente-Revolucionária construída na perspectiva da ação pública. Essas pessoas lograram promover um processo de ruptura com um sentimento negativo de medo que paralisa e impede de viver, de pensar, de decidir. Elas decidem viver, pensar e decidir sobre o seu presente e seu futuro. Elas rompem com um passado de dominação-exploração e passam a tomar para si as rédeas do seu futuro. Consideramo-las como insurgentes porque elas decidem lutar contra um sistema opressor e ilegítimo. Consideramo-las revolucionárias porque ultrapassaram os limites da luta por suas necessidades particulares e decidem lutar pelo bem maior de sua comunidade. Estas pessoas têm claro que o bom e o bem só podem ser bom e bem para todos e não para alguns sujeitos em particular. As lideranças e um conjunto de moradores alcançaram esta clareza e seguem mobilizados pelos interesses coletivos e se mantêm mobilizados na luta contra abuso e violência impetrada por governos e detentores do capital que atuam de modo a manter o status quo das desigualdades resultante da lógica neoliberal de que Chile tornou-se o modelo regional imposto pelo Banco Mundial, FMI e a ditadura pinochetista.

Essa tipologia nos permitiu observar diferentes nuances da luta do movimento dos moradores de Guañacagua III. Podemos observar que para cada tipo de sujeito, os governos buscavam diferentes estratégias. O que cada uma delas tinha em comum era a necessidade do governo diminuir o impacto imagético do problema das casas quebradas agravado pelo terremoto. Havia um claro compromisso do governo com a defesa/promoção de sua autoimagem.

Esse objetivo foi alcançado com a entrega da Villa Altos del Mar. O próprio nome do novo conjunto habitacional garante ao governo o distanciamento do fracasso que as “casas quebradas” representavam para a eficácia e a eficiência de um governo competente. O nome Villa Altos del Mar promovia uma ideia de inovação, de progresso e de qualidade de vida como resultado de uma ação de governo em prol da população e dissociado das lutas dos movimentos de moradia. A não manutenção do nome Guañacagua III

fortaleceu a estratégia do governo e de certa forma minou a capacidade de mobilização do movimento no instante em que a nova denominação do bairro consolidou o apagamento da memória das lutas.

Estudos como este que trazemos aqui são fundamentais para a compreensão das lutas políticas que movimentos populares travam em todo o mundo e como elas desempenham um papel importante nas políticas públicas e na ação pública em geral. A negação da memória da luta impõe barreiras à produção de consciência política crítica e libertadora, porque não é possível construir rupturas que promovam a libertação sem emoções que intensifiquem a solidariedade, a partilha, a paz e a justiça (Martín-Baró, 2013).

O caso de Guañacagua III reflete a vitória de uma luta de quase duas décadas, mas também os limites impostos pela fragilidade da coesão grupal que permite aos donos do poder, continuarem contando a história a partir de sua ótica. Nosso artigo quis registrar estes acontecimentos a partir dos olhares de quem lutou pelo reconhecimento e dignidade expresso no direito humano a ter uma moradia digna.

Considerações Finais

Esta tese visa contribuir especificamente com o estudo da estrutura de emoções num modelo combinado de MACP e a sociologia da ação pública ao processo de objetivação/subjetivação da ação pública, entendida nesta última, como um espaço ampliado de participação social. Sabemos que as emoções afetam o comportamento político do sujeito em diferentes cenários que atua, seja na participação política eleitoral, na tomada de decisões de política (policy), consciência política ou decisões de militância política entre outras.

Deve-se observar que, no Modelo Analítico de Consciência Política (MACP) baseado no interacionismo simbólico (Sandoval, 1989, 1994, 1997b, 2001; Sandoval & Silva, 2016), as dimensões incluídas (cognitivas) são mediadas pela cultura, ideologia política, memória política e avaliação política. Além disso, uma variável interveniente é adicionada em todos os fatores: a estrutura de emoções. Nela fazemos as distinções entre estado de ânimo, sentimentos e emoções. Cada uma por separado vincula-se com as dimensões cognitivas mediante os sentimentos. A função dos sentimentos parece encher o vazio deixado pela razão nas decisões da ação individual e coletiva.

As crenças e convicções, por exemplo, vinculam-se diretamente com os sentimentos, mas não longe das emoções. O mais importante no estudo das emoções é sua direta vinculação com a ação. Onde a ação é a culminação de um processo cognitivo que inicia no diálogo ente o Âmbito Cognitivo e o Âmbito Emocional constituído pela Estrutura Emocional. Com isso, a psicologia política ousa estender a estrutura teórica da ação pública a outras perspectivas das ciências sociais e, assim, contribuir para uma epistemologia da ação pública.

Já a Sociologia da Ação Pública é uma perspectiva que incorpora: Atores (Estratégias, interesses, recursos), Instituições (Normas, marcos de ação), Representações (Categorização dos assuntos, ideias, valores, símbolos), Processos (Mobilização, coalisões/conflitos), Resultados (Efeitos gerados, Ação Pública). Este modelo é capaz de amalgamar com o MACP para criar um processo dialógico mediado pelas emoções para compreender o comportamento humano frente a decisões políticas.

Uma psicologia política da ação pública contribui para colocar o ser humano e suas emoções no centro das transformações sociais e políticas por meio de sua base epistemológica e metodológica. Um ser humano que relaciona a razão e a emoção para dar forma a uma consciência política e configurar uma forma de ação. Porém demos um passo mais adiante para vincular não só as emoções contidas no MACP senão também vinculá-la com as variáveis propostas pela sociologia política na análise da ação pública.

O resultado é um mecanismo explicativo que adiciona outros âmbitos para dar sentido a uma psicologia da ação pública. Uma psicologia política da ação pública baseia-se em um conjunto de disciplinas para compreender não apenas o comportamento; mas também “a articulação política dos indivíduos em questões de decisão, conflito, acordos e outras atividades relacionadas a questões públicas” (Lascomes e Le Galés, p.15). A ação pública concentra-se na interação das políticas públicas. Nessa interação, os atores sociais e governamentais se encontram entre afetos e desafetos que geram estados de animo, sentimentos e emoções. Ao levar em conta as trocas entre os atores, os sentimentos e as emoções que eles transmitem, moldam as circunstâncias da gestão e da ação pública. As emoções tem um papel muito mais importante do que pensávamos no mecanismo de explicação de nossos juízos intuitivos e tomadas de decisão, principalmente ao pensar na relação bidirecional entre razão e emoção.

Telma Souza (2015) no capítulo denominado “Políticas Públicas no enfoque da Psicologia Política”, afirma que a psicologia política tem um papel analítico nas políticas públicas como “intervenção para a construção, afirmação (legitimação) ou negação (antagonismo) dessas políticas”, ao mesmo tempo em que pode compor um modo de analisar políticas públicas, ela pode ajudar a desnaturalizar a ideologia conservadoras que têm dominado as abordagens de políticas públicas nos últimos anos: em nome do interesse público muitas mantêm estruturas verticais, centralizadoras e autoritárias. Por essa razão autora atribui à participação social nas políticas públicas um papel fundamental: ela passa pelo respeito aos direitos fundamentais, pelo equilíbrio de poderes, pelas formas de liberdade, representação e pelo estabelecimento de limites às ações do executivo destacando a participação da sociedade civil,

como representante de seus próprios interesses no controle da produção de recursos sociais fundamentais, como uma clara alusão ao que poderia ser a ação pública.

Condiciona este desafio uma psicologia política comprometida eticamente como processos de objetivação/subjetivação que possibilitem a ampliação da participação social. A conservadora estrutura política do Estado não permite tal controle, pois como apontam Pedro Jacobi (1993), Gilles Massadier (2005), isto acontece também num espaço de enfrentamento e interação com o Estado, que agora sabemos está mediado pelas emoções.

Parece não ser possível entender os processos políticos liberados de toda forma de estrutura de emoções e afetos tanto no individual como no coletivo. Também, não se trata de entender as decisões políticas desprovidas de racionalidades como sinônimos de não entendimentos pela razão. Nem as irracionalidades como sinónimo de cegas paixões e impulsos. As decisões políticas devem ser também entendidas como deliberações emocionais ataviadas a processos cognitivos pré-existentes.

Finalmente as lições aprendidas nesta pesquisa teórica falam da importância de compreender os mecanismos causais que desembocam na resolução de problemas públicos com os atores públicos. Saber por exemplo que determinados estados mentais (estados de ânimo) geram sentimentos e emoções, que por sua vez geram comportamento (político) e que o comportamento gera resultados (públicos). A emoção de um modo geral, é muito valiosa para a ação. A ação desprovida de emoção é aborrecida, sem paixão, sem valor. A ação sem emoção carece da característica da humanidade, se desumaniza e pode apresentar eventualmente soluções meramente técnicas ou de lógica economicista, afastadas da empatia humana.

A emoção é valiosa para avaliar, porém é mais valiosa para o avaliador de qualquer ação pública. A emoção carrega consigo bagagens cognitivas, valorativas, desiderativas, questões que são essenciais na elaboração, execução, análise, avaliação de políticas públicas. As emoções são sensíveis às relações de poder, ao temperamento, à injustiça, à desigualdade e ao abjeto.

O papel das emoções se traduz em fornecer valiosa informação para o engajamento e a tomada de decisões. As emoções são capazes de matizar, intencional, intensificar ou até mesmo atenuar ações que, inclusive podem contrariar os interesses originais do sujeito. Podemos observar como situações externas, gerando estados emocionais, podem disparar decisões que estavam truncadas a tempos em alguma burocracia. Que tomadores de decisões afetados emocionalmente geram gestões, em princípio, afastadas da racionalidade do cotidiano burocrático. Que a tomada de decisões em entornos complexos e de incertezas, para produzir uma estratégia de gestão, devem aparecer na consciência, um grande número de opções múltiplas e resultados possíveis como estratégias, porém a estrutura de emoções pode ser um fundamento indispensável para a racionalidade. Numa relação recíproca, a mesma racionalidade regula o processamento desta estrutura emocional. Isto cobra muita importância não só na perspectiva da ação pública senão em todos os instrumentos de políticas públicas na busca de soluções de problemas públicos. No caso pesquisado, as emoções cumpriram um papel articulador, mobilizador da ação seja ela individual ou coletiva. Como apontamos, o fator emocional é determinante na capacidade gregária, visto que emoções como medo, ira, ou sentimentos como solidariedade, confiança ou mesmo afetos, geradores de identificação ou distinção produzem resultados que afetam a mobilização para a ação coletiva em cada sujeito. O medo pode levar uma pessoa fechar-se em si mesma imaginando proteger-se do mundo e de seus adversários ou abrir-se e descobrir que compartilha muitas coisas com outros e, portanto, descobrir que pertence a uma comunidade de semelhantes e que juntos são capazes de enfrentar injustiças e adversários que impõe privações relativas. Desse modo, fica claro que o medo tanto paralisa quanto mobilizada. Emoções e sentimentos perpassam o modelo analítico de múltiplas maneiras, transformando a cada uma e a totalidade das dimensões, gerando diferentes modalidades de consciência política. As emoções e sentimentos atuaram como elementos aglutinadores de sujeitos gerando sentimentos de pertença, muitas vezes associados a sua condição de privação relativa (Gurr, 1971) e pode tanto ter servido como uma espécie de gatilho para a mudança de consciência e para a ação coletiva como um elemento motivador da vontade de mudança que pautava a ação do coletivo. As emoções revelam a importância da

humanização das políticas públicas um reconhecimento que vai mais além dos direitos. As emoções podem qualificar a produção de evidências. A produção de evidências neste sentido é fundamental para a tomada de decisões no campo das políticas públicas. As evidências, neste sentido, poder fazer a eficiente diferença nas intervenções para mitigar ou solucionar problemas públicos, sobretudo em espaços institucionalizados.

Que o estado de consciência -inclusive política- é a outra metade da forma em de tomamos decisões ou resolvemos problemas no cotidiano. Além dos atalhos que o nosso cérebro faz para processo intelectual, as vezes ele decide que a informação que recebe é suficiente ou que simplesmente a bagagem cultural preexistente é a necessária e suficiente para uma decisão. E ainda assim, o razoamento defeituoso e consciente que provem do “erro de disponibilidade” distorcia a realidade (Barrett, 2018). E ainda assim, o resultado dessa tomada de decisão é finalmente influenciado por essa estrutura de emoções.

O esquema apresentado busca contribuir a uma compressão da conduta política mediante um mecanismo -como ferramenta analítica- resultante da interação das dimensões cognitivas “ordenados” por âmbitos tanto do Modelo Analítico da Consciência Política como da Sociologia da Ação Pública e a estrutura emocional proposta, pois pode entregar resultados qualitativos como os apresentados no caso Guañacagua III.

Caberá à Psicologia Política da Ação Pública então, fazer perguntas hipotéticas para outras investigações. ¿Que nível de interdisciplinaridade deve conter uma psicologia política da ação pública mediada por uma estrutura emocional? Se a sociologia política da ação pública colocou ênfase nas estruturas políticas da sociedade, quais seriam as ênfases de uma psicologia política da ação pública? Que âmbito deve se circunscrever uma psicologia política da ação pública? Que combinações são possíveis a partir desta formulação entre dimensões cognitivas e emocionais? Outra questão poderia ser um estudo em profundidade de mecanismos motivacionais, processos de ativação pelos estímulos internos e externos mediados pela intensidade emocional. São ideias de pesquisas que podem dar continuidade a esta tese estão as relacionadas os mecanismos explicativos como resultado das

combinações entre a estrutura de emoções, as dimensões cognitivas do MACP e da Sociologia da Ação Pública.

Pensar numa psicologia política da ação pública é enfatizar a possibilidade que se abre a um enfoque de análise interdisciplinar, e contribuir a uma maior compreensão dos fenômenos das decisões de política como ação de governo.

Referencias

- Aguilar, L. (2013). Estudio introductorio. In L. Aguilar (Ed.), *El Estudio de las Políticas Públicas* (pp. 15-74). México: M. A. Porrúa.
- Ahmed, Sara (2014). *La política cultural de las emociones*. México: Universidad Autónoma de México.
- Althusser, Louis (2014). *Ideología y aparatos ideológicos de Estado*. México: Tomo. Publicado originalmente en 1970.
- Aristóteles (384-322 a. C.) (2017). *Ética a Nicómaco (selección)*. Madrid: RIALP.
- Armon-Jones, Claire (1986). The social functions of emotion. *The social construction of emotions*, 57-82.
- Arriaza, Rafael (2019). Ira y reforma agraria en Chile. In I. Pincheira. *Emociones en Chile Contemporáneo*. Santiago: Metales Pesados.
- Arrizabalaga, Ángel Rivera. (2015). Arqueología de las emociones. An archaeology of emotions. Vínculos de Historia. *Revista del Departamento de Historia de la Universidad de Castilla-La Mancha*, (4), 41-61.
- Ayer, Alfred (1950). *Language, Truth and Logic*. London, Gollacz.
- Babo, Isabel (2018). Redes, ativismo e mobilizações públicas. Ação coletiva e ação conectada. *Estudos em Comunicação*, 2018, Vol 1, Issue 27, p219. doi: 10.20287/ec. n27. v1.a14
- Ballesteros, Soledad Jiménez, & García Rodríguez, Beatriz (1995). *Procesos psicológicos básicos*. Madrid: Universitas.
- Barrera Méndez, Juan Antonio. (2010). El miedo colectivo: el paso de la experiencia individual a la experiencia colectiva *El Cotidiano*, núm. 159, enero-febrero, pp. 5-10.
- Barracho, Carlos (2011). *Psicología política*. Lisboa: Escolar Editora.
- Barrett, Lisa Feldman (2018). *La vida secreta del cerebro. Cómo se construyen las emociones*. Bogotá: Paidós.
- Bauman, Zygmunt (2007). *Miedo líquido*. Buenos Aires: Paidós.
- BCN – Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (2023a). *Ley Emilia, 20.770. Modifica la ley del tránsito, en lo que se refiere al delito de manejo en estado de ebriedad, causando lesiones graves, gravísimas o, con*

- resultado de muerte*. Recuperado de <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1066775>
- BCN – Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (2023b). *Ley Zamudio. 20.609. Ley de No discriminación*. Consultado em 06 de outubro de 2023, Recuperado de <https://www.bcn.cl/portal/leyfacil/recurso/ley-de-no-discriminacion>
- BCN – Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (2023c). *Ley Cholito. 21.020. Sobre tenencia responsable de mascotas y animales de compañía*. Recuperado de <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1106037>
- Bechara, A., Damasio, H., & Damasio, A. R. (2000). Emotion, decision making and the orbitofrontal cortex. *Cerebral cortex*, 10(3), 295-307.
- Beetham, D., & Beetham, D. (1991). Towards a social-scientific concept of legitimacy. *The legitimation of power*, 3-41.
- Bericat Alastuey, Eduardo (2012). Emociones. *Sociopedia*. isa, 1-13.
- Biobio (2022). *Los más ricos de Chile: quiénes son y cuál es su fortuna, por Ignacio Hermosilla*. Recuperado de <https://www.biobiochile.cl/noticias/economia/actualidad-economica/2022/02/23/lo-mas-ricos-de-chile-quienes-son-fortuna.shtml>
- Bisquerra, Rafael (2017). *Política e emoción. Aplicaciones de las emociones a la política*. Madrid: Pirámide.
- Boasquevisque, L. M., Palassi, M. P., & Silva, A. R. L. D. (2024). Consciência Política e Participação na Defesa de Direitos LGBTQ+ no Trabalho. *Organizações & Sociedade*, 30, 553-588.
- Bobbio, Norberto (1989). *Estado, gobierno y sociedad. Por una teoría general de la política*. México: FCE.
- Bonilla, Natalia Suárez y Rojas, Stephany Vargas (2017). La acción pública: Una mirada desde la experiencia de los problemas públicos. In A-N.Roth (ed.) *Análisis de políticas públicas: perspectivas pragmáticas, interpretativas, de redes y de innovación pública*. Bogotá: UNAL
- Bordelois, Ivonne (2017). *Etimología de las pasiones*. Buenos Aires: Libros del Zorzal.
- Boucheron, Patrick. & Robin, Corey. (2019). *El miedo. Historia y usos políticos de una emoción*. Madrid: Clave Intelectual.

- Boudon, Raymond (1992). *Tratado de Sociología*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Boudon, Raymond (1992). Sentiments of justice. *Social Justice Research*, 5, 113-135.
- Bower, G. H. (1981). Mood and memory. *American Psychologist*, 36(2), 129–148. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.36.2.129>
- Breckler, Steven J. (1993). Emotion and attitude change. In M. Lewis y J.M. Haviland (comps.), *Handbook of Emotions*. (pp. 461-474). Nueva York: Guilford Press.
- Cabezas, Mar (2014). *Ética y emoción. El papel de las emociones en la justificación de nuestros juicios morales*. Madrid. Plaza y Valdés.
- Calderazzo, J. (2015). *A questão da indiferença na obra de Silvia Lane*. *Repositório PUCSP*. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17132/1/Julia%20Calderazzo.pdf>
- Camps, Victoria (2011). *El gobierno de las emociones*. Barcelona: Herder.
- Cardenal Mazarino (2007). *Breviario de los políticos*. Barcelona: Acantilado
- Casanueva, Mario e González, Ximena (2014). El papel de las estructuras cognitivas en la metáfora y la explicación. In *Causación, explicación y contrafácticos*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Casassus, Juan (2022). *Siento luego existo: el devenir humano a través de las emociones*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado.
- Castells, Manuel (2015). *Redes de indignación y esperanza* (Vol. 1, pp. 1-13). Madrid: Alianza editorial.
- Cavalcanti, T. B. (1958). Grupos de pressão. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, 1(1), 5-18.
- Charlotte, H., Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2021). As abordagens a partir dos instrumentos da ação pública. In Porto de Oliveira & Hassenteufel (2012). *Sociologia Política da Ação Pública*. Brasília: ENAP.
- Chóliz, M. (2005). *Psicología de la emoción. El proceso emocional*. Valencia: Universitat de Valencia.
- Ciampa, Antônio da Costa (1987) *A Estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciper Chile (2012). *La lápida que puso la Corte Suprema sobre la Central Termoeléctrica Castilla*, por Juan Pablo Figueroa. Recuperado de

<https://www.ciperchile.cl/radar/la-lapida-que-puso-la-corte-suprema-sobre-la-central-termoelectrica-castilla/>

- Costa, Giseli Paim. (2007). Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 3(4).
- Costa, Giseli Paim (2008). *Cidadania e participação. Impactos da Política Social num Enfoque Psicopolítico*. Curitiba: Juruá.
- Costa, Guilherme B., Deliberador, Luiza L. M., & Silva, Alessandro Soares da. (2014). Contribuições da noção de consciência política para a pesquisa e a prática da comunicação comunitária. *Revista Alterjor*, 10(2), 26-44. Recuperado em 13 de agosto de 2020, Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88321>
- Crego Díaz, A. (2003). Los orígenes sociales de la conciencia: un marco teórico para la salud mental. *Revista de la asociación española de neuropsiquiatría*, (88), 73-90.
- Curado, M. A. S., Teles, J., & Marôco, J. (2014). Analysis of variables that are not directly observable: influence on decision-making during the research process. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(Rev. esc. enferm. USP, 2014 48(1)), 146–152. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000100019>
- Dacher Keltner & Jonathan Haidt (1999) Social Functions of Emotions at Four Levels of Analysis, *Cognition and Emotion*, 13:5, 505-521, doi: 10.1080/026999399379168.
- Dahl, Robert. A. (2047). The science of public administration: Three problems. *Public Administration Review*, v7, n1, p. 1-11.
- Damasio, Antonio (2018). *El error de descartes. La emoción, la razón y el cerebro humano*. Barcelona: Planeta.
- Deleon, P., & Martell, C. (2006). The policy sciences: past, present, and future. In G. Peters, & J. Pierre (Edits.), *Handbook of public policy* (pp. 31-47). London: Sage Publications.
- de Paula, Ana Paula. P., Prezotti Palassi, Marcia, & Zanon, Rogerio. S. (2021). Políticas públicas, neoliberalismo e participação social: Transições e dilemas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(85).

<https://doi.org/10.12660/cqpc.v26n85.84362>

- Diel, Paul. (1995). *El miedo y la angustia*. México D.F.: FCE.
- Dowe, Phil (2014). Localismo y explicación causal. In H. Miguel. *Causación, explicación y contrafácticos*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Duran, Patrick (2018). L'évaluation des politiques publiques: les sciences sociales comme sciences de gouvernement. *Idées économiques et sociales*, (2), 6-27. <https://doi.org/10.3917/idee.193.0006>
- Duran, Patrice (2001). L'action publique, un procès sans sujet. *Sociologies du travail*, 40.
- Echeverría, R. (2009). *El Observador y Su Mundo Vol. I*. Ediciones Granica.
- Ekman, Paul (1994). Moods, emotions, and traits. In P. Ekman y R.J. Davidson (eds.), *The nature of emotion*. (pp.56-58). New York: Oxford University Press.
- _____ (2003). *Emotions revealed: recognizing faces and feelings to improve communication and emotional life*. New York: Times Books.
- _____ (2004). *El rostro de las emociones*. Barcelona: RBA
- Ekman, Paul e Davidson, R.J. (1994). The Nature of emotion. In Andrew S. Fox. *The Oxford University Press*.
- El Morrocotudo (2015). Hasta el Serviu Arica llegaron pobladores de Guañacagua 3 que no quieren abandonar sus casas (31.07.2015) <https://www.elmorrocotudo.cl/noticia/listado/hasta-el-serviu-arica-llegaron-pobladores-de-guanacagua-3-que-no-quieren-abandonar-s>
- El Mostrador (2010). *Termoeléctrica Barrancones: crónica de una aprobación anunciada*, por Claudia Urqueta. Recuperado de: <https://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2010/08/24/termoelectrica-barrancones-cronica-de-una-aprobacion-anunciada/>.
- El Mostrador (2022). *Senadora Fabiola Campillai: "A pesar de que estoy ciega, veo claramente lo que está pasando en Chile"*, por Silvia Peña Pinilla. Recuperado de: <https://www.elmostrador.cl/destacado/2022/04/12/senadora-fabiola-campillai-a-pesar-de-que-estoy-ciega-veo-claramente-lo-que-esta-pasando-en-chile/>
- Ellis, Albert (1980). Rational-emotive therapy and cognitive behavior therapy:

- Similarities and differences. *Cognitive therapy and research*, 4, 325-340.
- Ellis, Albert (2005). *The Myth of Self-Esteem*. Prometheus Books.
- Ellis, Albert (2019). *How to Stubbornly Refuse to Make Yourself Miserable: About Anything-Yes, Anything!*. Hachette UK.
- Elster, Jon (1994). *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Brazil: Relume Dumará.
- _____ (2002). *Alquimias de la mente*. Barcelona: Paidós.
- _____ (2010). *La explicación del comportamiento social*. Barcelona: Gedisa.
- _____ (2011). *El desinterés. Tratado crítico del hombre económico*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- _____ (2014). *Razón y racionalidad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Emol (2010). Figuras del espectáculo defienden Punta de Choros y presionan a Piñera, por Francisca González. <https://www.emol.com/noticias/magazine/2010/08/25/432512/figuras-del-espectaculo-defienden-punta-de-choros-y-presionan-a-pinera.html>. Recuperado em 02 de outubro de 2023.
- _____ (2014). Gobierno detalla reconstrucción de viviendas para Arica y Parinacota tras Terremoto. 29 de abril del 2014. Recuperado em 14 de agosto de 2019. Disponible em: <https://www.emol.com/noticias/nacional/2014/04/29/657757/anuncia-plan-de-reconstruccion-para-arica-y-parinacota.html>
- Esparcia, A. C. (2011). Novos cenários de participação política: análise das estratégias de comunicação dos grupos de pressão (lobbies). *Organicom*, 8(14), 64-86.
- Espinoza, Rafael L. (2015). "Gobernanza de la prospectiva del proceso de planificación y gestión del desarrollo económico social en micro regiones", *Oikos* N° 39, 113-133, Escuela de Administración y Economía, Universidad Católica Silva Henríquez (UCSH), Santiago de Chile. <http://ediciones.ucsh.cl/revistas.php>
- Fernández Heredia, Álvaro (2012). *El Potencial de las Variables Latentes en Modelos Explicativos del Uso de la Bicicleta*. Tesis (Doctoral), E.T.S.I. Caminos, Canales y Puertos (UPM).

<https://doi.org/10.20868/UPM.thesis.10716>.

- Festinger, Leon (1975 [1957]). *A Theory of Cognitive Dissonance*, Stanford University Press. (Trad. Cast. Teoría de la Disonancia Cognoscitiva. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.
- _____ (1993). La teoría de la disonancia cognoscitiva (extracto por A. Ovejero). *Psicothema*, 5(Número 1), 201–206. Recuperado a partir de <https://reunido.uniovi.es/index.php/PST/article/view/7156>
- Figueroa, Claudio e Arias, Pablo (2016). La psicología política de la Escuela de Frankfurt: principios orientadores y actualidad de la teoría crítica. Em Magaña, Dorna e Torres. *Contribuciones a la Psicología Política en América Latina*. Santiago: Ril.
- Flichmann, E. H. (1985). Causación y antropomorfismo. Em *Análisis Filosófico* 5 N° 2, 1985, pp. 37-56.
- Flam, Helena. (2005). Emotion's map: a research agenda. Em Helena Flam & Debra King (Eds.). *Emotions and social movement* (pp. 19-40). Londres, Inglaterra: Routledge.
- Flores, Gloria P. (2016), *Aprender a aprender y la navegación por los estados de ánimo*. Copell.
- Fouilleux, Ève (2021). A construção das políticas públicas globais. Em *Sociologia da ação pública: terias, abordagens e conceitos*. Brasília: ENAP.
- Franco, J. (2016). *Diseño de políticas públicas. Una guía para transformar ideas en proyectos viables*. Puebla: IEXE.
- Fraser, N. (2002). A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista crítica de ciências sociais*, (63), 07-20.
- _____ (2007). Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, 15(2), 291.
- Freitas-Magalhães, A. (2011). *A psicologia das emoções. O fascínio do rosto humano*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Frevert, U. (2001). *Emotion in History-Lost an Found*. Budapest: The Natalie Zemon Davies annual lecture series at Central European University.
- Frijda, N. H. (1986). *The emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Fronzizi, Risieri (1972). *¿Que son los valores? Introducción a la axiología*. México: FCE.
- Furlan, Vinicius, & Silva, Alessandro Soares da (2022). Psicologia política do reconhecimento e interseccionalidade: lutas sociais e formas de opressão. In *I Encontro de Pós-Doutorandos da EACH: livro de resumos* (p. 24-25). São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Recuperado de <http://www5.each.usp.br/wp-content/uploads/2022/12/Anais-I-Encontro-de-P%C3%B3s-doutorandos-da-EACH.docx.pdf>
- Gamson, William. (2011). *Falando de Política*. Belo Horizonte: Autentica.
- García-Huidobro e Figueroa (2022). *Manual de Psicología*. Santiago: Zig-Zag.
- Garson, D. (1992). De la ciencia de políticas al análisis de políticas: veinticinco años de progreso. In L. Aguilar (Ed.), *El estudio de las políticas públicas* (MA Porrúa ed., págs. 149-179). México.
- Gennette, Gérard (1969 [1966]). Frontières du récit. In *Figures III*. Paris: Seuil.
- Giora, Regina C., González-Rey, Fernando, Lenzone, Ana Maria, Lane, Silvia T. M., & Araujo, Yara (2000). *Arqueologia das emoções*. 1. ed. Petrópolis: Vozes.
- Godoy-Flores, Iván, Silva, Alessandro. (2023). Acción pública, conciencia política y derecho a la vivienda: el caso de Guañacagua III, Arica – Chile, In L. Garavito & G. Cortés, (Eds.). *Defensas colectivas del territorio en América Latina: persistencias y mutaciones*. Universidad Externado de Colombia.
- Gohn, Maria G. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
- Goodwin, Jeffrey. & Pfaff, Steven. (2001). Emotion work in high-risk social movements: managing fear in the U.S. and East German civil rights movements. In Jeffrey Goodwin, James M. Jasper & Francesca Polletta (Eds.). *Passionate politics: emotions and social movements* (pp. 282-302). Chicago: University of Chicago Press.
- González, Felipe (2016) Los mecanismos sociales y su relación con la distinción micro-macro. *Cinta Moebio* 55: 16-28. doi: 10.4067/S0717-554X2016000100002
- González, Sergio (2016). Ciudadanías en tiempos convulsos: sectores medios

- y derechos subjetivos en Chile. In I. Magaña, A. Dorna & I. Torres. *Contribuciones a la Psicología Política en América Latina. Contextos y escenarios actuales*. Santiago: Ril.
- González-Suárez, Mirta. (2008). *Psicología Política*. San José: Editorial UCR.
- Holston, James. (2013). *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2012a). *Psicología política*. San José: Universidad de Costa Rica.
- _____ (2012b). *Psicología política: aportes a los derechos humanos de Costa Rica*. *Revista Costarricense de Psicología*, 31.
- Gore Arica y Parinacota (18 Octubre 2017). *Vecinos de Guañacagua III comienzan traslado a nuevas viviendas*. Recuperado em 14 de agosto de 2020. Disponível em: <https://gorearicayparinacota.gov.cl/index.php/noticias/1200-vecinos-de-guanacagua-iii-comienzan-traslado-a-nuevas-viviendas>
- Gouvernement de France (2021). *Baromètre de l'action publique : les résultats sont là*. <https://www.gouvernement.fr/actualite/barometre-de-l-action-publique-les-resultats-sont-la>. Consultado 10 de outubro de 2023.
- Gouvernement de France (2023). *Baromètre de l'action publique*. <https://www.gouvernement.fr/communiquer/barometre-de-laction-publique>. Consultado 10 de outubro de 2023.
- Greenwald, A. G., & Ronis, D. L. (1978). Twenty years of cognitive dissonance: Case study of the evolution of a theory. *Psychological Review*, 85(1), 53–57. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.85.1.53>
- Grenfell, M. (2018). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Editora Vozes.
- Gross, Neil. (2009). A pragmatist theory of social mechanisms. *American sociological review*, 74(3), 358-379.
- Guerra Rodríguez, C. (1996). La participación social y las políticas públicas: un juego de estrategias. AA. VV., *Las políticas sociales de México en los años noventa*, 75-110.
- Gutiérrez-Rubí, Antoni (2019). *Gestionar las emociones políticas*. Editorial Gedisa.
- Halpern, Charlotte; Lascoumes, Pierre, & Le Galès, Patrick (2021). As

- abordagens a partir dos instrumentos da ação pública. In O. Porto e P. P. Hassenteufel. *Sociologia da Ação Pública: Teorias, abordagens e conceitos*. Brasília: ENAP.
- Hammack, P. L., & Pilecki, A. (2012). Narrative as a root metaphor for political psychology. *Political Psychology*, 33(1), 75-103.
- Heidegger, Martin (1998). *Ser y tiempo*. Trad. de J. E Rivera C. Santiago de Chile: Editorial Universitaria.
- Heidemann, F., & Salm, J. (2006). *Políticas Públicas e desenvolvimento. Bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: UnB.
- Heller, Agnes. (2004). *Teoría de los Sentimientos*. México: Ediciones Coyoacán
- Hewstone, Miles (1989). *Causal attribution: from cognitive processes to collective beliefs*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Hobbes, Thomas; Tuck, Richard (Org.) (2014). *Leviatã, ou materia, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes.
- Holston, James. (2013). *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hume, D. (2004). *Investigación sobre el entendimiento humano* (Vol. 216). Ediciones AKAL. Publicado originalmente em 1739-40.
- Interferencia (2019). *Gustavo Gatica: el primer manifestante en perder la visión de ambos ojos por el actuar de Carabineros*, por Joaquín Riffo Burdiles <https://interferencia.cl/articulos/gustavo-gatica-el-primer-manifestante-en-perder-la-vision-de-ambos-ojos-por-el-actuar-de>
- Joas, Hans (1996). Interacionismo simbólico. In W. Outhwaite & T. Bottomore, (1996). *Dicionario do Pensamento Social do sec. XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 393-394
- Joas, Hans (1999). Interacionismo simbólico. *Teoria social hoje*, 127-174.
- Kahneman, Daniel (2012). *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kemper Theodore (1981). "Social Constructionist and Positivist Approaches to the Sociology of Emotions". *American Journal of Sociology*, 87 (2), pp. 336-362.
- Kingdon, John W., & Stano, Eric. (1984). *Agendas, alternatives, and public policies* (Vol. 45, pp. 165-169). Boston: Little, Brown.

- Kirschbaum, Charles (2013). Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 179–193. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200011>
- Kleiman, Paul (2015). *Psicologia*. São Paulo: Gente.
- Kobau, R., Seligman, M. E., Peterson, C., Diener, E., Zack, M. M., Chapman, D., & Thompson, W. (2011). Mental health promotion in public health: Perspectives and strategies from positive psychology. *American journal of public health*, 101(8), e1-e9.
- Kofman, F. (2007). *Metamanagement*. Buenos Aires: Grito Sagrado.
- Lakoff, George, Johnson, Mark, & Sowa, John F. (1999). Review of Philosophy in the Flesh: The embodied mind and its challenge to Western thought. *Computational Linguistics*, 25(4), 631-634.
- La República (2022). *La depresion del mercado bajista un diagnostico del panorama economico actual*. Recuperado de: <https://www.larepublica.co/globoeconomia/la-depresion-del-mercado-bajista-un-diagnostico-del-panorama-economico-actual-3476263>.
- Lara, M. F. A., Aragusuku, H. A., & Costa, J. F. A. (2020). Psicologia Política e Políticas Públicas no Contexto Latino-Americano: definições, histórico e perspectivas. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 9(2). Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/33422>
- Laraña, Enrique. (1999). *La Construcción de los Movimientos Sociales*. Madrid: Alianza.
- Larrain, Jorge (2009). *El concepto de ideología. Vol. 3. Irracionalismo, historicismo, y positivismo: Nietzsche, Mannheim y Durkheim*. Santiago: Lom.
- Larrain, Jorge (2016). *Identidad chilena*. Santiago: Lom.
- La Tercera (2014). Familias de Arica deciden quedarse en casas dañadas por "seguridad" y miedo a robos. Recuperado em 14 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.latercera.com/noticia/familias-de-arica-deciden-quedarse-en-casas-danadas-por-seguridad-y-miedo-a-robos/>
- Lascoumes, Pierre, & Simard, Louis (2011). L'action publique au prisme de ses instruments: Introduction. *Revue française de science*

politique, 61(1), 5-22.

Lascoumes, Pierre & Pascale Laborier (2011). L'action publique comprise comme gouvernementalisation de l'Etat. Laborier, Pascale. Les Sciences camérales, activités pratiques et histoire des dispositifs publics, *Presses Universitaires de France* (PUF), pp.81-101, 2011, 9782952786539. fhal-01044404f.

Lascoumes, Pierre y Le Galès, Patrick (2014). *Sociología de la acción pública*. México: El Colegio de México,

Lasswell, Harold Dwight. *Política: quem ganha o que, quando e como*. Tradução de Marco Aurélio dos Santos Chaudon. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984, c 1936.

Lasswell, Harold D. (1958). *Politics: Who gets what, when, how*. Cleveland: Meridian Books.

_____ (1992 [1951]). La orientación hacia las políticas. In L. Aguilar (Ed.), *El estudio de las políticas públicas* (págs. 79-103). México: Miguel Ángel Porrúa Editor.

Lazarus, R. S. (1991). Cognition and motivation in emotion. *American Psychologist*, 46(4), 352-367.

Lazarus, R. S. y Lazarus, B. N. (2000). *Pasión y Razón*. Barcelona: Paidós.

Leca, Jean y Muller, Pierre (2008). Y a-t-il un approche française des politiques publiques? Retour sur les conditions de l'introduction de l'analyse des politiques publiques en France. In O. Giraud e P. Warin (eds.). *Politiques publiques et démocratie*, capítulo 1, pp. 35-72. París: Les Éditions La Découverte, 2008, 428 págs.

León, Sebastián (2020). *Diccionario introductorio de psicoanálisis relacional e intersubjetivo*. Santiago: Ril.

Lewis, Michael (2010). of The Human Emergence Emotions. *Handbook of emotions*.

Leuridan, Bert (2012). What are mechanisms in social science? Pierre Demeulenaere (ed.): *Analytical sociology and social mechanisms*. New York: *Cambridge University Press*, 2011, ix+ 320pp.

Lichtenberg, J. (1989). *Psychoanalysis and Motivation*. Hillsdale, NJ: The Analytic Press.

- Lichtenberg, J.; Lachmann, F.; Fosshage, J. (2011). *Psychoanalysis and Motivation*. London: Routledge.
- Limón, Tinta., Peres, I., Oliveira, B., Breda, T., & Uemura, D. (2021). *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante.
- Lindblom, Charles (1959). The Science of Muddling Through. *Public Administration Review*, 19(2), 79-88.
- Lindblom, Charles (1968). *The Policy Making Process*. Englewood Cliffe: Prentice-Hall.
- Lindblom, Charles (1979). Still Muddling not yet Through. *Public Administration Review*. v. 39, n 6, p. 517-526, nov-dec.
- Lira, Elizabeth. (1987). Psicología del miedo y conducta colectiva en Chile. *Boletín AVEPSO*. Julio/1987.
- Little, Daniel (2012). Analytical sociology and the rest of sociology. *Sociologica* 1: 1-47. doi: 10.2383/36894
- López, Daniel (2018). *Emoción y sentimientos. No somos seres racionales, somos seres emocionales que razonan*. Buenos Aires: Planeta.
- Madrid, Miguel González (2016). Las políticas públicas: carácter y condiciones vinculantes. *Revista Polis*, 13-45. Recuperado de: <https://polismexico.izt.uam.mx/index.php/rp/article/view/446>
- Marina, José A. & López Penas, Marisa (1999). *Diccionario de los sentimientos*. Barcelona: Anagrama.
- Mahoney, James (2001, September). Beyond correlational analysis: Recent innovations in theory and method. In *Sociological forum* (pp. 575-593). Eastern Sociological Society.
- Maldonado, M. A. (2017). *La democracia sentimental: política y emociones en el siglo XXI*. Página Indómita.
- March, J. G., & Olsen, J. P. (1994). *Institutional perspectives on governance*. Arena.
- March, J., & Olsen, J. (1989). *Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics*. New York–London.
- Marcus, G. E., Neuman, W. R., MacKuen, M., & Crigler, A. N. (Eds.). (2008). *The affect effect: Dynamics of emotion in political thinking and behavior*. University of Chicago Press.

- Maric Palenque, María. L., & Romero, Juan. C. (2018). ¿Cómo nos vemos? ¿Cómo los vemos? los estereotipos en el conflicto boliviano-chileno. *Revista de Investigación Psicológica*, (19), 17-37.
- Martin-Baró, Ignacio (1991). Métodos en Psicología política. Acción y discurso problemas de psicología política en América Latina, 39-58. *Anthropos: Boletín de información y documentación*, (44), 30-40.
- _____ (2013). El método en psicología política, (Fernando Lacerda, trad.). O Método em Psicologia Política. *Psicologia Política*, 13(28), 575-592. (Originalmente publicado em 1991).
- Martínez, Verónica G., Sala, Andrés G., & Sandoval, Rosa D. M. (2017). El tránsito de las emociones en la acción colectiva. Análisis del discurso de los jóvenes del Yo Soy 132. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, (22).
- Massadier, Gilles (2003). *Politiques et action publiques*. Paris: Armand Colin.
- Massadier, Gilles (2006). Redes de políticas públicas. In S. Enrique, & F. Elisabete (org.). *Políticas públicas – coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. 2v.
- Melucci, Alberto. (1989). Um Objetivo para os Movimentos Sociais? *Revista Lua Nova*, nº 38, São Paulo.
- _____ (1996). A experiência individual na sociedade planetária. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, 199-221.
- Mendieta, M. V., & Sánchez, A. I. (2020). *Ética pública y buen gobierno: valores e instituciones para tiempos de incertidumbre*. Comercial Grupo Anaya.
- Mérida, J. A. M. & Jorge, M. L. M. (2010). Análisis comparativo de los principales paradigmas en el estudio de la emoción humana. *Revista electrónica de Motivación y Emoción*, 13(34).
- Mestre Nava, J. M., & Palmero Cantero, F. (2004). *Procesos psicológicos básicos: una guía académica para los estudios en Psicopedagogía, Psicología y Pedagogía*. Madrid Mc Graw-Hill/Interamericana de España.
- Metcalf, Janet, & Mischel, Walter (1999). A hot/cool-system analysis of delay of gratification: dynamics of willpower. *Psychological review*, 106(1), 3.
- Miguel, Hernán (2014). ¿De que puede estar hecha la relación causal? Em Causación, explicación y contrafácticos. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Mlodinow, Leonard (2022). *Emocional. A nova neurociência dos afetos*. Rio de

Janeiro: Zahar

- Moisi, D. (2010). *The geopolitics of emotion: How cultures of fear, humiliation, and hope are reshaping the world*. New York: Anchor.
- Montero, Maritza (2016). Discurso político, efecto “bumerang” y emociones. In Magaña, Dorna y Torres (eds.). *Contribuciones a la Psicología Política en América Latina*. Santiago: Ril
- Moore Jr., Barrington (1987). *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense.
- Moreno, R. R. (2017). Intencionalidad y racionalidad: Emociones como valoraciones corporeizadas. *Límite. Revista Interdisciplinaria de Filosofía y Psicología*, 12(40), 19-30.
- Morgado, Ignacio (2019). *Emociones e Inteligencia Social*. 6ª ed. Barcelona: Planeta.
- Muller, Pierre (2010). *Las políticas públicas*. Trad. Jean-François Jolly e Calos Salazar Vargas. Bogotá: Universidad Externado de Colombia.
- Muller, Pierre (2021). Prefácio. In Porto de Oliveira & P. Hassenteufel (2012). *Sociologia Política da Ação Pública*. Brasília: ENAP.
- North, Douglass C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge (UK): Cambridge Univ. Press.
- Núñez, Rolando (2014). Cognición corporeizada, tipos causación y mecánica cuántica. In *Causación, explicación y contrafácticos*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Nussbaum, Martha (1990). *Love´s Knowledge*. Oxford: Oxford University Press.
- Nussbaum, Martha (2018). *La ira y el perdón. Resentimiento, generosidad, justicia*. México: FCE.
- Nussbaum, Martha C. (2021) *Paisajes del pensamiento. La inteligencia de las emociones*. 8ª ed. Barcelona: Planeta.
- OIGAC - Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe (2014). *La Ley 11.340 Maria da Penha (2006) de Brasil: Un avance en la garantía de la autonomía física de las mujeres*. Santiago: CEPAL.
- Recuperado de:
https://oig.cepal.org/sites/default/files/ley_11.340_maria_da_penha_de_brasil.pdf

- Oksenberg, A. (1992). Descartes on thinking with the body. In Cottingham, J. (ed.), *Descartes on thinking with the body*. The Cambridge: Cambridge University Press, pp. 371-392.
- Ortegón, E. (2015). *Políticas públicas: métodos conceptuales y métodos de evaluación*. Huancayo: Universidad Continental. Fondo Editorial.
- Ortolano, Fabio (2013). Psicología Política. *Revista Psicología Política*, 13(28), 597-605.
- Palassi, Marcia Prezotti (2011). *Ações coletivas e consciência política no mundo do trabalho: dilemas subjetivos da participação nos processos de privatização*. Curitiba: Juruá.
- Oliveira, Estéfanos, Palassi, Marcia & Paula, Ana Paula (2021). Consciência política e predisposição à participação dos trabalhadores de uma empresa de saneamento em ações coletivas contra a privatização no Sudeste do Brasil. *Cad. EBAPE.BR*, v. 19, no 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120190097>
- Pallarés, Miguel (2010). *Emociones y sentimientos. Dónde se forman y cómo se transforman*. Barcelona: Marge Books.
- Pasantes, H. (2018). De neuronas, emociones y motivaciones. *De neuronas, emociones y motivaciones*, 1-180.
- Payre, Renaud, & Pollet, Gilles (2021). A sócio-história da ação pública. In O. Oporto & P. Hessenteufel. *Sociologia Política da Ação Pública*. Teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap.
- Pincheira, Iván (2019). *Emociones em Chile contemporáneo*. Santiago: Metales pesados.
- Pincheira, Iván (2019). Introducción a las emociones em Chile contemporáneo. In I. Pincheira. *Emociones en Chile contemporáneo*. Santiago: Metales Pesados.
- Pinedo Cantillo, Iván. (2018). De la benevolencia a la ciudadanía compasiva: la recuperación de conceptos claves para el cultivo de la democracia. *Revista Límite (Arica)*, 13(41), 29-45. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-50652018000100029>.
- Pinho, Regina. Caracterização da clientela de um programa de atendimento psicológico a estudantes universitários. *Psicol. Conoc. Soc.*,

- Montevideo, v. 6, n. 1, p. 114-130, mayo 2016 . Disponible en http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262016000100006&lng=es&nrm=iso >. accedido en 06 marzo 2023.
- Pires, R. (2016). Intersectorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, 26, 67-80.
- Plutchik, R. (1984). Emotions: A general psychoevolutionary theory. In K. R. Scherer y P. Ekman (Eds.), *Approaches to Emotions*. Hillsdale: Erlbaum.
- Poma, Alice, & Gravante, Tommaso (2018). Emotions in inter-action in environmental resistances. The case of Comité Salvabosque in Mexico. *Partecipazione e conflitto*, 10(3), 896-925.
- Prado, M. A. M. (2001). Psicologia política e ação coletiva. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 149-170.
- Powell, W. W., & DiMaggio, P. J. (Eds.). (1991). *The new institutionalism in organizational analysis*. University of Chicago Press.
- Prochasson, Christophe (2005). Emoções e política: Primeiras aproximações. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.305-324, Julho 2005.
- Radio Euskadi (2023). *El mercado está mucho más triste*. Recuperado de: <https://www.eitb.eus/es/radio/radio-euskadi/programas/boulevard/audios/detalle/9119293/audio-guerra-en-ucrania-el-mercado-esta-mucho-mas-triste/>
- Rancière, Jacques. (2006). Política, Policía, Democracia. Santiago: Lom.
- Rancière, Jacques. (2018). O Desentendimento: Política e Filosofia. São Paulo: Ed. 34.
- Ratcliffe, Matthew (2013). The phenomenology of mood and the meaning of life. In *The Oxford Handbook of Philosophy of emotions*, editado por Peter Goldie. Nueva York: Oxford University Press, 2013.
- Rawls, John (1979). *Teoría de la Justicia*. México: FCE.
- Redlawsk, David P. (2002). Hot cognition or cool consideration? Testing the effects of motivated reasoning on political decision making. *Journal of Politics*, 64(4), 1021-1044.
- Reeve, J. (1994). *Motivación y Emoción*. Madrid: McGraw-Hill.
- Renon, Karin (1996). Movimentos sociais. In W. Outhwaite & T. Bottomore,

- 1996). *Dicionario do Pensamiento Social do sec. XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rocheffort, D. A., & Cobb, R. W. (Eds.). (1994). *The politics of problem definition: Shaping the policy agenda*. University Press of Kansas.
- Roehe, M. V., & Dutra, E. (2014). Dasein, o entendimento de Heidegger sobre o modo de ser humano. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), 105-113.
- Rosa, Leandro Amorin (2015). Participação Política: diálogos entre consciência política e práxis política. *Revista Psicologia Política*, 15(33), 391-403.
- Rosas-Ferrusca, F. J., Calderón-Maya, J. R., & Campos-Alanís, H. (2012). Elementos conceptuales para el análisis de la gobernanza territorial. Quivera. *Revista de Estudios Territoriales*, 14(2), 113-135. <https://www.redalyc.org/pdf/401/40126859001.pdf>
- Rossetti, Ricardo (2011). *Justiça em Paul Ricoeur: uma hermenêutica do homem justo*. São Paulo: LieberArs.
- Roth, André-Nöel (2017). *Políticas públicas. Formulación, implementación y evaluación*. Bogotá: Aurora.
- Ruano de la Fuente, J. M. (2013). La gobernanza como forma de acción pública y como concepto analítico. *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa, Portugal, 8-11 oct. 2002. <https://acortar.link/gNPrQV>.
- Röttger-Rössler, Birgitt. (2008). Emoção e Cultura: Algumas questões básicas. – *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 7(20),177-220. <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/BirgittArt.pdf>
- Rulicki, Sergio (2013). *Detective de sonrisas*. Buenos Aires: Granica.
- Sabucedo, José Manuel, Vilas, Xiana, & Hur, Domenico Uhng. (2019). A ira e as emoções positivas no protesto político. *Revista Psicologia Política*, 19(45), 370-381. Recuperada de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200016&lng=pt&tlng=pt.
- Safatle, Vladimir (2016). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Autêntica.
- Saforcada, E. (2006). Sobre la Necesidad de Humanizar las Políticas Públicas:

- el papel de la psicología. In M. Lellis. *Psicología y Políticas Públicas de Salud*. Paidós.
- Salamon, Lester (Ed.) (2002). *The tools of government: A political the new governance*. OUP Us.
- Sandoval, Salvador (1989). Considerações sobre aspectos microsociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia & Sociedade*, 4 (7), p. 61-72.
- Sandoval, Salvador (1994). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In Spink, M. j. (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez
- Sandoval, Salvador (1997). Social Movements and Democracy in Brazil: patterns of popular contention and their impact on the process of redemocratization, 1977-1989. *Working paper*, n. 234. Nova York: New School for Social Research/Center for Studies of Social Change.
- Sandoval, Salvador (2001). The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Psicologia Política*, 1 (1).
- Sandoval, Salvador (2017). Exposição realizada no 2º Encontro Latinoamericano de Psicologia Política. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia.
- Sandoval, Salvador, Hur, Domenico e Amaral Dantas, Bruna do (2014). *Psicologia Política. Temas atuais de investigação*. Campinas: Alínea.
- Sandoval, Salvador e Silva, Alessandro (2016). O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In D. Hur e F. Lacerda Junior (orgs.). *Psicologia, política e movimentos sociais*. São Paulo: Vozes.
- Sanz, Jesús (2001). Un instrumento para evaluar la eficacia de los procedimientos de inducción de estado de ánimo: La "escala de valoración del estado de ánimo" (EVEA). *Análisis y Modificación de Conducta*, 2001, Vol. 27, Nº 111.
- Sarbin, T. R. (1986). The narrative as a root metaphor for psychology. Narrative psychology: *The storied nature of human conduct*, 3-21.
- Schutz, Alfred In Ulises Toledo Nickels: p. 14. Osorio (2014) 39-67 – Epistemología de las Ciencias Sociales 1974, p. 20)

- Secchi, L. (2015). *Políticas Públicas. Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage.
- Seligman, M. E. (2008). Positive health. *Applied psychology*, 57, 3-18.
- Seligman, M. E., & Pawelski, J. O. (2003). Positive psychology: FAQs. *Psychological Inquiry*, 159-163.
- Seligman, M. E., Rashid, T., & Parks, A. C. (2006). Positive psychotherapy. *American psychologist*, 61(8), 774.
- Sennett, Richard (2015). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Editora Record.
- Shkurko, Y., y Shkurko, A., (2014). Emociones y cognición en las relaciones sociales: un enfoque desde la neurosociología. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre el Cuerpos, Emociones y Sociedad*, (6(15), 99-110.
- Silva Junior, Ezio Alves da (2021). *Psicoesferas e Consciência Política: Uma leitura psicopolítica das Fake News*. Tese apresentada à banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Salvador Antônio Meireles Sandoval.
- Silva, Alessandro Soares da (2001). Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. *Revista Interações*, São Paulo, v.6, n.12, p.69-90, jul/dez 2001
- Silva, Alessandro Soares da (2007). A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 105-126. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100010&lng=pt&tlng=pt
- Silva, Alessandro Soares da (2018). Um Esboço do que poderia ser a Psicologia Política da Ação Pública. *Cadernos da ANPEPP, GT 62 - Psicologia Política*.
- Silva, Alessandro Soares da Silva (2018a). A ação pública: um outro olhar sobre Estado, sociedade e políticas públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*. (8(1): 194-204. <https://doi.org/10.11606/issn.2237->

[1095.v8p194-204](#)

- Silva, Alessandro Soares da (2023). Entre Fronteiras: A Emergência da Psicologia Política da Ação Pública como campo Interdisciplinar. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, (58).
- Silva, Alessandro Soares da, & Cortés-Millán, Germán A. (2019). La Psicología Política de las Relaciones Internacionales y de la Cultura de Paz. Factores Psicosociales para Construir Cultura de Paz en la Región, 12-47.
- Silva, A., de Mello-Théry, N. A., & Carlos Romero, J. (2018). Reflexiones acerca del cambio social y participación política como campo interdisciplinar de producción del saber. *Revista de Investigación Psicológica*, (20), 83-96.
- Silveira, R. Z. D., & Palassi, M. P. (2011). A vida na fazenda: sentidos subjetivos do servidor fazendário ante a participação no trabalho. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 12, 192-223.
- Simões, J. A., & Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, 15(14-15), 231-239. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>
- Smith, Edward E., & Kosslyn, Stephen M. (2008). *Cognitive psychology: Mind and brain* New Delhi: Prentice-Hall of India.
- Smith, Tiffany Watt (2016). *The Book of Human Emotions. An Encyclopedia of Feeling from Anger to Wanderlust*. London: Profile Books.
- Smith, Tiffany Watt (2022). *Atlas de las emociones humanas*. Buenos Aires: Blackie Books.
- Solomon, Robert (2015). *Fieis às nossas emoções. O que realmente nos dizem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8(16), 20-45.
- Souza, Telma R. de Paula (2015). Políticas Públicas no enfoque da Psicologia Política. Silva & Correa (org.). *No interstício das disciplinas: a psicologia política*. Curitiba: Prismas.

- Stocker, Michael & Hegeman, Elizabeth (2002). *O valor das emoções*. São Paulo: Palas Athena.
- Subirats, J., Knoepfel, P., Larrue, C., & Varone, F. (2012). *Análisis y gestión de políticas públicas*. Barcelona: Ariel
- SUS, Sistema Único de Saúde (2023). *Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde*. Ministério da Saúde. Governo do Brasil. <https://pensesus.fiocruz.br/participacao-social>
- Tarrow, Sidney (1997). *El Poder en Movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madri: Alianza
- Taglialegna, G. H. F., & Carvalho, P. A. F. D. (2006). Atuação de grupos de pressão na tramitação do projeto de lei de biossegurança. *Revista de Informação Legislativa*, 43(169), 161-188.
- Tatagiba, L. (2002). Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In E. Dagnino (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Tatagiba, L. (2005). *Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate*. Pp. 209-2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200017>
- Tavares, Fernando Barbosa. (2018). Psicologia e movimentos sociais: a psicologia política enquanto o encontro da rua com a academia. *Revista Psicologia Política*, 18(41), 215-221.
- Teixeira, Elenaldo Celso. (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: AATR-BA. Recuperado de http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf
- Thoenig, Jean-Claude (2005). Pour une épistémologie de recherches sur l'action publique. In D. Filatre, & G. Terssac (coord.). *Les dynamiques intermédiaires au coeur de l'action publique*. Toulouse : Octarès, p. 285-306. Recuperado de <https://shs.hal.science/halshs-00140212>
- Tijoux, María Emilia (2019). Prólogo. Los golpes al compás de las emociones. In I. Pincheira (Ed.), *Emociones en Chile contemporáneo*. Santiago: Metales Pesados.
- Tilly, Charles & Wood, Lesley (2010). *Los Movimientos Sociales de 1768 a*

2008. *Desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Crítica.
- Tilly, Charles (2010). *Confianza y gobierno*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Timmermann, Freddy (2019). Las dinámicas del miedo en torno al golpe cívico militar. 11 de septiembre de 1973. In I. Pincheira, *Emociones en Chile contemporáneo*. Santiago: Metales Pesados.
- Togerson, D. (2007). Promoting the policy orientation: Lasswell in context. In F. Fischer, G. Miller, & M. Sidney (Edits.), *Handbook of public policy analysis*, (pp. 15-28). Boca Raton: CRC Press Taylor & Francis Group.
- Toledo, Ulises (2014). El programa sociofenomenológico de investigación. In F. Osorio, *Epistemología de las Ciencias Sociales: ensayos latinoamericanos*. Pp. 39-67. Santiago: Lom.
- Torres, Pedro (1982). *A lógica objetiva*. Rio de Janeiro: Fontana.
- Tous Ral, José María. (1979). *Anuario de Psicología*, 1979, vol. 17, núm. 1, p. 22-40. Recuperado de <http://hdl.handle.net/2445/24043>
- Turner, J. e Stets, J. (2006). Sociological theories on human emotions. *Annual Review of Sociology*, 52, 25-52.
- UdeChile (2019). *A tu Salud: Profesionales de la Salud en el estallido Social en Chile*. Recuperado de <https://ingenieria.uchile.cl/noticias/160323/a-tu-salud-profesionales-de-la-salud-en-el-estallido-social-en-chile>
- Urrutia, Juan P. e Fuster, Nicolás (2019). El Gobierno de la felicidad a través de los libros de autoayuda. In I. Pincheira, *Emociones en Chile contemporáneo*. Santiago. Metales pesados.
- Valencia, G., & Álvarez, Y. (julio-diciembre de 2008). La ciencia política y las políticas públicas: notas para una reconstrucción histórica de su relación. *Estudios Políticos* (33), 93-121.
- Vattimo, Gianni (1996). *Introducción a Heidegger*, trad. Alfredo Báez, Barcelona, España, Editorial Gesida (2ª ed.) (Publicado originalmente em 1985).
- Veiga, Maria Aparecida Cunha Malagrino (2022). *Conectividade e panorama da produção científica: o caso da Psicologia Política brasileira*. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- Vigotsky, Lev (2004). *Teoría de las emociones. Estudio histórico-psicológico*.
Madri: Akal
- Villacañas, J. L. (2015). *Populismo*. Madri: La Huerta Grande.
- Weber, Max. (1992) *Economía y sociedad*. México: FCE.
- Westen, Drew (2007). *The Political Brain*. Philadelphia: Public Affairs
- Wilson, Timoty D., Lindsey, Samuel, & Schooler, Tonya. Y. (2000). A model of dual attitudes. *Psychological review*, 107(1), 101.
- Xavier, Donizete José (org.). *Paul Ricoeur de A a Z: uma contribuição de estudantes para estudantes*. 1.ed. São Paulo: Fons Sapientiae, 2019.
- Zajonc, Robert B. (1980). Feeling and thinking: Preferences need no inferences. *American psychologist*, 35(2), 151.
- Zittoun, P. (2016). Hacia un enfoque pragmático de la acción pública. *Mundos Plurales-Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, 3(1), 9-32.

